



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB**

**JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA**

**A POBREZA EM DISPUTA: ditadura, políticas de integração nacional e o combate ao perigo da “subversão” em Picos-PI (1968-1976)**

**TERESINA – PI**

**2017**

**JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA**

**A POBREZA EM DISPUTA: ditadura, políticas de integração nacional e o combate ao perigo da “subversão” em Picos-PI (1968-1976)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

**TERSINA – PI**

**2017**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

M929p      Moura, José Elierson de Sousa.  
                A pobreza em disputa: ditadura, políticas de integração  
                nacional e o combate ao perigo da “subversão” em Picos-PI  
                (1968-1976) / José Elierson de Sousa Moura. – 2017.  
                235 f. : il.

                Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –  
                Universidade Federal do Piauí, 2017.  
                Orientação: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

                1. Transamazônica. 2. Projeto Rondon. 3. Ditadura Militar  
                (Brasil). 4. Picos (PI) - História. I. Título.

CDD 330.9811

**JOSÉ ELIERSON DE SOUSA MOURA**

**A POBREZA EM DISPUTA: ditadura, políticas de integração nacional e o combate ao perigo da “subversão” em Picos (1968-1976)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Aprovada em: 26 /01 /2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento – UFPI  
Orientador

---

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Johny Santana de Araújo – UFPI  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Pedro Petit Peñarrocha – UFPA  
Examinador Externo

---

Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cláudia Cristina da Silva Fonteneles – UFPI  
Suplente

Ao meu tio Francisco Robério de Sousa (*in memoriam*), que, por ter enfrentado múltiplos discursos punitivos da loucura, atravessando e envergando o seu corpo, cotidianamente, inspirou-me a seguir em frente, para que eu institucionalizasse em forma de dedicatória, todo o amor que dedicou a mim e que eu dediquei a ele, no tempo em que eu não passava de um moleque, desfrutando da sua ingenuidade calada e encostada no sofá.

À minha avó Francisca Alves de Sousa (*in memoriam*), que, por ser pobre das mãos, migrante dos pés e feliz da boca, inspirou-me a seguir em frente, para que eu institucionalizasse em forma de dedicatória, todo o amor que dedicou a mim e que eu dediquei a ela, desde o tempo em que eu não passava de seu “Nessim”, desfrutando da sua sabedoria, falada e encostada no portão.

## AGRADECIMENTOS

Por diversas vezes, em algumas madrugadas, um desejo de simular os agradecimentos que inicio aqui tomou conta de mim. Semelhante a um quebra-cabeça composto por lapsos de lembranças, as imagens dos momentos que compartilhei com as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui foram constantes e inevitáveis. E mais uma vez, percebo que imaginar os agradecimentos sempre foi mais fácil do que pensar os seus deslizamentos no papel, diante do risco de ser injusto com os que contribuíram decisivamente para o momento dessa escrita ou por causa do inegável esquecimento de alguns nomes. Marquei um encontro com cada uma das pessoas que me fizeram forte. Todo início é difícil, mas é preciso começar.

Agradeço à minha mãe, Edna Maria de Sousa, que, desde os primeiros dias em que percebeu a minha existência dentro de si, pelos idos do ano de 1990, foi nominada de “mãe solteira”, de maneira pejorativa, como se para ser mãe houvesse a necessidade de ser casada, o que a levou a enfrentar um mundo fortemente machista, para me proporcionar tudo que estava/esteve ao seu alcance. Tenho muito orgulho de falar que foi trabalhando enquanto zeladora de um supermercado que a senhora iniciou a construção das condições que me permitiram hoje escrever o meu amor por você. Obrigado por ter acreditado em mim. O término dessa etapa, também é uma forma de realizar um sonho seu. Por isso, ela não é só minha, ela também é sua.

Ao meu avô, que também é o meu pai, Inácio Sebastião de Sousa, que, por ser pobre das mãos, honesto do coração e feliz do sorriso, injetou/injeta muita sensibilidade em mim, sem medir esforços para que nada me faltasse/falte. Sempre que retornei a Picos, nesse meio tempo, o senhor me recebeu com o seu abraço apertado e as lágrimas nos olhos, simbolizando todo o amor que sente por mim. Por muitas vezes, quando os dias não estiveram fáceis, eu lembrei-me do seu semblante para me receber no portão, para que eu não me esquecesse de ser forte. Não vou esquecer de que, no dia da minha formatura, o senhor não conseguiu esperar o momento em que eu recebi o canudo, já que estava tomado pela emoção. Que outra vez o senhor se sinta contemplado e feliz com mais essa etapa.

Aos meus tios Nacildo (Dim), Inácio Filho (Nacim) e Robério (Roberim) (*in memoriam*) e à minha tia Cícera (Cicinha), que, desde o dia em que eu nasci, me embalam, oferecendo-me todo o carinho possível, para que eu chegasse até aqui com a certeza de que fiz/faço pouco por vocês, diante de tudo que fizeram/fazem por mim. Graças aos seus esforços, eu fui o primeiro membro da família a ingressar em uma Universidade. Eu os amo e quero bem a todos.

À minha avó, Francisca Alves de Sousa (*in memoriam*), que, por ser pobre das mãos, migrante dos pés e feliz da boca, inspirou-me a seguir em frente, para que eu chegasse até aqui. Eu não esperava ter que te agradecer ao final desse processo, tendo que indicar que a tenho somente na memória. Eu sei que de algum lugar a senhora acompanha os esforços de seu “Nessim” para te dar mais alegrias. Eu nunca vou esquecer-me dos abraços que a senhora me dava, a cada momento em que eu chegava de Teresina, sempre falando da saudade que sentiu. O que eu fizer por nossa família será pouco diante de todo o amor que a senhora me deu ao longo desses vinte e cinco anos. Eu te amo vó!

Ao meu tio Clementino (tio Nem) (*in memoriam*), que criou a minha avó com todo o amor possível e que sempre me recebeu muito bem em sua casa, quase sempre sentado na calçada com o seu jeitinho característico de balançar as pernas; e à sua esposa, tia Alice, que sempre me acolheu muito bem. À minha tia Anália (*in memoriam*), que me ensinou muito com a sua simplicidade para receber quem amava, sempre com seus bolos e doces que eram convites para celebrar a doçura da vida. Ao meu tio Paulo Rodrigues, pelas conversas e momentos de alegria compartilhados em sua casa. E à minha avó de coração, Bezinha, que criou a minha avó Francisca (*in memoriam*) com todo o cuidado.

Ao meu orientador, o professor Francisco Alcides do Nascimento, que me ensinou muito antes de me aceitar enquanto seu orientando. Sua primeira lição dada foi na disciplina de “História e cidade”, quando pediu à turma de que eu fiz parte que, antes de tudo, lêssemos os textos buscando uma forma de sair deles, porque, se não olhássemos para os lados, perderíamos o que um texto não contemplaria que eram as nossas experiências de vida daquele momento. Parece pouco, mas a lição primeira foi ao encontro de mim, um jovem de vinte e três anos, que havia saído de casa há pouco tempo e que tateava o mundo, com o coração aberto para múltiplas experiências. Agradeço também pela confiança, pelas orientações, pelas meticolosas correções do texto, pela paciência e pelo acolhimento, quando precisei. Muito obrigado, sou grato.

À minha amiga e professora (para todas as horas), Marylu Alves de Oliveira, que cruzou a minha vida, quando eu ainda estava no primeiro período da Graduação em História, na cidade de Picos, no ano de 2009, e que dela não saiu mais, permitindo, com seus ensinamentos, que eu chegasse até aqui hoje. Obrigado por me ajudar a decidir o tema de pesquisa da Graduação e que me permitiu propor o seu desmembramento, quando da escrita da proposta para ingresso no PPGHB, o que resultou na escrita desse trabalho. Agradeço também, por você ter-me mostrado o edital pelo qual concorri a uma vaga para o Programa de Educação Tutorial – Cidade, Saúde e Justiça e por ter criado nele, um grupo de estudos sobre

teorias da história, para quem quisesse tentar seleções de mestrado. Agradeço ainda, pelo fato de eu me sentir contemplado com as suas falas contrárias ao machismo, ao racismo e à homofobia em sala de aula, lá pelos idos de 2012 e que me proporcionaram a segurança de dividir pela primeira vez com alguém, que sou gay, algo muito importante para mim, já que você conversou muito comigo e me deu/dá muito apoio, desde então. Obrigado por despertar em mim as múltiplas sensibilidades que são da cor do arco-íris que compõem a sua alma.

À minha amiga de todos os dias e de todas as horas, Kelly Leal (Kellynha). Nossas vidas se cruzaram ao longo de 2012. Desde então ela me abraçou e me carregou para a vida, ou para os bares da vida. E nela (a vida) ou neles (os bares), ainda estou, nem que seja ao meu tempo. E que eu permaneça. Passamos, juntamente com o Romão Araújo (Romãozinho), por momentos ruins, mas muito mais por momentos bons. Sempre que eu queria abaixar a cabeça com as dificuldades da vida, vocês nunca me permitiram isso. Lidamos com o processo de encerramento do curso de História e com os momentos de seleções de mestrado. Afastamos fisicamente, mas a nossa amizade permaneceu a mesma. Obrigado pelos conselhos, presenciais ou pelas ligações infinitas de celular, daquelas que começam após termos matado a fome da noite e que só terminam quando a fome do dia raiou; por sua força de vontade e determinação para vislumbrar dias melhores, de maneira contagiante; e por ser um ponto de apoio em minha vida. Que você continue rodopiando seus passos de bailarina libertária, porque atrás vou capengando, com o desejo de me perder, porque agora não só posso como faço, a invenção da perdição de mim mesmo.

Ao meu amigo também de todas as horas, Romão Araújo (Romãozinho). Nossas vidas se cruzaram também pelos idos de 2012 e, desde então, as nossas sensibilidades se tocaram e se abraçaram, constantemente, pela maneira semelhante com que sentimos. Não posso esquecer-me de mencionar que por várias vezes, quando morávamos em Picos, esperanças, em seu quarto, dias melhores. E eles vieram. Tenho um imenso orgulho de onde você conseguiu chegar, com muito esforço para vencer todas as dificuldades e principalmente as injustiças. Obrigado por sempre ser presente e por me ensinar a ser uma pessoa melhor, com a sua simplicidade e a sua humildade características.

Aos lindos e às lindas da “Bolha”, que, feita de material colorido e de material liso, proporcionou/proporciona leveza para alguns respiros, inclusive o meu. Seu espaço não é sólido, parecendo ser invisível, mas é que a nossa conexão não é sólida, ela é sensível. Falo da minha conexão com Kelly (Kellynha), Romão (Romãozinho), Danyella (Dany), Gabriella (Gabri), Eveline (Vevé), Erick (Xuxu), Marcelo, Márcia (Rica), Lucas, Theresa (Tetê) e Eduardo (Dudu Barão). Foi/é sempre bom jogar o corpo no mundo com vocês,



desconstruindo o preto e o branco da vida, a cada gole de esperança arco-íris. Obrigado por tudo.

Ao Marcelo, meu amigo, que, por ser semelhante, também é sensibilidade arco-íris. Agradeço por ter-me acolhido em Teresina, disponibilizando o seu lar para que eu morasse nele, por duas vezes. Mas agradeço ainda mais, por me ensinar a ser mais paciente e por me incentivar a olhar o mundo lá fora, para que eu amenizasse o lado de dentro, e também pelos muitos diálogos que trocamos sobre as várias experiências que tivemos, desde o ano de 2015. Agradeço também à sua mãe Helena, seu pai Francisco e sua irmã Bruna, pelo cuidado que sempre tiveram a cada vez que nos visitaram. O mínimo que posso fazer é agradecer. Muito obrigado!

À Gardilene, minha vizinha/amiga em Teresina, que, o fato de ser centro-sul (Valença-PI) logo se tornou importante para que nos juntássemos em busca de uma piada, de preferência feita com o Marcelo. Agradeço pela preocupação e pelo cuidado. Você foi/é muito importante para mim. Muito obrigado!

Ao Sávio (meninozinho), que, há alguns meses, entrou em minha vida e que, com a sua sensibilidade, tem me feito bem. Agradeço por ter-me recebido em Belém, durante um processo muito importante para mim, ajudando-me a aliviar a tensão de uma seleção, quando apertou forte a minha mão diante do Forte do Presépio, pois estávamos felizes. Lá, ao seu lado, eu guardei pensamentos que são somente seus. Obrigado por tudo!

Ao meu amigo para todas as horas, Luan Cardoso, que, desde o ano de 2009, quando iniciamos a Graduação em História, foi muito leal. Sempre que precisei/preciso você fez/faz o possível e o impossível para me ajudar. Agradeço por nossa convivência no Programa de Educação Tutorial – Cidade, Saúde e Justiça, diariamente, bem como pelos momentos que dividimos, tanto nos trabalhos de curso como nos bares da vida. Sempre que retornei a Picos, matamos a saudade a cada gole tomado. Obrigado por tudo!

Ao Rodrigo Queiroz, que, por também ser centro-sul (Oeiras-PI), compreendeu-me de maneira sensível, por muitas vezes. Agradeço por ter-me oferecido um lar em Teresina, onde pudemos, por alguns meses, dividir o mesmo teto. Com você, certamente me tornei um ser humano melhor, dada a sua humildade e leveza com que levou/leva a vida, quando ela foi/é peso. Obrigado por me incentivar a ver o mundo lá fora, para que eu acalentasse o de dentro. Foram muitas as conversas trocadas e as piadas feitas. Momentos muito importantes. À sua tia Vanda Queiroz e seu tio Francisco Expedito, pelo acolhimento, seja em Teresina ou em Oeiras, com direito a muita sensibilidade cantada e mastigada. Ao seu primo Iuri Queiroz, por me receber tão bem em São Luís-MA, quando precisei.

Ao querido Marcion, com quem, durante a Graduação em História, troquei muitas ideias e que agora, durante essa etapa, abriu-me as portas de sua casa por alguns dias em Oeiras-PI, no ano de 2015.

Ao Yago, que, desde a nossa infância, no bairro São José, em Picos, permitiu que a nossa amizade se fortalecesse. Juntamente com sua família, sempre esteve presente nos momentos mais difíceis. À minha madrinha, Ednalva, pelo cuidado desde a minha infância. Ao meu padrinho, Osvaldo, pelo apoio que deu à minha família, sempre que precisamos. Ao Eduardo Almeida (Dudu), pela amizade, pelas sociabilidades e por todo o apoio que me deu, desde o ano de 2012, quando nossas vidas se cruzaram.

À Raquel, Thiago, Janayne (Sophie), Cléia, Cristiano, Adriano, Sérgio, Kátia, Maurício, Bernardo e ao Wemerson, de quem, vez ou outra, perambulando pela UFPI em Picos, desfrutei a paciência para me sentir em casa novamente.

Ao Eduardo Gomes, que, de Manaus-AM, sempre me apoiou e trocou várias ideias comigo, além de, vez ou outra, me indicar algo ou me passar algum material. Ao Gabriel Amato, que me cedeu a sua dissertação e se mostrou aberto para ajudar de outras formas. Ao Wellington Coelho, que me ajudou com as partes de língua estrangeira dos elementos pré-textuais e com a sua amizade, no apartamento. À Nathaly Rodrigues, do Cidarq da UFG, pela digitalização e o envio da documentação do Campus Avançado de Picos e à Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça, por também me ceder materiais sobre o Campus Avançado. Sou grato.

Aos professores do curso de História de Picos, quando da minha passagem por lá como aluno, que com seus ensinamentos me permitiram chegar até aqui: Marylu Oliveira, Ana Paula, Olívia Rocha, José Lins, Gleison Monteiro, Johny Santana, Mairton Celestino, Agostinho Coe e Francisco Nascimento. Obrigado pela disponibilidade e pelo incentivo.

Às professoras Janille e Ada e ao professor Fortunato, por terem me acolhido no PET Cidade, Saúde e Justiça, quando me deram a oportunidade que mudou a minha vida e que me possibilitou buscar outras conquistas acadêmicas. Serei eternamente grato.

Aos professores do PPGHB, Teresinha Queiroz e Johny Santana, pela disponibilidade em contribuírem diretamente para a pesquisa.

Aos companheirxs do mestrado em História, Rodrigo Queiroz, Pablo Josué, Lorena França, Lizianny Nunes (Gigi), Vinícius Cardoso, Daniel Sá, Camila Leal, Nayane Costa, Sabrina Verônica, Luma Pinheiro, Francilene Moraes e Francisca Melo, pelos conhecimentos trocados; as indicações que me foram feitas; o apoio que me deram para que eu me sentisse

em casa e, principalmente, pelas sociabilidades paralelas, feitas nos bares da vida em Teresina. Obrigado por tudo!

À Mayra, que, por ser sensibilidade, acolheu-me para que eu me sentisse em casa no Núcleo de História Oral (NHO), com o seu jeito doce, daqueles que fazem com que o desejo de ficar por perto seja forte. Ao Sthênio, pelas conversas e brincadeiras no NHO. E à Sabrina Steinke, que também no NHO sempre me ofereceu uma piada ou um incentivo para que a escrita do seu agradecimento fosse possível. Obrigado!

Aos professores Johny Santana e Pedro Petit Peñarrocha pela leitura e acolhimento do trabalho. Muito obrigado!

À Rafaela Martins, que sempre me ajudou quando precisei. E ao Alcides Júnior, por me ajudar, sem pedir nada em troca. Muito obrigado!

Ao Adriano (da xérox), à Jardeane e Sandra, da praça de alimentação, pelo carinho que em mim despejaram ao longo desses dois anos.

À Rairana e Eliete, secretárias do PPGHB, pelo trabalho prestado. Obrigado.

À CAPES, pela bolsa concedida para que eu me mantivesse em Teresina, para o desenvolvimento da pesquisa com mais tranquilidade.

E a todxs xs LGBT's, xs pobres, xs negrxs, as mulheres e xs idosxs, que estão por aí, procurando seu lugar no mundo, para aliviarem as angústias que teimam em percorrer os seus peitos. Que vocês tenham em si, não a dor, mas a felicidade que acalenta e que permite que dias melhores sejam esperançados e vivenciados.

*O desenvolvimento entrou em cena criando anormalidades (os 'pobres', os 'desnutridos', as 'mulheres grávidas', os 'sem-terra'), anomalias que então se tratava de reformar. Buscando eliminar todos os problemas da face da Terra, do Terceiro Mundo, o que realmente conseguiu foi multiplica-los até o infinito. Materializando-se num conjunto de práticas, instituições e estruturas, teve um profundo impacto sobre o Terceiro Mundo: as relações sociais, as formas de pensar, as visões de futuro ficaram marcadas indelevelmente por este ubíquo elemento. O Terceiro Mundo chegou a ser o que é, em grande medida, pelo desenvolvimento. Este processo de chegar a ser implicou escolhas entre opções críticas e altos custos, e os povos do terceiro mundo começam a perceber sua verdadeira natureza (Escobar, 1991: 142).*

*Por trás da preocupação humanitária e a perspectiva positiva da nova estratégia, novas formas de poder e de controle, mais sutis e refinadas, foram postas em operação. A habilidade dos pobres para definir e assumir suas próprias vidas foi erodida num grau inédito. Os pobres transformaram-se em alvo de práticas mais sofisticadas, de uma variedade de programas que pareciam inescapáveis. Originado das novas instituições do poder nos Estados Unidos e na Europa, dos novos órgãos de planejamento das capitais do mundo subdesenvolvido, este era o tipo de desenvolvimento que era ativamente promovido, e que em poucos anos estendeu seu alcance a todos os aspectos da sociedade (Escobar, 1995: 39).*

*A premissa organizadora era a crença no papel da modernização como a única força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas, a qualquer custo social, cultural ou político. A industrialização e a urbanização eram vistas como inevitáveis e necessariamente progressivos caminhos em direção à modernização (Escobar, 1995: 39).*

(Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos – Edgardo Lander).

## Resumo

Ao final da década de 1960, ganharam forças no Brasil dois tipos de ideias de integração nacional, que partiram do Estado brasileiro e de alguns grupos “subversivos” e tiveram como alvo a pobreza da cidade de Picos, no estado do Piauí. O contexto era de ditadura militar e estava em pauta por parte do Estado brasileiro, a implantação de uma política de segurança nacional, que possibilitasse ao país empreender a transferência dos seus “excedentes demográficos” do Nordeste, para as regiões Norte e Centro-Oeste, tidas como espaços de “vazio demográfico” e que não exploravam as suas riquezas minerais. Assim, com esse trabalho, objetivamos perceber a instalação de dois projetos de integração nacional em Picos, para que ideias “subversivas” não se criassem entre a sua pobreza. O primeiro foi a construção da rodovia Transamazônica, que, sendo parte do Programa de Integração Nacional, criado pelo diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Eliseu Resende, no ano de 1968 e institucionalizado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1970, envolveu Picos como o seu “marco zero”, no ano de 1973 para que a cidade fosse incluída na integração do espaço nacional. O segundo foi a implantação e atuação do Projeto Rondon, que, criado em 1967 pelo presidente Artur da Costa e Silva, teve como objetivo integrar as populações de cidades que ficavam localizadas em áreas estratégicas, como o percurso da rodovia Transamazônica, o que possibilitou que, em 1973, um Campus Avançado do Projeto Rondon fosse instalado em Picos. Analisamos publicações que foram feitas por Eliseu Resende; jornais e revistas de circulação nacional; documentos públicos da cidade de Picos; processos judiciais; documentos do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás – UFG, instalado em Picos; e fontes orais e visuais. Apoiamo-nos em Motta (2002) e (2014) e Fico (2008).

**Palavras-chave:** Picos-PI; Rodovia Transamazônica; Projeto Rondon e ditadura militar.

## **Abstract**

At the end of the 1960s, two types of national integration ideas gained strength in Brazil, both from the Brazilian state and some “subversives” groups, and have targeted poverty in the city of Picos, state of Piauí. The military dictatorship was the scenario and it was under consideration by the Brazilian government the implementation of a national security policy that would enable the country to undertake the transfer “demographic voids” and that did not explore its mineral wealth. So, upon this work, we aim to perceive the installation of two national integration projects in Picos, so “subversive” ideas would not be created among its poverty. The first project was the construction of the Transamazônica Highway, which was part of the National Integration Programme, created by the director of the National Department of Highways, Eliseu Resende, in 1968, and institutionalized by President Emílio Garrastazu Médici, in 1970. It made Picos the starting point in 1973 for the city to be included in the integration of the national space. And the second project was the implementation and performance of the Rondon Project, created in 1967 by President Artur da Costa e Silva in order to integrate the populations of cities that were located in strategic areas such as the route of the Transamazônica Highway, which enabled, in 1973, an advanced campus of Rondon Project to be installed in Picos. We analyzed publications that were made by Eliseu Resende, newspapers and national magazines, public documents of the city of Picos, court lawsuits, files from the advanced campus of the Federal University of Goiás (UFG) installed in Picos; and oral sources and visual sources. We rely on Motta (2002) and (2014) and Fico (2008).

**Keywords:** Picos; Transamazônica Highway; Rondon Project and military dictatorship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1:</b> Alberto Tamer. Mapa das Regiões Fisiográficas do Nordeste. Transamazônica, solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 22.....	124
<b>Imagem 2:</b> Alberto Tamer. Mapa com o traçado da rodovia Transamazônica. Transamazônica, solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 38.....	129
<b>Imagem3:</b> “ <i>Campi</i> ” Avançados. Cidarq.....	158
<b>Imagem 4:</b> Mapa com a sinalização dos trechos da rodovia Transamazônica que seriam construídos pelo BEC’s. Estradadas divididas. <b>Veja.</b> São Paulo, 29 jul. de 1970. n. 99, p. 38.....	161
<b>Imagem 5:</b> Placa com o Km 0 da rodovia Transamazônica em Picos. Museu Ozildo Albano.....	174
<b>Imagem 6:</b> Comissão para a criação do Campus Avançado em Picos. Cidarq.....	199
<b>Imagem 7:</b> Atividade de Odontologia no Campus Avançado de Picos. Cidarq.....	204
<b>Imagem 8:</b> Curso para gestantes no Campus Avançado de Picos. Cidarq.....	205
<b>Imagem 9:</b> Alimentação fornecida pelo Campus Avançado aos flagelados após a enchente de 1973.Cidarq.....	210
<b>Imagem 10:</b> Flagelados/flagelados e seus pertences após a enchente de 1973. Cidarq.....	211

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Contagem demográfica em número de habitantes da cidade de Picos-PI.....	72
<b>Tabela 2:</b> Contagem demográfica em número de habitantes, do Nordeste e do Brasil.....	73
<b>Tabela 3:</b> Percentual de pessoas pobres, com renda per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1991, em Picos, no Nordeste e no Brasil.....	73
<b>Tabela 4:</b> Eliseu Resende. Quadro nº 1 – Previsão de arrecadação e investimentos federais por região – 1972. <b>Investimentos Rodoviários:</b> considerações sobre a atual experiência brasileira, 1972, p. 3.....	143



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**3° BEC** – 3º Batalhão de Engenharia de Construção

**5° BEC** – 5º Batalhão de Engenharia de Construção

**8° BEC** – 8º Batalhão de Engenharia de Construção

**9° BEC** – 9º Batalhão de Engenharia de Construção

**ABI** – Associação Brasileira de Imprensa

**ABL** – Academia Brasileira de Letras

**AC** – Acre

**AESI** – Assessorias Especiais de Segurança e Informações

**AI-1** – Ato Institucional nº 1

**AI-2** – Ato Institucional nº 2

**AI-5** – Ato Institucional nº 5

**AL** – Alagoas

**ALN** – Ação Libertadora Nacional

**AM** – Amazonas

**AP** – Aliança Popular

**AP** – Amapá

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**ASI** – Assessorias de Segurança e Informações

**BA** – Bahia

**BNH** – Banco Nacional de Habitação

**CE** – Ceará

**CEMCFA** – Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**CEPOR-PA** – Centro de Preparação de Oficiais das Reserva de Porto Alegre

**CFN** – Corpo de Fuzileiro Navais

**CGT** – Central Geral dos Trabalhadores

**CIDARQ** – Centro de Informação, Documentação e Arquivo

**CM** – Correio da Manhã

**CMA** – Comando Militar da Amazônia

**COLINA** – Comandos de Libertação Nacional

**CONCINE** – Conselho Nacional de Cinema

**CONFEA** – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

**CONTAG** – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

**CP** – Correio do Povo

**CPC** – Centro Popular de Cultura

**Cr\$** - Cruzeiros

**CRUTAC** – Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária

**CSG** – Curso Superior de Guerra

**CSHNB** – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

**DF** – Distrito Federal

**DN** – Diário de Notícias

**DNe** – Diário da Noite

**DNER** – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

**DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social

**DSI** – Divisão de Segurança e Informações

**DSN** – Doutrina de Segurança Nacional

**DSND** – Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento

**ECEME** – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

**EMFA** – Estado-Maior das Forças Armadas

**ES** – Espírito Santo

**ESG** – Escola Superior de Guerra

**ET** – Estatuto da Terra

**ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural

**EUA** – Estados Unidos da América

**F.R.N** – Fundo Rodoviário Nacional

**FAB** – Força Aérea Brasileira

**FAFI** – Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**FAU** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**FBI** – Federação Brasileira de Informações

**FEB** – Força Expedicionária Brasileira

**FSP** – Folha de São Paulo

**GO** – Goiás

**GTU** – Grupo de Tarefas Universitário

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

**IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

**ICOMI** – Indústria de Comércio e Minérios

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDHM-E** – Índice de Educação

**IDHM-L** – Índice de Longevidade

**IDHM-R** – Índice de Renda

**IFOCS** – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IMF** – Instituto de Matemática e Física

**IMH** – Instituto Monsenhor Hipólito

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

**INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social

**IOCS** – Inspetoria de Obras Contra as Secas

**IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

**IPES** – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**IPMs** – Inquéritos Policial-Militares

**ITRP** – Imposto sobre transporte rodoviário de passageiros

**IULCLG** – Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos

**JB** – Jornal do Brasil

**JK** – Juscelino Kubitschek

**Km<sup>2</sup>**- Quilômetros por metro quadrado

**MA** – Maranhão

**MASTER** – Movimento dos Agricultores Sem Terra

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MEB** – Movimento de Educação de Base

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MG** – Minas Gerais

**MNR** – Movimento Nacionalista Revolucionário

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

**MS** – Mato Grosso do Sul

**MT** – Mato Grosso

**MUDES** – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OESP** – O Estado de S. Paulo

**OG** – O Globo

**OLAS** – Organização Latino-Americana de Solidariedade

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OP** – O Profeta

**PA** – Pará

**PB** – Paraíba

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PDC** – Partido Democrático Cristão

**PDOEU** – Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano

**PE** – Pernambuco

**PET** – Programa de Educação Tutorial

**PI** – Piauí

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIN** – Programa de Integração Nacional

**POLOP** – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

**PPGHB** – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil

**PR** – Paraná

**PRo** – Projeto Rondon

**PRT** – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSDB** – Partido Social Democrático Brasileiro

**PST** – Partido Social Trabalhista

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PUC-GO** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

**PUC-RJ** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**RITA** – *Rural Technical Assistance*

**RJ** – Rio de Janeiro

**RN** – Rio Grande do Norte

**RO** – Rondônia

**RR** – Roraima

**RS** – Rio Grande do Sul

**SC** – Santa Catarina

**SE** – Sergipe

**SESP** – Serviço Especial de Saúde Pública

**SEVOPAIC** – Secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio do Piauí

**SISNI** – Sistema Nacional de Informações

**SNA** – Sociedade Nacional de Agricultura

**SNI** – Serviço Nacional de Informações

**SP** – São Paulo

**SRB** – Sociedade Rural Brasileira

**STM** – Superior Tribunal Militar

**SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**SUPRA** – Superintendência de Reforma Agrária

**T.R.U** – Taxa Rodoviária Única

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TIAR** – Tratado de Assistência Recíproca

**TLC** – Treinamento de Líderes Cristãos

**TO** – Tocantins

**UDN** – União Democrática Nacional

**UEE** – União Estadual dos Estudantes

**UEG** – Universidade do Estado da Guanabara

**UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFPI** – Universidade Federal do Piauí

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**UFV** – Universidade Federal de Viçosa

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USAID** – *United States Agency for International Development*

**USP** – Universidade de São Paulo

**VAR-Palmares** – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

**VC** – Voz do Campus

**VP** – Voz de Picos

**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>1 UM PONTO PARA A INTEGRAÇÃO, UM PONTO PARA A “SUBVERSÃO”: PICOS, A CIDADE DE UMA POBREZA EM DISPUTA</b> .....	36
1.1 No meio da Transamazônica havia uma cidade, no meio do caminho havia Picos.....	40
1.2 Picos, de “município-modelo” a uma oportunidade para a “subversão”.....	46
1.3 A “pólvora” para as “condições objetivas” de uma base ALN: Picos e seus índices de pobreza.....	71
<b>2 UM PROCLAMADO “VAZIO DEMOGRÁFICO”: A REGIÃO NORTE, A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA E A EMERGÊNCIA DE IDEIAS DE SEGURANÇA NACIONAL</b> .....	84
2.1 Uma “Visão do Paraíso”, uma visão do inferno: a região amazônica e o combate à “guerra de subversão interna”.....	90
2.2 Uma Segurança Nacional: a ESG e a sua influência no processo de construção da rodovia Transamazônica.....	101
<b>3 “TRANSAMAZÔNICA, SOLUÇÃO PARA 2001”: o Estado brasileiro e a construção de Picos enquanto o “marco zero” da rodovia</b> .....	116
3.1 Alberto Tamer e as suas impressões sobre a <i>estrada que nasceu da seca</i> .....	122
3.2 Eliseu Resende, um propagandista do Estado brasileiro para a construção da rodovia Transamazônica.....	130
3.3 O engenheiro em três atos.....	139
<b>4 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL NA DITADURA MILITAR: a implantação e o funcionamento do Programa de Integração Nacional e do Projeto Rondon na cidade de Picos</b> .....	155
4.1 A porta de entrada de uma rodovia: a construção da Transamazônica e o funcionamento da alcunha.....	158
4.2 A interiorização de um proclamado desenvolvimento econômico e social: o funcionamento do Campus Avançado em Picos (1972-1976).....	177
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	212
<b>REFERÊNCIAS E FONTES</b> .....	216



## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2010, entramos para o Programa de Educação Tutorial (PET) Cidade, Saúde e Justiça<sup>1</sup>, na UFPI, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), em Picos<sup>2</sup>, quando permanecemos até o ano de 2014, o que nos proporcionou manter contato com discussões acerca da temática *História e cidade*, a partir do ano de 2011, com o projeto de pesquisa *Rio Guaribas: história oral e identidade*. Tivemos como parceiras para o seu desenvolvimento, a professora Dr<sup>a</sup> Ada Raquel Teixeira Mourão, que era a coordenadora; e a então graduanda do curso de História, Larice Íris Marinho Moura, que atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB). Objetivamos, por meio da análise de entrevistas orais, perceber de quais maneiras alguns cidadãos e algumas cidadinas, que viveram em Picos ao longo das décadas de 1950 e 1970, definiam o rio Guaribas como um elemento identificador da cidade, através da saudade que sentiam das vivências que foram feitas outrora e que já não eram mais possíveis de serem praticadas.

Ao longo do processo de pesquisa no PET Cidade, Saúde e Justiça, ainda no ano de 2011, mantivemos contato com a professora Dr<sup>a</sup> Marylu Alves de Oliveira, com o desejo de definirmos uma temática de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Temática que escolhemos no campo *História e cidade*, tendo como recorte espacial a cidade de Picos e como recorte temporal o período da ditadura militar.<sup>3</sup> Assim, em 2014 defendemos

---

<sup>1</sup> O Programa ainda funciona no CSHNB, sob a tutoria da professora Dr<sup>a</sup> Ana Roberta Vilarouca da Silva, da Enfermagem, que o assumiu no ano de 2013. De 2010 até parte de 2013, teve como tutora a professora Msc. Janille Maria Lima Ribeiro, da Psicologia, além de 12 alunos/alunas bolsistas de diversas áreas, como: Administração, Enfermagem, História, Nutrição e Pedagogia. Tem como objetivos, a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão, com especial atenção para a última modalidade.

<sup>2</sup> A cidade de Picos, localizada na parte centro-sul do estado do Piauí, possui como distância para a capital, Teresina, aproximadamente 310 km. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010, Picos possuía 73.414 habitantes. Ver: IBGE. **Sinopse Censo demográfico: 2010**. Rio de Janeiro, 2011, p. 96.

<sup>3</sup> Em “*Aula prática de Brasil*”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985), Gabriel Amato Bruno de Lima, tocou em um ponto sensível para a historiografia brasileira sobre o desenrolar posterior ao golpe civil-militar de 1964: a nomeação do regime ditatorial. Preferiu usar a expressão “ditadura militar”. Apoiando-se em Daniel Aarão Reis Filho, criador do termo “ditadura civil-militar”, a partir da obra *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*, do ano de 2014, para quem o reconhecimento da diferença hierárquica entre civis e militares aconteceu. Ver: LIMA, Gabriel Amato Bruno de. “**Aula prática de Brasil**”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). 2015. 209f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, p. 22. Outro texto de apoio utilizado por Gabriel Amato foi *O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica*, de Marcos Napolitano, que na nota de rodapé de número dezessete, problematizou que se durante o golpe, a participação dos civis foi ativa, após o ano de 1965, com relação ao que chamou de o “topo do sistema político” e os “processos decisórios de alto nível”, ficaram a cargo do alto comando das Forças Armadas, com a ajuda de “intelectuais orgânicos civis”, a nominada tecnocracia. Marcos Napolitano não negou que a elite econômica civil ajudou e se beneficiou com tudo que aconteceu. Assim, preferimos a alcunha de “ditadura militar”, por entendermos que após o golpe, os civis não participaram da tomada de decisões, ficando a cargo das Forças Armadas. Ver: NAPOLITANO, Marcos. O

o texto *Os múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)*<sup>4</sup>. Procuramos, ao longo da escrita, as significações que foram formuladas para a pobreza de Picos durante a década de 1970, tendo como ponto de partida a inserção da cidade no Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>5</sup>, com a construção de um trecho da rodovia Transamazônica em seu espaço.

A partir da rodovia, alguns empreendimentos foram direcionados para a cidade, através de algumas instituições, que, para justificarem a sua atuação em Picos, conceituaram a pobreza de maneira negativa, para demarcarem os espaços da pobreza que mereciam as suas atenções. Instituições e empreendimentos que foram: a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção (3º BEC), que procurou melhorar os indicadores sociais e econômicos, com os trabalhos que foram realizados na cidade; a instalação do Campus Avançado, que na escrita colocamos como funcionando somente a partir da Universidade Federal de Goiás (UFG)<sup>6</sup>, ao passo que não incluímos a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), já que a aquisição de algumas fontes sobre o Campus Avançado em Picos só foi possível após a escrita do TCC. Não problematizamos também a entrada em cena do Projeto Rondon (PRO)<sup>7</sup> e as discussões acerca da extensão universitária enquanto uma

---

golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea – História y problemas del siglo XX**, Montevidéu/Uruguai, v.2, 2011, p. 215.

<sup>4</sup> MOURA, José Elierson de Sousa. *Os múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)*. 2014. 180f. Monografia. (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

<sup>5</sup> O PIN foi criado a partir do Decreto-Lei nº 1106, de 1970, com o objetivo, segundo o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, de integrar as regiões Norte e Nordeste, economicamente, ao restante do Brasil, a partir da construção de duas rodovias, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Ver: <RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 7>.

<sup>6</sup> A UFG foi criada em 14 de dezembro de 1960, por meio da reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia (hoje são duas unidades), a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. No ano de 1962, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e em 1964, o Instituto de Matemática e Física começou as suas atividades. Após a reforma universitária de 1968, a Faculdade de Filosofia foi desmembrada, dando origem ao Instituto de Ciências Humanas e Letras, ao Instituto de Química e Geociências, ao Instituto de Ciências Biológicas e à Faculdade de Educação. Em 1963 foi criada a Escola de Agronomia e Veterinária (que também estão separadas). Posteriormente foram criados o Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública e a Faculdade de Enfermagem e Nutrição. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **A UFG hoje**: informações, programas e projetos. – Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 8. A criação da UFG aconteceu durante um período singular para as políticas de educação no que concernem às universidades, que foi o entremeado pelos anos de 1945 e 1964, quando ocorreu a “federalização” de muitas universidades estaduais, com exceção da USP; e a criação de universidades a partir da junção de cursos superiores, como foi o caso da UFG. Ver: MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho; ARAÚJO, José Carlos Souza. A Universidade Federal do Goiás (UFG) como promotora da expansão e da interiorização do ensino superior. In.: **VIII Jornada do HISTEDBR**. Anais da VIII Jornada dos HISTEDBR. Campinas, SP, FAE-UNICAMP, 2008, p. 5.

<sup>7</sup> Foi criado em 1967 com o *slogan* “Integrar para não entregar”, tendo como objetivos impedir que a “subversão” chegasse às universidades, e, além disso, elevar os índices econômicos do país por meio da “integração nacional”, com o envio de milhares de estudantes universitários para as regiões brasileiras, enquanto os gerais permaneciam no caro de presidente da República ano após ano. Ver: LIMA, 2015, p. 22; e

modalidade universitária que impulsionou a criação dos *Campi* Avançados pelo país. Com relação ao Campus Avançado de Picos, focamos apenas nas atividades realizadas no bairro Paroquial; em seguida direcionamos nossos olhares para a criação da Associação Beneficente João XXIII, composta pelo Estado brasileiro, parte da Igreja Católica, o 3º BEC e alguns civis da cidade, que juntaram esforços para a construção do Abrigo Joaquim Monteiro, que teve como função o recebimento dos “velhos mendicantes” e dos “pedintes” que circulavam pelo patamar da Catedral Nossa Senhora dos Remédios e que, por isso, foram tidos como um incômodo; por último, analisamos algumas entrevistas orais que realizamos com homens e mulheres que viveram em Picos no período que analisamos e que desenvolveram diversas maneiras para sobreviverem e consumirem a cidade a seus modos.<sup>8</sup>

Ainda no ano de 2014, escrevemos o projeto de pesquisa que teve como título *O nominado entulho da urbe moderna: a pobreza enquanto paradoxo do moderno em Picos, durante as décadas de 1970 e 1980*, o que nos permitiu ingressar no PPGHB no ano de 2015. A nossa defesa era que a construção da rodovia Transamazônica foi um empreendimento que permitiu a elaboração de dizeres e práticas em torno da pobreza na década de 1970, com prolongamentos de continuidade até a década de 1980. A nossa busca era pelas diversas representações que foram formadas sobre a modernidade<sup>9</sup> em Picos. Desejávamos saber de que forma o “novo” e o “velho” foram pensados tanto pelos sujeitos que venderam uma busca do “ser moderno”, quanto pelos sujeitos que se recusaram a aceitar as contradições, os dissabores.

Os que venderam as novidades de modernidade não foram corpos sociais sem rostos. Apresentaram-se, enquanto tais, o Estado brasileiro, o 3º BEC, o *Campus* Avançado, o 4º Batalhão da Polícia Militar e parte da Igreja Católica; e, de maneira mais deslocada, mas nem por isso menos importante, estiveram os intelectuais que escreveram no jornal *Voz de Picos* (VP). Eles empreenderam, como as instituições citadas anteriormente, preocupações com o que denominaram de o “velho”, o “atrasado”, ou “entulho” de um passado recente, que era a pobreza.

---

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul): uma análise crítica**. 1990. 211f. Dissertação (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1990, p. IV.

<sup>8</sup> MOURA, José Elierson de Sousa. **Os múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**. 2014. 180f. Monografia. (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014, p. 167-170.

<sup>9</sup> Usávamos a ideia de modernidade ao sentido de Zygmunt Bauman, para quem a modernidade nos deu como consequência a possibilidade de solidificar uma “nova ordem” em detrimento de uma “velha ordem”, que foi a Idade Média, o que depois disso “ser moderno” passou a ser sinônimo de “novo”. Ver: BAUMAN, Zygmunt. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-8.

Assim, tínhamos alguns questionamentos, como: de que maneira a construção da rodovia Transamazônica em Picos significou um ponto de partida para que a pobreza fosse nominada como uma das contradições das políticas do “milagre econômico” que foram implantadas pela ditadura?; de que formas grupos que se denominaram de modernos produziram representações positivas de si e negativas para a pobreza, como se ela fosse o outro, o diferente, o “atrasado” ou o “velho”?; e como os sujeitos que foram nominados de pobres, como sendo algo negativo, recusaram as representações de si que foram fabricadas pelos olhares de fora, ao passo que praticaram os espaços da modernidade a seus modos?

Tanto no TCC, quanto no projeto de pesquisa que escrevemos para ingressarmos no PPGHB, procuramos a definição da pobreza em Picos, durante as décadas de 1970 e 1980, por meio dos discursos que foram construídos pelas instituições que citamos anteriormente. Só que, com a disciplina *Seminário da Linha de Pesquisa II – História, Cidade, Memória e Trabalho*, no ano de 2015, o professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento, que já era o nosso orientador, colocou-nos uma necessidade: definirmos o que entendíamos por pobreza, através de indicadores econômicos e sociais que foram montados pelo Estado brasileiro. E assim, entramos em contato com dados definidores da pobreza, presentes no site do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), com relação a Picos, à região Nordeste e ao Brasil, durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990.

No mesmo período, tivemos contato com a dissertação do ano de 2015, nominada de *“Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*, de Gabriel Amato Bruno de Lima, que teve como tema o programa de extensão universitário PRO, desde a sua criação no ano de 1967, no governo do presidente Artur da Costa e Silva, até o fim do governo do presidente João Batista Figueiredo no ano de 1985. Ao falar sobre as políticas do PRO durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974, destacou que as três unidades do PRO que foram instaladas na década de 1970 às margens da rodovia Transamazônica, ficaram nas cidades de Marabá e Altamira (no estado do Pará) e na cidade de Humaitá (no estado do Amazonas).<sup>10</sup>Gabriel Amato Bruno de Lima não incluiu Picos, mas, a partir do que foi informado por ele, percebemos que a cidade de Picos fez parte, assim como as cidades citadas anteriormente, do PIN e do PRO, que foram duas políticas de integração nacional em que o Estado brasileiro despejou seus esforços, desde o final da década de 1960.

---

<sup>10</sup> LIMA, 2015, p. 77.

Foi importante percebermos também que, após o golpe de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado. E o seu primeiro chefe, o General Golbery do Couto e Silva afirmou em anos posteriores que o seu objetivo com a chefia era dar subsídio para as decisões que fossem tomadas pelo presidente da República. No entanto, tornou-se com Médici (que ainda não era presidente do país), a partir de 1967, uma grande rede de espionagem.<sup>11</sup> Rede que colocou em prática as ideias da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ou Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). É que as ditaduras instaladas no Brasil, na Bolívia, no Uruguai, no Chile e na Argentina, entre as décadas de 1960 e 1970 sofreram a influência da DSN, que foi criada pelo *National War College*, fundado em 1946 com o objetivo de desenvolver uma doutrina que melhorasse a política externa dos EUA, no contexto da Guerra Fria, por meio da segurança coletiva. O *National War College* tinha sua sede em Washington e estava vinculado ao Pentágono. Diversas escolas na América Latina foram inspiradas na referida instituição quando foram criadas, dentre as quais a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>12</sup>, no Brasil; a Academia de Guerra, no Chile; a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; a Escola Superior de Guerra, na Colômbia; e a Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.<sup>13</sup>

Em *Fuerzas Armadas y política en América Latina: perspectivas futuras*, Dirk Kruijt e Kees Koonings tocaram em um ponto sensível para entendermos o desejo das Forças Armadas da América Latina em assumirem o maior posto político de uma Nação, o que nos

---

<sup>11</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004, p. 36.

<sup>12</sup> Antonio de Arruda, por meio do texto *A Escola Superior de Guerra*, apresentou detalhes do que chamou de “Origens (1)” da Escola. Texto que foi publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*. Afirmou que a origem mais remota daquela era um curso de “Alto Comando”, criado em 1942 pela “Lei do Ensino Militar”, mas que tinha como público alvo apenas generais e coronéis do Exército brasileiro. Mas o curso de Alto Comando só foi ministrando após a criação do que chamou de primeira ESG, no ano de 1948, tendo como inspiração a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a possível eclosão de outro conflito mundial. O alinhamento com o bloco ocidental. Em 1948, o General “César Obino”, chefe do Estado-Maior Geral, viajou para aos EUA, momento em que manteve contato com o *National War College*. “César Obino” teria afirmado que no Brasil também se implantava uma Escola semelhante. O que levou os norte-americanos a enviarem uma equipe de auxílio para a criação da ESG, que se efetivou no ano de 1949. Ver: ARRUDA, Antonio de. *A Escola Superior de Guerra (Origens 1)*. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 113. Maria Helena Moreira Alves delineou que o treinamento para a criação da ESG, também foi feito por militares franceses. Ver: ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 24. A ESG não foi criada em meio à solidão, porque em anos anteriores outros cursos de geopolítica foram criados. Em 1944 e 1945, o *Instituto Rio Branco* os iniciou; o *Instituto Cultural* também criou alguns em 1947 e 1948; ainda em 1948, o *Instituto de Direito Comparado de Pontifícia Universidade Católica* do Rio de Janeiro, incluiu a disciplina em seu currículo. Quem ficou a cargo de todos esses cursos foi Everardo Backheuser. E em 1949 foi criado o *Instituto Brasileiro de Geopolítica*, que durante doze anos se tornou um centro para o tema. Ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, vol. 4, 1981, p. 80.

<sup>13</sup> FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**. vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. de 2009, p. 836-837.

ajuda na compreensão do estreitamento de laços que aconteceu com alguns países da América Latina, em especial o Brasil, com as políticas de Segurança Nacional presentes na DSN. Eles destacaram que a característica política das Forças Armadas, nos últimos 200 anos na área, fez com que a carreira militar fosse uma possibilidade de encurtamento de caminho para se chegar ao maior posto de chefe de um país, algo que aconteceu por meio dos sujeitos que os dois autores chamaram de “soldados políticos” e “políticos militares”. Kruijt e Koonings ainda apontaram que em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, El Salvador, Honduras, Guatemala, Paraguai e Peru, expressões como “força estabilizadora”, “árbitro supra-social”, “instituição protetora da Constituição” e “vigilante do desenvolvimento nacional” embalsamaram as atuações do “militarismo político” da região.<sup>14</sup>

No Brasil, com relação ao golpe de 1964, Carlos Fico, em *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, falou de uma “utopia autoritária”, que foi o sentimento existente entre as Forças Armadas de que possuíam as características necessárias para que a eliminação das “formas de dissenso” (o comunismo, a “subversão” e a “corrupção”) acontecesse<sup>15</sup>, o que se relaciona com as expressões usadas por Kruijt e Koonings, para falarem sobre as inspirações do “militarismo político” na América Latina, na realização de seus golpes.

De 1945 até 1961, nos EUA, uma preocupação existiu com a finalidade de esperar um possível ataque russo pelo Atlântico para tomar o continente. Após o período, entrou em cena a Doutrina Mac Namara, que tinha como principal característica ser contra-revolucionária. O perigo não era mais um possível ataque russo pelo Atlântico, mas a “subversão interna”, seguida de infiltração e revoluções em países de “Terceiro Mundo”, tendo como financiadora a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A guerra contra o comunismo teria que ser expandida para os países de “Terceiro Mundo”, tendo como adversário um inimigo interno, nominado de “subversivo”. Guerra que, através das Forças Armadas e de uma política de Segurança Nacional, teria a ajuda financeira dos EUA além de material anti-guerrilhas. Assim, a DSN tinha como finalidade renovar as receitas do Brasil, segundo as receitas ortodoxas do capitalismo, com a integração no sistema econômico norte-americano.<sup>16</sup>

Em *La Alianza para el Progreso en Chile y Venezuela, 1961-1963*, Froilán Ramos Rodríguez e Javier Castro Arcos, falaram sobre o contexto que antecedeu a criação da ESG.

<sup>14</sup> KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. Fuerzas Armadas y política en América Latina: perspectivas futuras. **Iberoamericana**. vol. II, n. 8, p. 7-22, 2002, p. 7-8.

<sup>15</sup> FICO, 2004, p. 34.

<sup>16</sup> MONTAGNA, Wilson. A Doutrina da Segurança Nacional. **Projeto História (PUC-SP)**. São Paulo, v.6, p. 29-40, 1986, p. 36.

Apresentaram que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA buscaram uma maneira de articular um novo sistema internacional de alianças estratégicas, para conseguir apoio frente à URSS. Entrou em cena, assim, a Guerra Fria com a sua disputa ideológica, tendo de um lado os EUA, com as democracias ocidentais capitalistas e, de outro, a URSS, com os regimes comunistas. A última e sua área de influência dominavam o lado leste da Europa e já estava presente no centro do continente, ameaçando a Grécia. O presidente norte-americano Harry Truman formulou a Doutrina Truman em 1947, para a defesa da democracia nos países ameaçados pelo comunismo. Na América Latina, para garantir um acompanhamento mais próximo, ante o perigo que já fazia parte da Europa, firmou-se o Tratado de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 e criou-se a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Mas a prioridade era a Ásia, já que comunistas tomaram a China em 1949.<sup>17</sup>

Durante o governo do presidente seguinte, Dwight Eisenhower, que durou de 1953 até 1961, os EUA destinaram pouca atenção para a América Latina. Só que em 1959 os “barbudos”, tendo como uma de suas lideranças Fidel Castro, tomaram o poder em Cuba e proclamaram a “Revolução Cubana”, colocando o feito entre a zona de influência da URSS, que era dirigida por Nikita Krushev, espalhando o medo de que mais países comunistas aparecessem na região. Em janeiro de 1961, assumiu a presidência dos EUA John Kennedy, que, ainda no mês de março do mesmo ano, anunciou a Aliança para o Progresso.<sup>18</sup> Em *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, Carlos Fico delineou que a Aliança Para o Progresso tinha como objetivo injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina, para provocar desenvolvimento e espantar qualquer apelo revolucionário, com base nas teorias de modernização. Teorias que não estavam perpassadas apenas por ideias de mudanças sociais, mas também por “políticas de segurança”.<sup>19</sup>

Sabendo disso, quando tivemos em mãos os Inquéritos Policial-Militares (IPMs)<sup>20</sup> que foram abertos contra Carlos Augusto da Silva Sampaio e João Alberto Rodrigues Capiberibe,

---

<sup>17</sup> RODRÍGUEZ, Froilán Ramos. La Alianza para el Progreso en Chile y Venezuela, 1961-1963. **Tiempo y Espacio**. n. 62, p. 93-138, 2014, p. 95.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 95-98.

<sup>19</sup> FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 112.

<sup>20</sup> O IPM não foi uma invenção do golpe de 1964. Era um procedimento investigativo que fazia parte da Justiça Militar, com espaço nos códigos normativos das instituições militares e na Lei de Segurança em vigor. O diferencial de uso do IPM após o golpe de 1964 foi dispor de algo que era previsto anteriormente para ter uso esporádico, em caso de crimes militares e políticos, para investigar de maneira generalizada “crimes políticos”. Ideia que surgiu do “Comando Supremo da Revolução” e que foi concretizado no dia 14 de abril, com a nomeação do general Estevão Taurino de Resende para conduzir o inquérito. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá.

que eram da Ação Libertadora Nacional (ALN) no estado do Pará e que desejaram criar uma base da ALN em Picos, além dos que foram abertos contra Antonio Almino de Alencar Filho, João César Roxo Nicolussi e Benoni Alencar, tidos como “subversivos”, portanto, ameaças, percebemos que o PIN e o PRO foram direcionado pelo Estado brasileiro para Picos, tendo em vista os altos índices de pobreza que a cidade apresentava, além dos contatos com sujeitos que foram tidos como “subversivos”, uma combinação, que, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, em *Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As assessorias de segurança e informação das universidades* mexiam com o Estado brasileiro, que estava sob a influencia de uma teoria da modernização circulante entre cientistas sociais e políticos norte-americanos, que acreditava ser necessário modernizar uma região com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política, para que propostas revolucionárias não fossem a única alternativa para a população.<sup>21</sup>

Assim, procuramos responder ao seguinte questionamento: como o Estado brasileiro direcionou o PIN e o PRO enquanto duas políticas de integração nacional para a cidade de Picos, para que houvesse um melhoramento dos seus indicadores econômicas e sociais e, conseqüentemente, acontecesse um afastamento do perigo da “subversão” do seu espaço?

Em *Apologia da história ou o ofício de historiador*, Marc Bloch delineou que a cada vez que as sociedades duvidam de si mesmas, alguns olhares se voltam para o passado, motivados por saber se o questionaram com razão e de um modo correto.<sup>22</sup> Ele se referiu ao período da Segunda Guerra Mundial, quando foi preso e, posteriormente, no ano de 1944, foi fuzilado o que tornou o seu livro incompleto. Estamos em 2016 e o seu pensamento continua atual, o que também nos ensina sobre a necessidade de voltarmos aos clássicos da historiografia, para problematizarmos as nossas crises de consciência histórica.

Jean Chesneaux, no livro *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*, falou algo que foi ao encontro das ideias tecidas por Marc Bloch: “Se o passado conta algo, é pelo que significa para nós [...]”.<sup>23</sup> Assim, se posteriormente falamos de Diogo Mainardi, que em 2014 tratou o Nordeste como pobre e dependente de políticas públicas, que foram colocadas em prática (de acordo com o seu raciocínio) graças à produção econômica do seu lugar de fala (o estado de São Paulo), o que contribuiu para que o Nordeste relesse a ex-presidenta Dilma Rousseff, foi porque sentimos necessidade de questionar um

---

**As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 49.

<sup>21</sup> Idem, 2008, p. 59.

<sup>22</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 31-32.

<sup>23</sup> CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. – São Paulo: Ática, 1995, p. 22.



passado vivido pela população da região, a partir da cidade de Picos, ao longo da ditadura, quando ideias semelhantes foram usadas para que as instalações do PIN e do PRO fossem justificadas.

Se no texto *A operação histórica*, Michel de Certeau apresentou que a escrita da história é feita a partir da combinação de dois fatores, que são o “lugar social” e um conjunto de “práticas científicas”, pois não basta que saibamos que as nossas motivações partem de uma inquietação do presente. É preciso que delineemos os usos que pensamos para as diversas fontes que possuímos, transformando-os, então, nas “práticas científicas” que nos serviram.<sup>24</sup>

A primeira prática de que dispomos vem dos escritos de Michel Foucault, do livro *A ordem do discurso*. Nele há o seguinte questionamento: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”<sup>25</sup> Por discurso consideramos a definição de Mary Jane Spink e Benedito Medrado, para quem o discurso significa o “uso institucionalizado da linguagem e sistemas de sinais de tipo linguístico”.<sup>26</sup> Nos escritos do Estado brasileiro sobre o PIN; nos documentos produzidos sobre o Campus Avançado de Picos; e nos jornais *Correio da Manhã* (CM), *O Estado de São Paulo* (OESP) e o *Jornal do Brasil* (JB), além da revista *Veja* (que disseminaram as ideias do governo brasileiro), o perigo existiu quando o Estado brasileiro colocou em funcionamento as suas maneiras de fazer crer, justamente quando alguns nordestinos e algumas nordestinas imaginaram que, ao se transferirem para o Norte do país, as suas vidas melhorariam; e quando a população de Picos, que recebeu o PRO, absorveu as ideias de integração nacional, o que também foi uma forma de ser controlada, para que a “subversão” não a atingisse. Absorção que não pensamos ao sentido passível, já que toda leitura pressupõe outra produção.<sup>27</sup> O perigo existiu também quando, por meio dos IPM’s que foram instaurados contra os sujeitos tidos como “subversivos”, o Estado brasileiro aliviou a sua pesada condição de guardião da Segurança Nacional, que foi colocada em prática a todo custo, como no caso das prisões que foram feitas contra sujeitos que não concordavam com a política ditatorial posta em prática.

Nas produções do Estado brasileiro sobre o PIN; nos documentos produzidos sobre os *Campi* Avançados; e nos jornais CM, OESP e JB, além da revista *Veja*, houve a utilização de

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 18.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996, p. 8.

<sup>26</sup> SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. *Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*. In: SPINK, Mary Jane. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 43.

<sup>27</sup> Idem, 1998, p. 269.

alguns mapas, o que torna muito pertinentes para os nossos propósitos as ideias de John Brian Harley de *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Para ele,

[...] Los mapas son un lenguaje gráfico que se debe decodificar. Son una construcción de la realidad, imágenes cargadas de intenciones y consecuencias que se pueden estudiar en las sociedades de su tiempo. Al igual que los libros, son también producto tanto de las mentes individuales como de los valores culturales más amplios en sociedades específicas.<sup>28</sup>

Portanto, imaginamos que os mapas que foram produzidos sobre as regiões Norte e Nordeste, tendo como foco a implantação do PIN, quando colocados na condição de que foram produzidos com as intenções de que as duas regiões necessitavam da construção da rodovia Transamazônica, informaram-nos sobre a localização da cidade de Picos dentro do PIN, por meio da linguagem cartográfica que foi disseminada.

Dispomos também de *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, de Reinhart Koselleck, que nos ensinou que algumas experiências históricas geraram algumas expectativas, como se a última fosse uma linha do horizonte, ou seja, as pessoas se moveram em sua direção, mas nunca a tocaram. Se o Estado brasileiro propagandeou a região amazônica como um novo “Eldorado” e incentivou a transferências de nordestinos e de nordestinas para a região Norte, prometendo ainda, com o PIN e o PRO, melhorar as condições econômicas e sociais da cidade de Picos, e, no final da ditadura, as condições de vida dos mais pobres não melhoraram, estivemos lidando com um horizonte de expectativa<sup>29</sup>, pois os cidadãos e as cidadãs de Picos desejaram o melhoramento das condições econômicas e sociais, mas ele faltou ao encontro.

Dispomos, assim, de documentos institucionais, como as *Atas das Sessões da Câmara dos Vereadores* de Picos, do ano de 1964; dos *Inquéritos Policial-Militares* IPMs, instalados contra sujeitos que foram tidos como “subversivos” e que mantiveram contato ou visitavam a cidade, entre os anos de 1964 e 1970; os exemplares primeiro e segundo da *Revista da Escola Superior de Guerra*, dos anos de 1983 e 1984; o *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios* e a *Sinopse Censo Demográfico: 2010*, do IBGE; dados do IPEA, sobre as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, em Picos, no Nordeste, no Norte e no Brasil; um *Projeto de Lei* do Senado Federal, do ano de 2011; o texto *A Transamazônica e o*

<sup>28</sup> HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005, p. 62.

<sup>29</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006, p. 311.

*desenvolvimento do Nordeste*, que foi um pronunciamento feito pelo então senador Arnon de Mello no ano de 1970, quando justificou que o problema da região que foi seu objetivo era a seca; o texto *Euclides da Cunha e rodovia Transamazônica*, de Geraldo Irêneo Joffily, que foi publicado na *Revista de Informação Legislativa* e que se tratou de uma vinculação de que a rodovia Transamazônica sofreu a influência do pensamento euclideano para que a sua construção acontecesse; os *Livros de Tombo* da Igreja Nossa Senhora dos Remédios e da Diocese de Picos, que nos possibilitaram a percepção de como a Igreja Católica se envolveu com as ideias desenvolvimentistas despejadas em Picos pelo Estado brasileiro, ao ponto de criar a sua diocese na cidade no ano de 1975; os *Registros Históricos do 3º BEC*, das décadas de 1960 e 1970, o que nos permitiu uma análise da instalação do Batalhão em Picos, bem como dos trabalhos que foram realizados, como a construção da rodovia Transamazônica, passando pela cidade; os documentos do Campus Avançado de Picos, que obtivemos a partir do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG e por meio da professora Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça, que defendeu a sua tese sobre a extensão universitária da UFG, tendo como título *Extensão: uma política de interiorização da Universidade Federal de Goiás (1972-1994)*; e do livro *A UFG hoje: informações, programas e projetos*, que foi lançado pela editora da própria UFG e que nos possibilitou algumas informações sobre a instalação do Campus Avançado em Picos, bem como da Universidade em destaque.

Usamos também, as publicações de Eliseu Resende, como: *O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, publicado no JB e no CM, no ano de 1969; o texto *O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, compondo a parte de anexos do livro *Transamazônica, solução para 2001*, de Alberto Tamer; o livro *Investimentos rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, de 1972; e *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil*, de 1973. Ainda no campo das publicações individuais, usamos o livro de Alberto Tamer, *Transamazônica, solução para 2001; À margem da história*, de Euclides da Cunha; e *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, do ano de 1981.

Com relação às fontes hemerográficas, dispomos de jornais de circulação nacional, como o JB, dos anos de 1960-1980; o CM, de 1966-1972; o jornal OESP, de 1970-1981; e o jornal OG, de 2016; um jornal de circulação local, *O Profeta*(OP), do ano de 1976; e a revista *Veja* de 1970 a 1981. Além disso, fontes visuais, como o vídeo *A Transamazônica*, do portal Zappiens, do ano de 2010; um vídeo do Diogo Mainardi falando sobre o Nordeste, a partir da reportagem *OAB-PE e deputados acionam Diogo Mainardi no MPF por declarações sobre*

*nordestinos*, de 2014; do filme *Iracema uma transa amazônica*, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, do ano de 1976; do jornal *Voz do Campus*, que nos permitiu analisar a instalação do Campus Avançado em Picos, bem como algumas atividades que foram desenvolvidas pelas primeiras equipes de rondonistas da UFG que se deslocaram para Picos; e da *Revista Foco: Edição Comemorativa: 111 anos Picos*, do ano de 2001, que contém alguns dados demográficos do ano de 1968, com relação a Picos e que não encontramos nas publicações do IBGE. Além disso, usamos três entrevistas que realizamos com Francisco das Chagas Pires, Inês Ilma da Cruz Pires e José Bertino de Vasconcelos Filho, que foram transferidos e transferida para Picos, quando aconteceu o deslocamento do 3º BEC da cidade de Natal para a cidade do Piauí.

Assim, dividimos o trabalho em quatro capítulos, sendo o 2 *Um ponto para a integração, um ponto para a “subversão”*: *Picos, a cidade de uma pobreza em disputa*, quando perscrutamos a entrada em cena de Picos enquanto cidade pobre e que mantinha contato com sujeitos que foram tidos como “subversivos”, o que, para o Estado brasileiro, justificava a necessidade de envolvimento da cidade no PIN e no PRO; o 3 *Um proclamado “vazio demográfico”*: *a região Norte, a construção da rodovia Transamazônica e a emergência de ideias de segurança nacional*, que foi o momento em que percebemos as justificativas que foram formuladas pelo Estado brasileiro para que o PIN fosse formulado, atrelando-o a uma necessidade de ocupar a região Norte para que a Segurança Nacional fosse garantida; o 4 *“Transamazônica, solução para 2001”*: *o Estado brasileiro e a construção de Picos enquanto o “marco zero” da rodovia*, quando o PIN e a inclusão da cidade de Picos em seu projeto; e o 5 *Políticas de integração nacional na ditadura militar: a implantação e o funcionamento do Programa de Integração Nacional e do Projeto Rondon na cidade de Picos*, momento em que analisamos a construção do trecho da rodovia Transamazônica em Picos e o funcionamento do Campus Avançado, na busca por melhorar os indicadores econômicos e sociais da cidade, ao longo da década de 1970.

## 1 UM PONTO PARA A INTEGRAÇÃO, UM PONTO PARA A “SUBVERSÃO”: PICOS, A CIDADE DE UMA POBREZA EM DISPUTA

No dia 26 de outubro de 2014, no *Manhattan Connection*, programa exibido no Globo News, Lucas Mendes, Caio Blinder e Diogo Mainardi tiveram como foco o resultado da eleição presidencial daquele ano.<sup>30</sup> E ao mirarem o resultado, também falaram do Nordeste. Região que para o último, que contou com o apoio da bancada para firmar a sua opinião, continuava: “retrograda”, “governista”, “bovina”, “subalterna”, “atrasada”, “pouco educada” e “pouco instruída”. Prosseguindo, Mainardi apresentou-se ainda como paulista. Fez de tal maneira, para dizer que o estado de São Paulo, que apareceu enquanto a força econômica do país realizou nas urnas (no mesmo dia) uma rejeição à presidenta reeleita Dilma Vana Roussef. Rejeição que, de acordo com a sua lógica de pensamento, representou uma oposição ao Nordeste. Significou mais: a força econômica que era o seu lugar de fala custeava os gastos da região atrasada e subalterna, nominada Nordeste. Ao se referir aos nordestinos (pensemos também nas nordestinas), utilizou um advérbio e um verbo que significaram muito mais do que pretendeu: “sempre” e “continuava”.

Com a sua fala, o Nordeste sempre existiu ou foi congelado no tempo. Mais específico: sempre existiu e existiria do mesmo modo, pobre e dependente economicamente do estado de São Paulo. Lembremos que, enquanto identidade espacial, o Nordeste existiu ou se processou a partir do final da primeira década e início da segunda década do século XX. A força motriz desse processamento foi uma tensão entre discursos e práticas regionalistas.<sup>31</sup> Em período anterior, o Nordeste fez parte do que foi nominado de Norte. A diferenciação regional entre Norte e Sul existiu pelo menos desde a década de 70 do século XIX, quando frente ao discurso de unidade nacional, que se apresentou a partir das elites do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as classes dirigentes nortistas reivindicaram mais participação política a partir de uma diferenciação do espaço nacional.<sup>32</sup>

Outro ponto chave levantado por Mainardi foi o Nordeste e uma suposta dificuldade para se modernizar. Usou como exemplo a imprensa e a liberdade de expressão. Afirmou que no Nordeste, lado “atrasado” do Brasil, a “imprensa livre” não existia. A assertiva só podia ser aplicada da “metade do Brasil para baixo”. A modernidade estaria também na metade de

<sup>30</sup> GÓIS, Fábio. OAB-PE e deputados acionam Diogo Mainardi no MPF por declarações sobre nordestinos. **Congresso em Foco**. Brasília: 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/oab-pe-deputados-acionam-diogo-mainardi-por-declaracoes-sobre-nordestinos/>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 3. Ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 22-23.

<sup>32</sup> PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 129-130.

baixo, porque ela detinha o poder econômico do país. Mainardi apresentou ao Brasil a sua face nova, atualizada e que aos seus olhos era moderna, que correspondeu ao que ele classificou de “metade do Brasil para baixo”; e a sua face atrasada, pobre e antiquada, como sendo o Nordeste. Se o moderno possui os seus partidários e adversários<sup>33</sup>, Mainardi dividiu o Brasil em dois: “a metade do Brasil para baixo”, que estaria no caminho certo do mundo moderno, e o Nordeste, que freava a marcha e seria um adversário, já que não custeava os seus próprios gastos.

Se com ele (des)aprendemos ainda que “a metade do Brasil para baixo” fez a sua parte para provocar o desenvolvimento econômico do país, enquanto o Nordeste não foi capaz, pois, passemos para uma segunda lição, ao longo do século XX, pelo menos duas tentativas de buscar o progresso do país, por meio do progresso da região amazônica foram aventadas, que seria a possibilidade da região custear os seus próprios gastos, contribuindo para o crescimento econômico do país, por meio do aumento da sua demografia, que exploraria as riquezas incrustadas na terra. Ambas envolveram o Nordeste.

A primeira foi processada por Euclides da Cunha, em parte do seu livro póstumo *À margem da história*, momento em que pensou, por exemplo, a construção de uma ferrovia na região amazônica intitulada “Transacreana”<sup>34</sup>, com o objetivo de permitir a integração interna da região e a fixação do “colono” nordestino na terra, para que o nomadismo não significasse a opção mais usual de relação entre o homem e o meio; a segunda foi uma proposta formulada, no final da década de 1960 e início da década de 1970, durante a ditadura militar, a partir do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, de implantação do PIN, com a construção de duas rodovias (pelo menos): a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, para integrarem o Nordeste e o Norte ao restante do Brasil, além de propiciarem aos nordestinos e às nordestinas que se fixassem no Norte, a ocupação dos espaços do “vazio demográfico”, para ajudar a região Norte a custear seus gastos; e o Nordeste, que com a diminuição da sua concentração demográfica, também seria capaz de pagar as suas contas.

Discurso semelhante ao de Diogo Mainardi, porque os seus olhares em 2014 estiveram voltados para o futuro e para o passado, só que seus olhares não apontaram para o novo. É que nem sempre os olhares do viajante da história se voltam/voltaram para o novo.<sup>35</sup> Assim, uma proposta foi feita em 1909, e a outra, a partir do ano de 1968. A segunda envolveu a cidade de

<sup>33</sup> LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 4.

<sup>34</sup> CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 86.

<sup>35</sup> REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **X Encontro Nacional de História Oral**- testemunhos: história e política. Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos), p. 2.

Picos, no estado do Piauí, cidade que apareceu enquanto “marco zero” da rodovia Transamazônica.

Em outro momento, a revista *Veja* de 31 de dezembro do mesmo ano, teve como título na capa, em uma de suas edições, “O ano de 1980”, uma espécie de retrospectiva dos principais fatos que aconteceram no ano que já era fim. Na coluna “Cinema”, algumas produções cinematográficas dos meses anteriores foram celebradas. E *Bye bye, Brasil* de Cacá Diegues<sup>36</sup> não ficou de fora. A celebração apareceu mais ou menos assim: “[...] Diegues fez um filme otimista e bem-humorado, além de bonito, sobre o Brasil depois da Transamazônica”.<sup>37</sup>

O filme foi feito para dizer sobre duas aventuras: a primeira, de um Brasil litoral que buscava conhecer um Brasil interior; e a segunda, de uma trupe de um circo mambembe que procurava público no interior nordestino. No litoral pululavam imagens de televisões. As sociabilidades já eram outras e não havia espaço para Lorde Cigano (encenado pelo saudoso José Wilker) e seu grupo mambembe. Com o tempo, algumas cidades do interior do Nordeste também já possuíam as suas televisões. Uma possível saída para Lorde Cigano e seu grupo foi aproveitar os espaços de um Brasil desconhecido ou de um novo Brasil: a região Norte. Em diálogo com um caminhoneiro em um bar de beira de estrada, Lorde Cigano recebeu instruções para chegar ao destino desejado. Antes ele teria que chegar até a cidade de Picos, no Piauí, “marco zero” da rodovia, para que prosseguisse sua viagem a Altamira no estado do Pará. Cacá Diegues, por meio do filme, reverberou algo que nos inquietara: a cidade de Picos enquanto “marco zero” da rodovia Transamazônica, a cidade de Picos, enquanto ponto de ligação entre as regiões Norte e Nordeste. E se, em 1980, Cacá Diegues vociferou, por meio de uma narrativa filmica, que a cidade de Picos era o “marco zero” da rodovia, o título foi uma invenção reverberada ao longo dos anos.

Gabriel Amato Bruno de Lima atestou também sobre uma relação cara aos nossos anseios entre os trabalhos do projeto e a rodovia Transamazônica, mas a estrada não foi o seu foco. Ao falar sobre o modelo de implantação dos *Campi* Avançados, versou de igual forma, como foram escolhidas as regiões para serem instalados. Trabalhou com dois fatores: regiões

---

<sup>36</sup> No ano de 1962, a vida cultural brasileira foi sacudida pela criação do Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e com a publicização do Cinema Novo enquanto grupo. Cacá Diegues foi lançado no cenário cinematográfico brasileiro, naquele início da década de 1960, a partir da sua participação enquanto diretor do filme *Cinco Vezes Favela*, produzido pelo CPC. O que se buscava no CPC, também era a “expressão da cultura nacional”. Uma expressão que não se perdesse nos regionalismos e tampouco no universal. Mais tarde, Cacá Diegues também fizera parte do Cinema Novo, que tinha seu fôlego de inspiração no “neorrealismo italiano e na *nouvelle vague* francesa”. Ver: NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. – São Paulo: Contexto, 2014, p. 20-25.

<sup>37</sup> COMPENSADO o atraso. **Veja**. São Paulo, 31 dez. de 1980. n. 643, p. 142.

que foram preocupações estratégicas para os militares (territórios federais e áreas de fronteira); e outras que estiveram ligadas com as metas desenvolvimentistas do governo federal, como as cidades que estavam às margens da Transamazônica.<sup>38</sup>

Assim, se a cidade de Picos foi reverberada enquanto “marco zero” da Transamazônica desde o ano de 1968 e posteriormente, em 1972, recebeu a instalação de um Campus Avançado do PRO, com esse capítulo atravessamos alguns momentos de uma disputa. É que dois projetos de “Brasil” miraram a cidade. Ambos entenderam Picos como um ponto de integração nacional. O primeiro, a que nos referirmos em linhas anteriores, foi cunhado pelo Estado brasileiro a partir dos projetos do PIN, endereçados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici e que tinha como Ministro dos Transportes, Mário David Andreazza; e pelo PRO, criado em 1967 durante o governo do presidente Arthur da Costa e Silva. O segundo partiu de uma parcela da oposição, incluindo a Ação Libertadora Nacional (ALN), que, além de enxergar Picos como um ponto de ligação entre o “Norte” e o “Sul”, aventou enquanto possibilidade, por meio de planejamentos feitos por Carlos Marighela, a criação de uma base de apoio na cidade. O primeiro projeto, em Picos, prevaleceu sobre o segundo. Então iniciemos pelo segundo, para o qual a cidade era entendida como uma ameaça “subversiva”. O segundo, que interpretado/combatedo pelo Estado brasileiro, permitiu que o primeiro fosse justificado.

Falamos agora do avesso de um Brasil que, aos olhos da ditadura, não poderia ser. E em Picos não foi. Falamos do capítulo 2. *Um ponto para a integração, um ponto para a “subversão”*: Picos, a cidade de uma pobreza em disputa, momento em que perscrutamos a emergência de um ponto de preocupação para a ditadura militar. Com o tópico 2.1 *No meio da Transamazônica havia uma cidade, no meio do caminho havia Picos*, situamos a individualidade da cidade ao ponto de justificar a necessidade de construção da Transamazônica no seu espaço, ao sentido do Estado brasileiro; em seguida, lançamos mão do tópico 2.2 *Picos, de “município-modelo” a uma oportunidade para a “subversão”*, como forma de capturarmos o átimo em que a cidade passou de “município-modelo” para uma possibilidade de atuação de ações “subversivas”, já que alguns “subversivos”, aos olhos da ditadura, mantinham contatos com o município; e o tópico 2.3 *A “pólvora” para as “condições objetivas” de uma base ALN: Picos e seus índices de pobreza*, quando apresentamos indicadores sociais, com relação às décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990,

---

<sup>38</sup> LIMA, 2015, p. 84.



relacionando-os com as ideias de Segurança Nacional do Estado brasileiro, para justificarmos que os altos índices de pobreza mereciam projetos de crescimento econômico e melhoramentos das condições sociais, para que a Segurança Nacional nas regiões Norte e Nordeste não fosse afetada.

### 1.1 No meio da Transamazônica havia uma cidade, no meio do caminho havia Picos

Em 2014, Picos se constituiu em uma efeméride de um silêncio, quando houve a demarcação de um aniversário duplo: o primeiro, dos cinquenta anos do golpe de Estado de trinta e um de março de 1964; e o segundo, dos cinquenta anos de um silêncio sobre aquele evento na cidade. Aniversário que não usamos no sentido de comemoração. Em *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, Carlos Fico da Silva Júnior atestou que não é coerente comemorar um golpe de Estado como o que temos em foco. Mas, como ele próprio destacou em 2004, ano de publicação do texto, o fato de não ser cabível uma comemoração para o evento não o impedia de ser abordado enquanto uma efeméride.<sup>39</sup> Problematizar o contexto é uma boa oportunidade para manusearmos alguns motivos pelos quais o Brasil de hoje possui algumas faces.<sup>40</sup> Como a face de Diogo Mainardi, para quem a “pobreza” do Nordeste ainda não conseguiu arcar com os seus próprios gastos. Afirmar isso entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 não seria uma posição fora do coro dos contentes.

De igual modo, no ano de 2014, reafirmou o evento de 1964 também como uma efeméride. E acrescentou que, desde os primeiros momentos da ditadura, as ciências sociais receberam mobilizações para explicarem as derrotas do experimento democrático de 1945 e dos projetos nacionais e desenvolvimentistas que circundaram a política brasileira ao longo dos anos 50 e 60<sup>41</sup> do século passado.<sup>42</sup> Falou assim para explicar que não apenas em 2014 a

<sup>39</sup> FICO, 2004, p. 29.

<sup>40</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. *Revista de História (UFES)*, Vitória, Espírito Santo, v.16, p. 131-139, 2002, p. 132.

<sup>41</sup> Em 1945, as Forças Armadas depuseram Getúlio Vargas. A República brasileira que elegia seus candidatos com 5% da população tendo acesso ao processo eleitoral, começou a sentir o peso de uma maior participação política popular nas ruas e nas urnas. Alguns partidos começaram a se mobilizar em torno de alguns temas como o imperialismo, o comunismo e o nacionalismo (por meio da luta pelo petróleo e as reformas de base). Alguns acontecimentos que mexeram com a democracia entraram em cena, como o suicídio de Getúlio Vargas, no seu segundo governo presidencial em 1954, com pressões de militares e udenistas; o golpe dado pelo Marechal Teixeira Lott, em 1955, para que Juscelino Kubitschek assumisse a presidência; e a crise de posse de João Goulart. E ao longo de 1945 até 1960 aconteceu um avanço eleitoral das esquerdas. Quando das eleições democráticas o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era o partido de João Goulart, em 1945 possuía 10,2% do eleitorado; em 1950, 18,5%; em 1954, 18,7%; em 1958, 20,5%. Partidos como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) encolheram em número de eleitorado. Assim, a conversão da UDN em partido golpista passou pela visão de que não poderia chegar democraticamente ao poder. Ver: CARVALHO, José Murilo de. 1964 meio século depois. *Nova economia*. Belo Horizonte, v. 23, jan.-abr. de 2014, p. 9-14, p. 11 & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. 1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil. *Revista Marcanan*, v. 11, p. 79-90, 2014, p. 81.

produção historiográfica brasileira descobriu o evento. A complexidade dos seus começos mereceu destaque tanto no texto de Carlos Fico, quanto no de Francisco Carlos Teixeira da Silva.

Se a cidade de Picos teve a sua efeméride de um silêncio, falamos sobre, mas ainda não a explicamos. Por efeméride entendemos ser um fato histórico importante que gerou debates, apesar de não ser comemorável.<sup>43</sup> Assim, no ano de 2014 em Picos, o aniversário de (des)comemoração do golpe de Estado de trinta e um de março de 1964 ficou por conta da *VII Semana de História de Picos – VII SEMHIPI e Simpósio de História, Cultura e Sociedade: Brasil 50 anos de Golpe: Memória, Cultura e Poder*. Evento realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Só que, se em 2014 o golpe foi motivo de debates e revisões, no próprio ano de 1964, em Picos, um silêncio sobre os desdobramentos políticos dos meses de março e abril foi respirável. Silêncio que nos foi indicado por Jailson Dias de Oliveira em *MDB e ARENA, Cultura política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985)*.<sup>44</sup>

Após a indicação, um questionamento: de qual maneira o silêncio foi processado? Escolhemos um caminho ou um lugar específico, que foi a Câmara Municipal dos Vereadores. Selecionamos por um lembrete de leitura de *A ordem do discurso*, de Michel Foucault, para quem o discurso, ao contrário de se pacificar no campo político, exerce por lá os seus mais temíveis poderes. O sujeito/a instituição que manuseou o poder pôde até tentar, mas lá onde a política imperou, o discurso não foi neutro e nem transparente.<sup>45</sup> Lembrete que nos possibilitou manusear o tracejar de forjamento do silêncio anunciado. E procurar o que foi discutido/proposto pelos vereadores na casa legislativa, a partir do dia 31 de março de 1964, pareceu-nos um bom início de busca do silêncio. Após a efetivação do golpe de 1964, diversas sessões foram realizadas no espaço e tiveram seu registro no livro de atas. A primeira após o evento foi realizada no dia seis de abril.

No mesmo dia foram lidas e aprovadas atas das sessões anteriores, do dia seis de março. Algumas vezes, várias sessões foram realizadas no mesmo dia; e para o expediente de discussão, alguns projetos entraram em pauta: dois de autoria do prefeito municipal, João de Deus Filho<sup>46</sup>, sendo um que proibia a criação de caprinos e ovinos na fazenda Currálinho do município de Picos, e outro que abria crédito especial de “240, 000, 00 Cr\$” para serem pagos

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>43</sup> FICO, 2004, p. 29-30.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA**, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985). 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012, p. 49.

<sup>45</sup> FOUCAULT, 1996, p. 9.

<sup>46</sup> Era da UDN e tomou posse em 31 de janeiro de 1963, tendo como vice-prefeito Florêncio Bento Bezerra, do PSD. Ver: OLIVEIRA, 2012, p. 42.

os alugueis do prédio ocupado pela “Companhia CP-4 da Polícia Militar” do estado do Piauí; e o terceiro, de autoria do vereador Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, que era do PSD, e que autorizava a criação do município de “Filomeno Portela”, que seria desmembrado de Picos.<sup>47</sup>

Ao seu final, uma certeza: nenhuma menção ao golpe de Estado de 1964. Mas no dia trinta e um de julho foi realizada a “primeira sessão extraordinária” do ano. E uma “resolução de nº 1”, de autoria do vereador Eurípedes Borges Leal, que era da UDN, foi votada e aprovada, para conceder o título de cidadão picoense ao então governador do Piauí, Petrônio Portella Nunes, que também pertencia ao partido.<sup>48</sup> E a “ata da sessão solene” de entrega do título, do dia primeiro de agosto, poderia responder nossas inquietações. Grafou-se nela:

[...] Estando presente Dr. Petrônio Portella Nunes, o deputado Dr. Helvídio Nunes de Barros o Dr. Alberto Monteiro e outros Deputados, e também o Rev. Padre Josino. Ouve a entrega de um título da autoria do Sr. vereador Eurípedes Borges Leal para o Dr. Petrônio Portella Nunes título de cidadão picoense – falou também o Sr. vereador Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues em homenagem ao Dr. Petrônio, ouve vários oradores como Dr. Alberto, Dr. Helvídio Nunes de Barros e o padre Josino e o Dr. Petrônio agradecendo aos vereadores o título de cidadão Picoense [...].<sup>49</sup>

Mais uma vez não chegamos a uma resposta. E não tivemos nenhuma menção ao golpe de Estado de 1964, de maneira direta. Não se grafou nada a seu respeito. Só que há um detalhe importante: não sabemos muito do que foi dito na “sessão solene”. O que foi dito não ficou grafado na ata correspondente. Estiveram presentes o governador do Piauí e homenageado, Petrônio Portella, que de início foi contrário ao golpe de 1964, em favor da legalidade, como constatou Francisco Alcides do Nascimento em *A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina no ano de 1964*<sup>50</sup>; o deputado Helvídio Nunes de Barros, picoense da UDN; Alberto Monteiro; e o padre Josino. Todos falaram. Imaginamos que, na sessão, algo foi dito sobre o dia 31 de março do mesmo ano.

Imaginamos pelo lugar social<sup>51</sup> que era ocupado por alguns dos sujeitos ligados à UDN, e também por outra informação: Helvídio Nunes orientou a migração da UDN para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na cidade de Picos. Para dizer assim, Jailson Dias

<sup>47</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 155-156.

<sup>48</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 163.

<sup>49</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 165.

<sup>50</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A arte de narrar: memórias de presos políticos em Teresina nos anos de 1964** [mensagem eletrônica]. Mensagem recebida por eliersom@hotmail.com em 16 de março de 2016, p. 5.

<sup>51</sup> É um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Possui determinações próprias que demarcam as leituras de mundo. Como alguns sujeitos eram da UDN, a inclinação para saudar o golpe civil-militar de 1964 pode ser uma possibilidade. Ver: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56.

realizou entrevista com Olívia da Silva Rufino Borges. Ela que fez parte da UDN na cidade naquele contexto, relatou que a ditadura instalada no Brasil afetou também o partido do qual fazia parte. É que o então responsável pela Secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio do Piauí (SEVOPAIC), Helvídio Nunes, organizou o diretório regional da UDN, transformando-o na ARENA em Picos, acompanhando as determinações nacionais do partido, para gerar apoio aos militares.<sup>52</sup> Algo possível porque, no dia 27 de outubro de 1965, entrou em vigor, no governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (ou apenas Castelo Branco), o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que tornou extintos todos os partidos políticos; e um mês depois, o Ato Complementar nº 4, que instaurou como legendas partidárias a ARENA, aliada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tido como “oposição”.<sup>53</sup>

E imaginamos ainda, pelo fato de que os dois sujeitos, Petrônio Portella e Helvídio Nunes, viverem, no período, na cidade de Teresina, que, no ano de 1964, possuía um considerável sistema de comunicação de massa. Sistema que era composto por seis jornais: o *Jornal do Piauí*, o *Jornal do Comércio*, circulando toda quinta-feira e domingo; e *O Dominical*, que circulava uma vez por semana nas igrejas católicas e que era editado pela Arquidiocese; e o *Folha da Manhã*, o *Folha do Nordeste* e *O Dia*. O último foi arrendado ao PTB em 1962, mas em 1964 já pertencia ao Coronel do Exército, Octávio Miranda, tendo como diretor comercial, o Policial Militar Jofre Castelo Branco. Ainda no ano de 1964, mais precisamente no dia 14 de abril, foi realizada em Teresina a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, tendo como principal objetivo o combate ao chamado “comunismo ateu”. Ela não foi organizada sumariamente pela Igreja Católica e, segundo reportagem do jornal *O Dia*, contou com mais de 50 mil pessoas, o que obrigou o adiamento de saída do horário previsto (17 horas) em meia hora. O palco de combate ao “comunismo ateu” foi a Avenida Frei Serafim.<sup>54</sup>

Com relação às emissoras de rádio, elas eram três: a *Rádio Difusora de Teresina*, que na época pertencia às emissoras de Assis Chateaubriand; a *Rádio Clube de Teresina*, que foi constituída com capital aberto, que significava a venda de ações, mas que Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, ou simplesmente Chagas Rodrigues<sup>55</sup>, ex-governador do Piauí, foi

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 49.

<sup>53</sup> PETIT, Pedro. O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado Pará. *Historiae*, v. 5, p. 179-226, 2014, p. 213.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Marylu Alves de. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. *Revista Crítica Histórica*. Ano V, n. 10, dez. 2014, p. 112-113.

<sup>55</sup> Francisco das Chagas Rodrigues, natural da cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, foi eleito governador do Piauí no ano de 1959, sendo candidato pela coligação PTB-UDN. Chegou ao poder por meio de uma fatalidade,

um dos maiores acionistas; e a *Rádio Pioneira*, que pertencia à Igreja Católica e que na época era comandada pelo Arcebispo de Teresina<sup>56</sup>, Dom Avelar Brandão Vilela, o que significa que, além do lugar social, Petrônio Portella e Helvídio Nunes tiveram oportunidade de se informarem e se envolverem com o que acontecia no campo da macropolítica no país, aumentando as chances de terem comentado algo em Picos.

Assim, falamos até agora do processamento de um silêncio em relação ao golpe de Estado de 1964 em Picos. É que o silêncio também é história. Melhor: a história não é escrita somente pelo dito. Algumas vezes, não dizer foi mais significativo. Algumas vezes, não dizer já foi uma forma de indicar algo. Quem praticou o exercício de não dizer aliviou a sua consciência ou pelo menos tentou aliviar. Os envolvidos que fabricaram um silêncio para o golpe de Estado de 1964 na cidade, talvez, ficaram mais tranquilos com a sensação de não dizer. Mas quem leu o que não foi dito nem sempre precisou amenizar algo, ou não quis amenizar. O historiador, na contramão, deixa-se atravessar pelas duas faces, a que esconde uma parte e a que descobre outra. As noites que envolvem o nosso fazer são longas, mas o lençol da escrita que manuseamos é curto. Não damos conta de tudo. Ao aquecermos uma parte, outra ficou descoberta.

Somando-se a isso, outra possibilidade de leitura foi possível: a quebra de um silêncio que também foi construído sobre o evento. Uma quebra de silêncio que se mostrou avessada. É que quem fabricou o silêncio também fabricou a sua quebra. Referimo-nos aos membros do jornal OG, que em *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*, em 2013, o silêncio de apoio do jornal ao golpe de Estado de 1964 foi quebrado. A culpa foi dividida e as ressalvas escancaradas.

O ano em que o silêncio foi quebrado apresentou as suas singularidades. O contexto estava marcado pelas nominadas “Manifestações de junho”. Nas ruas, um coro era presença: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”<sup>57</sup>, o que, segundo a matéria, era um incômodo para o jornal. Incômodo que era gritado volta e meia em desagrado a uma “reportagem” ou a um “editorial” que não estivesse ao gosto das “ruas”, que foi o caso no ano de 2013. Vejamos:

---

que foi a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente (que seriam candidatos a governador e senador, também pela oposição), em viagem automobilística que empreendiam até Água Branca, também no Piauí. Ver: Idem, 2008, p. 376.

<sup>56</sup> NASCIMENTO, 2016, p. 7.

<sup>57</sup> APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 14 set. de 2013.

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos – Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” – e de alguns segmentos das Forças Armadas.<sup>58</sup>

O OG foi criado em 1925.<sup>59</sup> Para quebrar o silêncio em 2013, dividiu a culpa, quando trouxe para a cena jornais como o OESP, *Folha de São Paulo* (FSP), o JB e o CM. Trouxe-os para a cena como forma de construir uma informação: não apenas o jornal OG havia apoiado o golpe de Estado de 1964, dentro da grande mídia impressa do eixo Rio-São Paulo. Outros jornais despejaram o mesmo interesse, de que o movimento golpista se sagraisse vencedor. Em *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*, Rodrigo Patto Sá Motta analisou também as representações daqueles diários, no que concerne ao que chamou de primeira fase da ditadura (1964-1969).

Se o OG construiu a informação para dividir a culpa, Rodrigo Patto Sá Motta apresentou, em seu texto que foi lançado em 2013, o detalhe de que o OESP, o FSP, o JB e o CM, juntamente com o OG, foram adeptos de valores liberais e democráticos. Só que, diferente de o OG, criticaram a censura e a legislação autoritária, com o passar dos anos da primeira fase indicada. Anterior ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), o OESP, o FSP, o JB e o OG reivindicaram o que chamavam de “revolução”<sup>60</sup>, como uma obra que também lhes pertencia.

<sup>58</sup> APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

<sup>59</sup> PRIMEIRA Sede. **O Globo**. Rio de Janeiro. s/a. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

<sup>60</sup> A ideia de “revolução” foi mais uma das apropriações que os militares fizeram das esquerdas. Para termos uma noção disso, Gláucio Ary Dillon Soares afirmou que no ano de 1963, morava fora do Brasil, e que em viagem de volta, resolveu atualizar a sua biblioteca com edições das ciências sociais. E a quase totalidade dos números que falavam de “revolução” pertencia às esquerdas. Algo possível, porque a tradição de origem marxista, que havia penetrado na sociologia política latino-americana, entendia que naquele período, as elites conversadoras e os oficiais militares estavam entre os 20% melhor distribuídos nacionalmente, portanto, uma “revolução” só poderia vir dos de baixo e não daqueles 20%. Talvez por isso, o medo de os supostos “subversivos” usarem tal argumento teórico na prática, tenha levado os militares a se apropriarem do termo. O próprio Ernesto Beckmann Geisel (presidente do Brasil entre 1974 e 1979, durante a ditadura), no ano de 1981, afirmou que no Brasil, o que houve em 1964 não foi uma “revolução”. Por que elas são feitas em favor de uma ideia, de uma doutrina. O que houve, segundo o seu pensamento, foi um movimento contra Goulart, a corrupção e a “subversão”. As aspas são nossas. Fiquemos com a parte em que ele disse não ser “revolução”. Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: \_\_\_\_\_; D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de**

Apoiaram o movimento golpista por acreditarem que ideias que defendiam a “liberdade”, supostamente ameaçada pelo governo de João Goulart e “aliados” estavam presentes. Só que, quando os líderes do movimento golpista ameaçaram a sua “liberdade”, o desejo de retorno aos princípios do dia 31 de março fez-se presente.<sup>61</sup>

Ficou dito pelo o OG que nos começos do golpe houve o medo de que João Goulart desferisse um “golpe” juntamente com sindicatos e setores das Forças Armadas. Pelo menos foi o que se alimentou no imaginário político da época e nas justificativas para o apoio em anos subsequentes, como no caso da matéria do ano de 2013.

Cada jornal, dentre os anunciados pelo o OG, incluindo-o, possuía, durante o acontecer da década de 1960, em torno de 100 mil a 250 mil tiragens diárias,<sup>62</sup> portanto, problematizarmos como o movimento golpista de 31 de março foi descrito pelos diários, por meio de Rodrigo Patto Sá Motta, revelou-se algo interessante, até para balizarmos o quanto os fabricantes do silêncio produzido em Picos, e que já analisamos, revelaram-se adeptos de uma pretensa neutralidade discursiva em relação ao que foi grafado nas atas da Câmara Municipal dos Vereadores.

Se somente em 2013 a indicação de um silêncio sobre o golpe de 1964 foi feita em Picos, tornou-se assim uma “tradição inventada” não falar sobre. Feito o jornal OG, que temeu um “golpe à esquerda” dado por João Goulart, famílias como “Nunes de Barros”, “Santos” e “Eulálio” temiam perder seus privilégios políticos, caso a política brasileira virasse à esquerda. Inventaram a tradição do silêncio sobre o evento, para que mudanças não acontecessem,<sup>63</sup> tanto que, na composição da ARENA e do MDB, os “Nunes de Barros”, que já eram UDN, ocuparam os espaços do primeiro partido; e os “Santos” e “Eulálio”, ocuparam o MDB.<sup>64</sup> E a cidade do silêncio, tornou-se, com o passar da década, preocupação para a ditadura, mas por quais motivos?

## 1.2 Picos, de “município-modelo” a uma oportunidade para a “subversão”.

---

**regime militar:** balanços e perspectivas. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 10 & TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004, p. 14-15.

<sup>61</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi.** v. 4, n. 26, p. 62-85, jan.-jul. 2013, p. 67.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>63</sup> HOBBSAWM, Eric John. RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 58.

“Só quem é burro, ou tem muita má-fé ainda não entendeu que o presidente Castelo Branco só é atacado por certos jornais porque permite”.<sup>65</sup> Foi assim que o general Ney Braga<sup>66</sup>, então Ministro da Agricultura, em 12 de abril de 1966, iniciou a sua fala no “I Encontro Nacional de Prefeitos dos Municípios-Modelo do Brasil”. Oportunidade que permitiu a lapidação de uma imagem para Castelo Branco. Carlos Fico atestou que os escritos com esforços de memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar foram capazes de propor uma imagem para o presidente. Uma imagem positiva, que era ao mesmo tempo “moderada” e “legalista”.<sup>67</sup>

Imagem que também foi lapidada em “tempo real” durante a ditadura, com a licença da expressão entre aspas. Vejamos o exemplo de Ney Braga, para quem uma suposta benevolência de Castelo Branco aos ataques que recebia fazia parte do jogo. Castelo Branco era atacado porque permitia. E permitia os ataques, porque em cena estava o seu espírito “democrático”, mesmo com o exército em suas mãos.<sup>68</sup>

Ney Braga não foi o único a exaltar o governo na ocasião. Eudes de Souza Leão Pinto, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), de igual modo falou. O INDA já era uma nova forma de lidar com os anseios por reforma agrária no país. Se, em 1962, João Goulart criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), no ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) (como forma de comportar a legislação trabalhista para o campo); e no dia 13 de março de 1964, João Goulart assinou decreto, prevendo a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal (limitando como faixa de desapropriação 10 km), após o golpe de 1964, outros órgãos entraram em cena, inclusive com a anuência de setores patronais, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

A primeira posicionava-se de maneira contrária à reforma agrária, e a segunda em favor do “parcelamento” de terras públicas e da cooperativização empresarial de pequenos agricultores. Ainda em 1964, a desapropriação das terras que margeavam as rodovias foi

---

<sup>65</sup> Agricultura reúne municípios-modelo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23. 394, p. 7, 12 abr. 1966.

<sup>66</sup> Ney Braga assumiu o Ministério da Agricultura, no final de 1965. Ele que, posteriormente, foi senador (1966-1974), Ministro da Educação do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1978) e novamente, governador do Estado do Paraná, de maneira indireta (1978-1982), já que em 1960, pelo Partido Democrático Cristão (PDC), ele foi eleito governador do Paraná ao derrotar o candidato Nelson Maculan, do PTB. Sobre o movimento golpista de 1964, Ney Braga foi um dos conspiradores, naquele Estado. Ver: BATISTELLA, Alessandro. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. **Diálogos** (Maringá), v. 18, p. 203-242, p. 241.

<sup>67</sup> FICO, 2004, p. 32.

<sup>68</sup> Agricultura reúne municípios-modelo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23. 394, p. 7, 12 abr. 1966.



cancelada. Junto, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Terra (ET). Em seguida, a SUPRA foi extinta e dois órgãos foram criados: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), ligado à Presidência da República; e o INDA. A ditadura programava uma política de modernização conservadora, passando-se por reforma agrária.<sup>69</sup>

Assim, as investidas discursivas de Eudes Pinto no evento ocorreram entremeadas por um tipo de modernização excludente e que ao mesmo tempo procurava jogar água fria em ânimos quentes. Investidas que foram iniciadas dando destaque às singularidades do “movimento de 1º de abril de 1964”, para versar sobre uma necessidade de preservação do “patrimônio que Deus nos deu”. Patrimônio que aos seus olhos foi herdado pelos “antepassados”, nas lutas e diplomacias de uma pretensa busca de unidade nacional. Versou então sobre as contribuições e dificuldades de cada área do espaço brasileiro. Espaço que separou em: “Norte”, “Centro”, “Nordeste” e “Sul”.<sup>70</sup> Lembremos que a divisão de “Norte”, “Nordeste”, “Centro-Oeste”, “Sul” e “Sudeste”, que atualmente conhecemos, ainda não estava em vigor. Ela foi oficializada em 1970<sup>71</sup>, no governo Médici.

Enquanto dividiu o espaço brasileiro, também significou o resultado de suas ações. Sobre o “Norte”, destacou que o Brasil possuía “a maior área maciça de florestas e a mais rica bacia hidrográfica do universo da fabulosa Amazônia”, que não eram aproveitadas por sua “carência populacional”. As riquezas “mineral, vegetal e animal” contrastavam com a “desoladora pobreza humana”. Significados que fizeram parte das justificativas do processo de construção da rodovia Transamazônica, a partir do ano de 1968 com Eliseu Resende, então presidente do DNER e que analisamos em capítulo posterior. Vale o registro, para percebemos como alguns significados culturais, que foram usados no momento de planejamento/construção da rodovia, já haviam aparecido em oportunidades anteriores.

E para o Nordeste, apontou uma solução para a região superar o que denominou de “atraso”, que aconteceu em sua lógica de pensamento, por conta da ausência de “visão administrativa”. Para solucioná-la, seria preciso aproveitar os rios São Francisco, Jaguaribe e Parnaíba, para obras de irrigação.<sup>72</sup> Em seguida apresentou os municípios que foram nominados de “municípios-modelo”.

<sup>69</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 2014, p. 76-79.

<sup>70</sup> Agricultura reúne municípios-modelo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23. 394, p. 7, 12 abr. 1966.

<sup>71</sup> GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: (Orgs.) \_\_\_\_\_; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 181.

<sup>72</sup> Agricultura reúne municípios-modelo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23. 394, p. 7, 12 abr. 1966.

Dezenove prefeitos integram o “I Encontro Nacional de Prefeitos dos Municípios-Modelo do Brasil”, representando Parintins (Amazonas), Castanhal (Pará), Barrado do Corda (Maranhão), Picos (Piauí), Crato (Ceará), Canguaretama (Rio Grande do Norte), Monteiro (Paraíba), Surubim (Pernambuco), Palmeira dos Índios (Alagoas), Itabaiana (Sergipe), Ipiauí (Bahia), Mimoso do Sul (Espírito Santo), Barra do Piraí (Rio de Janeiro), Goianésia (Goiás), Dourados (Mato Grosso), Araras (São Paulo), Campo Mourão (Paraná), São Miguel do Oeste (Santa Catarina) e Ibirubá (Rio Grande do Sul) [...].<sup>73</sup>

Entre as cidades citadas como “municípios-modelo”, Picos chamou-nos a atenção. Mas por quais motivos foi nomeada enquanto tal? A própria reportagem, seguindo seu curso, tratou de apresentar os critérios avaliativos para que o título fosse despejado em alguma cidade pelo Brasil. Alguns foram: harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da referida cidade; harmonia entre as autoridades do Município e os Municípios em geral; harmonia entre os poderes municipais, estaduais e federais; ausência de latifúndios ou minifúndios; acesso fácil pelas rodovias ou ferrovias; comunicações fáceis com a capital do estado<sup>74</sup>; disponibilidade de energia elétrica, que permitia o desenvolvimento da eletrificação rural<sup>75</sup>; e disponibilidade de água para demonstração de irrigação e drenagem.<sup>76</sup>

Para a cidade de Picos, o título de “município-modelo” foi bem utilizado. Após o ano de 1966, a alcunha pegou de vez. Os picoenses, quando fizeram seu uso, apontaram para o período a não existência de “latifúndio” na cidade. Melhor seria se tivessem acrescentado que uma harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (um dos critérios avaliativos citados anteriormente), significou uma harmonia de silêncio na cidade. Harmonia que permitiu que o golpe de 1964 fosse silenciado e uma tradição inventada sobre, impusesse-se até recentemente. O que representa que a palavra “harmonia” significou senão que a cidade de Picos andava com o coro dos contentes.

<sup>73</sup> Agricultura reúne municípios-modelo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23. 394, p. 7, 12 abr. 1966.

<sup>74</sup> Algo possível por causa da BR-316, que ligava Picos à Teresina, mas que ainda não estava pavimentada. Mais verbas foram destinadas para a sua pavimentação no trecho de Picos com a capital (Teresina), apenas no ano de 1970. Ver: BR-316 ganha mais NCr\$ 500 mil para o trecho do Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 23. 565, 11, 12 fev. 1970.

<sup>75</sup> A luz elétrica em Picos, até o ano de 1951, funcionava por meio de uma caldeira a vapor de 36 HP apelidada de “panela velha”; e de um gerador de 30 K VA, que produzia uma energia limitada do período de 18h00min até 21h00min, usina que funcionava desde o ano de 1929, com inauguração feita pelo intendente Francisco Santos. Ver: DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinquenta**. 2.ed. Picos: Nordeste, 1991, p. 53.

<sup>76</sup> A disponibilidade de água para irrigação e drenagem era possível por conta do rio Guaribas, que desde aquele período ficou presente na memória dos moradores da cidade por conta dos usos que eram feitos de suas águas no cotidiano, principalmente pelas famílias pobres. Ver: MOURA, José Elierson de Sousa Moura; MOURA, Larice Íris Marinho; MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. Picos nas sombras do tempo: a cidade pré-reforma urbanística como espaço da saudade. **Espacialidades**, v. 8, p. 141-163, 2015, p. 146.

Coro que afirmava uma nova fase para as populações rurais do país, com a existência de uma nova mentalidade empregada pelos “municípios-modelo”, definida pela criação de uma sistemática de hábitos da população rural, com métodos atualizados para os plantios, bem como o uso de sementes selecionadas por agricultores vizinhos aos municípios que receberam a alcinha. A ideia também passava pelo desejo de identificar líderes nos municípios, para que cuidassem dos problemas comunitários.<sup>77</sup>

A preocupação em empreender uma modernização conservadora nos recantos rurais, o que incluía as ações do INDA, aconteceu por causa da atuação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que passou a centralizar a representação sindical dos trabalhadores rurais do campesinato, que abarcava “parceiros”, “meeiros”, “arrendatários”, “posseiros”, “pequenos agricultores”, “assalariados permanentes e temporários”; ou uma preocupação com o funcionamento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no estado do Rio Grande do Sul, ou com as Ligas Camponesas<sup>78</sup> no Nordeste, que lutavam pela reforma agrária. Algo possível porque em 1962 ocorreu a regulamentação do sindicalismo rural.<sup>79</sup>

Lembrando que as primeiras associações de lavradores, que ficaram conhecidas posteriormente como Ligas Camponesas, datam de 1961, pelo menos. No Piauí, a formação deste movimento social ocorreu entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Estado que contou com a atuação das Ligas nas cidades de Teresina, Campo Maior e Parnaíba.<sup>80</sup> Assim, uma preocupação com a cidade de Picos era algo necessário. Preocupação que existiu entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, dentro de um contexto próprio: momento em que o comunismo estava associado ao fim da propriedade privada, definição que estava associada às Ligas Camponesas.<sup>81</sup>

<sup>77</sup> INDA: ação é bem recebida. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano LXXXVII, n. 28. 102, p. 8, 26 nov. de 1966.

<sup>78</sup> As Ligas Camponesas, que notabilizaram o advogado e deputado federal, Francisco Julião, formaram-se por meio da resistência de pequenos agricultores e não-proprietários, contra a tentativa de expulsão das terras onde moravam/trabalhavam. Entre 1959 e 1962 expandiram-se pelo Nordeste. Contestavam a exploração política e econômica em que o homem do campo estava submetido, o que provocou alguns conflitos armados entre camponeses e proprietários de terras. Algumas lideranças rurais foram mortas a mando dos latifundiários, que tinham medo de serem encurralados pela politização das massas rurais. As Ligas também entraram nos debates que abordavam a Reforma Agrária. Debates que aconteciam em formato de comícios, passeatas e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base, que incluía a Reforma Agrária. Ver: TOLEDO, 2004, p. 21.

<sup>79</sup> PEREIRA & ALENTEJO, 2014, p. 76.

<sup>80</sup> SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. 414f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2015, p. 15.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – Democracia, Deus e Terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. 258f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 54.

Alguns IPMs foram instaurados contra sujeitos que passaram por Picos ou estavam/estiveram em seu espaço, durante as décadas de 1960 e 1970. Lembremo-nos que os IPMs foram estendidos para todos os níveis do governo em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais e Universidades Federais. Estes eram instaurados tendo como principal função investigar as atividades de funcionários civis e militares, nas esferas municipal, estadual e federal, para identificar os que estiveram comprometidos com atividades “subversivas”.<sup>82</sup> Os sujeitos que foram indiciados e que possuíam ligações com Picos, se sofreram a pressão de IPMs, eram, impreterivelmente, considerados como supostas ameaças políticas ao país. Mas por quais motivos?

As informações de que dispomos sobre os sujeitos fazem parte dos processos do Superior Tribunal Militar (STM), que tramitaram durante a ditadura militar, tendo como principal motivação a política. O primeiro IPM que abordamos data de 1970. Foi instaurado contra Carlos Augusto da Silva Sampaio, de vinte e sete anos de idade, no dia 5 de outubro de 1970, na cidade de Belém, estado do Pará. O local foi a Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal. O encarregado do inquérito foi o Tenente-Coronel Mauro Amancio de Souza. E o escrivão foi o Capitão Luiz Paulo Galvão. No “Auto de perguntas ao indiciado”, outras informações, além das citadas anteriormente apareceram. Informações que serviram para contextualizar a vida do acusado.

Apareceu que Carlos Augusto, no ano de 1964, entrou para a Faculdade de Direito. E que anteriormente o seu envolvimento com questões políticas não aconteceu. Mas, a partir do ano de 1966, após conhecer um rapaz de Economia, chamado “Bôscó” ingressou no “Partido Comunista”, que na verdade era o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>83</sup>, que de 1922 (ano de sua fundação) até o ano de 1961, funcionou como Partido Comunista do Brasil (PCdoB).<sup>84</sup> Só que, após um desentendimento ideológico, Carlos Augusto se afastou do PCB. É que a ALN, da qual passou a ser membro, após uma cisão com o PCB<sup>85</sup>, constituiu-se em um dos

---

<sup>82</sup> ALVES, 2005, p. 56.

<sup>83</sup> O PCB foi fundado em 1922 em um contexto em que o “comunismo” era visto como algo pertencente ao velho mundo e não ao Brasil. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticunismo no Brasil (1917-1964). – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 6.

<sup>84</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 20.

<sup>85</sup> A cisão do PCB que gerou a ALN, não foi solitária, outros grupos de esquerda que aturaram antes de 1964, após o golpe, como: o PCdoB, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e a esquerda nacionalista, continuaram com as suas mobilizações, mas com os rachar internos formaram outros grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a Ala Vermelha dos PCdoB e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). As divergências giraram em torno do caráter da revolução brasileira, se devia ser “nacional-democrática ou socialista”; sobre as formas da luta revolucionária, entre “pacífica” ou “armada”, e se “armada”, através de “guerrilhas” ou “insurrecional”, ou mesmo, se no “campo” ou na “cidade”; e ainda, havia

movimentos de esquerda da década de 1960. Movimento que, influenciado pela Revolução Cubana<sup>86</sup>, acreditava na possibilidade de fazer uma revolução socialista através de “guerras de guerrilha” e sem a presença de um partido comunista. Soma-se ainda, o fato de que, no ano de 1964, por meio de um pronunciamento intitulado *Esquema para discussão*, Carlos Marighela, juntamente com Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender<sup>87</sup>, Giocondo Dias e Orlando Bomfim afirmou que a derrota para os golpistas no ano de 1964 aconteceu, dentre outras questões, por culpa do PCB, que alimentou a esperança na população de que a luta pelas reformas de base seria coerente de maneira “pacífica”.<sup>88</sup>

Marighela (que estava na condição de clandestinidade), nos dois últimos capítulos, se despiu de um tom “cauteloso” e jogou em descrédito a possibilidade do caminho pacífico ser o modelo de luta para o PCB. Uma possibilidade que passava pela valorização de um “potencial revolucionário a partir da burguesia nacional”,<sup>89</sup> o que corrobora a ideia do próprio Jacob Gorender, de que o pensamento de Marighela, naquela fase, já estava propenso a valorizar a ação como luta política, mesmo antes de ele viajar para Cuba, em 1967, para participar da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).<sup>90</sup> Associação que nos permitiu a lembrança de *A ALN e CUBA: apoio e conflito*, de Denise Rollemberg, para quem as relações entre a ALN e Cuba não aconteceram com características de mão única, mas sim com alguns conflitos, mesmo após a morte de Marighela em 1969.<sup>91</sup>

No ano de 1967, Carlos Augusto conheceu um estudante de Filosofia de São Paulo chamado Marcos. Após conversarem, as ideias de Carlos Augusto e Marcos se afinaram quanto a um ponto: a possibilidade de oposição política era a “Luta Armada”, já que por

---

indefinição quanto ao tipo de organização política de condução, se por meio de um “partido leninista” ou através de uma “organização guerrilheira”. Ver: RIDENTI, Marcelo Siqueira. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 33.

<sup>86</sup> A Revolução Cubana foi um processo de tomada de poder empreendido por Fidel Castro, Raul Castro, Ernesto Che Guevara e uma juventude revolucionária, que sob o domínio daquele primeiro, em 1953, iniciou-se com uma tentativa frustrada de tomada do Quartel *Moncada*, momento em que Fidel Castro foi preso; quando solto, reorganizou seu movimento e em primeiro de janeiro de 1959, conseguiu tomar o poder e por fim ao governo de Fulgêncio Batista, que havia dado um golpe para assumir o poder, no ano de 1952. Ver: LÓPEZ-ÁVALOS, Martín. La cultura política de la vanguardia o la construcción del *ethos* revolucionario. Cuba 1952-1959. **Tzintzun. Revista de Estudios Históricos**, n. 53, ene.–jun. 2011, p. 86-105.

<sup>87</sup> Em *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, Jacob Gorender falou sobre alguns momentos de sua presença dentro do PCB. Logo nas primeiras páginas demarcou que se tratava de um livro com certo “coeficiente memorialístico”, graças à “experiência pessoal do autor”. GORENDER, op. cit., 1987, p. 7.

<sup>88</sup> SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 14, 2009, p. 199-217, p. 201-202.

<sup>89</sup> GORENDER, 1987, p. 94-95.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>91</sup> ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)**, Campinas, v. 8, n.14/15, 2001, p. 213.

meios legais não era viável. Conversaram ainda sobre as dissensões que aconteciam no “Sul” do país, entre organizações de esquerda, justamente sobre a “Luta Armada”. Como vimos anteriormente, o AI-2 excluiu todos os partidos políticos e o Ato Complementar nº4 tornou como possibilidades política partidária, a ARENA e o MDB.<sup>92</sup>

Durante o diálogo, Carlos Augusto recebeu como indicação de Marcos a necessidade de que viajasse para a “Guanabara”, para que a conversa continuasse. O indiciado viajou para a cidade do Rio de Janeiro, encontrando Marcos novamente, no Leme. Trocaram contatos e ideias, até que a firmeza de algo mais concreto pudesse ser construída. E o algo mais foi um encontro que Marcos firmou entre Carlos Augusto e Carlos Marighela, em via pública, próximo ao “Leme Pálace Hotel”. Este encontro possibilitou ao indiciado ceder o seu endereço na cidade para Marighela. E os dois se encontraram novamente, momento em que Marighela lhe passou seu “plano de subversão e guerrilha”, que consistia em:

[...] Na parte central do Brasil (área estratégica), Goiás, Sul do [...], Sul do Piauí, parte do Norte de Minas e Oeste da Bahia se estabeleceria a guerrilha rural e seriam criados seis centros ligados ao movimento com diversas finalidades: 1) Centro de Belém – tinha por objetivo [...] de pessoas e famílias (preferentemente) que se estabeleceriam no campo às proximidades da área estratégica, a fim de dar apoio logístico necessário à guerrilha; 2) Centro de Fortaleza abrangendo o estado do Ceará e o Piauí, com a missão de organizar o apoio à [...] rural, devendo também desencadear a guerrilha na área canavieira [...] guerrilha urbana (ação de assalto, sabotagem, incêndios, etc); o centro de Recife com as mesmas missões do centro anterior, abrangendo o estado de Pernambuco, como também o estado de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; 4) Centro de Salvador, abrangendo o Estado da Bahia e o Norte de Minas cuja missão seria de apoio à guerrilha rural e [...] e guerrilha urbana (ação de assalto, sabotagem e incêndio); centro de Vitória com a finalidade dar apoio logístico à área [...]; 6) Centro de Porto Alegre, que seria a via de acesso para a [...] de pessoal e material destinados à guerrilha; que esses recursos [...] encaminhados primeiramente para o triângulo de sustentação e posteriormente para a área estratégica. 7) Centro de Goiânia como missão dar apoio logístico à área estratégica (da guerrilha rural); que coordenando e apoiando toda a organização existiria o chamado triângulo de sustentação, formado pelos estados, digo, cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, onde deveria ser a sede do Comando Geral.<sup>93</sup>

Lembre-mos: as informações contidas acima passaram por olhares depurados. Passaram pelos olhares do Tenente-Coronel Mauro Amancio e pelos olhares do escrivão, o Capitão Luiz Paulo Galvão. Mesmo assim, chamou-nos a atenção, o fato de haver em curso, por meio do que ficou grafado no IPM, como sendo parte da fala de Carlos Augusto, uma

<sup>92</sup> PETIT, 2014, p. 213.

<sup>93</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio.** 5 de outubro de 1970, p. 92-94.

proposta de integração nacional por parte do grupo que ele compôs, a partir do ano de 1968, a ALN. Esta proposta incluía a “Luta Armada”. Proposta, que supostamente, de acordo com a fala do depoente, permitiria a deflagração da guerrilha de maneira simultânea em todo o território nacional. É que Carlos Augusto seguiu afirmando ao Tenente-Coronel Mauro Amancio, que Marighela explanou sobre alguns contatos importantes para isso: “Brizola”, no estado do Rio Grande do Sul; “Arraes”, no Nordeste; e “Aragão”, na Marinha.<sup>94</sup> Figuras que não eram benquistas pela ditadura e que nos permitem uma inflexão sobre as suas trajetórias, para entendermos o porquê da menção de seus nomes por Carlos Augusto ter se constituído em algo perigoso aos olhos do Estado brasileiro.

Assim, o primeiro contato citado por Carlos Augusto foi Leonel Brizola em 1958, durante a sua campanha para governador do Rio Grande Sul, pelo PTB, que conseguiu agregar um forte apoio de grupos das esquerdas, já que colocou como possibilidade a participação ativa de setores populares na construção do seu governo. Aconteceu ainda uma aproximação entre os trabalhistas e lideranças do PCdoB, principalmente a partir de uma nota de apoio firmada em favor de Brizola e que foi feita por Luis Carlos Prestes. Brizola foi eleito e permaneceu no governo do estado, de 1959 até 1962.

Brizola ainda participou da chamada “Campanha da legalidade”, que significou uma grande campanha popular, para que a posse de João Goulart fosse assegurada após a renúncia de Jânio Quadros<sup>95</sup>, já que ministros militares tentavam empreender um golpe. João Goulart, que assumiu atravessado por um parlamentarismo, recebeu conselhos de Brizola: fechar o Congresso Nacional e realizar as reformas de base (principalmente a agrária), desconhecendo a Constituição.<sup>96</sup> Ao sair do governo sul-rio-grandense, o seu prestígio entre as esquerdas<sup>97</sup> ainda era grande. O projeto desenvolvimentista que realizou no estado; a escolarização em massa, com a abertura de 680 mil vagas; e a encampação de duas empresas norte-americanas que trabalhavam com setores de energia e comunicação, ajudou na manutenção do prestígio.

Após o golpe de 1964, quando era deputado federal pelo “Estado da Guanabara”, teve o seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº1 (AI-1), que instaurava a possibilidade de o

---

<sup>94</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio.** 5 de outubro de 1970, p. 94.

<sup>95</sup> ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: (1961-1964).** 2009. 266f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 209, p. 12-17.

<sup>96</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 348.

<sup>97</sup> Por “esquerdas” entendermos, um conceito referencial de movimentos e ideias destinadas ao projeto de transformação social em benefícios de classes exploradas e oprimidas. Os diferentes caminhos para se conseguir a implantação de tal proposta, levaram a esquerda a se tornar plural. Ver: GORENDER, 1987, p. 7.

Estado cassar direitos políticos de sujeitos que ameaçassem a governabilidade.<sup>98</sup> E no ano de 1965, em Montevideu, no Uruguai, Brizola recebeu apoio de Cuba, a partir de dinheiro e treinamentos guerrilheiros, que eram realizados na ilha. No período, Leonel Brizola estava no comando do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que era formado por militares de baixa patente que foram expulsos das Forças Armadas e políticos e lideranças de movimento sociais, que eram ligados a Brizola e que também estavam exiladas no Uruguai.<sup>99</sup>

O segundo contato foi Miguel Arraes, que foi eleito prefeito de Recife, no estado de Pernambuco, no ano de 1959 pelo PSD, contando com o apoio de “comunistas” e da UDN. Em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), elegeu-se governador. Participaram de sua campanha, estudantes, comerciantes, católicos de esquerda e marxistas, o que levou o próprio Arraes, de maneira pública, a negar qualquer possibilidade de ele ser “comunista”. Mas venceu as eleições, graças aos votos dos bairros operários de Recife. Posteriormente, foi acusado simultaneamente de ser “comunista e incendiário do Nordeste”, pelas forças da nobreza pernambucana; perigoso concorrente, ligado ao PCB (por João Goulart); e conciliador e carreirista, pelo grupo de Leonel Brizola. Com o golpe de 1964, foi preso no “Palácio das Princesas” em Pernambuco e perdeu seu cargo político.<sup>100</sup>

Já Cândido Aragão, ou “Aragão”, como se referiu a ele Carlos Augusto, iniciou a sua carreira como “soldado fuzileiro-naval” no ano de 1926. Seis anos depois aproveitou uma reestruturação no Corpo de Fuzileiro Navais (CFN), quando foi alçado ao posto de segundo-tenente. Posteriormente, durante a II Guerra Mundial, foi nomeado Comandante Militar da Ilha de Trindade. No ano seguinte, como “capitão-de-corveta”, comandou o 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais ou “Batalhão Humaitá”. Em 1949 foi reformado e posto na inatividade como “capitão-de-fragata”. Mas em 1955 ele conseguiu, por meio do Tribunal Federal de Recursos, ser posto na condição de ativo da instituição, com o cargo de “capitão-de-mar-e-guerra”. Em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, foi promovido a “contra-almirante”.

E no período fervoroso de 1963 recebeu de João Goulart as promoções de “vice-almirante” e, conseqüentemente em dezembro, de “comandante-geral” do CFN. No ano seguinte, no mês de março, contrariou a decisão do Ministro da Marinha, Sylvio Motta, e não reprimiu com “o uso da força”, a assembleia dos marinheiros e fuzileiros navais, que acontecia no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. O Ministro Sylvio Motta determinou

<sup>98</sup> ALVES, 2005, p. 55.

<sup>99</sup> ROLLEMBERG, 2001, p. 211-212.

<sup>100</sup> DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 77-81.



a prisão de Aragão por insubordinação e o destituiu do cargo. E como o presidente João Goulart atendeu as solicitações dos que estavam rebelados, o Ministério da Marinha foi entregue a Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Aragão voltou ao comando do CFN e os marinheiros foram libertados.<sup>101</sup>

Durante aquele acontecimento, Carlos Marighela fazia parte do PCB e se envolveu com a situação. É que os subalternos da Marinha de Guerra anunciaram a realização de um ato público, com a presença de autoridades militares, para comemorarem o aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Sylvio Motta, como dito anteriormente, proibiu que tal reunião fosse realizada. Os subalternos, contrariados, convocaram o ato para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. E mais, além da comemoração, realizaram reivindicações, como: o reconhecimento oficial da entidade; a melhoria das condições de vida; e alimentação digna nos navios. Sylvio Motta ordenou, no dia vinte e quatro de março de 1964, a prisão de doze dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais.

E no dia vinte e cinco, data em que ocorreria a festa de comemoração, Sylvio Motta mandou prender quarenta marinheiros e cabos que organizaram o encontro. Enviou ainda para o prédio do sindicato uma tropa de 500 fuzileiros navais que tinham o apoio de 13 tanques. A tropa tinha a incumbência de retirar os marinheiros vivos ou mortos. Mas a tropa de choque negou-se a realizar o massacre e aderiu ao movimento dos colegas. Ordens de João Goulart chegaram para que os marinheiros não fossem atacados. Sylvio Motta renunciou ao cargo. As esquerdas apoiaram a insurreição. Parte do PCB, a ala mais extrema-esquerda, que contava com Carlos Marighela, apoiou os marinheiros, mesmo antes de o partido informar alguma definição.<sup>102</sup>

Assim, no momento em que Carlos Augusto verbalizou que Marighela contava com “Brizola”, “Arraes” e “Aragão”, para colocar em prática a guerrilha simultânea em todo o território nacional, o Tenente-Coronel Mauro Amancio talvez tenha pensado nas informações que apresentamos anteriormente sobre os três, como forma de significar o valor que tal informação teria. E talvez tenha imaginado mais: se verdadeiras, aquelas informações indicavam uma coalizão de forças entre opositores da ditadura.

Entre idas e vindas ao Pará e o Rio de Janeiro, Carlos Augusto, em junho de 1969, deslocou-se para o “Estado da Guanabara”. Levou um acompanhante, o “Capi”, que tinha

---

<sup>101</sup> ALMEIDA, Anderson da Silva. Almirante Aragão: o soldado *desconhecido* e a construção das memórias. In.: **XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo, 2011, p. 2-4.

<sup>102</sup> FERREIRA, 2003, p. 387-388.

como nome João Alberto Rodrigues Capiberibe. Instalaram-se primeiramente na casa de Maria Cerqueira. E depois foram levados para um apartamento na “Rua Santa Clara”, de alguém que atendia por “Dra. Rosete”. Ficaram hospedados por lá uma semana, aguardando uma reunião que não se realizou. Foram então levados para outro apartamento próximo da “Lagoa Rodrigo de Freitas”, que pertencia a um professor. Apareceram informações mais detalhadas sobre o local da última estadia. Tratava-se de um apartamento “em frente aos fundos de uma garagem de barcos de regata”. O professor era casado, tinha dois filhos e o nome de sua esposa era “Luzia”. As informações detalhadas sobre o apartamento e seus donos eram suficientes para que o professor e sua esposa virassem alvos da ditadura.

Depois de alguns dias, Carlos Augusto e “Capi” retornaram para a casa de Maria Cerqueira, onde foram buscados por “Zélia”, esposa de Marighela. Ela os colocou em um táxi com destino ao local em que seu marido se encontrava esperando os dois para uma reunião. O assunto foi o plano que deveria ser executado pela ALN do Pará:

[...] Tentar estabelecer com o pessoal da área procurando sensibilizá-lo (sem alarde); procurar fixar elementos e famílias simpatizantes ou do movimento para constituir uma área de apoio logístico para a guerrilha rural; que a área que ficou afeita ao grupo do Pará, situava-se nos limites da área estratégica destinada a guerrilha rural, indo de Conceição do Araguaia para o Norte, até a confluência do Tocantins com o Araguaia e desta até a fronteira do Maranhão em direção a Picos no Piauí e para o Sul indefinidamente, até onde pudessem trabalhar [...].<sup>103</sup>

Com as palavras em recorte, a cidade de Picos figurou também, como uma cidade de integração nacional. Só que agora, não pelo Estado brasileiro, mas por um grupo de esquerda, a ALN. Picos, a partir do traçado de deslocamento feito por Marighela para Carlos Augusto, seria o ponto de ligação entre duas regiões: “Norte” e “Sul”. Outra reunião foi feita. O local foi um apartamento de Marighela, no “Leme”, tendo como pessoas presentes: Carlos Augusto, o “Capi”, “frei Ivo” e outro que foi identificado como “frei Fernando”. A reunião teve como objetivo acertar a apresentação de Carlos Augusto para um sujeito chamado Nestor Mota, que havia estudado em Conceição do Araguaia e que, assim, poderia colocá-lo em contato com João Ramalho, do Movimento de Educação de Base (MEB) e que era visto como o ponto de partida para que o plano da ALN do Pará fosse colocado em prática.

Ainda naquele dia, “frei Ivo” marcou com Carlos Augusto em sua casa em “Copacabana”, para apresentar-lhe Nestor Mota. Antes de retornar para Belém, o depoente se encontrou com Marighela e recebeu “Cr\$ 6.000.00” para começar os trabalhos de organização

---

<sup>103</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 96.

no Norte. “Capi” e Nestor Mota, ao chegarem a Belém deslocaram-se para Conceição do Araguaia e indicaram a João Ramalho que Carlos Augusto o esperava na capital para que trocassem umas palavras. Com o encontro, João Ramalho não aceitou a função de iniciar os trabalhos de mobilização na região, por ser alguém muito “visado”. “Capi” então assumiu a posição de colocar o plano em prática. Carlos Augusto falou sobre.

De fato o João Ramalho veio a Belém tratar de pagamento junto ao INPS e manteve contato com o declarante, pedindo êste que êle se encarregasse dos trabalhos da área de Conceição do Araguaia, o que não foi aceito pelo mesmo, que argumentou ser muito visado naquela cidade; que o Capi regressando de Macapá, onde fôra casar-se, passou a morar na 3 de Maio, numa casa alugada pelo depoente acertando êste com o mesmo, nessa ocasião que deveria fazer um reconhecimento dos rios Capim e Guamá, que seriam as vias de acesso natural para o transporte de material e pessoal, para a área da guerrilha rural [...].<sup>104</sup>

O “Capi”, na falta de alguém assumiu a função. A primeira preocupação foi com os vetores de ligação para o transporte de material e pessoal, para juntarem forças na “guerrilha rural”. Função vetorial que foi encontrada em dois rios: o Capim e o Guamá. Era uma integração que se pensava iniciar pelos rios. Se o plano para a ALN do Pará foi dividido por Marighela em três deslocamentos: de Conceição do Araguaia para o Norte, até atingir o cruzamento dos rios Tocantins e Araguaia; depois a fronteira do Maranhão; e em seguida a cidade de Picos, o primeiro movimento estava em vias de ser colocado em prática. Chamou-nos a atenção ainda, a informação acerca de “Capi”, sobre a sua volta de Macapá, no estado do Amapá ser acompanhada do fato de que ele se deslocou até a cidade para se casar. E no momento de leitura dessa informação, lembramo-nos de algo dito por Carlos Fico.

Ao fazer um balanço sobre a memorialística produzida acerca da ditadura, o autor abordou sobre os escritos de memória produzidos dentro das esquerdas. Focou em *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, do ano de 1979; e *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida* de Alfredo Sirkis, de 1980. Referiu-se aos dois para dizer que ajudaram na “mitificação” do “ex-guerrilheiro” tido como “ingênuo”, “romântico” ou “tresloucado”, envolto pelo contexto de rebeldia dos anos 60.<sup>105</sup> “Capi” e a informação de que havia se casado em Macapá, lançada durante uma narrativa produzida por Carlos Augusto, sobre o seu passado de membro da ALN, ajudou-nos na desconstrução do ex-guerrilheiro como alguém que vivia apenas para defender as suas ideias. “Capi” era ser humano. E cumpria obrigações

---

<sup>104</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 96.

<sup>105</sup> FICO, 2004, p. 32.

impostas e oferecidas pela vida, como o matrimônio. Ou mesmo o Carlos Augusto, que revelou, junto do prosseguimento de sua fala, que no ano de 1969, afastou-se de Flávio Sales, pelo fato de o mesmo ser “maconheiro” e manter contato com “marginais”, tido como “ladrões e arrombadores”.<sup>106</sup>

A chamada “Luta Armada”, para Carlos Fico, serviu muito mais como um antídoto, tendo em vista que nas cidades assumiu o aspecto de “crimes comuns” (assaltos a bancos e sequestros).<sup>107</sup> Lidamos aqui com construções do eu e do outro. Se Carlos Fico atestou que a “Luta Armada” servia como uma “contrapropaganda”, por ser confundida com “crimes comuns”, dentro daquela existia uma construção de valores, para que as distinções fossem feitas. Carlos Augusto, a partir da ALN, ofereceu-nos elementos para problematizarmos a construção: o primeiro foi o afastamento de Flávio Sales, pelo fato de ele ser “maconheiro”; e o outro, o mesmo afastamento, mas tendo como motivo, a aproximação de Flávio Sales com “marginais”, que cometiam os “crimes comuns”, que tanto eram associados à “Luta Armada”. Mas o difícil era se desvencilhar de tais significados, já que parte da imprensa brasileira tratou as “questões de militância política” e os “guerrilheiros da luta armada”, enquanto “elementos” ou “meliantes”, jargões usados para nominar sujeitos que assaltavam um banco ou roubavam um carro.<sup>108</sup> Em seguida, Carlos Augusto falou como a morte de Marighela afetou a ALN. Assim, faz-se importante abordarmos primeiro o evento que ocasionou o assassinato do guerrilheiro, para depois voltarmos ao depoimento.

No texto *Foi uma batalha, não a guerra*, o OESP apresentou detalhes sobre os desdobramentos que levaram a Polícia Civil e a Polícia Militar até Carlos Marighela. A frase que nominou a reportagem foi utilizada porque houve a vinculação de que a morte do guerrilheiro seria o fim do “terrorismo” e da “subversão” no Brasil. Uma associação que foi descartada por uma “autoridade militar”. Marighela foi visto como o “principal líder dos terroristas” e a sua morte foi significada enquanto o acontecimento “mais rude já aplicado contra o terrorismo nacional”. Segundo um informante que o OESP não divulgou o seu nome, tudo começou por meio de informações que um estudante chamado Paulo de Tarso Wenceslau Filho cedeu ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), quando indicou a presença de padres nos “movimentos subversivos”. Padres que, de acordo com o informante, usaram as suas batinas para homiziarem “assassinos”, que ao implantarem a

<sup>106</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 97.

<sup>107</sup> FICO, op. cit., 2004, p. 32.

<sup>108</sup> KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 295.

“violência” agiam contra a formação cristã do país. Mais uma vez lidamos com a vinculação de elementos das esquerdas aos chamados “crimes comuns”, algo construído e divulgado pela imprensa, o que dificultava a desvinculação. Ficou dito ainda que, para chegar até Marighela, a Polícia Civil e a Polícia Militar usaram o “frei Ivo” (que foi citado por Carlos Augusto) e o “frei Fernando”. Por meio deles se descobriu que Marighela usava a alcunha de “Ernesto” toda vez que ligava para a livraria católica “Duas cidades”, para falar com um dos dois padres. A senha que o guerrilheiro utilizava para marcar os encontros era: “Vou à gráfica”. A reportagem tratou de especificar sobre o endereço e os desdobramentos que provocaram o assassinato de Carlos Marighela.

A “gráfica” era o próprio automóvel marca Volkswagen, azul, chapa 24-69-28, em cujo interior Marighela foi morto; o seu “endereço” era: alameda Casa Branca, diante do número 800. Nela, o líder terrorista e os padres dominicanos realizaram anteontem a sua última reunião.

[...]

Pouco antes das 20 horas, diante do número 800, ali está o Volkswagen azul, chapa 24-69-28 e, em seu interior, os dois freis, comparsas de Marighella. Este chega ao local, a pé, precisamente às 20 horas, após ter recebido informações da sua “segurança” de que tudo está em “ordem”. O líder terrorista dirige-se calmamente para o carro. Não observa, ao passar por um outro automóvel, que, em seu interior, há um casal de “namorados”. Mas estes o observa e o identifica.

Marighela chega ao Volkswagen, dirige algumas palavras aos dois freis e em seguida ouve a voz de prisão que lhe é dada pelo delegado Sérgio Fleury, o “namorado”.

Entregue-se. Você está cercado. Entregue-se, não queremos matá-lo.

Todo o dispositivo policial entra em ação, ouvem-se tiros de metralhadoras (um agente atirou para o ar), Marighela entra no Volkswagen empurrando os seus amigos e procura se abrigar das balas no assento traseiro do carro.

Os freis Ivo e Fernando, atendem às recomendações que receberam anteriormente dos agentes policiais, saem do automóvel, deitam-se no chão, nas proximidades do carro. Marighela procura retirar um revólver do interior de uma pequena pasta e não chega a fazê-lo.<sup>109</sup>

É preciso termos em mente que as informações presentes na reportagem do OESP foram cedidas pelas chamadas “autoridades militares”, o que nos impede qualquer confirmação dos fatos que ocasionaram o assassinato de Carlos Marighela, até porque só temos a versão de um dos lados envolvidos. No entanto, chamou-nos a atenção os dados apresentados acerca do endereço de Marighela, algo que o Carlos Augusto não falou; e a construção da reportagem que despejou a responsabilidade da morte ao próprio guerrilheiro morto, quando delineou que ele tentou retirar um revólver do interior de uma pequena pasta. Se os jornalistas do OESP não testemunharam o acontecimento, reproduziram a versão da

<sup>109</sup> Foi uma batalha, não a guerra. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 90, nº 29.013, p. 24, 6 nov. de 1969.

Polícia Civil e da Polícia Militar. O desdobramento trágico afetou a vida de Carlos Augusto, que estava em Belém e que falou um pouco sobre isso para o Tenente-Coronel Mauro Amancio.

[...] que por êsse tempo, com a Morte do MARINGHELA, digo, MARIGHELA, a situação do declarante e seus companheiros ficou difícil, “furaram” todos os pontos marcados por ocasião da última estada do declarante no Rio; que, com esta desarticulação, ficou sem ter o que fazer pelo que João Alberto Capiberibe (Capi) viajou para Macapá com o intuito, de fazer um curso de [...]; que ainda nessa época, dezembro de 1969, o declarante se mudou para a Travessa Rui Barbosa, ao lado da casa do Dr. Levy Hall de Moura (comunista) que estava dispôsto a preparar as refeições para o declarante; que em Janeiro o declarante e o João Moacir viajaram para a GB de Jeep (comprado pelo declarante com seus próprios recursos); que em lá chegando procuraram por Maria Cerqueira; que esta os colocou em contato com o Xavier, e a Zélia, que os hospedaram numa pensão da Lapa; que o Xavier informou ao declarante que a situação era péssima, que a organização estava quase destruída e que deveria voltar a Belém, aguardando a situação melhorar, quando então receberia instruções e recursos [...].<sup>110</sup>

Logo no início, algo mereceu destaque: o erro do nome de Marighela por meio de “Maringhela” evidencia a característica de construção de um IPM, momento em que Carlos Augusto passou a ser dito/experimentado por outros olhares. Ele significou a morte de Carlos Marighela em 1969, como um momento em que a ALN ficou frágil, ao ponto de ele, juntamente com o João Moacir, ter viajado em seu *Jeep* para o Rio de Janeiro, para acompanharem de perto a situação. Esta recebeu como recomendação que voltasse para Belém e esperasse “instruções” e “dinheiro”, para que o plano feito por aquele, que já não era presença, continuasse. E de fato continuou, mas até a sua segunda parte, que dizia respeito à mobilização no Maranhão. Quem ficou encarregado foi João Moacir e José Silva Tavares, conhecido como “Vitor”, que esteve em Cuba realizando treinamento e que foi apresentado a Carlos Augusto por “Tobias”.

A partir de setembro de 1967, quando aconteceu a ida de Marighela para Cuba, militantes da ALN seguiram o mesmo caminho em busca dos treinamentos de “guerras de guerrilha”. Dentro dos exércitos enviados por Marighela, além de membros da ALN, foram outros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).<sup>111</sup> “Vitor” tinha como incumbência instalar-se em uma área próxima de Imperatriz, no Maranhão, para promover a mobilização da região. O próximo passo seria Picos, só que o inesperado aconteceu.

<sup>110</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 98.

<sup>111</sup> ROLLEMBERG, 2001, p. 212.

[...] No dia 6 “Vitor” manteve contato com Capi numa casa no bairro da Pedreira com a presença do declarante. Nessa ocasião marcaram a viagem do declarante e “Vitor” para o dia 8, de ônibus, para IMPERATRIZ. A viagem de Capi para esse local já havia sido marcada antes, para o dia 7. Havia sido combinado que “Vitor” e o declarante se encontrariam na hora da partida, no Terminal Rodoviário. Na noite do dia 7, por volta das 21.00 Horas, ao chegar na casa onde se homiziara há cerca de 10 dias, foi detido por elementos dos Órgãos de Segurança. Perguntado qual o trabalho político que o João Moacir Santiago (o Zé) e o João Alberto Capiberibe (Capi) concordaram executar consigo? Respondeu que o João Moacir concordou em ajudar o depoente aqui em Belém, onde era encarregado do material bélico (compra, guarda, distribuição) e depois em organizar o trabalho de campo no Sul do Maranhão e que o João Alberto ficou encarregado do trabalho de campo [...].<sup>112</sup>

Com a prisão de Carlos Augusto, a segunda parte do plano proposto por Marighela para a ALN entrou em desestruturação, o que fez com que a terceira parte, que seria a mobilização em Picos, fosse abortada. Esta prisão recebeu a atenção do OESP e do CM, jornais que, no sentido da expressão “cães de guarda”, empregada por Beatriz Kushnir em *Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos* (para designar os jornalistas colaboracionistas à ditadura militar, que atuaram nas redações ou nos órgãos de censura, com as reportagens que apresentamos posteriormente, sobre as prisões de membros da ALN no Norte), fabricaram para as duas matérias, um sentido de empregarem visibilidade e cunho repressivo ao modo como a ditadura se comportou durante as prisões.<sup>113</sup>

Com reportagem que teve como título “Terroristas agiam em Belém”, o OESP falou sobre um “aparelho subversivo” da “Aliança de Libertação Nacional”, que na verdade era a Ação Libertadora Nacional, formada por “terroristas” e que funcionava na cidade de Belém. Apareceu como endereço para o grupo, a “travessa Rui Barbosa, 1981” e como “chefe do aparelho”, “Carlos Augusto da Silva Sampaio”. Foram dez meses de investigações das Forças Armadas, até que outros nomes fossem conhecidos: Paulo da Silva Gomes, João Alberto Rodrigues Capiberibe, Pedro Alcantara Carneiro e Wanderley Camorim Gomes,<sup>114</sup> nomes que não apareceram durante o depoimento de Carlos Augusto. O CM também deteve seu olhar sobre as prisões.

A Polícia Militar de Belém e as Fôrças Armadas, em ação conjunta descobriram um aparelho terrorista e prenderam subversivos pertencentes à Aliança de Libertação Nacional. As prisões foram feitas em Belém e em Imperatriz, Maranhão, em setembro do ano passado, mas somente agora por

<sup>112</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 99-100.

<sup>113</sup> KUSHNIR, 2010, p. 285.

<sup>114</sup> TERRORISTAS agiam em Belém. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 92, nº 29.408, p. 12, 18 fev. de 1971.

medidas de segurança foram divulgadas. O coronel Raul Moreira, delegado regional da Polícia Federal, divulgou nota oficial informando que os terroristas presos tinham ligação direta com Marighela e com Toledo, além de ajuda financeira e instruções para implantar o terror em todo o norte do país. Em Belém foram presos o bacharel Carlos Augusto da Silva Sampaio, o *Paulo*; o motorista Ariosino Furtado, que escondia *Paulo* em sua casa; e José da Silva Tavares, o *Vitor*, considerado o mais importante para o plano de instalação do terror. João Alberto Capiberibe, *Capi*, foi prêsso quando viajava para Imperatriz. Nesta cidade foram presos Pedro Alcântara Carneiro, o *Alfredo*, e Vanderlei Camorim Gomes, o *Ademir*, foragidos da Justiça Militar e condenados por tentativa de sequestro de uma viatura militar [...].<sup>115</sup>

A maneira que o CM retratou a prisão de Carlos Augusto se aproximou do modo como o OESP narrou, mas algumas informações foram acrescentadas pelo primeiro jornal. Ambos nominaram a organização de que faziam parte “Aliança de Libertação Nacional”; informaram que os sujeitos presos tinham ligação com Marighela; e que eram, antes de tudo, “terroristas”. O militante dito enquanto “terrorista” teve os seus começos a partir, pelo menos do ano de 1966, quando o OG, com reportagem *Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva*, se apropriou sem pedir autorização ao governo brasileiro.<sup>116</sup>

O CM destacou ainda, duas informações que nos chamaram a atenção: a primeira, de que a prisão do “Vitor” representava a prisão do que seria o mais perigoso dentre eles, já que conseguiu realizar um treinamento em Cuba; e a segunda, que na cidade de Imperatriz, no Maranhão, foram presos o “Alfredo” e o “Ademir”, o que significava que os dois eram de lá, revelando um contato já firmado para que a segunda etapa do plano que foi proposto por Marighela fosse colocado em prática, ou mesmo que o envio de gente treinada pela ALN para a cidade de Imperatriz já estava em curso. Não sabemos quais das opções é a correta, pois não tivemos maiores informações sobre os dois. O que sabemos é que, no ano de 1972, a “Procuradoria Geral da Justiça Militar” deu parecer positivo, reformando a pena de Carlos Augusto, “Pedro Alcântara Carneiro” e “Wanderley Gomes Carneiro”, de seis anos, com relação aos dois primeiros, e cinco anos ao último, para três anos. O desenrolar ficou a cargo do STM.<sup>117</sup>

Já que Carlos Augusto, quando preso, falou sobre “Moacir” e “Capi”, o último também foi preso e interrogado na cidade. Acompanhemos o seu depoimento sobre o seu percurso dentro da ALN. Vejamos principalmente o que foi dito sobre a ALN do Norte e suas pretensões para a cidade de Picos.

<sup>115</sup> DPF revela prisões que fez no Norte em setembro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.880, p. 14, 18 fev. de 1971.

<sup>116</sup> KUSHNIR, 2010, p. 296.

<sup>117</sup> STM pode reforçar sentença. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.361, p. 2, 11 set. de 1972.



No dia 21 de outubro de 1970, o palco também foi Belém. Palco que permitiu a fabricação de um “Térmo de Inquirição de Testemunha”. Termo que foi levantado a partir do depoimento de João Alberto Rodrigues Capiberibe. Testemunho que foi anexado ao IPM instaurado contra o mesmo Carlos Augusto que analisamos anteriormente. Tudo aconteceu no Quartel da 5ª Companhia de Guardas, situada na Praça Frei Caetano Brandão. O encarregado do inquérito foi Luiz Fontoura de Oliveira Reis, tendo como escrivão o 3º Sargento José Roberto Marques. No período, João Alberto possuía 23 anos de idade e era natural de Anajás, no Pará. João Alberto afirmou, segundo o inquérito, que, quando cursava o primeiro ano de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da cidade, foi procurado por “Paulo”, codinome de Carlos Augusto, sendo convencido a participar da ALN.

João Alberto, ao contrário de Carlos Augusto, que o convenceu, não usou meias palavras, quando em diálogo com o encarregado do inquérito. Perguntado se sabia o nome da “organização” da qual desejou ser parte, respondeu que a princípio não sabia, mas que ao longo do tempo percebeu que era a ALN e que tinha como “chefe” Marighela; perguntado sobre a finalidade da ALN, sem titubear afirmou: “[...] é a tomada do Poder pela violência e pelas armas com a implantação do regime popular socialista revolucionário, com a derrubada do Governo legalmente constituído; que o Brasil vive uma ditadura militar [...]”.<sup>118</sup>

Alguns pontos sobre o processo de criação do inquérito merecem destaque. Um deles diz respeito à maneira como foi grafada a resposta de João Alberto. A primeira parte da resposta expressou um depoente que buscou um fôlego longo, para reforçar a sua resposta; e a segunda, a presença de “a derrubada do Governo legalmente constituído”. A maneira como o fôlego longo e a palavra “legalmente” apareceram, levou-nos a pensar se realmente João Alberto achava que o governo brotou de águas profundas da legalidade. Possibilitou-nos pensar que houve um limite entre o dito e o grafado sobre o que foi exposto pelo depoente, principalmente se levarmos em conta as circunstâncias históricas em que foi produzido.

Carlos Augusto também teria convencido o mais novo integrante a realizar viagem até o Rio de Janeiro. João Alberto disse no depoimento que o acompanhou até a cidade proposta. Mas acompanhou em parte. Carlos Augusto viajou de avião e João Alberto de ônibus. Os dois marcaram como ponto de encontro na capital, o hotel “Copacabana Palace”, localizado na “Avenida Atlântica”. Após o encontro no dia marcado, os dois se deslocaram para uma residência na “Avenida Nossa Senhora de Copacabana”, que era de “Maria Cerqueira e Silva”, ligada a ALN. Ela também apareceu no depoimento de Carlos Augusto. Em seguida

---

<sup>118</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe**. 21 de outubro de 1970, p. 35.

falou sobre uma mulher que realizava visitas no endereço. Tratava-se de “Zélia”, que tinha como nome Zilda Paula Xavier Pereira, então esposa de Marighela. E que por meio de “Zélia” manteve contato com aquele. No inquérito, o desenrolar do contato ficou grafado.

[...] perguntado como o depoente manteve “contato” com CARLOS MARIGHELA, respondeu que foi através “ZÉLIA” que acertou o ponto de encontro; perguntado quando e onde o depoente “PAULO” e “ZÉLIA” estiveram com CARLOS MARIGUELA, respondeu “ZÉLIA” levou o depoente e “PAULO” de táxi, gastando mais de dez cruzeiros na corrida, ao encontro de CARLOS MARIGHELA, o que foi efetivado; que CARLOS MARIGHELA nesse encontro traçou linhas de ação visando criar bases de apoio na região sul do PARÁ, (Conceição Araguaia), oeste do Piauí (cidade de Picos) e Carolina, no Estado do Maranhão; que ficou também assentado que êle, CARLOS MARIGHELA através da Organização forneceria o dinheiro suficiente para manutenção da base [...].<sup>119</sup>

Aliás, não apenas o contato ficou grafado. Apareceu também o fato de que se planejava para a cidade de Picos a montagem de uma base da ALN. No ano de 1969, a ALN realizou o desencadeamento da guerrilha. A primeira ação aconteceu no interior do estado de São Paulo, no município de Presidente Epitácio. Ações que tinham como objetivo, de maneira anônima, angariar fundos para a implantação da almejada guerrilha rural. No ano de 1968, os assaltos já haviam se intensificado, juntamente com a procura de espaços para que bases de apoio à guerrilha fossem criadas.<sup>120</sup>

Informações que denotam a cidade de Picos como um espaço que merecia a atenção do Estado brasileiro. É que o modelo de “guerras de guerrilha” da ALN estava baseado em uma ideia: era um caminho de luta para a América Latina, pois as condições objetivas já estavam dadas, restando apenas a construção das condições subjetivas, fator que seria propiciado por cada “foco guerrilheiro”. Picos seria uma base, no entanto, seria também um “foco guerrilheiro”? É que a ideia se aprofundava: quando os guerrilheiros declarassem a guerra, a população entraria para ajudar. Com base em tal raciocínio, as condições objetivas em Picos existiam a partir da grande quantidade de pobreza, que analisaremos em tópico posterior.<sup>121</sup>

No dia seguinte, após a reunião, João Alberto e Carlos Augusto foram se alojar na casa de “Maria Rosita”, tendo como nome Rosita Teixeira de Mendonça. Anteriormente vimos revelados por meio do depoimento de João Alberto, o nome de “Zélia” e agora o nome de “Maria Rosita”, o que não aconteceu quando o depoente foi Carlos Augusto. E João Alberto

<sup>119</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe**. 21 de outubro de 1970, p. 35-37.

<sup>120</sup> SALES, 2009, p. 212.

<sup>121</sup> Ibidem, 2009, p. 201.

sofreu processo de inquirição dezesseis dias depois, tempo suficiente para que a movimentação dos investigadores acontecesse em busca dos nomes que foram ditos por Carlos Augusto. Sobre mais um encontro que teve com Marighela, juntamente com Carlos Augusto, João Alberto apresentou informações que se acrescentaram ao que o seu companheiro havia dito, no dia cinco de outubro de 1970.

[...] foi entre dez dias o espaço verificado do primeiro ao segundo encontro com CARLOS MARIGHELA; que o encontro foi ocorrido na LAGOA, onde o depoente e “PAULO”, entraram em um carro vermelho, marca Volkswagen, em cujo interior já estava CARLOS MARIGHELA; que dali seguiram para um apartamento; que através vinha outro carro, uma Rural Willys com outras pessoas; que no apartamento CARLOS MARIGHELA traçou dos os planos e linhas de ação a serem desencadeados pelo depoente e “PAULO” (Carlos Augusto da Silva Sampaio), no Norte, inclusive mostrando a localização exata das bases em um mapa; que CARLOS MARIGHELA deu, nessa ocasião seis mil cruzeiros a “PAULO” e este ao depoente deu seiscentos cruzeiros; que ficou assentado na reunião que a Organização ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL passaria a financiar o trabalho do depoente e de “PAULO” no norte do país [...].<sup>122</sup>

João Alberto detalhou mais sobre como aconteciam os encontros. O cuidado era minucioso e, na ocasião, ao entrar em um carro em que Marighela já se encontrava, foi levado para um apartamento, momento em que Carlos Marighela apresentou o plano para a ALN do Norte, inclusive fincando os pontos exatos das bases em um mapa, informação que Carlos Augusto não apresentou.

O terceiro IPM de que dispomos, data de 20 de agosto de 1964. Foi instaurado contra Antonio Almino de Alencar Filho, na cidade de Recife, no Pernambuco. O local de condução foi o Quartel da Segunda Companhia de Guardas. O encarregado pelo inquérito foi o Tenente-Coronel Hélio Ibiapina Lima e o escrivão foi o Capitão Noaldo Alves Silva. O inquérito foi instaurado com o objetivo de perscrutar as atividades desenvolvidas por Antonio Almino, no movimento estudantil, no período anterior a 1964, além de uma suposta ligação dele com “elementos comunistas”.

Questionado sobre a natureza de seu trabalho, Antonio Almino apresentou seu itinerário. Informou que em 1945 foi admitido como funcionário do Banco do Brasil, mediante concurso público, momento em que iniciou os seus trabalhos na cidade de Crato, no Ceará; em 1947 foi transferido para a cidade de Recife e, no mesmo ano, foi transferido para a cidade de Caitité, na Bahia; no ano de 1952 foi transferido para Açu, no Rio Grande do Norte; e em 1964 recebeu a transferência para a cidade de Picos. Diferentemente de Carlos Augusto

---

<sup>122</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe.** 21 de outubro de 1970, p. 37.

e João Alberto, Antonio Almino morava em Picos. Se fosse realmente alguém ligado a “elementos comunistas”, já que negou qualquer envolvimento em seu depoimento, o “perigo” seria maior.<sup>123</sup>

Ainda no ano de 1964 em um IPM contra João Cesar Roxo Nicolussi, membro da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>124</sup>, da cidade de Curitiba no Paraná, mais uma vez o Piauí apareceu. No documento de ações da entidade estudantil constaram algumas relações travadas com o Piauí. A primeira em 25 de outubro de 1963, momento em que a UNE enviou um ofício para a casa do estudante de Campo Maior, informando que a última não havia requerido a verba de “Cr\$ 2.000.000”, que fora concedida pela “CASES”; a segunda, mais um ofício para a casa do estudante de Floriano, cedendo uma verba de “Cr\$ 2.000.000”; a terceira, um ofício cedendo para a casa do estudante de Pedro II, a quantia de “Cr\$ 1.000.000”; a quarta, a cessão de “Cr\$ 3.000.000” para a casa do estudante de Teresina; a quinta, um ofício enviado à União dos Estudantes Estaduais (UEE) do Piauí, oferecendo o empréstimo de “Cr\$ 5.000.000”; e a sexta e última, a cessão de “Cr\$ 1.000.000” para a casa do estudante de Picos.<sup>125</sup>

O movimento estudantil do Piauí não estava isolado das discussões, o que inclui Picos. Se a casa do estudante manteve contato com a UNE do Paraná, imaginamos que o canal de circulação de dinheiro era de igual modo um canal de ideias. Mas a cidade de Picos seguiu aprofundando suas relações com supostos ventos “subversivos”, que desta vez partiram de Teresina. É que aos onze dias do mês de abril de 1969, foi aberto um IPM contra Benoni Alencar Pereira. O local de inquirição, o 25º Batalhão de Caçadores. O encarregado do inquérito foi o Major Ângelo de Araújo Paz e o escrivão foi o 2º Sargento Raimundo Nonato dos Santos. Benoni, na época, estava com 24 anos de idade e era bancário. Em Teresina residia à Rua Firmino Pires nº 1247, zona Sul. No decorrer do depoimento assumiu contatos com a cidade de Picos.

Perguntado que sabe sobre o pichamento realizado em algumas ruas de Teresina, na noite de 14 para 15 de março de 1969, ou em outra época qualquer, respondeu que nada sabe a respeito, a não ser o fato de haver encontrado sua namorada na manhã do dia 15, quando foi informado pela

<sup>123</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Antonio Almino de Alencar Filho**. 20 de agosto de 1964, p. 3596.

<sup>124</sup> Nos anos 1960, mais precisamente no pré-1964, o movimento estudantil tinha como principal representação a UNE e as entidades estudantis, que participaram ativamente dos debates político e cultural do país naquele momento, defendendo a reforma universitária; associando-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; e percorrendo o país com caravanas, que por meio de peças teatrais e músicas, debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, o imperialismo, as revoluções. Ver: TOLEDO, 2004, p. 19.

<sup>125</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Cesar Roxo Nicolussi**. S/a, p. 1069- 1071.

mesma que o Banco do Brasil tinha sido pichado, o que lá comparecendo, constatou o fato. – Perguntado onde se encontrava na noite de 14 para 15 de março de 1969, respondeu que em sua residência. – Perguntado nessa noite a que horas se recolheu à sua residência, respondeu que por volta de 22,00 para 23,00 horas. – Perguntado como explica que se recolheu à sua residência nessa noite entre 22,00 e 23,00 horas, se foi visto entre 01,30 e 02,00 da mesma noite, nas proximidades da Praça da Liberdade, em frente a Escola Industrial Federal do Piauí, respondeu que quem o viu deve ter se equivocado, pois estava em sua residência, nessa hora. – Perguntado uma vez julgando-se inocente do pichamento de Teresina, porque fugiu quando soube que estavam sendo presos os elementos suspeitos do fato, respondeu que chegando em sua residência por volta das 13, 30 horas do dia 15 de março de 1969 e sabendo que tinha sido procurado pela Polícia, fugiu em virtude de julgar que os suspeitos de subversão seriam presos, em consequência da data de 31 de março (aniversário da revolução). – Perguntado se tem conhecimento de que alguma vez em Teresina, alguém fôra prêso, em face da data de 31 de março, respondeu que não. – Perguntado com quem o seu grupo ou “grupão” mantém contato no Estado da Guanabara, respondeu que com ninguém. Perguntado uma vez os grupos de Teresina não tendo ligações com os grupos da Guanabara, como explica que as frases do pichamento de Teresina são as mesmas usadas na Guanabara, na mesma data, respondeu que não pode explicar isso, mas que normalmente em determinada época e em face de um acontecimento qualquer, a ex-UNE adota frases de caráter nacional. Perguntado após sua fuga de Teresina, quando retornou à esta cidade, respondeu que na 4ª feira, dia 2 de abril de 1969. – Perguntado onde esteve no período compreendido entre 25 e 30 de março de 1969, respondeu que no lugar “Saco do Engano”, município de Picos, Estado do Piauí [...].<sup>126</sup>

Os IPM’s que analisamos anteriormente foram instaurados contra pessoas que não moravam no Piauí, mas, mesmo assim, denotaram contatos com o estado. O trecho do último IPM exposto apresentou como principal característica o fato de ter sido movido contra alguém que, além de ser natural da cidade de Valença, naquele mesmo estado, morava em Teresina, quando da instauração. Falamos de Benoni Alencar, que em 1968 havia feito uma panfletagem contra a ditadura, juntamente com outros amigos que pertenciam a um núcleo de resistência à ditadura: a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), que foi fundada durante a década de 1950 e que comportava os cursos de Filosofia, História, Geografia e Letras Neolatinas.<sup>127</sup>

Sobre a preparação da panfletagem feita na FAFI, Benoni afirmou que estava com “Evandro”, “Geraldo” e “Odilon”, na “rua Barroso”, onde funcionava um “centro social” ligado à Igreja Católica e que possuía um mimeógrafo. Na noite anterior à panfletagem, Benoni, em parceria com “Evandro”, escreveu o material, mas logo em seguida precisou sair porque sentiu uma dor de dente. O “Evandro” também saiu e “Geraldo” e “Odilon” ficaram.

<sup>126</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra Benoni Alencar Pereira**. 11 de abril de 1969, p. 252- 260.

<sup>127</sup> NASCIMENTO, 2016, p. 7.

O primeiro, com o nome completo de Geraldo Almeida Borges, falou em entrevista que concedeu a Gezenilde Francisco dos Santos sobre os acontecimentos do dia. Afirmou que ficou até a manhã, quando percebeu a presença da polícia na porta. Não tinha mais como fugir. O material produzido na mesma manhã da prisão foi levado por um militante da Aliança Popular (AP), deslocando-o para a FAFI. Geraldo ainda afirmou na entrevista que Benoni não participou da rodagem e nem da impressão do material. Ainda assim, consideramos que Benoni conseguiu escapar de uma prisão no episódio de 1968, já que dialogava com um sujeito que foi preso e, se não esteve presente, foi por algum motivo,<sup>128</sup> mas em 1969 não conseguiu escapar, a sua prisão ocorreu.

O principal motivo da prisão foi para que este fosse interrogado como suspeito de “subversão”, um acontecimento em Teresina, entre os dias 14 e 15 de março. Foi acusado de participar de pichações que ocorreram na cidade, com palavras de ordem que também foram usadas pelo que chamou de “ex-UNE”, no Rio de Janeiro, mas este negou qualquer envolvimento. O major Ângelo reforçou se o mesmo teria participado, porque foi visto perambulando pela “Praça da Liberdade” em horário diferente do que afirmou se encontrar em casa. Benoni reforçou que alguém se enganou quanto a tê-lo visto no dito horário desejado pelo inquiridor.

O major então preparou outra amarra de palavras: perguntou o porquê de ele ter fugido. Benoni afirmou que no dia posterior ao acontecimento, ao chegar a sua casa, foi informado de que a polícia havia o procurado, fato que o levou a “fugir”. Afirmou que ficou com medo de ser preso por causa de uma proximidade: a data de 31 de março. No seu depoimento apareceu logo após a data, entre parênteses, a expressão “aniversário da revolução”. É que a expressão não lhe pertencia. Pertencia ao escrivão. O simples fato de silenciar sobre o que ela significava, mesmo sem se referir que se tratou de um “golpe”, revelou um desconforto.

O CM falou sobre a UNE e o dia 1 de abril. Matéria que apresentou a seguinte expressão: “UNE com Jango”. E seguiu afirmando que no dia anterior (31 de março) na sua sede, na “Praia do Flamengo”, entre as últimas horas e as horas iniciais do dia seguinte (primeiro de abril), uma movimentação e “altos-falantes” inflamavam estudantes e a população em geral para reagirem contra o deslocamento militar que partiu de Minas Gerais.<sup>129</sup> A reportagem se referiu ao momento em que a “CGT” ou Central Geral dos

---

<sup>128</sup> NASCIMENTO, 2016, p. 13.

<sup>129</sup> UNE, CGT e Fuzileiros na crise. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXIII, nº 21.776, p. 13, 1 abr. de 1964.

Trabalhadores, os “Fuzileiros” ou Fuzileiros Navais do Brasil e a UNE, juntamente com outros grupos, resistiram ao golpe em curso, na cidade do Rio de Janeiro,<sup>130</sup> o que gerou consequências para a UNE. Em “Zona Sul festejou com lenço branco e desfile de carros queda de Goulart”, o JB narrou sobre

Centenas de automóveis, com lenços brancos amarrados em suas antenas e bandeiras por fora das janelas, desfilaram ontem, pelas ruas da Zona Sul da Cidade, a partir do instante em que foi anunciado que o Presidente da República, Sr. João Goulart, saíra de avião da Guanabara tomando rumo ignorado. As manifestações estenderam-se até a Praia do Flamengo, em frente à União Nacional dos Estudantes, àquela altura abandonada pelos estudantes. Um grupo de rapazes, pouco depois, liderou a invasão e ateou fogo, com bombas Molotov, no prédio da UNE. As chamas estenderam-se no interior do edifício havendo necessidade de ação do Corpo de Bombeiros para apagar o incêndio.<sup>131</sup>

Os lenços brancos e o avesso simbólico da cor. É que ao mesmo tempo em que se comemorava a viagem de João Goulart para “rumo ignorado”, entendido como um movimento de vitória para o golpe, na “Zona Sul” do Rio de Janeiro, a sede da UNE foi atacada por “um grupo de rapazes” que portavam “bombas Molotov”. Neste ataque a sede da UNE foi queimada, como se, junto, as esperanças de se barrar aquele também já estivessem se transformado em cinzas. Mas o que o texto não versou é que a sede foi invadida não apenas por “um grupo de rapazes”, ela foi invadida por “tropas”. Soma-se a isso a prisão de centenas de estudantes em todas as universidades, momento em que a UNE foi extinta pelo governo militar.<sup>132</sup> Ainda no Rio de Janeiro, o “Conselho Universitário” da “UB”, Universidade do Brasil, desmantelou os diretórios estudantis dos cursos de Filosofia, Direito e Engenharia, acusando-os de “indisciplina grave” durante os acontecimentos do que chamou de “Revolução”.<sup>133</sup> E com a lei “Suplicy de Lacerda”, do ano de 1964, a UNE foi dissolvida.<sup>134</sup>

Outro detalhe importante no IPM foi o local que Benoni usou para se esconder: o “Saco do Engano”, em Picos. Hoje a antiga localidade é a cidade de Santana do Piauí. Fiquemos com o que era no ano de 1969. Se Benoni era acusado de ser “subversivo” e se escondeu em uma localidade de Picos, significou que a cidade recebia em seu espaço, possíveis “agitadores sociais” ou “subversivos”, como os nominou o Estado brasileiro.

<sup>130</sup> FERREIRA, 2003, p. 397.

<sup>131</sup> Zona Sul festejou com lenço branco e desfile de carros queda de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIII, nº 77, p. 7, 2 abr. de 1964.

<sup>132</sup> ALVES, 2005, p. 68.

<sup>133</sup> MOTTA, 2014, p. 30.

<sup>134</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 68.

O que nos interessou foi perceber que o Piauí, e mais precisamente a cidade de Picos, estava inserido na circulação de ideias do período. Com as informações colhidas a partir de João César, de contatos entre a UNE de Curitiba e a casa do estudante em Picos, a circulação de ideias deixou pistas mais visíveis, até porque um dos questionamentos feitos a Benoni foi que as pichações feitas em Teresina eram iguais às feitas no Rio de Janeiro, pela então “ex-UNE”.

Iniciamos o capítulo falando do PIN proposto pelo governo do presidente Médici, da ditadura. Mas ao longo dele esbarramos com outra proposta de integração nacional, a proposta que ficou dita nos depoimentos de Carlos Augusto e João Alberto. É que a ALN de Carlos Marighela planejou a deflagração de guerrilhas simultâneas em todo o Brasil, e a cidade de Picos, nas palavras deles, permitiria uma ligação entre o “Norte” e o “Sul”, com a sua inclusão dentro do planejamento de criações de base da ALN, no Piauí, pois esta cidade esteve incluída no circuito de ideias “subversivas” aos olhos do Estado brasileiro. Esta inclusão representava um perigo, já que no espaço, além das ideias “subversivas”, havia a presença de muitos pobres. E ideias “subversivas” rondando espaços com grande quantidade de pobres era uma junção perfeita, ao sentido das ideias de Segurança Nacional, para que grupos oposicionistas encontrassem campo. Para o Estado brasileiro, Picos merecia atenção.

### **1.3 A “pólvora” para as “condições objetivas” de uma base ALN: Picos e seus índices de pobreza**

Com o PIN, o governo brasileiro teve como um de seus objetivos a garantia da Segurança Nacional. A ideia era que para atingir tal segurança era preciso acontecer um desenvolvimento econômico, porque, do contrário, onde existisse pobreza, o perigo da “subversão”<sup>135</sup> era uma possibilidade.<sup>136</sup> E a cidade de Picos e conseqüentemente o Piauí apareceram no JB como possíveis espaços expostos à “subversão”.

A Sudene liberou ontem NCr\$ 748 mil para as frentes de trabalho criadas no interior do Piauí – único lugar em que reconheceu a gravidade da estiagem – e mandou observadores à Paraíba e ao Ceará para verificar se há seca caracterizada. O Gôverno de Pernambuco tomou a mesma iniciativa em relação ao alto sertão do Estado. O Gôverno continua remetendo

---

<sup>135</sup> A “subversão” era significada por discursos anticomunistas. Discursos que eram constituídos por um conjunto de enunciados, composto por indivíduos ou grupos que lutavam contra o comunismo no que diz respeito à síntese marxista-leninista, que permitiu a criação do bolchevismo e do modelo soviético. Ver: MOTTA, 2002, 19.

<sup>136</sup> ALVES, 2005, p. 33.



ferramentas, alimentos e medicamentos a Picos, no Piauí, centro de região flagelada [...].<sup>137</sup>

A preocupação do momento no JB era com a circulação de “boletins de incitação subversiva” no interior do Ceará. Isto porque o reconhecimento de Picos como um “centro de região flagelada” abriu possibilidade para que, no interior do estado, alguns boletins circulassem. O perigo estaria em todos os lados<sup>138</sup>, o perigo estaria em Picos.

Bronislaw Geremek abordou as várias tipologias apresentadas por uma literatura européia sobre o modelo de pobre durante a Idade Média e a Idade Moderna, modelo que assumiu uma polissemia, pois ora apareceu como um mendigo humilde, como um filósofo, que viu na pobreza uma forma de reflexão independente, ou como um miserável, vítima das relações sociais.<sup>139</sup>

Apesar de o autor ter pesquisado um período entremeado pela Idade Média e pela Idade Moderna, conseguimos retirar um caminho de análise como indicação. Um caminho para o trato com a pobreza em Picos, durante o final de década de 1960 e início da década 1970: a pobreza enquanto flagelo da seca que se abateu sobre o Nordeste. No caso do JB, que usou a palavra “flagelados” (pensemos nas mulheres “flageladas” de igual modo) para significar parte da população de Picos, falava ao mesmo tempo da pobreza dos sujeitos que também eram, supostamente, desejados pelos “subversivos”. Vejamos alguns dados sobre a população geral e a pobreza de Picos, da região Nordeste do Brasil, no período.

<b>Tabela 1</b>	<b>Contagem demográfica em número de habitantes da cidade de Picos-PI</b>		
<b>Ano</b>	<b>Espaço urbano</b>	<b>Espaço rural</b>	<b>População total</b>
<b>1960*</b>	8.080	41.721	49.801
<b>1968**</b>	15.077	55.852	70.929
<b>1980***</b>	33.066	31.794	64.860
<b>1991****</b>	45.571	32.854	78.425

\*IBGE. **Maranhão – Piauí: IV Recenseamento Geral do Brasil, 1960**, p. 252.

\*\*Crescimento Demográfico. **Revista Foco: Edição Comemorativa: 111 anos Picos, nossa história. Picos (PI), 2001**, p. 8.

\*\*\*IBGE. **Censo Demográfico 1991: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1992**, p. 49; e Crescimento Demográfico. **Revista Foco: Edição Comemorativa: 111 anos Picos, nossa história. Picos (PI), 2001**, p. 8.

<sup>137</sup> SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, n. 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

<sup>138</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 37.

<sup>139</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 7-8.

\*\*\*\*IBGE. **Censo Demográfico 1991**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1992, p. 49; e Crescimento Demográfico. **Revista Foco**: Edição Comemorativa: 111 anos Picos, nossa história. Picos (PI), 2001, p. 8.

<b>Tabela 2.</b>	<b>Contagem demográfica em número de habitantes, do Nordeste e do Brasil</b>	
<b>Ano</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Brasil</b>
<b>1960*</b>	22.428.873	70.992.343
<b>1970*</b>	28.675.110	94.508.583
<b>1980*</b>	35.419.156	121.150.573
<b>1991*</b>	42.470.225	146.917.459

\*IBGE. **Sinopse Censo demográfico: 2010**. Rio de Janeiro, 2011, p. 67.

<b>Tabela 3.</b>	<b>Percentual de pessoas pobres, com renda per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1991, em Picos, no Nordeste e no Brasil</b>		
<b>Ano</b>	<b>Picos*</b>	<b>Nordeste**</b>	<b>Brasil***</b>
<b>1970</b>	93,10	87,85	67,90
<b>1980</b>	75,26	66,53	39,47
<b>1991</b>	69,23	71,68	45,46

\*IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Picos**, 2009.

\*\*IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Nordeste**, 2009.

\*\*\*IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Brasil**, 2009.

Com a leitura de Bronislaw Geremek, aconteceu uma detonação de busca para que chegássemos mais perto de uma indicação: quem era a pobreza, em Picos, que foi colocada como possível alvo para a “subversão” que já mantinha contatos e planejava ações para o seu espaço? Por meio de lentes polissêmicas de um fazer, de maneira relacional, encontramos uma primeira indicação, já que no JB as referências aos “flagelados” e às “flageladas” da seca de 1970, no Nordeste e, em especial, na cidade de Picos, era uma significação direta de que a pobreza existiu no contexto por causa de um problema tido como “natural”: a própria seca.

A presença de “flagelados”/“flageladas” em Picos também ganhou ares de “natural”.<sup>140</sup> A culpa, mais uma vez, recaiu sobre a seca de 1970. Com outra linha de pensamento, tomando de empréstimo ideias de Simon Schama, do livro *Paisagem e Memória*, para quem a paisagem antes de ser “natureza” é cultura, já que recebeu diversos significados ao longo do tempo, entendemos que a presença de “flagelados”/“flageladas” em Picos, antes de ser “natureza”, também foi cultura. E duas explicações fizeram-se necessárias: a primeira, é que a própria paisagem nordestina, em tempos de seca, ganhou significações de que

<sup>140</sup> SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, n. 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

acontecendo de determinado modo, simplesmente porque era o trabalho da “natureza”. Lembremo-nos, de igual modo, do exemplo do Nordeste inscrito na “natureza”, como se não tivesse sido também, uma invenção política, econômica e cultural. Para contemplarmos a segunda explicação, lidamos com os dados dos três quadros apresentados anteriormente. A presença de “flagelados”/“flageladas” em Picos teve como fator para a sua existência, no ano de 1970, não somente as questões climáticas, mas também aspectos nos campos político, econômico e social.

Na **Tabela 1**, sobre a contagem demográfica de Picos em número de habitantes, alguns pontos foram importantes para a nossa leitura: na passagem da década de 1970 para a década de 1980, o número de habitantes da cidade diminuiu de 70.929 para 64.860, o que destoou tanto dos índices do Nordeste como do Brasil, no mesmo período, que respectivamente passaram de 28.675.110 para 35.419.156; e de 94.508.583 para 121.150.573, em número de habitantes, como ficou presente na **Tabela 2**; mas no espaço urbano, em Picos no mesmo período, a população aumentou de 15.077 para 33.066, o que nos indicou que, mesmo a população geral de Picos tendo diminuído no referido período, a população urbana aumentou. Já a população rural diminuiu de 55.852 para 31.794, o que, provavelmente, justifica o aumento da população urbana.

Na passagem da década de 1980 para o ano de 1991, a população geral cresceu de 64.860 para 78.425 habitantes. Nas partes urbana e rural também houve crescimento. Na primeira zona, de 33.066 para 45.571; e na segunda, de 31.794 para 32.854. Mais uma vez o aumento da população geral e urbana de Picos aconteceu. Mas, como dessa vez a população rural, ao contrário de diminuir, aumentou, imaginamos que a cidade de Picos recebeu populações de outros municípios e até de outros estados brasileiros, o que se relacionou com a reportagem *Transamazônica*, presente no JB no ano de 1970, quando, para o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, algumas cidades presentes nas margens da rodovia poderiam receber “novos núcleos habitacionais” e a instalação de novos *Campi* Avançados do Projeto Rondon,<sup>141</sup> o que de fato aconteceu com Picos em 1972.

Na **Tabela 3**, por meio de dados do IPEA, lidamos com índices classificatórios da pobreza em Picos, no Nordeste e no Brasil, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Foram consideradas como pessoas pobres, por meio de porcentagem, as que tinham a renda per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1991.

---

<sup>141</sup> TRANSAMAZÔNICA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 139, p. 10, 16 set. de 1970.

Em 1970, em Picos, o índice foi de 93,10%; no Nordeste, de 87,85%; e no Brasil 67,90%. Estes dados revelam que o índice de pobreza em Picos era maior do que a média do Nordeste e do Brasil como um todo. Ou seja, dos 70.929 habitantes de Picos em 1968, em 1970, 66.034 habitantes eram considerados pobres.<sup>142</sup>

No ano de 1980, o índice de pobreza em Picos foi de 75,26%; no Nordeste de 65,53%; e no Brasil 39,47%. Em Picos, com relação ao ano de 1970, o índice caiu, mas, se compararmos ao Nordeste, permaneceu maior. Em comparação com o Brasil, a diferença que em 1970 era de 25,20%, maior para Picos; em 1980 era de 35,79%. Dos 64.860 habitantes de Picos em 1980, 48.813 eram considerados pobres. Enquanto a média de pobreza do Brasil diminuiu consideravelmente, em Picos não diminuiu tanto, até porque sua população decaiu entre 1970 e 1980.

E já em 1991, levando em conta a década anterior, em Picos, 69,23% da população era pobre; no Nordeste 71,68%; e no Brasil 45,46%. Considerando as três décadas, com esse resultado foi a primeira vez que o índice em Picos foi menor que o do Nordeste; e que decaiu, enquanto no Nordeste e no Brasil a pobreza cresceu. No entanto, como a população da cidade disparou, entre 1980 e 1991, de 64.860 habitantes para 78.425, mesmo com a diminuição do índice de pobreza, a quantidade de pobres aumentou, pois, dos 78.425 habitantes de 1991, 54.293 eram pobres. A quantidade foi elevada de 48.813 habitantes para 54.293. Teresina em 1950 possuía 90.723 habitantes; em 1960, 144.799<sup>143</sup>; em 1970, 363.666; em 1980, 538.294<sup>144</sup>; e em 1991, 598.411.<sup>145</sup> E se o nível de pobreza em Teresina, em 1991, era de 56,47%, dos 598.411 habitantes, 337.922 eram pobres. Só que a pobreza das cidades de Picos e Teresina não eram fruto apenas da seca de 1970.

Em *A economia brasileira no período militar*, Rubens Penha Cysne apresentou números da economia durante a ditadura militar. Pecou ao afirmar que os “governos militares” foram fruto da “revolução de 31 de março de 1964”. Preferimos a alcunha de golpe. De 1964 até 1985, a economia brasileira cresceu 6,15% ao ano (superior ao crescimento médio mundial, que foi de 3,66%; aos dos países em desenvolvimento que foi de 4,78%; e ao da América Latina, que foi de 4,75%) e entre 1948 e 1963, os dados ficaram na média de

<sup>142</sup> A porcentagem de pobreza com dados de 1970, em cima da população de 1968, aconteceu porque não obtivemos dados de demografia para a população de Picos referente ao ano de 1970. Obtivemos somente para o ano de 1968.

<sup>143</sup> IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 72.

<sup>144</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade, memórias de imigrantes, pobreza e vidas cruzadas. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; Monteiro, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs.). **Itinerários da pesquisa em História**: a polifonia de um campo. – Teresina: EDUFPI, 2014, p. 171-172.

<sup>145</sup> IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 72.

7,12%<sup>146</sup>. Então, justificar a ditadura por conta da sua política econômica, em detrimento de períodos democráticos, não é coerente. No caso de Picos, a pobreza ao final da década de 1970 também foi resultado da política econômica e social da ditadura, pobreza que foi expandida pelas práticas de má distribuição de renda, em um país em que o governo se vangloriava por um nominado “milagre brasileiro”, em termos econômicos.<sup>147</sup>

Em apresentação de um livro organizado no ano de 1994, intitulada *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D’Araújo, teceram argumentos que foram na direção que previmos para Picos: a política do nominado “milagre econômico” (que de “milagre” não teve nada ao seu final, para grande parte da população), por meio da qual a economia cresceu durante alguns anos (1968-1973), diversificou-se e expandiu as atividades industriais, científicas e tecnológicas, mas, ao mesmo tempo, deixou um grande vazio nos investimentos sociais. Apesar de o crescimento ter sido acelerado durante alguns anos, o país ampliou a sua pobreza.<sup>148</sup> Acompanhem alguns indicadores sociais de Picos do ano de 1970, que levaram a cidade a ser considerada como “centro de região flagelada” pelo Estado brasileiro; e uma cidade que continha as “condições objetivas” para os esforços propostos pela ALN.

Milton Santos problematizou, no livro *Pobreza urbana*, uma recorrência nos estudos, pelos quais o livro foi nominado, a atribuição de um valor próprio e suficiente para dados estatísticos. Valor próprio que fica mais presente quando se pensa o aumento de índices de pobreza por meio da demografia. Como se apenas a transferência de migrantes do espaço rural para o espaço urbano justificasse a crise.<sup>149</sup> Assim, se anteriormente apresentamos dados demográficos que nos ajudaram a pensar as faces constitutivas da pobreza em Picos, no ano de 1970, que era de 93,10%, agora dispomos de outros dados que denotam as condições de vida que foram oferecidas aos homens e mulheres que, na condição de migrantes, juntamente com aqueles/aquelas que já moravam na cidade foram submetidos/submetidas a condições de pauperização. Foi uma forma de fugirmos da recorrência. Começemos pelo Índice de

<sup>146</sup> CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 232.

<sup>147</sup> EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O Milagre Brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 222.

<sup>148</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina. Apresentação. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_(Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 2.

<sup>149</sup> SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 14-21.

Desenvolvimento Humano (IDH), que foi calculado a partir da média de outros três, que foram o de Longevidade (IDHM-L), o de Educação (IDHM-E) e o de Renda (IDHM-R).

Tabela 4	Composição do IDH da cidade de Picos, do Nordeste e do Brasil, do ano de 1970 a partir do IPEA			
	HDM-L	HDME	HDM-R	IDH
<b>Picos</b>	0,356 <sup>150</sup>	0,274 <sup>151</sup>	0,129 <sup>152</sup>	0,253 <sup>153</sup>
<b>Nordeste</b>	0,385 <sup>154</sup>	0,336 <sup>155</sup>	0,196 <sup>156</sup>	0,306 <sup>157</sup>
<b>Brasil</b>	0,440 <sup>158</sup>	0,501 <sup>159</sup>	0,444 <sup>160</sup>	0,462 <sup>161</sup>

No que concerne ao IDH, no ano analisado, o índice de Picos era menor do que os números do Brasil e do Nordeste, até mesmo entre os outros três usados para obter a média geral. Estes são números que correspondem aos esforços que foram feitos para a cidade ao longo da década anterior, que permitiu que “condições objetivas” fossem enxergadas em Picos pela ALN de Carlos Marighela. Após acompanharmos tais números para o IDH, compreendemos porque duas propostas de integração nacional envolveram Picos.

Dispomos também dos índices sobre o analfabetismo. Para o ano de 1970, a referência foi de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam escrever um bilhete simples. Em Picos a contagem ficou em 62,00%<sup>162</sup>; no Brasil, 32,97%<sup>163</sup>; e no Nordeste, 53,92%<sup>164</sup> o que indica que, na cidade, no que concerne à quantidade de analfabetos em 1970, o índice era quase o dobro do índice do Brasil e maior do que o do Nordeste. Se as pessoas que foram incluídas na contagem tinham como idade mínima 15 anos, significa que, na década de 1960, esforços educacionais não foram capazes de promover a inclusão delas, portanto, mais um elemento de preocupação para o Estado brasileiro, após o golpe de 1964, no sentido da “subversão”.

<sup>150</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Picos, 2009.

<sup>151</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Picos, 2009.

<sup>152</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Picos, 2009.

<sup>153</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Picos, 2009.

<sup>154</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Nordeste, 2009.

<sup>155</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Nordeste, 2009.

<sup>156</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Nordeste, 2009.

<sup>157</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Nordeste, 2009.

<sup>158</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Brasil, 2009.

<sup>159</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Brasil, 2009.

<sup>160</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Brasil, 2009.

<sup>161</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Brasil, 2009.

<sup>162</sup> IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Picos, 2011.

<sup>163</sup> IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Brasil, 2011.

<sup>164</sup> IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Nordeste, 2011.

A quantidade de domicílios com água ligada à rede geral, em Picos, no ano de 1970 era 838,00<sup>165</sup>; no Brasil eram 5.784.268,00<sup>166</sup>; e no Nordeste, 636.185,00.<sup>167</sup> A porcentagem de domicílios que dispunham de abastecimento de água adequado, sendo adquirida por meio da rede geral ou de poço/nascente com canalização interna era de 6,40%<sup>168</sup>; no Brasil, 51,26%<sup>169</sup>; e no Nordeste, 27,96%.<sup>170</sup> O número de domicílios com energia elétrica era 626,00<sup>171</sup>; no Brasil, 8.383.994,00<sup>172</sup>; e no Nordeste 1.199.435,00.<sup>173</sup> Já a porcentagem de domicílios com instalação adequada de esgoto, em 1970, era de 4,50%<sup>174</sup>; no Brasil 42,28%<sup>175</sup>; e no Nordeste, 20,45%.<sup>176</sup> Chamou-nos a atenção o número de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral, que, no ano de 1970, em Picos, era de 0,00<sup>177</sup>; no Brasil, 2.318.402,00<sup>178</sup>; e no Nordeste, 118,610,00.<sup>179</sup> A porcentagem da população em Picos, em 1970, que vivia em domicílios duráveis era de 78,80%<sup>180</sup>; no Brasil, 73,80%<sup>181</sup>; e no Nordeste, 61,40%.<sup>182</sup> A expectativa de vida de uma pessoa que nascia em Picos, no ano de 1970, era de 46,35 anos<sup>183</sup>; no Brasil, 51,43 anos<sup>184</sup>; e no Nordeste, 48,09 anos.<sup>185</sup> E o número de pessoas que morriam sem completar um ano de vida, a cada mil nascidas vivas, em média, na cidade de Picos, era de 172,63<sup>186</sup>; no Brasil, 123,19<sup>187</sup>; e no Nordeste, 179,21.<sup>188</sup>

Com relação à pequena quantidade de domicílios com abastecimento de água ligado diretamente da rede geral, em 1970 na cidade de Picos, era de 838,00. Esta situação era amenizada pelo fato de grande parte da população retirar a sua água do rio Guaribas, o que não tinha como ser amenizada era a não existência, segundo os dados, de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral. Estas são informações que nos ajudam no

<sup>165</sup> IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Picos, 2011.

<sup>166</sup> IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Brasil, 2011.

<sup>167</sup> IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Nordeste, 2011.

<sup>168</sup> IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Picos, 2011.

<sup>169</sup> IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Brasil, 2011.

<sup>170</sup> IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Nordeste, 2011.

<sup>171</sup> IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Picos, 2011.

<sup>172</sup> IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Brasil, 2011.

<sup>173</sup> IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Nordeste, 2011.

<sup>174</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Picos, 2011.

<sup>175</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Brasil, 2011.

<sup>176</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Nordeste, 2011.

<sup>177</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Picos, 2011.

<sup>178</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Brasil, 2011.

<sup>179</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Nordeste, 2011.

<sup>180</sup> IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Picos, 2011.

<sup>181</sup> IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Brasil, 2011.

<sup>182</sup> IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Nordeste, 2011.

<sup>183</sup> IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Picos, 2013.

<sup>184</sup> IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Brasil, 2013.

<sup>185</sup> IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Nordeste, 2013.

<sup>186</sup> IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Picos, 2013.

<sup>187</sup> IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Brasil, 2013.

<sup>188</sup> IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Nordeste, 2013.

entendimento de outros dados, como a expectativa de vida, que naquele ano era de 46,35 anos, ou a quantidade de pessoas que morriam, antes de completarem um ano de vida, que era de 172,63, a cada mil nascidos vivos. Lembremo-nos que são informações acerca do ano de 1970, pois a construção deles aconteceu na década anterior.

Mas se em 1970, dos 70.929 habitantes, 66.034 eram considerados pobres, a cidade de Picos merecia um acompanhamento do Estado brasileiro, com base na preocupação que existiu de que “boletins de incitação subversiva”, que circulavam no Ceará, também circulassem pelo Piauí por meio de Picos, “centro de região flagelada”.<sup>189</sup> Em *Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As assessorias de segurança e informação das universidades*, Rodrigo Patto apresentou uma informação cara aos nossos anseios: o impulso modernizante despejado no Brasil pelas elites do regime militar foi influenciado por uma teoria da modernização circulante entre cientistas sociais e políticos norte-americanos. Tal teoria delineava que era necessário modernizar uma região com desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política, para que propostas revolucionárias não fossem a única alternativa para a população.<sup>190</sup>

O próprio Carlos Marighela, que pensou a criação de uma base da ALN em Picos, após viagem que empreendeu em 1967 para Cuba, tendo como objetivo a participação na OLAS, imaginava que existia campo para uma luta armada no Brasil. Em seu pensamento, o contexto brasileiro não diferia muito do contexto cubano, já que o Brasil também sofria um controle do imperialismo norte-americano na produção, no poder político e militar; e os problemas do campo e a miséria das massas populares eram as necessárias condições objetivas para a deflagração de uma luta armada.<sup>191</sup>

Mas, para isso, era preciso que os membros da ALN conhecessem mais dos processos de formação de “guerras de guerrilha” de Cuba, o que possibilitou que em 1969, “Zélia” procurasse, entre os quadros da ALN do Norte, alguém disponível para fazer um “curso de guerrilha” em Cuba. Carlos Augusto lembrou que “Luiz Coutinho”, um “elemento de esquerda”, foi o escolhido.<sup>192</sup> Afirmar que o Brasil possuía aquelas condições era falar dos seus índices de pobreza. E o Brasil tinha (como vimos anteriormente), no início da década de 1970, 67,90% da sua população considerados pobres; o Nordeste 87,85%; e Picos, 93,10%.

<sup>189</sup> SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, n. 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

<sup>190</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008, p. 59.

<sup>191</sup> SALES, 2009, p. 199-217, p. 207.

<sup>192</sup> Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 97.



Além do fato de que a pobreza de Picos e do Nordeste, ao longo da década de 1960, passou por algumas experiências sensíveis, que acumularam desejos de melhoramento de vida. Melhoramento que, dentro do jogo político da década, principalmente após o golpe de 1964 estava em disputa. O pêndulo da disputa era manuseado pelo Estado brasileiro e por grupos que foram considerados “subversivos”. Acompanhemos o exemplo de uma experiência sensível. Em seguida, analisemos de que modo ela poderia ser um perigo aos anseios do Estado brasileiro, se aproveitado pelas esquerdas. O ano era 1960 e o JB apresentou como matéria de capa *Águas destroem 1300 casas em Picos, no Piauí*.

Notícias procedentes de Picos, no interior do Piauí, revelam que a enchente do Rio Guaribas já destruiu 1300 casas naquela cidade, espalhando a fome e a febre entre a população, cujo pânico cresce com a morte em massa das crianças por efeito da disenteria. Até o momento 30 crianças já morreram. O comerciante Abraão Conrado suicidou-se ao ter conhecimento de que 98 dos seus imóveis haviam sido destruídos pelas águas.<sup>193</sup>

Ao pensarmos uma problematização para o trecho anterior, realizamos um lembrete de leitura. Falamos de Reinhart Koselleck, com *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. No livro, ele indicou que uma “expectativa” pode se formar a partir de uma “experiência”.<sup>194</sup> O JB se encarregou de narrar uma experiência: a enchente provocada por fortes chuvas que inundaram a cidade de Picos no ano de 1960. Esta inundação teve como vetor o rio Guaribas, que no período servia aos moradores e moradoras, para diversas atividades do cotidiano, tais como plantar, já que nos meses secos a cidade era envolvida por um “cinturão de humidade”; e consumo humano, pois nem todas as pessoas contavam com água encanada em suas casas e também não podiam pagar pela água que era retirada dos olhos d’água.<sup>195</sup> Com as inundações, diversas pessoas perderam as suas casas, só que, mais grave do que isso, foram as pessoas que sofreram com a “febre” e a “fome”; e as crianças, que morreram por causa da “disenteria”. Até a data de escrita da reportagem, “30 crianças” não suportaram as dores do mundo e deixaram seus familiares. Não sabemos se a quantidade de crianças que entraram nas contas de mortas realmente condiz com o que foi narrado. Sabemos apenas que o comerciante “Abraão Conrado” não tirou a sua própria vida ao saber que grande parte de suas casas haviam sido destruídas, como afirmou a reportagem.

Se a “experiência” pode gerar uma “expectativa”, ao sentido de Koselleck, as pessoas pobres atingidas em Picos desejaram dias melhores. Dentre as opções de dias melhores que se

---

<sup>193</sup> ÁGUAS destroem 1300 casas em Picos, no Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 1, 4 abr. de 1960.

<sup>194</sup> KOSELLECK, 2006, p. 307.

<sup>195</sup> MOURA, MOURA & MOURÃO, 2015, p. 146-147.

formaram ao longo da década, duas se sobressaíram, pelo que analisamos aqui: a do PIN, proposta pelo Estado brasileiro; e a da “subversão”, que foi pensada pela ALN, o que nos possibilita perceber que dentre as chamadas “condições objetivas” bradadas por Carlos Marighela, e que falamos anteriormente, estava a pobreza e a sua “experiência” de cotidiano, desejosa de dias melhores. No entanto, tal experiência não foi uma singularidade da cidade de Picos. Outras cidades do Nordeste também sofreram com as enchentes, no mesmo ano.

Em outra página da mesma edição, mais uma matéria sobre o assunto teve como título *1300 casas destruídas em Picos*. Além de repetir o trecho que subscrevemos anteriormente, apresentou notícias sobre outras cidades do Nordeste e também sobre as providências e ajudas. O então governador de Pernambuco, “Cid Sampaio”, telegrafou aos prefeitos das cidades atingidas pelas enchentes no estado, solicitando relatório dos danos, para que providências fossem tomadas. Dentre as informações solicitadas estiveram: “os nomes dos açudes arrombados”, “o total de casas destruídas”, a “extensão dos danos à lavoura”, o “valor e espécie dos rebanhos dizimados”, “e tudo o mais que se refira à economia do Estado”.<sup>196</sup>

Com isso as notícias começaram a chegar ao governador “Cid Sampaio”. Sobre a cidade de “Itambira”, a narrativa da reportagem delineou que por lá um verdadeiro “espetáculo horroroso” era presenciado pelos moradores. Mas foi descrito assim: “cadáveres de pessoas, sobretudo de mulheres e crianças, descem boiando na correnteza do rio, junto com os de animais domésticos e de criação, vítimas da violência das inundações”.<sup>197</sup> O JB se encarregou de revelar uma face penosa para os acontecimentos. Ligou, por meio das palavras tecidas, as mortes que aconteceram em Picos com as que ocorreram em “Itambira”, se bem que o “espetáculo horroroso” mostrou uma face mais forte na última cidade, pelo menos foi assim que a reportagem significou.

Seguindo seu curso, a matéria chegou até outras cidades. No município pernambucano de “Tabira”, a ameaça partia do “Rio Solidão”, que, após derrubar 50 casas, ameaçava colocar ao chão outras tanta. Algumas pessoas eram consideradas “desaparecidas” e outras “200” estavam desabrigadas. Outros estados também tiveram as suas experiências com enchentes descritas. No Rio Grande do Norte, nas cidades de “Campo Santo”, “Currais Novos” e “Jucutim”, os moradores sofriam privações sem possuírem agasalhos, ao relento; e ainda no Piauí, o rio Parnaíba, no Norte, que divide o estado com o Maranhão, do lado do último, havia derrubado mais de 400 casas. As ajudas também mereceram linhas. Minas Gerais, por exemplo, ofereceu “mil quilos” de carne aos “flagelados” do Nordeste; e o Paraná ofereceu

<sup>196</sup> 1330 casas destruídas em Picos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 7, 4 abr. de 1960.

<sup>197</sup> 1330 casas destruídas em Picos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 7, 4 abr. de 1960.

ajuda por meio da criação de uma comissão que percebesse de que maneira os “flagelados” receberiam ajuda.<sup>198</sup> Em 1969, a enchente foi lembrada pelo OESP, por meio da matéria *Guaribas sobe e inunda seis cidades piauienses*.

Seis cidades do Piauí foram inundadas pelas águas do rio Guaribas, que subiram com as últimas chuvas, deixando famílias desabrigadas e destruindo quase toda a lavoura da região. A cheia atingiu as cidades de Picos, Monsenhor Hipólito, Bocaina, Santo Antonio de Lisboa, Francisco Santos e Santa Cruz do Piauí. Picos, importante centro econômico do Estado, revive o desastre de 1960, quando o pequeno Guaribas inundou a cidade, causando sério abalo à economia da região. O governador em exercício, sr. João Clímaco de Almeida, abriu crédito de NCr\$ 50 mil para prestar assistência aos flagelados, determinando o envio de viveres e medicamentos. O governador Helvídio Nunes, que está no Rio, deverá voltar na quinta-feira, devendo seguir no mesmo dia para a região atingida, a fim de inspecionar os danos.<sup>199</sup>

Se no ano de 1969, a enchente de 1960 foi lembrada, entendemos que a de 60, tornou-se assim uma chave de leitura para as que vieram posteriormente. Teve as suas maneiras de durar na grande mídia, bem como entre os moradores e moradoras de Picos.<sup>200</sup> Chamou-nos a atenção, mais uma vez, o uso da palavra “flagelados” para designar os homens e as mulheres que sofreram, no ano de 1969, com as enchentes, porque se aproximou da possibilidade de leitura com que nos apropriamos de Geremek, para quem as maneiras de significar a pobreza em determinado contexto assumem/assumiram uma polissemia.<sup>201</sup> Se anteriormente percebemos o/a “flagelado”/“flagelada” da seca como pobre, agora tratava-se dos/das que sofreram com as enchentes. Ou dos/das que viviam dentro das “condições objetivas” imaginadas por Carlos Marighela, posteriormente.

Assim, Picos e o Nordeste receberam os esforços de construção da rodovia Transamazônica, que prometia integrar o Nordeste e o Norte, além de propiciar um desenvolvimento econômico para as duas regiões e, conseqüentemente, a transferência de nordestinos e de nordestinas para o Norte, como forma de esfriar os conflitos por terras no Nordeste e gerar uma exploração das riquezas econômicas da região amazônica<sup>202</sup>; e a implantação de alguns *Campi* Avançados, ligados ao PRO, para que realizassem a

<sup>198</sup> 1330 casas destruídas em Picos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 7, 4 abr. de 1960.

<sup>199</sup> GUARIBAS sobe e inunda seis cidades piauienses. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 90, n. 28.776, p. 7, 30 jan. de 1969.

<sup>200</sup> RODRIGUES, Lídia Bruna Albuquerque. **Cidade sob as “Águas de Março”**: história e memória de Picos no período das (pós-)Enchentes (1960). 2011. 55f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011, p. 27.

<sup>201</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 7-8.

<sup>202</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Vira mundo, vira mundo**: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História** (PUC-SP), São Paulo. Editora da PUC, v. 27, p. 49-69, 2003, p. 51.

interiorização do propagandeado surto modernizador e desenvolvimentista. Acompanhemos, então, a montagem da cidade de Picos enquanto “marco zero” da Transamazônica.

## 2 UM PROCLAMADO “VAZIO DEMOGRÁFICO”: A REGIÃO NORTE, A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA E A EMERGÊNCIA DE IDEIAS DE SEGURANÇA NACIONAL

No filme *Iracema – Uma Transa Amazônica* de Jorge Bondanzky e Orlando Senna abordou-se sobre a construção de um “Brasil Grande”. Este filme foi proibido pela censura entre os anos de 1974 e 1979, já que, aos olhos do Estado brasileiro, não era digno de receber o “visto de filme brasileiro”, uma vez que suas cópias foram feitas na Alemanha.<sup>203</sup> O JB, em 1980, abordou que o Conselho Nacional de Cinema (Concine) não havia decidido se o filme merecia o “certificado de nacionalidade”, o que não impedia que tivesse ganhado 14 prêmios internacionais e se encontrasse no ponto de ser lançado pela Embrafilme. Alguns dos prêmios recebidos foram: *Prix George Sadoul*, na França; *Grimme – Preis*, na Alemanha; *Encomio Taormina*, na Itália; *Melhor filme 78*, da Associação dos Críticos Cinematográficos de Minas Gerais. Além disso, participou de outros festivais: o *Semaine Internationale de La Critique Française*, ou *Cannes*, na França; o *Figueira da Foz*, em Portugal; o *Berlim 77*, na Alemanha; o *Filmex*, em Los Angeles; o *Perth*, na Austrália; e o *L’age D’or*, na Bélgica.<sup>204</sup> Mas em 1980 não foi rodado no Brasil.

O JB colocou ainda que quem o assistiu garantia que *Iracema – Uma Transa Amazônica* estava para o cinema brasileiro, como *Os Sertões* de Euclides da Cunha estavam para a literatura nacional.<sup>205</sup> Já em 1981, o OESP, com ‘*Iracema*’ chega às telas, com sete anos de atraso, falou de outra fase do filme: a sua entrada comercial no Brasil.

Iracema nega suas origens – “não sou índia, sou branca” –, sua idade – 15, 17 ou 22 anos – e até sua identidade. Não se sabe de onde vem e muito menos para onde vai. Seu corpo vale Cr\$ 20,00 ou Cr\$ 30,00, mas quer que valha Cr\$ 50,00. Seu futuro e suas perspectivas de vida estão inscritas num para-choque de caminhão. “Do destino ninguém foge”. Documentário-ficção, dirigido por Jorge Bondanzky e Wolf Gauer, e que a partir de hoje entra em circuito comercial, “Iracema” é uma história montada com depoimentos de motoristas de caminhão e prostitutas da região Transamazônica [...].<sup>206</sup>

Apareceram como diretores do filme, Jorge Bondanzky e Wolf Gauer. O primeiro conheceu o segundo durante o período em que estudaram juntos na Alemanha. Mas além deles incluímos Orlando Senna. No filme, “Iracema” foi encenada por Edna de Cassia,

<sup>203</sup> ‘Iracema’ chega às telas, com sete anos de atraso. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 102, nº 32.668, p. 26, 10 set. 1981.

<sup>204</sup> BODANZKY, Jorge. SENNA, Orlando. **Iracema uma transa amazônica**, São Paulo, STOPFILM, 1976, 91 min.

<sup>205</sup> LANCE-LIVRE. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXIX, nº 285, p. 6, 20 jan. 1980.

<sup>206</sup> ‘Iracema’ chega às telas, com sete anos de atraso. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 102, nº 32.668, p. 26, 10 set. 1981.

enquanto “Tião Brasil Grande”, por Paulo Cesar Pereio. Se o Estado brasileiro levou vários anos para permitir que o filme fosse consumido no Brasil, entendemos que a temática abordada contribuiu para que o atraso recebesse legitimação. Sendo feito a partir da concepção de “documentário-ficção”, portanto uma proposta “realista”, por falar sobre “caminhoneiros” e “prostitutas” que percorriam a rodovia Transamazônica, alteraram a positividade disseminada (pelo Estado brasileiro) para a estrada. Alteraram a positividade do “Brasil Grande”. O caminhoneiro foi maximizado pelo personagem de “Tião”, enquanto a figura da prostituta ganhou visibilidade a partir de “Iracema”.

“Tião” e “Iracema” ao longo do filme se conheceram e passaram a atravessar a rodovia Transamazônica. Ele, como a significação do proclamado “Brasil Grande”, contendo em seu caminhão um adesivo de “Brasil: ame-o ou deixe-o”; e ela, o dissabor que não foi positividade, já que era uma adolescente que passou a perambular pela estrada.<sup>207</sup> Jorge Bondanzky, em entrevista ao OESP, revelou o desejo de denunciar mais. Procurou focar também na “devastação da Amazônia”<sup>208</sup> e na “riqueza que estava sendo dilacerada”.<sup>209</sup>

Em 1970, a Agência Nacional produziu diversos “Cine Jornais”, prática que foi iniciada durante a década de 1940 e, no ano de 1970, um deles teve como objetivo falar de uma visita do presidente Médici a Altamira, no Pará, momento em que a positividade do “Brasil Grande”, a partir da rodovia Transamazônica, mostrou a sua face por meio do Estado brasileiro, algo necessário, também, para contrapor outras visões que eram construídas sobre o empreendimento rodoviário, como o filme *Iracema – Uma Transa Amazônica*.

O vídeo foi intitulado de *A Transamazônica*, teve duração de nove minutos e trinta e sete segundos e estava isento de censura de acordo com o “Dec. n. 20.943”. A direção foi feita por “John E. Borring”; o locutor foi “Alberto Curi”; e a empresa de filmagem, a “Líder”. Curi iniciou a sua narração dando conta de que a visita de Médici aconteceu para que a inauguração dos trabalhos da rodovia acontecesse, pois a rodovia era um instrumento eficaz para a ampliação da fronteira econômica do país e uma obra essencial do PIN. Enquanto a narração foi feita, a imagem mostrou a comitiva do presidente Médici chegando a um espaço

<sup>207</sup> BODANZKY, Jorge. SENNA, Orlando. **Iracema uma transa amazônica**, São Paulo, STOPFILM, 1976, 91 min.

<sup>208</sup> Por Amazônia, da maneira que foi citada, compreendemos ser a parte brasileira que ficou conhecida como Amazônia Legal em 1953, a partir do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que entrou em vigor por meio da Lei 1.806. Amazônia Legal que passou a possuir em sua composição, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Ver: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Violência e trabalho na Amazônia. Narrativa historiográfica. **Territórios e fronteiras (online)**, v. 7, p. 27-46, 2014, p. 28.

<sup>209</sup> ‘Iracema’ chega às telas, com sete anos de atraso. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 102, nº 32.668, p. 26, 10 set. 1981.

cercado por um clarão aberto na floresta, após a derrubada de muitas árvores, e a presença de muitos jornalistas, prontos a dispararem seus cliques.

Em seguida, Curi seguiu a narração falando que a “colonização” da Amazônia<sup>210</sup> só não acontecia por causa da falta de transportes, que seria sanada pelo lançamento de estradas, que serviriam de vias de penetração e complemento ao sistema de rios navegáveis, ideia que não era nova. Pensar a construção de uma estrada para ser complemento aos rios, na região, foi algo que partiu também de Euclides da Cunha em *À margem da história*, publicado no ano de 1909.<sup>211</sup> De outro lado, a imagem apresentou alguns trabalhadores com máquinas derrubando árvores e outros medindo o nível da estrada que se abria em determinado trecho. Ao longo da narrativa, Alberto Curi também leu trechos do pronunciamento presidencial da ocasião.

Continuemos citando o discurso presidencial: “O coração da Amazônia é cenário para que se diga ao povo, que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil. Dois desses problemas referidos na fala do chefe de Estado são: o homem sem terras no Nordeste. E a terra sem homens na Amazônia”.<sup>212</sup>

Alberto Curi fez uma indicação por meio de sua voz imponente. É que no pronunciamento presidencial constou um significado para o nacionalismo<sup>213</sup>, manuseado pelo Estado brasileiro: afirmar o interesse nacional acima de quaisquer outros interesses; e os problemas do Brasil sendo resolvidos pelos/pelas brasileiros/brasileiras. Em relação à Transamazônica, afirmar o interesse nacional era uma forma de alimentar uma necessidade de que o país garantisse a soberania na região, soberania que se faria de brasileiro/brasileira para

---

<sup>210</sup> A Amazônia, também conhecida por “Amazônia Continental” ou “pan-Amazônia”, extrapola os limites da bacia do rio Amazonas, incluindo também parte das bacias dos rios Tocantins, no Brasil e Orinoco, na Venezuela e na Colômbia. A Amazônia abrange oito países da América do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname, sobre uma área de aproximadamente 7,5 milhões de metros quadrados, com a sua maior parte ficando no Brasil e abrangendo 44% do território da América do Sul. Ver: GARCIA, Beatriz. **The Amazon from an international law perspective**. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2011, p. 1.

<sup>211</sup> CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 91.

<sup>212</sup> A Transamazônica. **Zappiens**. Brasília: 1 jan. de 2010. Disponível em:

<[http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgiKdW90rULe96oOI6p6\\_M0Vq0UPTKPaFvbS-KSE0DwPIY.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgiKdW90rULe96oOI6p6_M0Vq0UPTKPaFvbS-KSE0DwPIY.&idRepositorio=0&modelo=0)>. Acesso em: 26 maio. de 2016.

<sup>213</sup> Gabriel Amato atestou que em 1970, durante o governo Médici, muitos estudantes aderiram ao Projeto Rondon, justamente pelo “nacionalismo ufanista”, que em letra do “Hino do Rondonista” constava referências aos locais de atuação dos universitários: no sentido físico, “campos”, “vales”, “rios”, “vilas” e “casas”; e no sentido geográfico, “de norte a sul” e “de leste a oeste”, como forma de trabalharem as ideias de integração nacional. Ver: LIMA, 2015, p. 113.

brasileiro/brasileira.<sup>214</sup> A sensação de desconhecimento da região Norte do país não era uma novidade no ano de 1970. Na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* afirmou sentir-se um “desterrado” em sua própria terra. Afirmou para justificar que a colonização portuguesa implantada no país (misturada com os genes e as formas de vida indígenas e negras), prevaleceu sobre as demais. Prevalência que somada às “condições naturais”, “adversas” e “estranhas”, impediu que um conhecimento do Brasil se impusesse ao longo dos séculos de colonização.<sup>215</sup>

Com relação à formação da América portuguesa, Sérgio Buarque comparou o primeiro adjetivo com os portugueses e o seu modelo de colonização; e o segundo com o modelo implantado pelos espanhóis, para a América espanhola a partir do século XVI. O ladrilhador/colonizador espanhol, na visão dele, para assegurar o predomínio político, econômico e militar das terras, optou pela criação de “núcleos de povoação estáveis e bem ordenados”, o que faltou ao semeador/colonizador português, que preferiu “feitorizar” ao invés de “construir”, “planejar” e “plantar alicerces”.<sup>216</sup> Estas informações serviram em seu raciocínio, para explicar os motivos pelos quais, na década de 1930, sentir-se um “desterrado” em sua própria terra não foi uma forma de ficar à margem do imaginário, afinal de contas dentro da nossa formação nacional passamos muito tempo “arranhando as costas como caranguejos”.<sup>217</sup>

As ideias que apresentamos anteriormente foram relativizadas por Nestor Goulart Reis Filho em *Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*, escrito no formato de tese, quando o autor concorreu ao curso de livre-docência da “Cadeira de História da Arquitetura III”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1964. Defesa que teve como um dos professores da banca, Sérgio Buarque de Holanda. Nestor Goulart destacou como um ponto de análise a contraposição das visões de alguns autores que tiveram a formação urbana do Brasil, como esforço de escrita, em período anterior. Neste aspecto divergiu da ideia de que a “evolução urbana” do país, durante os começos da colonização portuguesa foi “obra do acaso”. Ao concluir tal esforço, demonstrou

---

<sup>214</sup> Em *Andreazza: encontrar a outra metade do Brasil*, Mário Andreazza falou o que entendia por nacionalismo, quando questionado pelo CM: “Há vários conceitos de nacionalismo. Quanto a mim acho que precisamos tirar a diferença que nos afasta do estágio alcançado por muitas outras nações. E isto somente com muito trabalho, patriotismo e abnegação. Ei o nacionalismo em que eu acredito”. Pensar sobre o “nacionalismo” estava na ordem do dia. Mas estava de maneira múltipla, como ficaram expressas nos trechos definidores do conceito, por parte de Médici e Andreazza. Ver: ANDREAZZA: encontrar a outra metade do Brasil. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 33.762, p. 6, 8 set. de 1970.

<sup>215</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 95-96.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 107.



gratidão aos autores dos quais divergiu, quando conseguiu demonstrar que os esforços de planejar o urbano no Brasil existiram desde os começos da nossa formação nacional. Nestor Goulart demonstrou gratidão a Sérgio Buarque.<sup>218</sup>

Mas anteriormente ao pronunciamento presidencial de 1970, narrado/lido por Alberto Curi e aos escritos de Sérgio Buarque, outro sujeito também se colocou como um “desconhecedor” do Brasil, ou quem sabe um “desterrado”: Euclides da Cunha, que em *À margem da história*, falou que se deslocou para a Amazônia com “admiração” e “entusiasmo”, mas que ao ficar diante do rio Amazonas, correu por seu corpo um sentimento de “desapontamento”, sentimento que foi provocado pelos “horizontes vazios e indefinidos, como os dos mares”.<sup>219</sup> Se no trecho narrado por Curi o sentimento de que a Amazônia era um espaço nacional “desconhecido” apareceu de maneira leve, em trecho posterior do pronunciamento de Médici, o sentimento se agravou.

Cumpra, pois, conhece-la mais a fundo, visto que sem possuir dados concretos que se situem além da lenda, da ficção e do imediatismo, ninguém pode garantir agora qual seja a sua vocação econômica, nem oferecer-lhe o milagre de romper, em curto prazo, o seu isolamento geoeconômico, desencadeando o processo de seu desenvolvimento em bases equilibradas e permanentes, rentáveis e auto-sustentáveis.<sup>220</sup>

O pronunciamento foi dito de outra forma: não mais pela voz de Alberto Curi. Agora foi presença no JB. Por meio das palavras ditas pelo presidente Médici, na ocasião em que esteve na cidade de Altamira, uma proposta para a Amazônia ficou expressa: era preciso conhecê-la, para que seu “isolamento geoeconômico” fosse sanado. Era necessária a aquisição de “dados concretos” que diferissem da situação de “lenda” ou de “ficção”, situação que também foi preocupação dos Ministros Costa Cavalcanti e Dias Leite em reportagem do CM, no ano de 1970, intitulada *Transamazônica sem lendas nem mistérios na voz de Costa Cavalcanti e Dias Leite*, que foi realizada pelos jornalistas Arnaldo Lacombe e Aureo Ameno e pela jornalista Maria Elisa Couto. O texto foi iniciado abordando sobre “Naruna”, “o reino das mulheres sem lei”; “vitórias-régias”, “igarapés”, “a selva se perdendo em vastidão verde”, “a saudade chorando no corte da seringueira”, além da “estagnação”, a “desesperança” e a “falta de dinamismo”, grafadas em forma de poesia e romance. Ao tratar do assunto, Costa Cavalcanti afirmou que “a era romântica da Amazônia” estava para trás, porque, a partir da “Revolução de 64”, o problema do isolamento havia sido encarado de maneira “objetiva” e

<sup>218</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968, p. 16-17.

<sup>219</sup> CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 18.

<sup>220</sup> MÉDICI reafirma soberania brasileira na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 159, p. 3, 9 out. de 1970.

“planejada”, levando-se em conta a “integração nacional” e a “ocupação”. Já Dias Leite falou sobre a mineração na Amazônia, como forma de justificar que o seu aproveitamento indevido era provocado pelo isolamento. Destacou que com exceção da exploração de manganês, no Amapá, apenas pequenas atividades de “garimpagem” eram feitas de maneira “primitiva”. Ressaltou também que, até 1967, a região inteira contava com um geólogo do Ministério das Minas e Energia, mas que no ano de 1970 eles já eram “54”.<sup>221</sup>

A preocupação de o conhecimento sobre a Amazônia se limitar a “lendas” e “mistérios” lembrou-nos o título da primeira parte de *À margem da história*, quando Euclides da Cunha fez a sua nomeação de “Terra sem História (Amazônia)”.<sup>222</sup> Ao sentido das palavras do presidente Médici, de Costa Cavalcanti e Dias Leite, a região ainda continuava sem história, tendo em vista o seu “desconhecimento”. Mas para conhecê-la seria necessário “torná-la mais próxima e mais aberta”, para que a sua povoação acontecesse. E a proximidade chegaria por meio de um “gigantesco esforço de integração”, que passou a contemplar e envolver a região Nordeste, onde havia “milhões de brasileiros sem terra”, ao passo que a Amazônia os contemplaria, com “milhões de hectares ainda desaproveitados”. Para os nordestinos e as nordestinas terem acesso às terras do Norte, propôs a construção da rodovia Transamazônica, que fazia parte do PIN, juntamente com a construção da Cuiabá-Santarém.<sup>223</sup> O pronunciamento sobre a rodovia apresentou-nos um ponto de inflexão para a nossa tessitura.

Nosso esforço inicial será concentrado na Transamazônica, começando em Picos, no Piauí, onde se interliga com a Rêde Rodoviária Nordestina, vai atingir Itaituba, depois de passar por Pôrto Franco, Marabá e Altamira, obra essa entregue ao dinamismo do Ministro dos Transportes, Mário David Andreazza, para servir àquelas regiões cuja ocupação deverá processar-se de pronto e com absoluta prioridade.<sup>224</sup>

Uma estrada e os seus começos em uma cidade: Picos, no Piauí. Cidade que permitiria, de acordo com as palavras proferidas por Médici, a ligação da “Rêde Rodoviária Nordestina” com a região Norte, por meio das cidades de Itaituba, Porto Franco, Marabá e Altamira. Em *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do*

<sup>221</sup> LACOMBE, Arnaldo; COUTO, Maria Elisa; AMENO, Aureo. Transamazônica sem lendas nem mistérios na voz de Costa Cavalcanti e Dias Leite. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 23.695, p. 4, 12 e 13 jul. de 1970.

<sup>222</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 17.

<sup>223</sup> MÉDICI reafirma soberania brasileira na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 159, p. 3, 9 out. de 1970.

<sup>224</sup> MÉDICI reafirma soberania brasileira na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 159, p. 3, 9 out. de 1970.

*Pará pós-1964*, Pedro Petit grafou em nota de rodapé que a Transamazônica começava no Piauí, mais precisamente na cidade de Picos (como versou o presidente Médici no ano de 1970), onde se liga com a rede rodoviária nordestina até atingir as fronteiras do Peru e da Bolívia, tocando as rodovias Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus.<sup>225</sup> Mas em *Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país*, Francisco Foot Hardman atestou que em Cabedelo, no estado da Paraíba, fica hoje o quilômetro zero da rodovia Transamazônica.<sup>226</sup>

Por meio de Foot Hardman e Pedro Petit encontramos divergências quanto ao “marco zero” da rodovia Transamazônica. E se há divergências é porque houve uma construção do título no tempo para a cidade de Picos. Esta marca de tempo ficou indicada no pronunciamento de Médici, que foi publicado pelo JB, no ano de 1970. E se, no dia 9 de outubro de 1970, aconteceu uma inauguração dos trabalhos relativos à rodovia, na cidade de Altamira, a ocasião dita pelo JB nos indicou que os seus planejamentos aconteceram em momento anterior.

Portanto, com o capítulo *Um proclamado “vazio demográfico”: a região Norte, a construção da rodovia Transamazônica e a emergência de ideias de Segurança Nacional*, procuramos dois eixos de problematização: os momentos em que o Estado brasileiro instituiu o PIN, ao passo que justificou a sua implantação por meio de ideias de Segurança Nacional que foram importadas da Escola Superior de Guerra (ESG).

Assim dividimos o capítulo no tópico 3.1 *Uma “Visão do Paraíso”, uma visão do inferno: a região amazônica e o combate à “guerra de subversão interna”*, quando o Estado brasileiro, alegando uma necessidade de domínio sobre a região amazônica, elegeu a “subversão interna” como uma ameaça à sua soberania, o que foi usado como argumento para a construção da rodovia; e o tópico 3.2 *Uma Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra e sua influência no processo de construção da rodovia Transamazônica*, momento em que capturamos a importação por parte do Estado brasileiro das ideias de Segurança Nacional que foram formuladas pela ESG.

## **2.1 Uma “Visão do Paraíso”, uma visão do inferno: a região amazônica e o combate à “guerra de subversão interna”**

---

<sup>225</sup> PETIT, Pedro. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 112.

<sup>226</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país*. **The Lilas Visiting Resource Professors Papers**, Austin, Texas, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2003, p. 12.

Em 1958, Sérgio Buarque de Holanda apresentou uma forma de leitura para *Visão do Paraíso*: examinar até que ponto uma imagem de Éden aliciou europeus na “era dos descobrimentos marítimos” (definiu assim, o período analisado). Atestou que era algo que ainda pairava sobre o presente em que seu olhar se formou.<sup>227</sup> E a imagem de Éden que pairou sobre Sérgio Buarque esticou a sua existência até a década de 1970, pelo menos, o que tornou a visão de uma imagem de Éden significativa. Para que o exercício feito no livro fosse-nos mais preciso, atentamos para outro trecho. Lembramo-nos de outra temática discutida por Sérgio Buarque: a influência do espírito de aventura dos portugueses, durante a “era dos descobrimentos marítimos”, e nacional, com relação aos “Eldorados”, que, vez por outra, surgiram pelos ares da nossa formação social.

Logo nos primeiros anos de contato com o Novo Mundo, portugueses e espanhóis agiram distintamente, com relação às leituras das novas terras. Os portugueses encararam de uma maneira mais literal: o Novo Mundo seria uma oposição ao Velho Mundo e, desse modo, a produção de riquezas não seria uma necessidade imediata. Os espanhóis, que deixaram de lado o mito do “paraíso terreal”, interiorizaram-se Novo Mundo adentro. Planejaram mais. Os portugueses, em busca da extração de riquezas, gostaram do litoral e procuraram facilidades.<sup>228</sup>

Com a secularização do mito nas terras brasileiras, que perdeu parte do seu caráter espiritual, as suas ressignificações apareceram de diversos modos e a busca pelos “Eldorados” foi uma das maneiras de constatarmos um tipo de ressignificação.<sup>229</sup> A busca por fabricar/vender uma imagem de progresso, no final da década de 1960 e início da década de 1970, a partir da construção da rodovia Transamazônica, traduziu-se em uma elaboração de “Eldorado”, ao sentido de Sérgio Buarque. Para a construção da rodovia, atribuiu-se a possibilidade de uma riqueza fácil para o Brasil e, principalmente, para os nordestinos e as nordestinas que participassem do processo.

Em 8 de julho de 1970, a revista *Veja* publicou *A terra de promessa*. Uma reportagem que teve como tema o percurso de um viajante espanhol para identificar um “Eldorado” na Amazônia, a partir dos começos da colonização, no século XVI, o que contrastou um pouco com as informações presentes em *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque, já que quem se mostrou em busca de um “Eldorado” não foi um português, mas um espanhol. A reportagem se constituiu em uma retomada do imaginário de “Eldorado” para a região, sendo uma

---

<sup>227</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 12.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 19.

maneira de alimentar os esforços do Estado brasileiro que estavam em planejamento ou já em execução, na década de 1970. O texto de *A terra de promessa* foi iniciado com informações sobre “Gonzalo Fernandes de Oviedo” (colonizador espanhol), que escreveu uma carta para um “cardeal”, informando que encontrou na Amazônia “canela tão boa quanto à melhor que há na Europa” e que ouviu falar de um príncipe chamado “Eldorado”, que andava coberto de ouro. Em seguida, foi mencionado um governador de nome “Francisco Xavier de Mendonça”, irmão do “Marquês de Pombal”, que no século XVIII escreveu para Lisboa, em Portugal, reduzindo a “Amazônia” a um estado de “miséria”, o que, segundo a reportagem, divergiu dos escritos de Alexander von Humboldt, naturalista alemão que no século XIX afirmou: “o vale do Amazonas, em futuro não muito remoto, será um centro de civilização e o celeiro do mundo inteiro”.<sup>230</sup> Humboldt ainda denominou a região de “Hylae”, significando “matéria densa”.<sup>231</sup>

A imagem de uma Amazônia que tinha muito a oferecer para quem desejasse exercer a exploração de suas riquezas permaneceu no tempo. Em 1968, o diretor de planejamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Ronaldo Franco de Sá Bomfim, informou que a região possuía “42% do território brasileiro”, com “4,8 milhões de Km<sup>2</sup>”, mas com apenas “3,67%” da população do país, correspondendo a “2,6 milhões” de pessoas e que, por isso, despertava a cobiça externa pelas grandes riquezas que comportava e que poderiam ser obtidas “com pouco trabalho”, diante de seus muitos recursos, cobiça que ficou exemplificada a partir dos Estados Unidos da América (EUA), com Amos Selling, um “astuto vendedor de terrenos” que via a Amazônia como um “convite” para “um encontro ao pé do arco-íris”, como forma de dividir o “pote de ouro”.<sup>232</sup>

Pelos dados apresentados por Ronaldo Franco, houve a construção de um raciocínio: o território da região amazônica não era condizente com a sua população, o que facilitaria investidas externas em busca de explorar as suas riquezas. Assim, caberia ao Brasil realizar o processo de exploração. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro utilizou a construção da rodovia Transamazônica, como forma de garantir que se construía uma oportunidade de tomar posse da região, pois, para garantir a ocupação e o controle do acesso das terras da Amazônia,

<sup>230</sup> A terra de promessa. **Veja**. São Paulo, 8 jul. de 1970. n. 96, p. 21.

<sup>231</sup> VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica**: uma abordagem de modelos de paisagem. 167f. Tese (Program de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Análise de Informação Espacial) – Universidade Estadual Paulista, 2003, p. 9.

<sup>232</sup> A terra de promessa. **Veja**. São Paulo, 8 jul. de 1970. n. 96, p. 21.

foram criados “programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral” e “novas políticas territoriais”.<sup>233</sup>

Estas propostas foram envolvidas com a Transamazônica, momento em que a rodovia ganhou uma significação: era vista como a estrada que permitiria aos nordestinos e às nordestinas terem acesso às riquezas da região de maneira “fácil”, ideia que passou a ganhar fôlego em jornais como o Diário de Notícias (DN), o CM, o JB; e na revista *Veja*.

Uma reportagem intitulada *Transamazônica é novo Eldorado*, no DN, nos ajudou na identificação da manutenção de um ideal de riqueza fácil em terras brasileiras.

[...] Das barrancas do Tapajós, rio onde o ouro corre num leito de cascalho, o Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, inicia a visita da terceira frente do Trabalho da Transamazônica, êle mesmo emocionado, como tôda sua comitiva, e com os jornalistas deslumbrados pelo acordar de um nôvo Brasil, ante a floresta domada pelos tratores que derrubam seculares castanheiras.<sup>234</sup>

Já que Sérgio Buarque capturou as constituições de um pretenso “Eldorado” que existiria, a princípio no litoral, a constituição do outro, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, deu-se de outro modo: o “Eldorado” estaria na região Amazônica. O “Eldorado” estaria no interior do Brasil. Em reportagem de 1970, intitulada *O que existe ao longo da estrada*, o JB indicou um dos espaços do “Eldorado” em construção: a região do médio Tapajós. Por sinal, ficou dito que se tratava da parte aurífera mais importante da região Norte. Com depósitos de ouro que eram explorados de maneira interna pelo garimpo, desde o ano de 1939, pelo menos. E vejamos que nem só de ouro o “Eldorado” era alimentado, pois na mesma reportagem há relatos da presença de um dos maiores “redutos diamantíferos” do Brasil, nas proximidades de Marabá, no Pará. Sem falar na Serra dos Carajás, importante reduto ferrífero, que a reportagem localizou na região Sudeste do mesmo estado.<sup>235</sup>

Mário Andreazza também apresentou elementos que ajudaram na alimentação do imaginário sobre o “Eldorado”. Apresentou-os após o seguinte questionamento feito pelo CM: “Qual a importância da ligação Norte-Sul em relação à ligação Este-Oeste, para a Amazônia?”. Respondeu que a Amazônia representava um “segundo Brasil” e que se vivia, no momento, em um “meio Brasil”, período em que existia a necessidade de marchar em direção a sua outra metade, para integrá-la “política, econômica e socialmente” à estrutura

<sup>233</sup> GUIMARÃES NETO, 2003, p. 52.

<sup>234</sup> TRANSAMAZÔNICA é nôvo eldorado. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.702, p. 6, 2 out. de 1970.

<sup>235</sup> O que existe ao longo da estrada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 13, 19 jun. de 1970.

nacional.<sup>236</sup> Mais uma vez nos lembramos de Diogo Mainardi, que também dividiu o Brasil no ano de 2014, e que analisamos tal divisão no capítulo anterior. Porém, se Diogo Mainardi separou o Brasil, para justificar que o Nordeste era “atrasado”<sup>237</sup>, Mário Andreazza dividiu para mostrar o que o país teria como ganho, caso buscasse se ligar com a Amazônia. Falou ainda da “reserva de ferro”, na “Serra dos Carajás”, que seria superior à de “Minas Gerais”, além das reservas de “ouro”, “estanho”, “manganês” e “diamante”, com a garantia de que existiam em “quantidades impressionantes”.<sup>238</sup> Com os ganhos postos, parecia inegável a urgência da rodovia Transamazônica, já que tais ganhos receberam a dimensão da facilidade. O mito era alimentado pela ideia de facilidade, que alimentava, assim, a necessidade de construção da estrada.

Em *Transamazônica: um plano completo de desenvolvimento*, também no CM, as riquezas do “Eldorado” analisado foram quantificadas e qualificadas. É que no tópico da reportagem intitulado *Ferro, estanho e ouro: a Amazônia vai ficar rica*, pesquisas feitas pelo Ministério de Minas e Energias em busca de riquezas entraram em pauta. A primeira pesquisa foi feita na “Serra dos Carajás”, onde descobriu-se uma “reserva ferrífera” de “400 milhões de toneladas”, com a espessura média de “100 metros” e o afloramento na extensão de “80 quilômetros”, da Serra Norte até a Serra Sul. Esta reserva foi dita como uma “formação de ferro de alto teor”, composta por “itabirito” e “lentes de hematita-magnetita”, começando em Marabá, nas margens do Rio Tocantins; outra jazida de ferro encontrada foi na região do Xingú, nas margens do Rio Noja, que, de acordo com o Ministério, possuía a “grandeza do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais”, como bem afirmou Mário Andreazza ao CM e que analisamos anteriormente. Na região de Marabá, além das formações ferríferas, outras investigações constataram a existência de “ouro”, “diamante” e “cristal de rocha”, o que levou o Ministério de Minas e Energia a desenvolver o “Projeto Marabá”, para realizar mais pesquisas. Só que não era apenas o Estado brasileiro que tinha interesse nas riquezas da região amazônica. A *United States Steel* fechou acordo com a Companhia Vale do Rio Doce.<sup>239</sup>

Em *Invasores e espíões*, a edição da *Veja* do dia quatorze de outubro de 1970, também abordou sobre o interesse externo pelas riquezas da Amazônia. Anunciou que “parte da

<sup>236</sup> ANDREAZZA: encontrar a outra metade do Brasil. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 33.762, p. 6, 8 set. de 1970.

<sup>237</sup> GÓIS, Fábio. OAB-PE e deputados acionam Diogo Mainardi no MPF por declarações sobre nordestinos. **Congresso em Foco**. Brasília: 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/oab-pe-deputados-acionam-diogo-mainardi-por-declaracoes-sobre-nordestinos/>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

<sup>238</sup> ANDREAZZA: encontrar a outra metade do Brasil. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 33.762, p. 6, 8 set. de 1970.

<sup>239</sup> TRANSAMAZÔNICA: um plano completo de desenvolvimento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.163, p. 4, 2 out. de 1970.

opinião pública” e de “setores dirigentes do país” enxergavam a figura do “estrangeiro”, como uma ameaça à soberania brasileira, caso o Estado brasileiro não exercesse o seu papel. Mas a SUDAM, órgão encarregado de coordenar as atividades da região, relativizou a preocupação, afirmando que a “participação estrangeira nos novos projetos industriais”, não acontecia de modo diferente, com relação às outras regiões do país, e que as diferenças em comparação com o “Sul” e o “Nordeste” eram que os maiores empreendimentos estavam em posse de grupos estrangeiros ou tinham a sua participação; e a relação “capital estrangeiro/capital nacional” era alta, mas menor que um.<sup>240</sup>

Em seguida, no texto, algumas das empresas estrangeiras que exploravam e que explorariam as riquezas naturais da Amazônia ganharam identificações. A primeira apresentada foi a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), da qual a empresa *Bethlehem and Steel*, tinha “49% das ações”. Os investimentos eram obtidos a partir do Amapá, com a exportação de manganês, uma fábrica de compensado de madeira, uma companhia de pesquisas e desenvolvimento e a única estrada de ferro que estava economicamente ativa na região. Em seguida, entrou em cena a *United States Steel*, que juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce, explorava duas “incríveis jazidas da serra dos Carajás”, que juntas tinham mais minérios que o quadrilátero ferrífero de minas, informação que foi dita em outros momentos e que reafirmada agora, nos ajuda no entendimento de como se formavam e eram compartilhados os significados sobre tais riquezas. A empresa americana tinha “49%” das ações e a estatal brasileira “51%”; depois foi a vez da *King’s Ranch*, do Texas, que iria instalar-se no Pará, com um projeto de pecuária nacional; da *National Bolk Carriers*, que tinha a firma Jari Comércio e Indústria no Brasil, com “1,2 milhão de hectares” no Pará e no Amapá, para obter lucros de um projeto madeireiro; e da *Westinghouse*, que, juntamente com um grupo paulista chamado de Pereira Lopes, dominaria uma fábrica de produtos eletrônicos na Zona Franca de Manaus.<sup>241</sup>

Todas as empresas estrangeiras que citamos anteriormente eram dos EUA. E o objetivo da reportagem foi aliviar a existência de um desejo “estrangeiro” em tomar posse da Amazônia. Em *A ditadura militar na Amazônia legal: denúncias do exílio*, Teresa Cristina Schneider Marques falou sobre as publicações que foram feitas pela Frente Brasileira de Informações (FBI), formada por uma leva de brasileiros e brasileiras exilados/exiladas na França e que denunciaram o governo brasileiro, acusando-o de entregar a Amazônia a investidores norte-americanos. Foi denunciado também que as atividades de exploração de

<sup>240</sup> INVASORES e espíões. **Veja**. São Paulo, 14 out. de 1970. n. 110, p. 56.

<sup>241</sup> INVASORES e espíões. **Veja**. São Paulo, 14 out. de 1970. n. 110, p. 56.



minérios foram um dos temas preferidos. Eles formularam que a ideia de a região ser propagandeada como o “novo Eldorado” atraiu as empresas dos EUA.<sup>242</sup> Mas, se no dia dois de outubro a reportagem do CM (*Transamazônica: um plano completo de desenvolvimento*) abordou sobre um interesse da *United States Steel* nas riquezas da região amazônica, a *Veja* com *Invasores e Espiões* procurou relativizar tal interesse.

Mesmo com a informação relativizada de que estrangeiros desejavam tomar posse da região amazônica, o texto *Invasores e Espiões* nos possibilitou aprofundar na outra face do processo: a constituição dos dissabores que atravessaram homens e mulheres que se deslocaram de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, em busca de dias melhores, atraídos pelas propagandas feitas pelo Estado brasileiro, mas que tiveram seus desejos frustrados. Alguns/algumas acabaram perambulando de uma área de colonização a outra ou mudaram de emprego, fazendo parte dos grupos que buscaram sobreviver por meio dos garimpos, das derrubadas de florestas para grandes fazendeiros ou através das madeiras da região. Antes de se deslocarem para a Amazônica foram tocados/tocadas pela ideia de “terra da abundância e da fartura” ou pelo mito do “Eldorado”.<sup>243</sup>

Com a identificação das empresas brasileiras e estrangeiras que exploravam e que explorariam as riquezas da região, entendemos que uma associação entre o capital nacional e o internacional foi o que mais mereceu fôlego das políticas do Estado brasileiro. Como consequência, alguns trabalhadores e algumas trabalhadoras, dentre os/as que se deslocaram para a região Norte do país, ficaram incapazes de desenvolver a pequena agricultura ou mesmo, por causa dos endividamentos financeiros, devido empréstimos bancários, conheceram a “terra prometida” como uma face da exclusão social.<sup>244</sup>

Posteriormente, a reportagem *Transamazônica: um plano completo de desenvolvimento* informou sobre outras riquezas, que eram exploradas de maneira “primitiva” e que poderiam gerar mais lucro, caso recebessem uma política de investimentos do Estado brasileiro. Assim, falou-se de outro espaço próximo a Marabá, ao longo do rio Tocantins, a região que vai desde São João do Araguaia até Urumatena, onde ficava “um dos mais importantes distritos diamantíferos do Brasil”, que era explorado no formato de garimpo, desde a década de 1930. A sua produção atingia “10% do total da produção nacional”, o que

---

<sup>242</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A ditadura militar na Amazônia legal: denúncias do exílio. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, p. 90-103, 2014, p. 100.

<sup>243</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômade. As cidades na Amazônia. **Projeto História (PUC-SP)**, São Paulo. Editora da PUC, v. 27, p. 49-69, 2003, 53.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 53.

correspondia a “20 ou 30 mil quilates anuais”. E “55%” das pedras estavam aptas a serem lapidadas. Outra região que já não era estranha, também entrou em cena.

Entre Itaituba e Jacareacanga, no médio Tapajós, estão os depósitos de ouro mais importantes da região. Ele aparece num leito de cascalho mal selecionado, com espessura média de 20 centímetros. O teor de exploração é de 5 gramas por metro quadrado. Agora, o governo determinou a execução do Projeto Tapajós, que vai investigar 115 mil quilômetros quadrados na área, para pesquisar ouro e estanho. A cassiterita (matéria-prima do estanho) é a principal riqueza da região. Ali, há dezenas de campos clandestinos, para aviões que fazem o contrabando do mineral. E as reservas são estimadas em 2 milhões de toneladas (o consumo atual do Brasil é de 2 mil toneladas/ano). A cassiterita tem alto preço no mercado mundial e deverá sair pela rodovia até o Tapajós, onde será embarcada em barcaças graneleiras e depois, em Santarém, diretamente da barcaça para o navio.<sup>245</sup>

Em momento anterior, em reportagem do DN que teve como título *Transamazônica é novo Eldorado*, a área do “médio Tapajós” recebeu destaque. Esta área ficou dita como uma forma de encantar quem a visitasse, como fez Mário Andreazza. É que por lá o ouro corria em leito de cascalho.<sup>246</sup> Na reportagem da qual retiramos o trecho acima, a área do “médio Tapajós” já apareceu com os seus limites ditos: ficava entre Itaituba e Jacareacanga. Apareceu ainda como a detentora dos “depósitos de ouro mais importantes da região”, onde o ouro escorria pelo leito de cascalho, corroborando o que foi dito pelo DN. As duas reportagens, do DN e do CM, foram publicadas no mesmo dia: dois de outubro de 1970, mas a segunda apresentou um detalhamento maior. Não falou do “médio Tapajós” apenas de maneira qualitativa, de igual modo também quantificou os ganhos que seriam aproveitados, quando as riquezas do “Eldorado” fossem transformadas em benefícios. O “médio Tapajós” surgiu como detentor de um “leito de cascalho” de “20 cm”; e uma exploração de “5 gramas por metro quadrado”.

O Estado brasileiro usou também de propagandas para alimentar o imaginário de que a rodovia Transamazônica seria um caminho entre o Brasil e as suas riquezas minerais. Detectamos algumas dessas propagandas em edições da revista *Veja* do ano de 1970. A primeira propaganda teve como título *Pista para você encontrar a mina de ouro*, foi publicada em nove de dezembro de 1970, e teve como divulgadores das informações o Ministério do Interior, a SUDAM e o Banco da Amazônia S.A. A imagem escolhida para

<sup>245</sup> TRANSAMAZÔNICA: um plano completo de desenvolvimento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.163, p. 4, 2 out. de 1970.

<sup>246</sup> TRANSAMAZÔNICA é novo eldorado. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.702, p. 6, 2 out. de 1970.

fazer parte foi um trecho da Transamazônica, cercado de árvores do lado esquerdo e do lado direito, exibindo a exuberância do verde da floresta. E, no texto, uma proposta.

Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente à SUDAM seu próprio projeto. Seja industrial. Ou agropecuário. Ou de serviços. Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governo do Estado [sic] que compõem a Amazônia. A Amazônia é uma mina de ouro. Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.<sup>247</sup>

A Transamazônica apareceu como uma rodovia que levaria quem desejasse acompanhá-la para a “região mais rica do mundo”. Mas o “Siga” que apareceu no início do trecho não era do verbo seguir, com sentido de deslocamento, que ficaria por conta dos trabalhadores e das trabalhadoras sem terra, do Nordeste quase sempre. A proposta de “seguir” o empreendimento foi usada com a ideia de investimento financeiro, por meio de dedução do imposto de renda. Assim, quem tivesse como investir na rodovia teria como retorno a transferência de “ouro” para o seu bolso. Era o que prometia a propaganda. Por outro lado, quem não tivesse deveria pegar a estrada, entregue à própria sorte. Quem sabe assim, algum trabalhador ou trabalhadora conseguiria honrar o título da reportagem: uma pista para se encontrar a mina de ouro.

Em *Chega de lendas, vamos faturar!*, na edição da *Veja* do dia dezesseis de dezembro de 1970, mais uma vez a região amazônica foi anunciada como uma “mina de ouro”, que geraria lucros para quem realizasse a dedução do imposto de renda em favor da construção da Transamazônica.<sup>248</sup> O título da reportagem lembrou-nos de: *Transamazônica sem lendas nem mistérios na voz de Costa Cavalcanti e Dias Leite*, que analisamos nos começos desse capítulo, momento em que os jornalistas Arnaldo Lacombe e Aureo Ameno e a jornalista Maria Elisa Couto deram impulso às palavras do Ministro Costa Cavalcanti, reafirmando a ideia de que, por meio das políticas que eram destinadas à Amazônia, o imaginário lendário daquela ficaria para trás.<sup>249</sup> Se, nas propagandas que analisamos anteriormente, a Amazônia

<sup>247</sup> PISTA para você encontrar a mina de ouro. **Veja**. São Paulo, 9 dez. de 1970. n. 118, p. 91.

<sup>248</sup> CHEGA de lendas, vamos faturar. **Veja**. São Paulo, 16 dez. de 1970. n. 119, p. 83.

<sup>249</sup> LACOMBE, Arnaldo; COUTO, Maria Elisa; AMENO, Aureo. Transamazônica sem lendas nem mistérios na voz de Costa Cavalcanti e Dias Leite. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 23.695, p. 4, 12 e 13 jul. de 1970.

foi tratada como uma “mina de ouro”, em *Transamazônica: O caminho para a grande aventura deste século*, outras riquezas foram citadas.

E, para participar da conquista da Amazônia, você não precisa usar chapéu de explorador. Basta saber reconhecer um bom negócio, quando você vê um. E a Transamazônica atravessa milhares deles. Enormes jazidas de diamante, ferro, manganês, alumínio, chumbo, ouro, cassiterita. Pastos naturais, prontos para receber as melhores raças de gado. E a maior reserva florestal do mundo. Olhe bem o mapa da Transamazônica: ela não é só uma estrada, é um programa completo de desenvolvimento. Logo atrás dos tratores e “scrapers”, vão surgindo casas, fazendas, vilas, bancos, serrarias. E depois virão as cidades, as lojas, as indústrias. Procure os escritórios da SUDAM, ou do Banco da Amazônia, e descubra como é fácil ir para a Amazônia. Por enquanto.<sup>250</sup>

Em *Presidente anuncia rede de rodovias na Amazônia*, no JB, tais contribuições ficaram inscritas por meio de um pronunciamento feito pelo presidente Médici e que foi distribuído pela Casa Civil. Tal pronunciamento serviu para anunciar que um “sistema rodoviário para a colonização e integração da Amazônia” estava em vias de ser posto em prática e entregue até o ano de 1974 e que teria como rodovia básica a Belém-Brasília. De início, Médici direcionou as palavras para justificar que a “Região Amazônica” era “lendária” e que a sua integração econômica era um desejo de “tôda a nação brasileira”, já que esta região possuía “50% do território nacional”, era ocupada por apenas “3,83%” da população do país e apresentava densidade demográfica que não conseguia atingir um habitante por quilômetro quadrado, o que significava um grande vazio demográfico, um dos maiores no mundo, perdendo apenas para as regiões polares. Continuando, Médici falou que as “riquezas potenciais” da Amazônia estavam cobertas por mais de “4 milhões de quilômetros quadrados de florestas”, riquezas que não cobriam apenas o território brasileiro, mas também países como Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Mas as comunicações terrestres com os países vizinhos estavam impraticáveis.<sup>251</sup>

Estas informações revelam a preocupação do Estado brasileiro na sugestão de que a região amazônica não custeava os seus próprios gastos. Já que informar que a região tinha metade do território nacional e uma densidade demográfica que não chegava a um habitante por quilômetro quadrado, quando se falou também que a sua integração econômica era uma preocupação do restante do país, foi uma forma de esclarecer que por lá não se produzia o necessário economicamente, para arcar com os gastos que eram feitos. Assim, esta região era

<sup>250</sup> TRANSAMAZÔNICA. O caminho para a grande aventura deste século. **Veja**. São Paulo, 17 nov. de 1971. n. 167, p. 8-9.

<sup>251</sup> PRESIDENTE anuncia rede de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

tida como uma preocupação do restante do país, já que o restante se prejudicava ao ter que arcar com os gastos que eram feitos na região em potencial. E para que a integração acontecesse, juntamente com o “desenvolvimento da área”, Médici anunciou a construção e expansão de uma “infraestrutura de transportes”, para servir de apoio ao crescimento de “outras atividades econômicas” que não especificou. E o “sistema de caminhos terrestres” foi anunciado, para ser um complemento ao “sistema fluvial” que já existia, além de ser uma maneira de estimular a “penetração e a fixação do homem na região”.<sup>252</sup>

O “Homem” a ser fixado seria o nordestino, mas não foi apenas o “homem nordestino” que migrou para aquela área de “vazio demográfico”. Trabalhadoras nordestinas também rumaram na mesma direção. Eles e elas, ao gosto do Estado brasileiro, eram importantes porque, no sentido das informações que apresentamos anteriormente, a Amazônia possuía as suas “riquezas potenciais”, mas não tinha braços, pernas e corpos ávidos em quantidade suficiente para realizarem a exploração, devido a sua baixa densidade demográfica. Além de justificar ganhos para a região Norte, a construção da Transamazônica almejava ganhos para o Nordeste. Após explicar a construção da “Cuiabá-Cachimbo-Santarém” como uma “frente de trabalho” aberta, abordou sobre aquela rodovia e seus ganhos.

A segunda frente de trabalho consistirá na construção de estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia. Partindo de conexões com a Rêde Rodoviária do Nordeste, essa rodovia atravessará a Belém-Brasília, altura de Marabá, às margens do Tocantins, para em seguida cruzar as bacias do Xingu e do Tapajós e alcançar Humaitá, onde se encontrará com a estrada Pôrto Velho-Manaus. Com seus 1750 Km, a estrada, que se poderá chamar de transamazônica, conectará aos pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas e será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de enorme vazio demográfico e o início da exploração de potências até então inacessíveis.<sup>253</sup>

A reportagem foi publicada no dia 17 de março de 1970, período em que o nome da rodovia “Transamazônica” ainda não estava definido. Mas, apesar da indefinição, a participação do “nordestino” (e da nordestina) já era uma certeza. Com *Andreazza anuncia rodovia transamazônica como apoio aos transportes fluviais*, o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza se referiu à transferência do que chamou de “excedentes demográficos do Nordeste” para a Amazônia, como o procedimento que parecia mais correto. Já que a “rêde

<sup>252</sup> PRESIDENTE anuncia rêde de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

<sup>253</sup> PRESIDENTE anuncia rêde de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

rodoviária do Nordeste” não seria uma dificuldade, quanto a sua expansão até a “bacia amazônica”, que se faria por meio do prosseguimento das rodovias BR-230 e BR-232. Como consequência, de acordo com sua fala, a densidade demográfica aumentaria, em número maior ou igual ao “índice da época da borracha ou da quina”.<sup>254</sup>

## 2.2 Uma Segurança Nacional: a ESG e a sua influência no processo de construção da rodovia Transamazônica

No caderno de economia da revista *Veja*, em junho de 1970, a funcionalidade do PIN foi processada. Dizia-se, no período, que os órgãos federais que tiveram o dever de aliviar os impactos da estiagem no Nordeste, em anos anteriores, não deram conta, já que entraram em processo de enfraquecimento administrativo, logo o perigo de “agitações sociais” apareceu na ordem do dia. Um desses programas, ligados à imagem de fracasso, foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).<sup>255</sup> Preocupou o governo brasileiro, o perigo das “agitações sociais”, o que direcionou o PIN para duas finalidades imediatas: uma política e outra econômica.<sup>256</sup> A separação entre as duas dimensões, só existiu por meio da fala do Ministro da Fazenda da época, Delfim Netto. O entendimento das abordagens política e econômica para justificar a construção do programa não se tornaria profícua sem que uma estivesse ligada à outra. Discutir o suposto perigo da “subversão”, que também foi alimentado no início da década de 1970, ajudou-nos na compreensão da ressalva de análise que salientamos. A preocupação de deputados estaduais do Ceará, com o perigo da “subversão”, em abril de 1970 (anterior à reportagem da *Veja* com Delfim Netto), circulou a partir do JB.

<sup>254</sup> ANDREAZZA anuncia rodovia transamazônica como apoio aos transportes fluviais. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 292, p. 16, 19 mar. de 1970.

<sup>255</sup> A SUDENE foi criada em 1959, em um contexto em que o pensamento nacional-desenvolvimentista ganhou espaço, com o Estado à frente do desenvolvimento nacional, que seria conquistado por meio de uma “ideologia da industrialização planejada”, como solução para o atraso da economia e da sociedade brasileira. A industrialização seria uma forma de resolver os problemas da pobreza e da desigualdade no país. O Plano de Metas que levou Juscelino Kubitschek (JK) à presidência representava a política nacional que estava baseada no pensamento desenvolvimentista. Mas ao lado desse cenário havia o Nordeste, que ganhava espaço na mídia, por causa das secas de 1952 e 1958. A última foi usada como motor de campanha para governadores do Nordeste, que acusavam o governo federal de ter abandonado a região. E as instituições que já estavam por lá, como o DNOCS, não foram capazes de resolver os problemas dos flagelados e das flageladas. Outro detalhe importante é que após as eleições de 1958, houve o surgimento de líderes populistas com forte aceitação. Em Pernambuco, por exemplo, Cid Sampaio se tornou governador pela UDN, enquanto Miguel Arraes venceu para prefeito de Recife, elegendando-se governador em 1962, pela coligação PTB-PCB-PSD. Naquele momento, as Ligas Camponesas ganhavam espaço, inclusive no cenário internacional, que somada à busca por melhores condições de vida no campo e pelas diminuições das taxas de desemprego nos espaços urbanos, tornou o Nordeste um caso de Segurança Nacional. Assim, a SUDENE foi criada por meio da Lei nº 3.962, através de proposta enviada por JK ao Congresso. Ver: COLOMBO, Luciléia Aparecida. **A Sudene no sistema federativo brasileiro: a ascensão e queda de uma instituição**. – Recife: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2015, p. 75-83.

<sup>256</sup> DELFIM consegue incentivos. **Veja**. São Paulo. 24 jun. de 1970. n. 94, p. 32.

[...] Deputados estaduais denunciaram ontem, em telegrama à bancada federal do Ceará, a existência de grupos subversivos interessados em aproveitar a situação de seca para provocar agitação entre os flagelados no interior. Boletins de incitação estão circulando em alguns municípios do interior cearense, todos acusando o Governo federal e a Sudene como responsáveis pela fome e pelas dificuldades que atingem o homem do campo.<sup>257</sup>

A preocupação teve como causa, entre os deputados, a “situação de seca”, que foi um ponto de partida elementar para provocar uma diferenciação econômica e, conseqüentemente, uma agitação social. A “situação de seca” tinha o seu ligame com as irregularidades econômicas, e a agitação social, uma ligação com a política. O alerta com a seca e os boletins de incitação “subversiva” existiram pelo modo próprio de o Estado brasileiro se resguardar no contexto. Acreditava-se na existência de uma ligação entre o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa.<sup>258</sup>

Uma situação de fome entre os flagelados e as flageladas seria causada, assim, por um desequilíbrio da economia, de modo que os perigos ao funcionamento do Estado brasileiro foram visíveis, a partir também da ESG. A guerra de “subversão interna” seria um tipo. Dividia-se em duas: uma chamada de “guerra insurrecional”, caracterizada como um conflito interno em que parte da população armada buscava a deposição de um governo; e a “guerra revolucionária”, que tentaria a tomada de poder de forma interna, mas com uma possível ajuda externa de cunho ideológico. Os deputados do Ceará, que denunciaram a incitação “subversiva” por meio de boletins, talvez não conhecessem de maneira direta os modelos de guerra disseminados pela ESG. No entanto, ao passo que fizeram parte do Estado brasileiro, tomaram contato, mesmo que indiretamente, com a desconfiança própria de um Estado autoritário. O perigo estaria em todos os lados. Onde existisse pobreza, o perigo da “subversão” não poderia receber o deleite do descarte.<sup>259</sup>

Mas a influência da ESG para a construção da rodovia Transamazônica não teve os seus começos no ano de 1970. Para acompanharmos a formação da influência da Escola sobre os planejamentos da rodovia, dispomos da *Revista da Escola Superior de Guerra*, que teve a sua primeira edição no ano de 1983. Ano em que no seu “Editorial” constaram dois objetivos: o primeiro, para a revista de maneira geral, que seria informar o que era a ESG; divulgar a “Doutrina”, conhecida como DSN ou DSND; e espalhar os trabalhos da Escola, além de

---

<sup>257</sup> SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

<sup>258</sup> ALVES, 2005, p. 33.

<sup>259</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 37.

“promover” e “estimular” debates e estudos sobre “temas doutrinários” e “assuntos de interesse nacional”. Já o segundo objetivo foi direcionado para a edição, que significava com base na “Diretriz do Comandante da Escola”, remontar às origens do pensamento da ESG, com a caracterização de aspectos da evolução da “Doutrina” e do papel desempenhado ao longo dos anos por membros do “Corpo Permanente” e do “Corpo de Estagiários”, o que permitiu uma inserção nos trabalhos de Juarez Távora e San Thiago Dantas, que, ao sentido da ESG, foram precursores dos problemas de “Segurança” e “Poder Nacional”; e nos trabalhos de sujeitos ditos como pioneiros, como Themístocles Cavalcanti, Antônio Carneiro Leão, Roberto de Oliveira Campos e Canrobert Pereira da Costa, que abordaram “expressões do Poder Nacional”: a “Política”, a “Econômica”, a “Psicossocial” e a “Militar”.<sup>260</sup>

A partir do ano de 1964, o Estado brasileiro manuseou também aquelas “expressões do Poder Nacional”, para que a burocracia da ditadura fosse construída. A “estratégia política”, de acordo com o General Juarez do Nascimento Fernandes Távora em *A Segurança Nacional, a política e a estratégia* e que foi publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*, significava a Nação agir em seu campo próprio, para reforçar a cooperação interna e externa, como forma de criar incompatibilidade entre coligações adversas.<sup>261</sup> Esta estratégia foi colocada em prática a partir do ano em que houve a implantação do golpe, por meio da vigilância e controle de partidos políticos, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, expurgando por meio da instauração de IPM’s, os nominados “subversivos” ou os que colaboraram com o governo de João Goulart<sup>262</sup>; a “estratégia econômica”, para Juarez Távora, tinha como finalidade não só adequar a economia nacional, mas também prejudicar a economia adversa, além de reforçar a economia dos aliados, por meio de “boicotes”, “subvenções”, “empréstimos” e “pressões cambiais”.<sup>263</sup> Esta prática tornou-se corriqueira por meio da facilitação do investimento estrangeiro, uma vez que aumentava a taxa de acumulação do capital. A primeira equipe econômica foi formada pelo Ministro da Fazenda “Octávio Gouvea de Bulhões” e pelo Ministro do Planejamento “Roberto de Oliveira Campos”.<sup>264</sup>

A “estratégia psicossocial” (agindo nos campos psicológico e social) teve como foco, de acordo com Juarez Távora, provocar uma união interna, ao passo que desmoralizaria o

<sup>260</sup> EDITORIAL. *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 2.

<sup>261</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a política e a estratégia*. *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 17.

<sup>262</sup> ALVES, 2005, p. 61.

<sup>263</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. *A Segurança Nacional, a política e a estratégia*. *Revista da Escola Superior de Guerra*. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 17.

<sup>264</sup> ALVES, 2005, p. 74.



ânimo das populações adversárias, quebrando o seu ânimo interno, por meio de “pressão psicológica” (ameaças e promessas) e pressão social (infiltrações ideológicas).<sup>265</sup> Esta entrou em prática no governo de Castelo Branco, tendo como principal alvo os movimentos sociais, que ganharam espaço nos anos anteriores ao golpe. Assim, alguns militares, vez ou outra, fizeram buscas e detenções em universidades, sindicatos, ligas camponesas e movimentos católicos de trabalhadores e trabalhadoras e estudantes<sup>266</sup>; e a “estratégia militar”, com base nos escritos de Juarez Távora, significava para a ESG, combinar dentro do poder militar o uso das Forças Armadas de “terra, mar e ar”.<sup>267</sup> Quando esta entrou em cena, resultou no controle sobre os militares, para limitar a participação política daqueles que ocupavam os quartéis, fazendo valer os padrões hierárquicos, para que o ponto de vista dos oficiais que detinham o poder fosse assegurado.<sup>268</sup>

Em “Diretriz do Comandante”, a ESG ganhou a significação de que desde 1949, ano de sua criação, até o ano de lançamento da revista, teria cumprido com a sua “destinação legal”, que era “desenvolver e consolidar” conhecimentos para que as funções de “direção e planejamento da Segurança Nacional” acontecessem, funções que entraram em cena, por meio do “Curso Superior de Guerra” (CSG) e do “Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas” (CEMCFA). Em períodos anteriores, estas funções foram cumpridas através de dois cursos que, naquele período, já estavam extintos: o “Curso de Mobilização” e o “Curso de Informações”. Pelo CSG, até o ano de 1983, passaram “1630 civis e 1230 militares”, e pelo CEMCFA, “864 oficiais”, das três Forças Singulares. O “Curso de Informações” e o “Curso de Mobilização”, enquanto funcionaram, tiveram respectivamente, “75 civis e 66 militares”, o primeiro; e “20 civis e 22 militares”, o último.<sup>269</sup> Esta informação nos ajuda a compreender que uma das maneiras dos deputados cearenses da reportagem *Sêca é pretexto à subversão, dizem deputados*<sup>270</sup> conhecerem os modelos de guerra disseminados pela ESG foi tendo contato com alguns civis e militares que participaram dos cursos que mencionamos anteriormente.

<sup>265</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional, a política e a estratégia. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 17.

<sup>266</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 66.

<sup>267</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional, a política e a estratégia. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 17.

<sup>268</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 64.

<sup>269</sup> DIRETRIZ do Comandante. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 8.

<sup>270</sup> SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

Se em 1967, Sérgio Buarque foi convidado para ministrar uma conferência na ESG<sup>271</sup>, o acontecimento nos sugere que havia por parte da Escola um interesse pelas ideias do autor de *Raízes do Brasil*. Ideias que em 1936 giraram em torno de um “extenso território” ou de uns “desterrados” em sua própria terra.<sup>272</sup> Sentimento que também foi construído pela ditadura militar após o golpe de 1964. A Amazônia representava o Brasil que não era conhecido, o Brasil que estava “desterrado”. Um Brasil que precisava dos cuidados da ESG em formato de “Diretriz”.

Assim pensando e depois de muito ouvir, é que, aproveitando o lançamento desta Revista, fixei para a ESG, dentro de sua missão, a seguinte Diretriz:

1. intensificar o intercâmbio com as instituições culturais do país, com a finalidade de divulgar e aprimorar a Doutrina e o Método;
2. em cada ano, utilizar os estudos conjunturais da ADESG e suas delegacias, tendo em vista um melhor conhecimento da realidade nacional;
3. fixar nossas atenções nas áreas estratégicas geográficas e de atividades humanas consideradas prioritárias;
4. implementar, cada vez mais, as ações em prol da democracia brasileira e contra os seus mais atuantes inimigos: o socialismo, a demagogia e a corrupção.<sup>273</sup>

Os itens da “Diretriz” representam o clima que norteava o desejo de implantação do PIN. O primeiro item, falou de uma necessidade de extrapolar as ideias da ESG para outras “instituições culturais do país”, o que ainda nos ajuda na constatação de que o pregado “intercâmbio” das ideias de Segurança Nacional chegou aos políticos, já que o quarto item da “Diretriz” falava do fortalecimento de ações “em prol da democracia brasileira”, o que significava traçar como um dos inimigos, o “socialismo”. Os deputados cearenses, por exemplo, traçaram como inimigos, o que nominaram de “subversivos”. Já o item três delineou como indispensável manter atenção em “áreas estratégicas geográficas” e de “atividades humanas consideradas prioritárias”. E a região amazônica, vista como um “Eldorado”, por causa de suas riquezas minerais, mas que ao mesmo tempo continha em seu espaço a organização de grupos “subversivos”, como a ALN, que analisamos em capítulo anterior, simbolizava uma das “áreas estratégicas geográficas” do país.

Em *A Escola Superior de Guerra*, que foi publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*, no ano de 1984, o General Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (Comandante e Diretor da ESG) retomou a discussão das “Diretrizes de Comando”, acrescentando um

<sup>271</sup> EUGÊNIO, João Kennedy. Ritmo espontâneo: organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda – Teresina: EDUFPI, 2011, p. 440.

<sup>272</sup> HOLANDA, 1995, p. 31.

<sup>273</sup> DIRETRIZ do Comandante. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 8.

aspecto básico para aquele ano, além dos que analisamos anteriormente: “- ênfase especial deverá ser dada aos assuntos ligados à Ciência e Tecnologia, ao estudo das áreas estratégicas de maneira interna e externa, destacando-se o Nordeste e a Amazônia”.<sup>274</sup> Em capítulo anterior analisamos os motivos que tornaram o Nordeste, no final da década de 1960 e durante a década de 1970, uma “área estratégica”. Agora, com o texto de Euclides de Oliveira, percebemos que, na década de 1980, o Nordeste ainda era visto como uma “área estratégica”, o que nos leva à compreensão de que se em 1984 a Amazônia também foi vista daquele modo, anos atrás existiu a preocupação em efetivar o seu domínio por meio da construção da rodovia Transamazônica.

Em *Presidente anuncia rede de rodovias na Amazônia*, que citamos em momento anterior, o presidente Médici apresentou que, no ano de 1970, a Amazônia possuía “50% do território nacional”, sendo ocupada por “3,83%” dos 94.508.583 habitantes<sup>275</sup> que foram recenseados pelo IBGE no mesmo ano da reportagem,<sup>276</sup> o que tornava a sua densidade demográfica menor do que um habitante por quilômetro quadrado, motivo pelo qual a alcunha de “vazio demográfico” foi direcionada para a região. Esta ideia se liga à preocupação da DSN com o lugar específico do Brasil no campo de confronto das superpotências mundiais. Um dos trabalhos mais importantes da geopolítica<sup>277</sup> brasileira sobre o tema foi escrito pelo General Golbery do Couto e Silva, intitulado de *Geopolítica do Brasil*, com textos publicados entre 1952 e 1958. Ele grafou no livro que a posição geográfica ocupada por um país é determinante para o seu poder e para o seu desenvolvimento econômico, além de influenciar nas alianças políticas e nas suas estratégias travadas com outros.<sup>278</sup>

<sup>274</sup> FIGUEIREDO FILHO, Euclides de Oliveira. A Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. II, n. 2, ano II. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, abr. de 1984, p. 26.

<sup>275</sup> IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011, p. 43.

<sup>276</sup> PRESIDENTE anuncia rede de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.

<sup>277</sup> Bertha Koiffmann Becker, em *Geopolítica da Amazônia* definiu a “geopolítica” como um campo de conhecimento que se foca nas relações entre poder e espaço geográfico, sendo o que permitiu a colonização da Amazônia, desde o período colonial, já que a Coroa portuguesa não tinha recursos econômicos e população para ocupar um território com tais proporções. Portugal usou do controle do território, para expandir a sua posse de terras para além do Tratado de Tordesilhas. BECKER, Bertha Koiffmann. *Geopolítica da Amazônia*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005, p. 71. Já Shiguenoli Miyamoto para definir a “geopolítica”, diferenciou-a da “geografia política”. Pela segunda entendeu ser uma disciplina do ramo da Geografia, que apresenta características estáticas e estuda os aspectos geográficos de um determinado território, preocupando-se em descrever e não analisar. Os elementos que descreve são as fronteiras, os rios, as serras e as planícies. Ao contrário, a “geopolítica”, não se tem como objetivo apenas descrever fisicamente os acidentes geográficos. Ela se preocupa também, com a aplicação desses fatores em uma política que tenha fins estratégicos. Entendida assim, Miyamoto se aproximou de Becker ao conceber a “geopolítica” como um teoria de poder, buscando o preparo para a guerra. Ver: MIYAMOTO, 1981, p. 76.

<sup>278</sup> ALVES, 2005, p. 46.

Apesar disso, Golbery não foi um solitário em terras brasileiras, quando o assunto foi tecer ideias para uma geopolítica nacional. Estas ideias começaram a receber forma na década de 1930, por meio de Mário Travassos<sup>279</sup> e Everardo Adolpho Backheuser<sup>280</sup>, que traçaram três objetivos: o primeiro, a ocupação de todo o território nacional; o segundo, uma expansão na América do Sul em direção aos oceanos Atlântico e Pacífico; e o último, a formação de uma grande potência mundial. Os dois primeiros objetivos ecoaram na obra de Golbery; o último ecoou por meio de Carlos de Meira Mattos<sup>281</sup>, a partir de sua obra *Brasil: Geopolítica e Destino*, de 1975. Cabe aqui, uma pequena revisada nos caminhos que permitiram Golbery influenciar os planejamentos da ESG, que mexeram com a política de construção da rodovia Transamazônica e de transferência de nordestinos e de nordestinas para a região amazônica.

Em 1927, Golbery ingressou na Escola Militar do Realengo e em 1930 foi declarado aspirante a oficial da arma de infantaria; serviu no 9º Regimento de Infantaria, quando participou de operações na Revolução de 1932, no Quartel General da Sexta Brigada de Infantaria, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CEPOR/PA), na Diretoria de Material Bélico, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e na Infantaria Divisionária da 5ª Região Militar; em abril de 1940 foi transferido para o 13º Batalhão de Caçadores em Joinville; no ano seguinte prestou concurso para a admissão à Escola de Estado-Maior; dois anos depois, concluído o curso, foi designado para servir no Estado-Maior da 3ª Região Militar; em 1944 seguiu para os EUA, para a realização de um estágio no Exército norte-americano, sendo em seguida transferido para a Força Expedicionária Brasileira (FEB); em março de 1952 foi nomeado adjunto do Departamento de Estudos da ESG; em 1961 foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em setembro do mesmo ano solicitou transferência para a reserva e, como civil, foi chefe do Grupo de Pesquisas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

---

<sup>279</sup> Nos inícios de 1930, Mário Travassos publicou *Aspectos geográficos sul-americanos*, que foi reeditado posteriormente enquanto *Projeção Continental do Brasil*. Analisou os antagonismos geográficos regionais, como forma de contrapor o “Atlântico” ao “Pacífico” e a “Bacia do Prata” à “Bacia Amazônica”. E reviveu as ideias de Halford Mackinder em plano continental. Se Mackinder defendia que conquistando um “eixo geográfico da história” (que era a Europa Oriental), também se teria o “controle do mundo”, Travassos defendia que o domínio do triângulo Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra, garantiria o domínio sobre a América Latina. A obra de Travassos é muito citada, sobretudo nos países vizinhos, que fazem o seu uso para acusar o Brasil de querer assumir um papel hegemônico na região. Ver: MIYAMOTO, op. cit., 1981, p. 77-79.

<sup>280</sup> É considerado como pioneiro no estudos sobre geopolítica do Brasil, por sistematizar informações desordenadas. Entre os anos de 1920 e 1940, Everardo Backheuser versou sobre uma possível marcha da civilização e discussões teóricas sobre geopolítica e geografia política e a mudança da Capital Federal, falando também dos problemas da divisão territorial e das fronteiras. Ver: *Ibidem*, p. 79.

<sup>281</sup> MONTAGNA, 1986, p. 33.

(IPES); em 1964, após o golpe, foi nomeado chefe do SNI; exerceu ainda a Chefia do Gabinete Civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista de Figueiredo.<sup>282</sup>

Chamaram-nos a atenção duas informações, a partir da trajetória de Golbery. A primeira é o fato de ele ter servido na FEB justifica um pouco da sua busca por alinhar um comprometimento da América Latina com o campo dos EUA, para enfrentarem juntos a expansão comunista, vista como uma forma de ambição da URSS. Antes de viajar para a Itália, no ano de 1944, Golbery realizou um estágio no Exército norte-americano e, durante a Segunda Guerra Mundial, manteve contato com tropas do que chamou de “Gigante do Norte”.<sup>283</sup> Outro exemplo de que a participação na FEB ajudava em uma boa relação com os EUA é Castelo Branco, que mantinha bons contatos com o embaixador Lincoln Gordon daquele país no Brasil, já que lutaram juntos na Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, Costa e Silva, que não teve contato anterior com os EUA, não era visto com a mesma simpatia por Gordon<sup>284</sup>; a segunda informação foi a sua atuação como chefe do SNI, órgão que foi criado pelo Decreto-Lei Nº 4.341, de junho de 1964, que, inicialmente tinha o objetivo de assessorar o Executivo, mas na prática se tornou um poder político, sendo ocupado por “homens poderosos” do Estado de Segurança Nacional: Golbery, Médici e Figueiredo.<sup>285</sup> Assim, Golbery influenciou mais de perto com as ideias que foram tecidas em *Geopolítica do Brasil*.

Ao fundamentar as concepções de Segurança Nacional, buscou resguardar o território do país, quando apresentou o seu plano geopolítico, que se aplicaria em todo o Brasil, para que ocorresse a proteção e a tentativa de ocupação das áreas não habitadas, como a Amazônia. Duas das ideias defendidas por Golbery eram: integração e expansão para o interior, como forma de construir ocupação e desenvolvimento econômico. E como a pobreza era vista, tanto pelo governo brasileiro como pelo governo dos EUA, como uma “semente da revolução violenta”<sup>286</sup>, para que o desenvolvimento econômico acontecesse era preciso ocupar a região amazônica, que tinha potencial de crescimento econômico, por meio de suas riquezas minerais (como vimos no tópico anterior), mas não tinha mão de obra para que a exploração acontecesse. Ao mesmo tempo em que a região amazônica era a solução para que um crescimento econômico do país acontecesse, também era o seu problema, graças aos seus indicadores sociais.

---

<sup>282</sup> SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. – 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, p. IX-X.

<sup>283</sup> ALVES, 2005, p. 46-47.

<sup>284</sup> FICO, 2008, p. 189.

<sup>285</sup> ALVES, op. cit., 2005, p. 72-73.

<sup>286</sup> FICO, op. cit., 2008, p. 26.

No ano de 1970, a população do Brasil era de 94.508.583<sup>287</sup> e seu índice de pobreza era de 67,90%<sup>288</sup>, de acordo com dados do IPEA, que levou em consideração o percentual de pessoas com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário mínimo de 1º de setembro do ano de 1991. A quantidade de pobres no Brasil era de 92.523.902 pessoas. A região Norte possuía 4.180.313<sup>289</sup> habitantes e seu índice de pobreza era de 80,10%<sup>290</sup>, o que nos indica que 3.348.179 pessoas eram pobres. Outros dados nos ajudam no aprofundamento da situação de pobreza que envolvia as 3.348.179 pessoas que moravam na região no ano de 1970. O primeiro deles é o IDH.

No Brasil, no mesmo ano, o IDH era de 0,462<sup>291</sup>, sendo a mistura do IDHM-L<sup>292</sup>, que era de 0,440; do IDHM-E, 0,501<sup>293</sup>; e do IDHM-R, 0,444<sup>294</sup>. Na região Norte, o IDH era de 0,391<sup>295</sup>; o IDHM-L, era de 0,436<sup>296</sup>; o IDHM-E, 0,461<sup>297</sup>; e o IDHM-R, 0,276<sup>298</sup>. O IDH do Norte e os componentes que são levados em conta para a sua formação estavam abaixo da média nacional. Com relação ao analfabetismo, tendo como referência as pessoas de 15 anos ou mais, para o Brasil, 32,97%<sup>299</sup> da população não sabia escrever um bilhete simples. Na região Norte, a porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais era de 37,04%<sup>300</sup>, maior do que a média nacional.

A quantidade de domicílios com água ligada à rede geral no Brasil era de 5.784.268,00<sup>301</sup>, para o Norte a quantidade era de 113.791,00.<sup>302</sup> Já a porcentagem de domicílios que tinham abastecimento de água adequado, proveniente da rede geral ou de poço/nascente, ou mesmo canalização interna, no Brasil, era de 51,26%<sup>303</sup> e no Norte 30,93%<sup>304</sup>, o que não atingia nem metade da população da região. O número de domicílios com energia elétrica no Brasil era de 8.383.994,00<sup>305</sup>, enquanto no Norte era de 163.995,00.<sup>306</sup>

<sup>287</sup> IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 67.

<sup>288</sup> IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Brasil**, 2009.

<sup>289</sup> IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 67.

<sup>290</sup> IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Brasil**, 2009.

<sup>291</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Brasil**, 2009.

<sup>292</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Longevidade**, Brasil, 2009.

<sup>293</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Educação**, Brasil, 2009.

<sup>294</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda**, Brasil, 2009.

<sup>295</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Norte**, 2009.

<sup>296</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Longevidade**, Norte, 2009.

<sup>297</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Educação**, Norte, 2009.

<sup>298</sup> IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda**, Norte, 2009.

<sup>299</sup> IPEA. **Analfabetos – pessoas 15 anos e mais**, Brasil, 2011.

<sup>300</sup> IPEA. **Analfabetos – pessoas 15 anos e mais**, Norte, 2011.

<sup>301</sup> IPEA. **Domicílios – com água canalizada rede geral – número**, Brasil, 2011.

<sup>302</sup> IPEA. **Domicílios – com água canalizada rede geral – número**, Norte, 2011.

<sup>303</sup> IPEA. **Domicílios – com água potável na rede geral – pessoas**, Brasil, 2011.

<sup>304</sup> IPEA. **Domicílios – com água potável na rede geral – pessoas**, Norte, 2011.

<sup>305</sup> IPEA. **Domicílios – com iluminação elétrica – número**, Brasil, 2011.

<sup>306</sup> IPEA. **Domicílios – com iluminação elétrica – número**, Norte, 2011.

A porcentagem de domicílios com instalação adequada de esgoto, no Brasil, era de 42,28%<sup>307</sup> e no Norte 18,39%<sup>308</sup>, muito distante de atingir pelo menos metade dos domicílios. Para o número de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral, a quantidade, no Brasil, era de 2.318.402,00<sup>309</sup> e no Norte 9.189.<sup>310</sup> Já a porcentagem de pessoas que vivia em domicílios duráveis, no Brasil, era de 73,80%<sup>311</sup> e na região Norte 44,40%.<sup>312</sup> Mais uma vez a região ficou abaixo da média nacional e não conseguiu atingir metade da população. A expectativa de vida para quem nascia no Brasil no ano de 1970 era de 51,43<sup>313</sup> anos e no Norte 51,15<sup>314</sup> anos, revelando uma aproximação entre a média regional e a nacional. E o número de pessoas que morriam sem completar um ano de vida, a cada mil nascidas vivas, no Brasil, era de 123,19<sup>315</sup> e no Norte 113,33<sup>316</sup>, o que constitui um momento em que o índice da região foi melhor do que a média nacional.

Assim, tal qual o Nordeste, a região amazônica também tinha as condições objetivas para que a subversão fosse implantada em seu espaço, já que seus índices de pobreza eram altos. Mas a situação da Amazônia era vista como mais grave, tendo em vista que, além da grande quantidade de pobres, possuía uma baixa densidade demográfica que permitia “subversivos” disputarem o espaço com o Estado brasileiro, o que era mais um motivo para que a rodovia Transamazônica fosse construída, já que em seu projeto estava prevista a ocupação da região Norte.

E uma viagem feita pelo presidente Médici, ao Nordeste, mais precisamente em Recife instalou uma necessidade de alerta com relação à situação de pobreza em que viviam os nordestinos e as nordestinas, sobre os quais aprofundamos em capítulo anterior. Ele apresentou que após a viagem reforçou o seu desejo de construir a Transamazônica. Tudo foi revelado, mediante uma visita que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Laudo de Almeida Camargo, lhe fez em julho de 1970 no Palácio do Planalto, para dizer que os advogados do Brasil desejavam colaborar com o desenvolvimento que se implantava no país. A visita virou reportagem no JB, com o título *Reconciliação pelo desenvolvimento*. Ao

---

<sup>307</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Brasil, 2011.

<sup>308</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Norte, 2011.

<sup>309</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Brasil, 2011.

<sup>310</sup> IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Norte, 2011.

<sup>311</sup> IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Brasil, 2011.

<sup>312</sup> IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Norte, 2011.

<sup>313</sup> IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Brasil, 2013.

<sup>314</sup> IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Norte, 2013.

<sup>315</sup> IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Brasil, 2013.

<sup>316</sup> IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Norte, 2013.

longo da ditadura, órgãos da sociedade civil trabalharam entre apoiar e resistir, como a OAB e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).<sup>317</sup>

A fala de Médici teve como ponto de partida a ideia de que o seu governo estava no caminho certo, já que procurou unir o país. Uma união que se fazia ou se firmava, segundo o seu vociferar, pelo combate ao “terrorismo”. Vejamos que a estratégia adotada pelo governo brasileiro e por aqueles que a praticavam, mesmo que indiretamente, tinha nos seus esforços ideológicos unir pela divisão. Lembremos mais uma vez da semelhança dessa união pela diferença com a fala de Diogo Mainardi. Assim, o governo Médici identificou os espaços propícios ao perigo da “subversão” e agiu, no momento, também por meio da construção de estradas, como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Envolveu também a transferência de nordestinos e de nordestinas para o Norte, como forma de desafogar a “concentração demográfica” do Nordeste. E os símbolos de pobreza, encrustados durante a reportagem, foram vistos por Médici na cidade de Recife: o fato de não ver uma só pessoa fumando ou alguma criança jogando futebol.<sup>318</sup> Era ano de Copa de Mundo de futebol no México.

Arnon de Mello, então senador da ARENA por Alagoas comentou a visita de Médici a Recife no ano de 1970. Comentou para dar ênfase à seca que atingiu o Nordeste no mesmo ano. O seu pronunciamento teve como título *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste*. Iniciou a sua fala destacando que recebeu da Assembleia Legislativa de Alagoas alguns telegramas que tiveram como tema o sofrimento do sertão alagoano com a seca. Mostrou-se surpreso com as informações que recebeu sobre o seu estado, porque em anos predecessores, quando outros estados do Nordeste foram atingidos, Alagoas não sofreu. Só que, naquele ano de 1970, o sofrimento era grande. Destacou que foi governador de Alagoas em anos anteriores, o que se liga ao fato de ele ter negado que em anos passados a seca não atingiu o seu estado. Esta foi uma forma de aliviar o passado que vivenciou enquanto governador do estado. No dia em que Médici esteve em Recife, Arnon de Mello também esteve e acompanhou o que chamou de “reunião da SUDENE”, mas na verdade tinha como destino o estado de Alagoas. Para Arnon de Mello, o eterno problema do Nordeste era a seca, com seus ares de flagelo.

Senhores Senadores:

O que está ocorrendo no Nordeste comprova que os esforços que ali se fazem pelo progresso não se adaptam à realidade regional. O problema

---

<sup>317</sup> RIDENTI, 2014, p. 40.

<sup>318</sup> RECONCILIAÇÃO pelo desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 76, p. 6, 4 jul. de 1970.



fundamental nordestino é, como sabemos, a seca. Para enfrentá-lo, levaram-se sessenta anos de despesas e lutas. Primeiro foram as obras contra as secas, graças às quais se construiu a grande maioria dos açudes que lá se encontram. Depois veio a SUDENE, em termos de planejamento regional, e quando completava o seu decênio reapareceu a seca.

Poder-se-ia imaginar que, depois de tanto dinheiro gasto, tantos projetos aprovados e tantos trabalhos feitos, estivesse o Nordeste em condições de defender-se dela. Mas, não. Ao contrário, estava desaparelhado como nunca. Em 1970 a situação é ainda mais grave. Se em geral, com a seca, o homem se alimenta das sementes que reservou para plantar, este ano, com as primeiras chuvas, as sementes foram plantadas e perdidas, porque as chuvas pararam e não voltaram mais. E a falta de alimentos é água se fêz inarredável.<sup>319</sup>

Arnon de Mello firmou a seca como um problema que sempre acompanhou/acompanharia o Nordeste. Mas o discurso dela enquanto um problema a partir do senador, não foi novidade. Em *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*, Durval Muniz atestou que a seca ganhou o aspecto de adversidade no ano de 1877, quando foi vinculada ao Norte, período em que o Nordeste ainda não existia enquanto identidade espacial e que teve o seu auge no ano de 1922, durante o governo de Epitácio Pessoa, quando o discurso ganhou aspecto nacional e provocou a arrecadação de recursos e benefícios para a região e suas elites dominantes.<sup>320</sup> Em *O soerguimento do DNOCS*, Otamar de Carvalho lembrou que durante a seca de 1877-1879 os víveres começavam a diminuir, as pessoas colocavam os pés nas estradas tendo como destino as capitais das províncias. A situação era muito difícil. Inclusive, ele destacou que as terras de Inhamuns e vizinhanças do Piauí, em direção a Picos e Oeiras foram extremamente afetadas.<sup>321</sup>

O senador falou, em seguida, das medidas emergenciais que foram tomadas até o presente instante de sua fala no ano de 1970, como forma de cravar que não resolviam os problemas da região. A primeira medida que abordou foi a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)<sup>322</sup>; a segundo foi a SUDENE. Falou delas para afirmar que eram exemplos de que as medidas emergenciais não resolveriam os problemas da seca

<sup>319</sup> MELLO, Arnon de. *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste*. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 1-2.

<sup>320</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Campinas: Unicamp/IFCH, Dissertação de Mestrado, 1988, p. 9-10.

<sup>321</sup> CARVALHO, Otamar de. O soerguimento do DNOCS. *Conviver* (Fortaleza), v. 1, p. 152-242, 2009, p. 7.

<sup>322</sup> O DNOCS foi uma das medidas de proteção às populações atingidas pelas secas, mas outras foram criadas anteriormente. Em 1904 foram criadas a Comissão de Açudes e Irrigação e a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca e Comissão de Perfuração de Poços; e em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a Inspetoria Federal de Obras Contras as Secas (IFOCS) e o DNOCS. Ver: *Ibidem*, p. 11.

que atingia o Nordeste, mas somente medidas de longo alcance.<sup>323</sup> Do contrário, a pauperização das populações aconteceria, porque onde existisse pobreza o risco da incitação “subversiva” se fazia pontual.

A construção da rodovia Transamazônica ganhou reforço para que a sua funcionalidade fosse posta em uso. Preocupou o governo brasileiro, de igual forma, a posse do espaço nacional. A partir de Delfim Netto, tal preocupação apareceu de maneira sutil, quando disse em 1970: “Precisamos nos apropriar de nosso território”.<sup>324</sup> O sentimento da necessidade de apropriação do espaço amazônico também se fez presente e visível, a partir do presidente Médici, em discurso que fez em Manaus, no ano de 1970 e que foi publicado pelo JB.

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica, o café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infra-estrutura sócio-econômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação porque, sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecida. O pouco que dela se sabe foi visto ao longo dos rios. Depois, o avião, sobretudo o avião da FAB, encurtou as distâncias, no apoio aos postos fronteiriços, onde hoje o pracinha do Exército é o herdeiro do bandeirante, mas o coração da terra continua escondido. Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia. Vez por outra, quase sempre vindas do estrangeiro, debatem-se as ideias de planos milagrosos para o despertar da Amazônia, que, se nem sempre se mostram válidos, viáveis e coerentes, ao menos dizem do interesse estrangeiro sobre a terra prometida e nos acendem o brio nacional.<sup>325</sup>

A ocupação do espaço da Amazônia não foi planejada apenas para suprir a propaganda mão de obra do Nordeste, com a sua “concentração demográfica” em tempos de “situação de seca”. Houve a preocupação com possíveis interesses de fora que pudessem ameaçar a posse da Amazônia, por parte do Brasil. E uma das ameaças era os EUA. Em *A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra*, Seth Garfield apresentou um momento importante entre o Brasil e os EUA, no que concerne às relações diplomáticas travadas durante a Segunda Guerra Mundial: a emergência da Amazônia no imaginário político dos EUA, em período anterior a *Pearl Harbor*.

Em anos que precederam *Pearl Harbor*, uma busca por matéria-prima, defesa hemisférica e expansão das oportunidades de negócios intensificaram os olhares dos EUA

<sup>323</sup> MELLO, Arnon de. *A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste*. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 3.

<sup>324</sup> DELFIM consegue incentivos. *Veja*. São Paulo. 24 jun. de 1970. n. 94, p. 32.

<sup>325</sup> MÉDICI reafirma soberania brasileira na Amazônia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. LXXX, nº 159, p. 3, 9 out. de 1970.

para as riquezas naturais da Amazônia brasileira. É que a economia norte-americana era dependente da importação de borracha crua do sudeste asiático. Altos funcionários, comentaristas e escritores do país começaram a apoiar a formação de *plantations* de borracha na Amazônia, além de outras áreas do hemisfério ocidental. Mas essa proposta foi alterada com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. O Japão tomou alguns territórios do sudeste asiático produtores de borracha, o que fez com que, nos EUA, uma possível escassez de borracha fosse aventada. O governo norte-americano, de maneira desesperada, frente à entrada do país em uma recessão econômica por falta da matéria-prima, alterou o seu projeto político para a Amazônia. Internamente, o governo dos EUA subsidiou a criação de uma borracha sintética; e para a Amazônia, houve a substituição da pesquisa botânica e da criação de *plantations*, para a expansão de comercialização da borracha silvestre.<sup>326</sup>

Se o perigo das agitações sociais era aventado por uma possível “guerra de subversão interna”, a partir do discurso do presidente Médici a preocupação também existia com um possível desejo externo, sobre a região Norte. Para ele, só existiam interesses externos, porque a região ainda não havia encontrado a sua “vocação econômica”. Esta reflexão se fez presente nas decisões de implanta o da rodovia Transamazônica.

A preocupa o de governos brasileiros, durante o período republicano, com o desenho do país, no que tange   forma de suas fronteiras foi algo recorrente. Soma-se ainda, o fato de que, durante tal modalidade política, a popula o brasileira se movimentou para o seu interior. São duas características comuns ao Brasil República. A ideia de “fronteira” foi ressignificada de uma “linha” que divide o espaço geográfico entre Estados soberanos, para uma experiência vivida pela popula o, ocupando espaços “vazios” ou habitados.<sup>327</sup>

Se durante os planejamentos da Transamazônica, o espaço da Amazônia foi visto como um “vazio demográfico” e desejou-se a transferência de nordestinos e de nordestinas, para realizarem a sua “ocupa o”, concomitante ao presidente Médici e Delfim Netto exporem os desejos de estrangeiros interferirem naqueles espaços, a ideia de que a posse das fronteiras são era garantida mediante as experiências da popula o, no sentido da “ocupa o”, principalmente a nordestina, fez parte da ordem do dia. Outro elemento de destaque nas proposi es do presidente Médici foi a sua retomada de um elemento quase “místico” na história do Brasil: o bandeirante. Uma retomada, diga-se de passagem, que não era novidade.

---

<sup>326</sup> GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, 2009, p. 20.

<sup>327</sup> GOMES, 2002, p. 169.

Capistrano de Abreu, preocupado em buscar a relação entre o colonizador e o meio físico, a partir da sua fase de cientificismo positivista e determinismo geográfico, esboçou que o processo de formação da nacionalidade aconteceu mediante uma “luta territorial”. A sua pesquisa o levou para a relação entre o homem e o meio e, posteriormente, para a ocupação do interior brasileiro, o que fez com que a figura do “bandeirante” fosse buscada<sup>328</sup>; o próprio Euclides da Cunha, quando dos preparos para a sua inserção na Comissão de Investigação do Alto Purus, na Amazônia, revelou para José Veríssimo (com quem tivera contato assíduo) o desejo de colocar o seu “ideal bandeirante” em ação, visto o seu *ethos* territorial,<sup>329</sup> o mesmo Euclides da Cunha, que respirou os ares do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre o final do século XIX e início do século XX. Ares que estavam impregnados pelas ideias do IHGB e/ou de São Paulo, com membros da elite paulista, que buscavam sua ascendência a partir dos “heróis bandeirantes”<sup>330</sup>; e a integração nacional, proposta no período do Estado Novo, que se revelou uma releitura das conquistas dos territórios coloniais, valorizou assim, o “bandeirante”.<sup>331</sup>

Médici, na década de 70 do século passado, comparou o “bandeirante” com o “pracinha do Exército”, já que, por meio da Força Aérea Brasileira (FAB), ele conheceu um pouco dos “postos fronteiriços” da Amazônia. Destacou, ainda, que apesar do trabalho do “pracinha do Exército”, o “coração continuava esquecido”. O interior da Amazônia era tudo e nada ao mesmo tempo. Assim, em julho do ano de 1969, a reportagem do CM intitulada de *Transamazônica* apresentou que o DNER estava perto de concluir os estudos de viabilidade técnica e econômica da rodovia, porque Mário Andreazza desejava iniciar a sua construção até o final do governo do presidente Médici.<sup>332</sup>

O traçado da rodovia Transamazônica foi divulgado em reportagem do ano de 1971, no jornal DN, com o título de *Estradas para nossa marcha rumo ao Oeste*. O texto apontou que a marcha para o Oeste teve como início a construção de Brasília, uma necessidade que existiu, mediante a concentração da população brasileira no litoral e continuaria no ano de 1971, pela via de construção da Transamazônica.<sup>333</sup>

<sup>328</sup> FERRETI, Danilo José Zioni. Euclides da Cunha historiador: a reinvenção do bandeirante em “Os Sertões”. *Revista de História (USP)*. v. 160, p. 261-284, 2009, p. 266.

<sup>329</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>330</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciência, saúde – Mangueiras*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), p. 195-215, jul. 1998, p. 209.

<sup>331</sup> GOMES, 2002, p. 193.

<sup>332</sup> Transamazônica. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 23.398, p. 11, 27 jul. de 1969.

<sup>333</sup> Estradas para nossa marcha rumo ao Oeste. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. s/a, nº 15.030, p. 7, 26 out. de 1971.

### 3 “TRANSAMAZÔNICA, SOLUÇÃO PARA 2001”: O ESTADO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DE PICOS ENQUANTO O “MARCO ZERO” DA RODOVIA

Por ocasião da 61ª *Semana Euclidiana*, em 1973, a rodovia Transamazônica figurou como ponto de discussão. A cidade era São José do Rio Pardo, no estado de São Paulo. O objetivo, marcar a posição de que os escritos de Euclides da Cunha, não estavam superados, faziam-se atuais no contexto, de acordo com o chamado “grupo euclideano”. Problematizaram o período em que viviam, para dizer que a rodovia Transamazônica, o PRO e o “sistema de açudagem do Nordeste” revelavam algo sobre o autor em questão: a sua leitura da realidade brasileira ainda era atual, já que a interpretação feita pelo Estado brasileiro, que se transformou em políticas públicas, contou com a forma euclideana de olhar para as regiões Norte e Nordeste, um aspecto que tornou Euclides da Cunha atual, de acordo com membros do grupo, foi a sua discussão acerca do seringueiro explorado, na extração da borracha, do mesmo modo que o/a nordestino/nordestina, na construção da Transamazônica, também trabalhava em condições sub-humanas.<sup>334</sup>

Euclides da Cunha retratou as condições em que trabalhava o seringueiro, no início do século XX, na Amazônia, na primeira parte do seu livro *À margem da história*, que foi publicado em 1909, de maneira póstuma. Anteriormente, em 1886, entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro; militou assiduamente no movimento republicano, o que o fez conhecer Júlio Mesquita, do jornal *A Província*, que mais tarde virou *O Estado de S. Paulo*; mudou-se para São Paulo em 1895, pelas oportunidades, que surgiram, de trabalhar como engenheiro civil na construção de ferrovias, que alimentariam o surto cafeeiro, pela Superintendência de Obras do Estado<sup>335</sup>; em 1902, publicou *Os Sertões*, após cobrir, pelo jornal OESP, a insurreição de Canudos no interior da Bahia, momento em que procurou capturar os personagens e cenários do sertanejo e o seu *modus vivendi*<sup>336</sup>; com o lançamento de *Os Sertões* foi eleito para Academia Brasileira de Letras (ABL), no ano de 1903 e, já em 1904, partiu para a Amazônia liderando a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, o que inspirou o seu desejo de escrever uma obra que se chamaria *Um Paraíso Perdido*, mas nunca foi possível a sua conclusão. Em 1908 terminou *À margem da história*.<sup>337</sup> E para retratar as condições de vida do seringueiro afirmou que,

<sup>334</sup> O futuro já era realidade na obra de Euclides. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 30.175, p. 19, 11 ago. 1973.

<sup>335</sup> FERRETI, 2009, p. 269-270.

<sup>336</sup> CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 225.

<sup>337</sup> PACHECO, Alexandre. SILVA, Adriana Conceição dos Santos. O homem “à margem da História” por Euclides da Cunha. **Fênix**. (UFU. Online), v. 9, p. 1-13, 2002, p. 2.

A cada deslize fisiológico ou moral antepõe-se o corretivo da reação física. E chama-se insalubridade o que é um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem. Foi o que sucedeu em grande parte no Acre. As turmas povoadoras que para lá seguiram, sem o exame prévio dos que as formavam e nas mais deploráveis condições de transporte, deparavam, além de tudo isto, com um estado social que ainda mais lhe engravescia a instabilidade e a fraqueza. Aguardava-as e ainda as aguarda, bem que numa escala menor, a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano. Repitamos. O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.<sup>338</sup>

Denunciou a existência mesma de uma seleção dos seringueiros, que era feita por meio do que chamou de “insalubridade”. Nas piores condições, os mais fortes teriam que lutar com o meio por sua sobrevivência/permanência. Atestou que o mal, não era o clima, mas o homem que explorava o próprio homem, desde o transporte dos nordestinos e das nordestinas para a Amazônia, em condições deploráveis, até a desorganização do trabalho, uma espécie de fábrica do “egoísmo humano”, como chamou. O sertanejo, aos olhos de Euclides da Cunha, seria o escravo que pelejava para se escravizar ainda mais, que constitui o trecho forte e denunciativo. Os euclideanos apontaram fragmentos, como o citado anteriormente, enquanto uma forma de demarcar que a sua obra não era letra morta. No entanto, a visão dos euclideanos merece maiores aprofundamentos, com relação à vinculação denunciativa de Euclides da Cunha e os trabalhos dos nordestinos e das nordestinas, nos processo de construção da Transamazônica, em condições sub-humanas.

Em agosto de 1971, o OESP informou que dois mil trabalhadores (e trabalhadoras) do estado do Rio Grande do Norte seriam deslocados (deslocadas) para a construção da Transamazônica, para o trabalho no desmatamento, na abertura de estradas e na construção de casas nas cidades de Altamira, Itaituba, Marabá e Jatobal, no Pará. Outros 525 agricultores do Piauí haviam seguido viagem para trabalharem na construção da mesma rodovia. A permanência daqueles/daquelas trabalhadores/trabalhadoras na área só tinha a sua ocorrência mediante uma seleção que foi feita, para admitirem os que seriam chamados de “colonos”.<sup>339</sup> Estavam contratados por dois meses, com o salário mensal de “300 cruzeiros” e teriam que seguir de ônibus até a cidade de Brasília, para, posteriormente, pegarem viagem até o destino

<sup>338</sup> CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 51.

<sup>339</sup> O “colono” é uma das categorias utilizadas para se nomear os/as moradores/moradoras da região, que tem relação com a participação daquele/daquela com um projeto estatal de “colonização” de uma área próxima da rodovia Transamazônica, bem como uma maneira de diferenciar-los de outras figuras locais, como o “garimpeiro”, o “madeireiro” ou o “pioneiro”. Ver: LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento. **Trajatórias na Transamazônica: estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica**. 2009. 166f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas. 2009, p. 3.

final.<sup>340</sup> O Estado brasileiro ainda ofereceu assistência médica. Foram firmados, de acordo com reportagem do *Diário da Noite* (DNe), convênios com hospitais, pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para que os/as trabalhadores/trabalhadoras e seus dependentes fossem atendidos ao longo do que seria a rodovia.<sup>341</sup>

A volumosa transferência de nordestinos/nordestinas para a região amazônica, com a garantia, pelo menos anunciada, de assistência médica e de casas para morarem, com a opção de se fixarem naquelas terras dentro da categoria de “colonos”, somada ao desejo de vender por meio da publicidade a construção da rodovia Transamazônica enquanto o “Nôvo Eldorado”, contrastou com outro desejo do Estado brasileiro, que ficou mais evidente a partir do ano de 1973, em reportagem do JB intitulada *Comissão de Migrações quer plano publicitário a fim de impedir invasão do Sul*. Houve a preocupação de que mais nordestinos/nordestinas se deslocassem para o Sul do país. Quando se vendeu a Transamazônica como a oportunidade de empregos para a “mão de obra excedente” do Nordeste, acompanhou também o desejo de que o problema da falta de empregos para nordestinos/nordestinas fosse resolvido lá pelas bandas da região Norte, afinal de contas, era um “vazio demográfico”.

A preocupação do grupo euclideano com as condições sub-humanos em que viviam os trabalhadores às margens da rodovia começam a fazer sentido, em comparação com os escritos do intelectual, sobre as más condições em que trabalhavam os seringueiros/seringueiras que também eram transportados/transportadas do Nordeste para a Amazônia. Ainda assim, é preciso que aprofundemos mais. A positividade do que foi oferecido por meio da imprensa escrita (nos trechos dos jornais vistos/lidos aqui) contrastou com análises historiográficas acerca das migrações que foram feitas, do Nordeste e também do Sul do país, para a região amazônica.

Regina Beatriz indicou que a positividade discursada pelo Estado brasileiro necessita de relativização. Os governos brasileiros – desde o golpe civil-militar de 1964 – dirigiram e controlaram o acesso às terras e a ocupação da Amazônia, através dos planos nacionais, como o PIN. A concessão de grandes áreas de terras, além dos incentivos fiscais aos empresários, para os projetos agropecuários e agroindustriais, ditos de colonização; a construção de eixos rodoviários, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém; e a publicidade batendo à porta dos agricultores empobrecidos no Nordeste e no Sul, para que se deslocassem até a

<sup>340</sup> MAIS 2 mil vão para a Trans-AM. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 92, nº 29.548, p. 14, 3 ago. 1971.

<sup>341</sup> TRANSAMAZÔNICA: assistência médica. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVII, nº 14.039, p. 2, 7 set. 1971.

Amazônia, fez parte dos modos do Estado brasileiro de controlar quem ocupava e o que lhe tocava como parte nas terras que eram vendidas enquanto a composição do “Eldorado” do Norte. Além do mais, essa seria uma maneira de naturalizar a concentração fundiária do país, já que o problema anunciado foi atribuído à “concentração demográfica”.<sup>342</sup> Os pequenos agricultores do Sul e os/as trabalhadores/trabalhadoras “sem terra” do Nordeste, que foram alvos das publicidades estatais, para que se deslocassem aos núcleos de “colonização” privados ou ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não tiveram livre acesso/posse às terras da região Norte. Lidaram, cotidianamente, com um território inóspito e desconhecido; conflitos pela posse das áreas em disputa; desmandos de toda sorte; e exploração do trabalho, violência e assassinatos.<sup>343</sup>

Dentre os casos de desmandos, que aconteceram com os trabalhadores/trabalhadoras que se deslocaram para a região amazônica, um foi praticado contra Maria Helena da Silva, piauiense da cidade de Picos que se deslocou com o seu marido Raimundo Silva, para que este trabalhasse no corte de árvores. Raimundo foi esmagado por uma das árvores, enquanto exercia o seu trabalho. Ela, com uma filha e sem assistência da empresa que o contratou ou mesmo sem assistência do governo brasileiro que fez a propaganda para a sua ida até aquelas terras, chegou ao ponto de desejar trocar a filha por uma rede de dormir. Foi internada, juntamente com a filha, em uma Fundação de bem-estar social.<sup>344</sup> Logo, constantemente, a propaganda do governo brasileiro foi como a linha do horizonte: os/as trabalhadores/trabalhadoras nordestinos/nordestinas e familiares se moveram na sua direção, mas o encontro pode não ter acontecido.<sup>345</sup> No caso de Maria Helena, a propaganda faltou ao encontro.

Assim, com a proposta de retomada dos escritos de Euclides da Cunha, no início da década de 1970, pelo grupo euclideano que participou da *61ª Semana Euclidiana*, a partir da preocupação que ele teve no início do século com os/as seringueiros/seringueiras nordestinos/nordestinas que trabalhavam para se escravizarem, e a sua atualidade no ano de 1973, que foi demarcada pelo modo como os/as nordestinos/nordestinas eram tratados/tratadas na construção da Transamazônica, como Maria Helena, que tentara vender a sua filha, a compreensão de que o primeiro rastro de retomada de Euclides da Cunha, por meio do grupo euclideano, tornou-se possível, mas com uma interpretação de sinal trocado, já

---

<sup>342</sup> GUIMARÃES NETO, 2003, p. 51.

<sup>343</sup> Idem, 2014, p. 137.

<sup>344</sup> MÃE queria trocar filha por uma rede. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXV, nº 129, p. 20, 15 ago. de 1975.

<sup>345</sup> KOSELLECK, 2006, p. 311-312.



que retomaram o intelectual, para também denunciarem os/as nordestinos/nordestinas que eram “escravizados”/“escravizadas”, no sentido euclideano, nos trabalhos de construção da rodovia Transamazônica no início da referida década. Retomaram Euclides da Cunha para denunciarem o Estado brasileiro e a iniciativa privada, que lidavam com os/as trabalhadores/trabalhadoras nordestinos/nordestinas que foram para a região Norte.

Em 1971, o Juiz de Direito Geraldo Irenêo Joffily publicou na *Revista de Informação Legislativa* um artigo intitulado *Euclides da Cunha e a rodovia Transamazônica*. Ele, que nasceu em 1917 em João Pessoa, no Estado da Paraíba, nutriu curiosidade pela obra de Euclides da Cunha. Talvez a proximidade de seu ano de nascimento com as publicações de *Os Sertões*, no ano de 1902 e *À margem da história* em 1909, fizera com que o seu olhar percebesse uma relação entre a obra de Euclides da Cunha e a rodovia. O texto de Joffily possui apenas cinco páginas. Mas são cinco páginas de intenso aprofundamento da relação que sugeriu. Consta na bibliografia que utilizou, livros como: *Os Sertões, Contrastes e confrontos, Antologia e À margem da história*, de Euclides da Cunha; *Euclides da Cunha a seus amigos*, de Francisco Venancio Filho; e *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*, de Leandro Tocantins.<sup>346</sup>

Joffily iniciou o texto abordando que a construção da rodovia Transamazônica era um empreendimento que chamava a atenção do país e que modificaria o panorama político e econômico do Brasil. Não pensemos que Joffily atribuiu positividade a construção da rodovia porque mantinha relação com o governo da ditadura. Em 1964, possuía o cargo de Juiz Eleitoral e foi posto em disponibilidade, momento em que ficou preso por quinze dias. Em seguida expressou a ligação entre a rodovia e o pensamento do autor do início do século.

Na verdade, a Amazônia tem permanecido, até hoje, como uma região praticamente inexplorada, porque nossas possibilidades tecnológicas não permitiam desbravar aquela imensa área, coberta pela maior floresta do mundo. Só agora temos condições para a realização desta obra, mas a idéia vem de longe e seria proveitoso recordar alguns planos de Euclides da Cunha sobre a integração da Amazônia, isso há mais de 65 anos, pois foi ele quem melhor viu o conjunto de problemas e interesses direta ou indiretamente ligados à Hiléa Amazônica. Neste sentido juntamos os principais tópicos de Euclides da Cunha, referentes a integração da Amazônia, com o objetivo de facilitar uma maior percepção do pensamento euclidiano e a perfeita semelhança de suas agudas previsões com os atuais planejamentos para a execução e aproveitamento da grande rodovia, que já vai penetrando na imensa floresta virgem.<sup>347</sup>

<sup>346</sup> JOFFILY, Geraldo Irenêo. Euclides da Cunha e a rodovia Transamazônica. **Revista de informação legislativa**. v. 8, n. 31, jul.-set. 1971.

<sup>347</sup> JOFFILY, Geraldo Irenêo. Euclides da Cunha e a rodovia Transamazônica. **Revista de informação legislativa**. v. 8, n. 31, jul.-set. 1971, p. 777.

Joffily expressou novamente uma positividade para a ditadura, ao afirmar que, só durante o seu desenrolar, o Brasil teve condições de explorar a região amazônica, algo que não foi possível de se fazer anteriormente, porque as possibilidades tecnológicas do país não eram suficientes. Destinou também um sentido para o seu texto: destacar os principais pontos travados por Euclides da Cunha, tendo como tema a integração da Amazônia, destaque que serviria para a percepção de que a construção da rodovia possuía muito do pensamento do autor. A partir do texto de Joffily, as nossas suspeitas de que Euclides da Cunha foi retomado para a construção da rodovia Transamazônica ficaram mais fortes. E como ele não conseguiu delinear o momento da retomada, coube-nos seguir em frente.

Durante o final da década de 1960 e início da década de 1970, para os debates/ações de construção da rodovia Transamazônica, Mário Andreazza, questionado sobre o que influenciou o projeto de construção da rodovia, revelou que foi Euclides da Cunha, por meio da sua obra *À margem da história*; e a coragem de “estadista” do presidente Emílio Médici. Fiquemos com a parte que se referiu a Euclides da Cunha. Andreazza citou durante o momento em que concedeu a entrevista, trechos do livro-inspiração. Escolheu a dedo duas partes: a primeira, em que o escritor revelou que o seu pensar materializado no livro não era o início de tal desejo, já que outros moradores da região esboçaram o mesmo esforço ao abrirem mata adentro, alguns “varadouros”; e a segunda, correspondeu ao momento em que Euclides da Cunha pensou a abertura de “varadouros” enquanto um “legado heróico dos paulistas”.<sup>348</sup>

Por meio da leitura feita, o Ministro ajudou a perpetuar algo caro à historiografia brasileira: o paulista enquanto bandeirante e responsável pela interiorização do país. Em *Os Sertões*, o jagunço apareceu enquanto um herdeiro do bandeirante, que se fixou fazendo uso do isolamento em um meio inóspito.<sup>349</sup> Em *À margem da história*, o amazonense era o herdeiro do bandeirante ou paulista, como se referiu Euclides da Cunha, já que carregou a prática de abrir “varadouro”.<sup>350</sup>

O líder do governo na Câmara dos Deputados, no ano de 1970 assinalou que a ideia do “Plano de Integração Nacional”, que correspondeu ao PIN, foi criada a partir dos escritos de Euclides da Cunha. Para ele, só houve um defeito: o plano chegou tarde. E chamou atenção para o fato de que o país necessitava passar por um processo de interiorização<sup>351</sup>. Em vista do clima, alguns deputados escreveram para o presidente da República em apoio à escolha de Euclides de Cunha, como forma de nominar a rodovia Transamazônica. Argumentaram que

<sup>348</sup> EUCLIDES e a Transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 10, 19 jun. 1970.

<sup>349</sup> FERRETI, 2009, p. 281.

<sup>350</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 88.

<sup>351</sup> PADILHA quer diálogo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.264, p. 5, 1 set. 1970.

“[...] Euclides da Cunha constitui “telúrica expressão dos melhores ideais de nossa vocação de unidade territorial e cívica em termos de compreensão da terra e do homem à luz dos valores positivos da realidade brasileira [...]”.<sup>352</sup>

Ainda no ano de 1970, o redator econômico do jornal o OESP, chamado Alberto Tamer, foi convidado para ministrar uma palestra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itapetininga<sup>353</sup>, quando abordou sobre o seu livro que foi lançado no dia 13 de novembro, com o título de *Transamazônica, solução para 2001*.<sup>354</sup> Em outra reportagem, o mesmo jornal, como forma de divulgar o livro do seu redator, relatou parte da sua composição. Afirmou que foi feito após viagem de Alberto Tamer à região amazônica, com fotografias, mapas e documentos relativos à construção da rodovia; continha um capítulo sobre o Nordeste; e possuía ainda a publicação de um estudo feito sobre a Transamazônica, que foi divulgado em março de 1969, pelo então diretor do DNER, Eliseu Resende.<sup>355</sup>

Com o capítulo “*Transamazônica, solução para 2001*”: *o Estado brasileiro na construção de Picos enquanto o “marco zero” da rodovia*, buscamos os escritos de Eliseu Resende, que, ao publicar sobre a construção de estradas no país, no final da década de 1960 e o início da década de 1970, significou uma oportunidade para problematizarmos como o governo brasileiro pensou a construção da estrada e como se deu o envolvimento de Picos enquanto o seu “marco zero”. Assim dividimos o capítulo nos tópicos 4.1 *Alberto Tamer e as suas impressões sobre A estrada que nasceu da seca*, quando analisamos informações que o mesmo colheu sobre as regiões Norte e Nordeste, após viagem que empreendeu em seus espaços, o que lhes permitiu também problematizar a construção da rodovia Transamazônica; no tópico 4.2 *Eliseu Resende, um propagandista do Estado brasileiro para a construção da rodovia Transamazônica*, o que nos possibilitou perceber, por meio dos escritos de Eliseu Resende sobre o PIN, de que maneira a construção da rodovia se relacionou com a geopolítica empreendida pelo Brasil com relação à América Latina, tendo como foco a Segurança Nacional; e no tópico 4.3 *O engenheiro em três atos*, que foi o momento em que problematizamos os escritos do engenheiro.

### **3.1 Alberto Tamer e as suas impressões sobre *A estrada que nasceu da seca***

Ele iniciou o exercício de jornalista no ano de 1950. Ingressou no OESP em 1958, especializando-se posteriormente em assuntos econômicos. Recebeu bolsa de estudos da

<sup>352</sup> TRANSAMAZÔNICA. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 91, nº 29.238, p. 4, 1 ago. 1970.

<sup>353</sup> A estrada será tema de palestra. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 91, nº 29.331, p. 18, 18 nov. 1970.

<sup>354</sup> A solução para 2001. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 91, nº 29.324, p. 18, 10 nov. 1970.

<sup>355</sup> TRANSAMAZÔNICA, ano 2001. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 91, nº 29.327, p. 25, 13 nov. 1970.

Organização das Nações Unidas (ONU), o que lhe possibilitou realizar cursos sobre a economia dos países subdesenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>356</sup>, nas cidades de Santiago, no Chile; em Nova York, nos EUA, na sede da própria organização; e em Roma, na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Tamer não escrevia apenas para o OESP, escrevia também para revistas como: a *Visão*, *Mundo econômico*, *Dirigente Industrial* e a *APEC*. O Nordeste era um dos temas mais visitados por Tamer para escrever sobre os “problemas econômicos e sociais” que afligiam a região. Após o golpe de 1964, recebeu do OESP a incumbência de ir até a Zona da Mata em Pernambuco e Alagoas, para acompanhar de perto a situação da região.<sup>357</sup>

Em 1968 publicou *O mesmo Nordeste*, quando tocou no “desespero” dos preparos para o enfrentamento de uma nova seca, que de fato aconteceu no ano de 1970. Em 1969, foi a vez de *Nordeste, até quando?*, momento em que Tamer defendeu que todos os esforços despejados para a região seriam fracassados, enquanto o campo estivesse abandonado. No ano de 1970, lançou o livro *Transamazônica, solução para 2001*, formado por oito reportagens que escreveu para o OESP. E em 1972 publicou *Nordeste, os mesmos caminhos: reforma agrária, afinal?*, no qual deteve seu olhar mais uma vez para o que chamou de “área-problema”.<sup>358</sup> Mas fiquemos com as ideias do *Transamazônica, solução para 2001*.

No texto *Sêca, Selva e Sertão*, presente no livro, apresentou as suas visões sobre o Nordeste e a Amazônia. Iniciou falando sobre a Zona da Mata de Pernambuco e de Alagoas, que ao seu gosto tinha o poder aquisitivo extremamente limitado, tendo em vista que na agricultura extensiva que era praticada, a lavoura se expandia nas distâncias e o aumento da produção era ocasionado pela ampliação do plantio e não pelo uso de métodos racionais. Além da riqueza latifundiária, existia na Zona da Mata uma extensa camada populacional que vivia em situação de grave precariedade alimentar, constituindo um centro de inquietação social. E seguiu,

[...] Sob os canaviais que fizeram a riqueza de alguns, vivem a miséria e o desespero de muitos. É a disparidade da renda associada à atroz exploração do lavrador, pelo usineiro, gerando a insatisfação – latente ou declarada – e o atraso econômico, pelo desrespeito aos mínimos deveres do empregador para com o assalariado, e a limitação do mercado consumidor, decorrente do baixo poder aquisitivo da maior parte da população. Assim, ao problema

<sup>356</sup> A CEPAL foi criada em 1948, após uma decisão geral das Nações Unidas de 1947. O contexto era de queixas, entre os países da América Latina, que se sentiam excluídos do Plano Marshall. Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. In.: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. – Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 26.

<sup>357</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

<sup>358</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

social – salários ínfimos – associa-se o econômico – baixo poder aquisitivo – hoje fator extraordinariamente importante para a instalação no Nordeste de uma parque industrial que precisará de um mercado regional para se tornar auto-sustentável.<sup>359</sup>

Tamer e a denúncia de um desespero no Nordeste, o desespero da miséria, que na Zona da Mata convivia com a riqueza de alguns. A renda gerada não era a mesma que ficava a cargo do empregador (usineiro) e do assalariado (lavrador), o que limitava o mercado consumidor, já que grande parte da população tinha um baixo poder aquisitivo. Destacou que o Nordeste necessitava de um parque industrial, mas para que a instalação acontecesse um mercado regional fazia parte da ordem do dia. A visão de Tamer para as causas do problema social do Nordeste não perpassava somente a máxima da seca. Ele não negou as consequências climáticas para a região, mas o seu olhar focou na construção da desigualdade social, que não permitia a formação de um poder aquisitivo que transformasse o desespero da miséria em consumo. Por meio de um mapa<sup>360</sup> demarcou o que entendia por Zona da Mata.



**Imagem 1** – Alberto Tamer. Mapa das Regiões Fisiográficas do Nordeste.

**Fonte:** TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 22.

A Zona da Mata apareceu ligada ao litoral, comportando algumas capitais da região. A cidade de Picos não ficou aparente no mapa, mas de maneira imaginária entendemos que ficou no “Sertão e Litoral Setentrional”, pertencente ao “Sertão”. Em seguida Tamer falou de

<sup>359</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 13-14.

<sup>360</sup> Entendemos por mapa, uma linguagem gráfica que se precisa decodificar ou uma construção da realidade que é carregada de intenções e consequências e que podemos problematizar se quisermos informações sobre as sociedades em que foram produzidos. Ver: HARLEY, 2005, p. 62.

mais duas áreas do Nordeste: o agreste e o sertão. Definiu-as como “tôda uma extensa área de terras planas, escassamente férteis e amplamente sáfaras”,<sup>361</sup> onde a vida do/da nordestino/nordestina não era menos angustiante e onde a exploração agrícola era bem diversa, porque só assim era possível vencer o “desafio inclemente da sêca” ou a atuação de um “sol ardente”. Esta atividade econômica se fazia por meio da “pecuária extensiva” e de uma “agricultura de baixo rendimento”, com foco em “plantas xerófilas”, como o “algodão mocó”; e a lavoura de subsistência que entrava em declínio com a falta de chuvas. Mas o gado era a base da economia, já que nos momentos de seca ele comia o algodão e sobrevivia.

Neste ambiente hostil, só quem lucrava com o gado e o algodão era o proprietário da terra. Ao lavrador, cabia cuidar da cultura de subsistência, para ganhar um pagamento ínfimo; e obter a autorização para plantar vez ou outra a sua pequena lavoura. O lavrador vivia do que plantava, alimentando-se do que colhia e vendendo o que restava, quando restava; e do que recebia, quando recebia, algo em torno de 1,50 cruzeiros pela jornada de trabalho, além de ter que produzir nas terras do proprietário alguns dias por semana. Para Tamer, no agreste e no sertão, a fome era menos intensa, a injustiça menos flagrante e a miséria mais diluída, só havia fatores comuns entre a Zona da Mata e a área que formava o agreste e o sertão: uma população pobre, que crescia “3% ao ano”; e um poder aquisitivo extremamente baixo, o que justificava o atraso econômico e social da região.<sup>362</sup>

Ressaltou que o seu primeiro contato com o Nordeste aconteceu no ano de 1958, quando descobriu a paisagem “tristemente bela”, em que uma luz penetrava a terra rasgada pela seca, que, sem água, um “pó parecia evaporar-se”. O gado mugia de fome e as preces na noite silenciosa eram antes de tudo uma forma de agradecimento por estarem vivos/vivas, do que uma rebeldia ante a situação em que viviam. Após o ano de 1958, voltou sucessivas vezes ao Nordeste, para contatos, entrevistas e viagens pelo sertão adentro. Afirmou ter falado com todos: “usineiros e fazendeiros falidos”, “plantadores de cana injustiçados e humildes lavradores”, “homens conformados ou inquietos”, “mulheres prenhes sempre, sadias nunca” e “crianças nuas que buscavam alimento na terra”, porém só encontravam os “vermes que lhes corroíam o intestino e inchavam o ventre”. São trechos fortes e denunciativos. Mas, apesar de tudo, no sertão e no agreste, as pessoas ainda sorriam, pois tinham “alguma saúde”. Na Zona da Mata, ao contrário, as pessoas eram tristes sempre. Já tinham perdido a capacidade de sorrir, o que, para Tamer, valendo-se de informações colhidas do Prof. Nelson Chaves,

---

<sup>361</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 14.

<sup>362</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 14-15.

catedrático em Fisiologia, pela Universidade de Pernambuco, era um sintoma inicial de desnutrição.<sup>363</sup>

Lembrou-se de ter visitado também os “Eldorados do Nordeste”, que eram as fábricas. Se alguns trechos de jornais que analisamos em tópico anterior, apresentaram que os “Eldorados” do país estavam na região amazônica, por causa dos minérios, Tamer destacou a presença de “Eldorados” no Nordeste. Ele não os nominou assim, pelo que poderiam gerar de riquezas para o país, como os da Amazônia, mas no sentido de que eram a salvação para alguns/algumas poucos/poucas nordestinos/nordestinas que pudessem deixar as listas de desemprego que assolava a região. Entre o ano de 1958 e 1970 (dois marcos de seca para o Nordeste), Alberto Tamer circulou pela região e percebeu que algumas promessas de melhora foram feitas, mas semelhante ao primeiro ano em que esteve por lá, em 1970, a terra novamente rachou e as estradas ficaram cheias de retirantes, iludidos pelos ventos desenvolvimentistas que nada resolveram. Ao seu gosto, o campo ainda era o mesmo, assim como a paisagem ainda era a mesma.

Apesar de, no mapa *Nordeste: Estados e Regiões Fisiográficas*, Tamer ter destacado uma multiplicidade para a região através da divisão “Agreste”, “Zona da Mata”, “Transição ao Amazonas” e “Sertão e Litoral Setentrional”<sup>364</sup>, quando abordou sobre a passagem do tempo, afirmou que o campo e a paisagem ainda eram os mesmos. Em *A invenção do nordeste e outras artes*, Durval Muniz percebeu que discursos que tomaram o Nordeste como objeto, vez ou outra, buscaram inserir a região em um plano “a-histórico”, como se fosse possível. É como se buscassem um espaço que preexistisse a sociedade, o que não é coerente, tendo em vista que a formação daquele acontece justamente pela interação social. No momento em que tomam/tomaram o Nordeste de tal forma, os discursos procuraram uma face homogênea e contínua, como se a região não tivesse mudado. E como os discursos são produzidos por seres humanos, Alberto Tamer foi um dos que tentou inscrever o Nordeste como natural, afinal de contas ainda o via como o mesmo de 1958.<sup>365</sup> Traçou um paralelo entre os dois anos, para afirmar que no ano de lançamento do livro, algo “nôvo” estava pelos ares do Nordeste.

Desta vez, porém, havia algo de nôvo: uma plano surgia como capaz de solucionar o drama do subdesenvolvimento nordestino: uma estrada e uma colonização que o govêrno prometia nas terras sem dono da Amazônia

<sup>363</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 15-16.

<sup>364</sup> TAMES, Alberto. Nordeste: Estados e Regiões Fisiográficas. In.: \_\_\_\_\_. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 23.

<sup>365</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 25.

deserta. Agora, ao humilde retirante dava-se não apenas a esperança de uma solução definitiva, mas também a ingente, ingrata e heroica missão de conquistar a selva hostil da Amazônia brasileira. A Transamazônica era a porta que se abria. Mas uma porta aberta para onde? Seria possível a este homem frágil e inculto, eternamente fustigado por uma sorte infeliz, mesmo com o apoio do governo, penetrar mata adentro, desbravar a floresta, dominar a agressividade na selva? A resposta o “Estado” mandou-me procurar na Amazônia, onde fui encontrar o sertanejo nordestino que emigrara em sécas anteriores, vivendo a mesma vida de quem só quer apenas sobreviver.<sup>366</sup>

Tamer também era feito de contradições, porque mesmo tendo feito cursos pela CEPAL, não deixou de enxergar o presidente Castelo Branco como sendo, talvez, “o maior presidente” que o Brasil teve, até o presente de sua escrita. Não deixou também de ser levado pelo imaginário propalado pelo Estado brasileiro, de que a construção da rodovia Transamazônica seria capaz de resolver o “drama do subdesenvolvimento nordestino”. Assim, viajou para a Amazônia, para perscrutar de perto, se o/a nordestino/nordestina conseguiria desbravar a região.

Anteriormente, quando apresentamos parte da trajetória do jornalista em questão, falamos de algo caro para que realizemos um aprofundamento das ideias defendidas em *Séca, Selva e Sertão*. Referimo-nos aos cursos sobre a economia dos países subdesenvolvidos, feitos por Alberto Tamer na CEPAL. Em *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*, Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp delinearam sobre os modos de pensar a política econômica brasileira pela CEPAL, ao longo da década de 1960. E as semelhanças entre Alberto Tamer e os cepalinos são fortes. Prado e Earp iniciaram com uma contextualização de entrada em cena da CEPAL, nos primeiros anos da década de 1960.

No entanto, entre 1963 e 1967, o crescimento econômico do Brasil ficou pela metade, o que ocasionou intensos debates sobre as reformas necessárias para que o crescimento fosse retomado. Um dos grupos que se interessou pelo debate foi o formado pelos chamados “estruturalistas” ou cepalinos, que contava com Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares; o outro era composto por economistas liberais, como Eugênio Gudín e Octávio Gouveia Bulhões. O último fez parte da primeira equipe econômica da ditadura militar, como Ministro da Fazenda, mas fiquemos com o primeiro grupo.<sup>367</sup>

Os cepalinos defendiam a inserção do Brasil na economia internacional, com base na exportação de produtos primários tropicais e viam que as taxas da crescente concentração de

<sup>366</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 17.

<sup>367</sup> EARP & PRADO, 2003, p. 209-212.



renda no país (em especial a estrutura fundiária) eram a razão para o não desenvolvimento econômico esperado. E apontaram três soluções: a primeira era aumentar a oferta interna, com uma maior utilização da capacidade produtiva que já estava instalada; a segunda significava aumentar a oferta de bens e serviços mais ou menos independentes do setor externo, como os serviços governamentais; e a terceira foi instalar novas unidades produtivas para substituir a oferta de bens que antes eram importados. Mas, ao longo do tempo, os investimentos em atividades de maior sofisticação tecnológica absorveriam menos mão de obra, o que era um problema, porque havia a necessidade de gerar um mercado consumidor para os bens que seriam produzidos. Como os setores dinâmicos da economia não iriam absorver a mão de obra ociosa, caberia ao setor agrícola absorver, porém, com a estrutura fundiária do país, que não remunerava bem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, não seria possível.<sup>368</sup> Assim, se Alberto Tamer defendia a instalação de indústrias no Nordeste e uma melhor remuneração do lavrador como forma de dinamizar a economia da região e de resolver as desigualdades existentes, entendemos que o contato que teve com a CEPAL foi decisivo para que pensasse como tal.

Afirmou ainda que a sua primeira viagem para a “diversa” Amazônia aconteceu no ano de 1959. Região em que tudo era verde e as chuvas não tardavam. A sua economia era baseada na juta, na malva, na borracha e na castanha-do-pará. Afirmou também que, apenas no ano de 1970, começavam a despertar os “minérios de ferro”, o “estanho”, o “manganês” e outras riquezas que estavam previstas. Nas visitas que fez à região, posteriormente ao ano de 1959, carregou as primeiras impressões que teve: as “árvores imensas”, as “raízes saltando para fora do solo”, o “murmúrio da selva ao cair da tarde” e as “chuvas torrenciais de novembro”. Falou também da grandiosidade da paisagem, “terrivelmente bela” e que ao mesmo tempo tinha uma “misteriosa solidão”. A sensação de solidão de Tamer foi ao encontro dos escritos de Euclides da Cunha de *À margem da história*, quando afirmou que o “homem”, na Amazônia era um “intruso impertinente”, porque a natureza se arrumava, quando ele chegou por lá, sem ser convidado.<sup>369</sup>

Tamer lembrou-se dos problemas que encontrou na Amazônia quando manteve contato com o seringueiro “pálido”, “maleitoso”, “isolado” no seu lugar de cortar a árvore para obter o látex. Era o mesmo nordestino que havia visto no sertão e no agreste. Era o mesmo “homem”, só que “mais fraco”, “mais doente”, “mais triste” e “mais conformado”, do que encontrou a primeira vez em 1959 e que no ano de 1970 encontrou novamente, quando

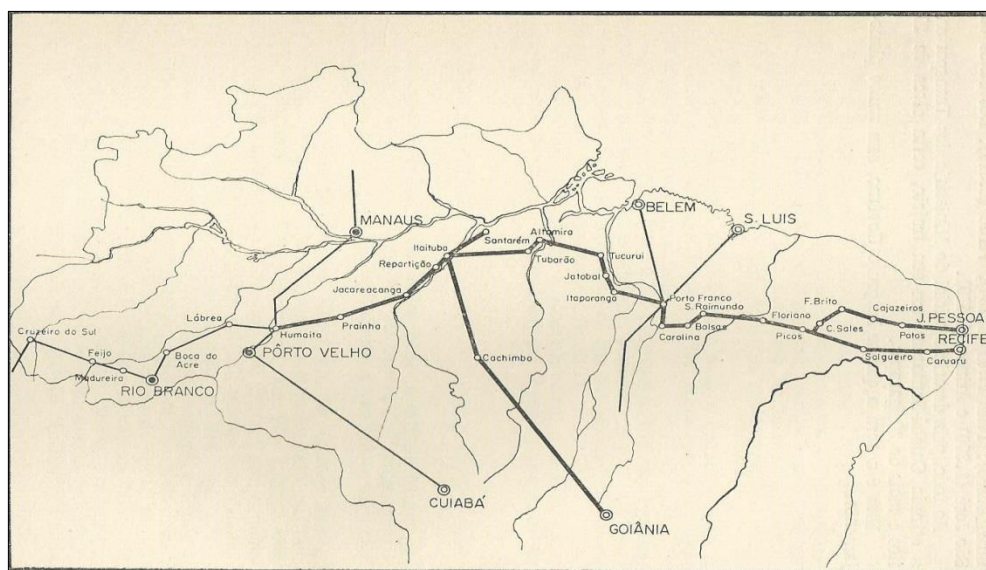
---

<sup>368</sup> Ibidem, p. 209-211.

<sup>369</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 18.

percorreu a trilha do que seria a Transamazônica.<sup>370</sup> Em *A estrada que nasceu da seca*, texto que foi publicado em *Transamazônica, solução para 2001*, Tamer questionou como surgiu a ideia de construção da “grande rodovia”.

Para isso, entrevistou técnicos federais que ficaram encarregados pela construção, no ano de 1970. E um deles foi justamente Eliseu Resende. Afirmou que em determinado momento, a rodovia foi estudada pelo DNER, mas de início não foi incluída no “Plano Rodoviário Nacional”, por dois motivos: existiam obras mais urgentes no país, especialmente no Nordeste; e não havia recursos disponíveis para a sua construção. Então, as áreas escolhidas para receberem as obras, em face dos recursos escassos foram: as estradas que ligariam João Pessoa e Recife a Picos e, em seguida, até Porto Franco; a rodovia Belém-Brasília; e a Porto Velho-Manaus. No entanto, alegou que a seca no Nordeste precipitou a ideia de construção e a busca por recursos para o custeio.<sup>371</sup> Ao final de *A estrada que nasceu da seca*, Tamer usou um mapa com o traçado do que seria a rodovia Transamazônica.



**Imagem 2**– Mapa com o traçado da rodovia Transamazônica

**Fonte:** TAMER, Alberto. *Transamazônica, solução para 2001*. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 38.

O traçado da rodovia Transamazônica ficou dividido inicialmente entre duas rodovias: a BR-230, tendo seu ponto inicial em João Pessoa, mas passando posteriormente, no sentido leste-oeste, pelas cidades paraibanas de Patos e Cajazeiras, além de Campos Sales, no Ceará; e a BR-232, com seu início em Recife e atravessando posteriormente as cidades

<sup>370</sup> TAMER, Alberto. *Transamazônica, solução para 2001*. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 18.

<sup>371</sup> TAMER, Alberto. *A estrada que nasceu da seca*. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 91, nº 29.230, p. 6, 23 jul. 1970.

pernambucanas de Caruaru e Salgueiro. Antes de chegar ao Piauí, a BR-230 apareceu ligada com a BR-232, permitindo que a cidade de Picos, fosse a primeira após a junção. No Piauí, a Transamazônica ainda teve, como parte do seu percurso, Floriano, antes de seguir pelo Maranhão, através de São Raimundo das Mangabeiras (nominada no mapa como “S. Raimundo”), Balsas, Carolina e Porto Franco, onde a Belém-Brasília cortaria a Transamazônica. Em seguida, no Estado do Pará, tocou Marabá (que no mapa apareceu como “Itaporanga”, de maneira errada), Jatobal, Tucuruí, Altamira, Tubarão e Itaituba, Repartição, Jacareacanga e Prainha.

No Estado do Amazonas por Humaitá, Lábrea e Boca do Acre. E no Estado do Acre, Rio Branco, Sena Madureira (chamado por “Madureira”), Feijó e Cruzeiro do Sul. Destacamos que ao longo de *A estrada que nasceu da seca*, Alberto Tamer não utilizou a alcunha de “marco zero” da Transamazônica para a cidade de Picos, ainda que tenha se referido a ela, como o ponto de confluência das BR’s 230 e 232. Mas, se Alberto Tamer utilizou os escritos de Eliseu Resende para compor as suas informações, passemos então para uma análise das ideias do engenheiro, começando pelo texto *O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, de 27 de julho de 1969, a partir de sua circulação no JB. Este texto condensou as ideias que foram utilizadas pelo Estado brasileiro durante a construção da rodovia.

### **3.2 Eliseu Resende, um propagandista do Estado brasileiro para a construção da rodovia Transamazônica**

Em *O Papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, o nome de Eliseu Resende apareceu grafado de maneira incorreta: “Eliseu Rezende” e o cargo que ocupava ficou dito por conta da descrição “Diretor Geral do DNER”. Ele iniciou a sua escrita afirmando que um programa de desenvolvimento regional necessita da criação ou da expansão de uma rede de transportes para suportar o crescimento de outras atividades econômicas. E lembrou que, para algumas opiniões, a própria construção da infraestrutura de transportes já seria uma forma de provocar um desenvolvimento regional. No entanto destacou que a existência de um sistema de transportes de maneira isolada não seria a solução, já que a região amazônica contava com “duas dezenas de milhares de quilômetros de rios navegáveis”, formando a sua rede de transportes e mesmo assim não havia se desenvolvido. Usou a ideia de “desenvolvimento” como sendo a ocupação e o progresso do que chamou de “vasta região”.<sup>372</sup>

---

<sup>372</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

O primeiro tópico no JB ficou intitulado de *A Amazônia*, com a sua publicação no dia 28 de março de 1969<sup>373</sup>; e no CM de *A Amazônia – ocupação racional*<sup>374</sup>, com a postagem para o público em 27 de julho do mesmo ano, o que demonstra que um dos jornais se permitiu alterar o texto enviado por Eliseu Resende, texto que também foi publicado em forma de apêndice no livro *Transamazônica, solução para 2001* de Alberto Tamer. E o primeiro tópico na publicação do livro ficou intitulado de *A Amazônia – ocupação racional*, algo que destoou da informação em formato de nota de rodapé, cedida por Alberto Tamer, de que a publicação do apêndice foi feita por meio da versão que saiu pelo JB. As diferenças não pararam por aí: se no JB circulou com o título de *O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia*<sup>375</sup>, no apêndice não apareceu enquanto *O papel da rodovia*, mas como *O papel de rodovia*.<sup>376</sup>

Sobre os rios da Amazônia, Eliseu Resende disse que ofereciam “custos reduzidos de transportes”, mas só serviram/serviam para a exportação de produtos da indústria extrativa, de maneira limitada, e que a sua pequena população dependia sumariamente dos rios navegáveis, com características de população ribeirinha, com tendências isolacionistas, população que, no censo demográfico de 1970, como vimos anteriormente, ficou em 4.180.313<sup>377</sup> habitantes e seu índice de pobreza em 80,10%.<sup>378</sup> Eliseu Resende sugeriu que algo fosse feito pelo poder público, porque no lado leste do Brasil, o Nordeste sofria com a pressão formada por seus “excedentes demográficos” e uma densidade de “50 habitantes por Km<sup>2</sup>”, enquanto os milhões de quilômetros quadrados (referindo-se a região amazônica) tinham uma densidade demográfica que não alcançava a casa de um habitante por quilômetro quadrado. Nesse tópico, o primeiro, ele não sugeriu que a construção da rodovia Transamazônica serviria para provocar a transferência de nordestinos/nordestinas para a Amazônia, mas deixou indicado que a transferência se fazia necessária.<sup>379</sup>

O tópico de número dois da versão do JB recebeu a nomeação de *Ocupação racional*.<sup>380</sup> Só que no CM<sup>381</sup> e na versão do livro<sup>382</sup> aquela separação não constou e apenas

<sup>373</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>374</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, LXIX, n. 23.398, p. 6, 27 de julho de 1969.

<sup>375</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>376</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 254.

<sup>377</sup> IBGE. **Sinopse Censo demográfico: 2010**. Rio de Janeiro, 2011, p. 67.

<sup>378</sup> IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Brasil, 2009**.

<sup>379</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>380</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

mais um tópico apareceu nas duas versões, intitulado de *Rodovia de integração* e que não constou na publicação do JB,<sup>383</sup> o que nos leva a crer que o texto buscado para fazer parte de *Transamazônica, solução para 2001*, de Alberto Tamer, não foi o do JB, mas o do CM.

Em seguida, Eliseu Resende falou sobre a bacia amazônica como sendo a última grande reserva de florestas tropicais do mundo, com seus mais de quatro milhões de quilômetros quadrados de florestas, tendo a sua maior parte fincada no Brasil. Denominou-a ainda como um dos maiores vazios demográficos fora das regiões polares. E relatou que muitos foram os obstáculos utilizados como forma de impedimento para a ocupação da área, destacando a máxima de que o clima era um empecilho. Mas fez questão de mencionar que, ao contrário do que muitos/muitas imaginavam, as temperaturas ali não eram tão elevadas, eram pouco variáveis, tornando o clima monótono. O grande obstáculo, aos olhos de Eliseu Resende, era o regime pluvial, levando-se em consideração o calor e o sol tropical, que provocam a lixiviação dos solos, após a derrubada da floresta, carregando embora a camada de húmus que o fertiliza.<sup>384</sup>

Destacou que outras generalizações foram feitas sobre a Amazônia, quase sempre sem fundamento, restando um pouco de sentido a ideias que enxergava a região como praticamente desconhecida. As missões que a estudaram foram mais descritivas, com mais características de espanto e admiração do que conclusões e resultados objetivos. Com isso, se havia desconhecimento, Eliseu Resende demarcou que a ocupação da Amazônia não podia acontecer de maneira predatória, como no Centro-Sul em período anterior, onde houve uma devastação das florestas, tendo como consequências modificações climáticas acentuadas, enormes perdas por erosão e o quase esgotamento das reservas de madeira, localizadas próximo aos mercados consumidores ou centros de exportação. Um dos principais pontos negativos para a ocupação da região, para ele, foi a inexistência ou inacessibilidade de mercados, que provocava uma limitação aos mercados externos, que sempre foram o termômetro das atividades econômicas dependentes do extrativismo.<sup>385</sup>

---

<sup>381</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, LXIX, n. 23.398, p. 6, 27 de julho de 1969.

<sup>382</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 257

<sup>383</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>384</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>385</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

Até o fim do século XIX, aos olhos de Eliseu Resende, nenhum produto da Amazônia alcançou importância significativa no mercado internacional. Dentre os principais, falou do cacau e da quina, que logo sofreram declínio, quando o cacau passou a ser cultivado na Bahia e no estrangeiro e a quina foi levada pelos ingleses para a Inglaterra, onde a produção supriu a necessidade do mercado internacional. O declínio do extrativismo só acabou quando, a partir de 1870, iniciou a produção de goma elástica.<sup>386</sup> Dentre alguns acontecimentos que impulsionaram a exploração do látex, a descoberta do processo de vulcanização da borracha foi o que potencializou a produção, após o surgimento da indústria automobilística, entre 1890 e 1991.<sup>387</sup>

A exportação da borracha para o engenheiro, no início do século XX, ocasionou os principais movimentos migratórios e a ocupação física da região. E como a borracha foi levada para o Sudoeste da Ásia, que passou a produzi-la com menores custos, a transferência de nordestinos (pensemos nas nordestinas também) não durou muito. Com o declínio da exportação da borracha, outro processo de ocupação e exploração aconteceu entre os anos de 1913 e 1942, com a castanha-do-pará. O ciclo seguinte novamente foi o da borracha, quando os conflitos da Segunda Guerra Mundial ameaçaram os seringais do Oriente.<sup>388</sup>

O pensamento exposto por Eliseu Resende no início do texto, de que uma rede de transportes pode alavancar o desenvolvimento através da ocupação, foi usado por ele, que explanou sobre uma necessidade aventada pelo Estado brasileiro de construção de estradas para serem complementos aos rios da Amazônia.

De acordo com esta concepção o Ministério dos Transportes está planejando a implantação de uma grande rodovia transversal cortando toda a Amazônia. Esta rodovia, a que chamamos Transamazônica, deverá promover a integração da região amazônica ao Nordeste, além de propiciar a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem os rios atravessados pela rodovia.

### **O plano da rodovia**

O procedimento que nos parece mais lógico para a ocupação das áreas despovoadas da Amazônia é de se provocar o deslocamento dos excedentes demográficos do Nordeste para aquela região. Dado o atual estágio da rede rodoviária do Nordeste, não haverá maiores dificuldades em estendê-la até a bacia amazônica, através do prosseguimento das Rodovias BR-230-BR-232 que, partindo respectivamente de João Pessoa e Recife, se unem em Picos

<sup>386</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>387</sup> VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica**: uma abordagem de modelos de paisagem. 167f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Análise de Informação Espacial) – Universidade Estadual Paulista, 2003, p. 11.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 11.

(Piauí), de onde prossegue a BR-230 passando Floriano, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas e alcançando Carolina. Ao Norte de Carolina pode-se cruzar o rio Tocantins, em Estreito [...].<sup>389</sup>

Eliseu Resende destacou que a concepção segundo a qual a rodovia era uma necessidade para o desenvolvimento da Amazônia foi algo planejado pelo Ministério dos Transportes. Falou desse modo, porque o DNER era subordinado ao ministério que tinha Mário Andreazza em seu comando. Assim, problematizarmos que os escritos do engenheiro são uma excelente oportunidade para sentirmos o clima que permeava o Estado brasileiro, quando dos planejamentos para a construção da Transamazônica, pois o principal objetivo da rodovia era que uma integração entre o Nordeste e a região amazônica acontecesse. Esta integração provocaria a transferência dos excedentes demográficos do Nordeste para a Amazônia.

Lembremos que a preocupação com o Nordeste existia por causa dos seus altos índices de pobreza, que ameaçavam a Segurança Nacional, mas como solução havia um caminho que englobava as BR's 230 e 232, que partiam respectivamente de João Pessoa e Recife e se uniam em Picos. Na **Imagem 1** – Mapa com o traçado da rodovia Transamazônica<sup>390</sup>, onde a interpretação dada por Alberto Tamer para a participação da cidade de Picos ficou mais explicada, inclusive visualmente, já que o desembocar da BR-230 na BR-232, em percurso anterior a Picos, fez dela o ponto inicial da rodovia, que prosseguiria por Floriano (também no Piauí), até atingir as cidades maranhenses de São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Carolina, além de haver a possibilidade de cruzar o rio Tocantins, na cidade de Estreito, o que demonstra que, pelo fato de a relação com o rio ter aparecido como uma possibilidade, ainda havia espaço para alterações, porque havia a chance de o percurso seguir diretamente de São Raimundo das Mangabeiras para Estreito. O primeiro trecho que traçamos por meio de Eliseu Resende, de João Pessoa e Recife até Picos, ficou configurado como o ponto onde começaria “efetivamente a Transamazônica”.<sup>391</sup>

Em seguida, seguiria até formar o trecho que Eliseu Resende chamou de “Estreito-Tucuruí”. Após Estreito, a rodovia entraria na sua fase pelo Pará, cortando as cidades de Marabá e Tucuruí, com uma extensão aproximada de 600 km. O seu curso atingiria um ponto chave, que era o lugar em que tocaria dois rios, o Xingu e o Tapajós. É que depois de Tucuruí, cruzaria o Xingu, nas proximidades de Altamira, em busca de Itaituba, no Tapajós. Tocaria os

<sup>389</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>390</sup> TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 38.

<sup>391</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

pontos navegáveis dos rios, com trechos que teriam extensões respectivamente superiores a 300 e 500 quilômetros. Ainda no Pará, passaria por Jacareacanga, também no Tapajós. A sua fase pelo estado do Amazonas iniciaria em Humaitá, no rio Madeira, Lábrea e Boca do Acre. E no Acre, depois de passar por Rio Branco, se encontraria com a rodovia Brasília Lima, com seu tráfego aberto até Porto Velho e que estava com a sua construção adiantada com relação ao trecho Porto Velho-Rio Branco. Buscando o Peru, passaria ainda por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, com uma extensão de pouco mais de 700 km.<sup>392</sup> Eliseu Resende, depois de indicar o percurso da Transamazônica ao longo do Brasil, explicou os seus contatos com outros países da América do Sul, por meio do entroncamento com outras rodovias.

O seu prosseguimento no Peru deverá atingir a cidade de Pucalpa, a 120 km da fronteira brasileira onde se entronca com o sistema rodoviário do Peru e com a Rodovia Marginal da Selva. Ainda a partir do Rio Branco, estabelecer-se-á a ligação com La Paz, através da BR-317 já construída no trecho Rio Branco-Xapuri-Brasiléia, donde tomará o sentido norte-sul em direção à capital da Bolívia. O trecho boliviano, com uma extensão próxima de mil quilômetros, encontra-se também parcialmente construído. Numa segunda etapa, mais remota, poderá ser construída ligação definitiva e direta entre São Raimundo das Mangabeiras e Estreito e entre o Rio Araguaia e o Tapajós, em Jacareacanga. Mais ainda, a estrada poderá prosseguir a noroeste de Lábrea até atingir Benjamin Constant, junto às fronteiras do Peru e da Colômbia [...] Entroando-se com a BR-319 (Porto Velho-Manaus), atualmente em construção, irá permitir um novo acesso a Manaus e, pela BR-174, também em construção, ao Território de Roraima, Venezuela e Guiana. Através da Brasília-Lima, que naquele trecho poderíamos designar Transacrea, atingirá o Acre e o Peru. A Transamazônica integrará ainda o circuito Humaitá-Lábrea-Boca do Acre, Rio Branco-Abunã-Porto Velho-Humaitá, área que é hoje objeto de atenção particular do Governo federal, através da Sudam, em vista de seu grande potencial de desenvolvimento.<sup>393</sup>

Antes de falarmos sobre o trecho, lembramo-nos de uma indicação feita por Shigenoli Miyamoto, que, em *Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação*, defendeu que não é necessário concordar com os pressupostos da geopolítica, para realizar o seu estudo. É mais importante constatar a sua existência e os usos que são praticados de suas ideias na política de vários países. No Brasil, por exemplo, após o ano de 1964, uma geopolítica foi utilizada principalmente nas relações internacionais.<sup>394</sup> E os detalhamentos dos trechos da rodovia Transamazônica, feitos por Eliseu Resende, configuraram-se em um

<sup>392</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>393</sup> RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

<sup>394</sup> MIYAMOTO, 1981, p. 76.



momento em que a geopolítica que foi forjado pela ESG, para o país, entrou em cena na sua face de se infiltrar nas relações travadas com outros países.

Após o Acre, chegaria à cidade de Pucalpa no Peru, que ficava a 120 km da fronteira com o Brasil, onde se ligava ao sistema rodoviário daquele país, através da rodovia Marginal da Selva, que corta a América do Sul de cima para baixo, no sentido Norte-Sul; depois de passar por Rio Branco, o seu destino era La Paz, capital da Bolívia, por meio da BR-317. Outra forma de se ligar ao Peru envolvia uma ligação com a Colômbia, partindo de Lábrea até Benjamin Constant, próximo das fronteiras dos dois países. Por meio da BR-174, que estava em construção, uma ligação seria feita com o estado de Roraima, com a Venezuela e a Guiana; e o último trecho internacional descrito pelo engenheiro foi o que, por meio da Brasília-Lima, atingiria o Acre e o Peru. A participação dos países vizinhos aconteceu, porque não era só o Brasil que havia desejado explorar suas riquezas da Amazônia. Em *El Tratato de Coperación Amazónica*<sup>395</sup>, o economista Juan Pablo Carrasco falou sobre a assinatura do tratado e das riquezas que chamavam a atenção do Brasil e dos outros países.

La Amazonia cuenta con una de las reservas minerales y agrícolas más grandes del mundo: constituye la mayor reserva de agua dulce del planeta con una quinta parte del total mundial: tiene excelentes yacimientos de bauxita, estimados em 200 millones de toneladas (ley del 50%), de estaño, más ricos aún de los de Malasia, de manganeso, de hierro que son los mayores del mundo; em madera hay 59 especies para extraer celulosa, 247 para construcción y 29 para artefactos navales; yacimientos de cálcoreos, de sal y de sal gema; es bastante rica em hidrocarburos, a más de su inmenso potencial agrícola. Todas estas riquezas han sido valoradas em 500.000 millones de dólares. No es la menor riqueza el mesmo gran río de las

---

<sup>395</sup> Foi assinado no ano de 1978, mas desde 1976 foi especulado, quando o Brasil realizou uma reunião com o Peru, momento em que os rumos sobre a possibilidade de criação de uma organização regional, na bacia amazônica, semelhante ao Tratato da Bacia do Prata, ficou mais forte. Mas quando o Brasil submeteu um projeto para os seus vizinhos, foi acusado de buscar a consolidação de sua hegemonia na região, já que era acusado de possuir um desejo de expansão, existente em muitos textos militares, por ter (supostamente) como um de seus maiores sonhos o avanço para o Amazonas em busca de uma saída para o Oceano Pacífico. Saída que viria por meio dos territórios do Equador, Peru e Bolívia, caso obtivesse acesso ao mar em negociação com o Chile. O Brasil era acusado ainda, de por meio do Pacto Amazônico, contrapor o Pacto Andino que estava em crise, o que seria uma forma de o país sustentar uma hegemonia na América Latina. Em 1977 houve a primeira rodada de negociações, no Rio de Janeiro, momento em que o “Artigo 8” recebeu a alteração de “integração física” por “cooperação econômica”. A segunda rodada aconteceu em Brasília, no ano de 1978, mas em momentos anteriores, o Brasil conversou com os seus vizinhos de continente, para desconstruir os temores sobre uma busca por hegemonia. O Itamaraty aproveitou ainda para informar que enquanto o Pacto Andino buscava a formação de um mercado comum, o Pacto Amazônico era uma forma de desenvolver a navegação fluvial, do transporte, da preservação da fauna e da flora e estudos conjuntos no campo da medicina tropical, focando mais uma vez que não buscava a integração física. Após isso, a Venezuela que era em um primeiro momento se mostrou contrária a conversar sobre o Pacto, mudou de atitude depois de uma visita que o seu presidente Carlos Andrés Pérez fez a Brasília. A visita provocou o interesse de setores empresariais venezuelanos por implantar planos de integração regional. Assim, ainda no ano de 1978, houve a III Reunião Preparatória de Representantes Plenipotenciários, realizada em Caracas, quando o texto do Tratato foi aprovado por: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Ver: CARRASCO, Juan Pablo. *El Tratato de Cooperación Amazónica*. *Nueva Sociedad*, n. 37, jul.-ago., 1978, p. 11.

Amazonas, que tras recorrer 6.250 kilómetros con un caudal promedio de 100.000 m<sup>3</sup> por segundo, desemboca en el Océano Atlántico.<sup>396</sup>

Para Juan Carrasco, a Amazônia contava com muitas riquezas: era a maior reserva de água doce do mundo, sendo a quinta parte do total do mundo; excelentes depósitos de bauxita, estanho, magnésio, ferro, calcário e sal; e mais de 59 espécies para extrair celulose, 247 para construção e 29 para artefatos navais. E o Brasil apareceu enquanto o país melhor preparado para aproveitar as riquezas, já que, desde o ano de 1970, buscava expandir as suas rodovias pela selva. Mas outros países também estavam desejosos de explorarem as riquezas da região amazônica, como foi o caso do Peru em conjunto com o Brasil. Tradicionalmente o que uniu os dois países foram os rios, que ao longo do tempo foram cada vez mais vistos como insuficientes para possibilitarem as relações. Com exceção do rio Amazonas, os outros passam ao lado das fronteiras daqueles.

Desde o ano de 1940, o Peru construiu as primeiras rodovias de penetração na selva, esforço que ficou mais forte ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando semelhante à ditadura militar brasileira (que planejou a construção da rodovia Transamazônica), propôs, a partir do presidente Fernando Belaúnde, a Marginal de La Selva del Peru. As ligações entre os países se fizeram pela rodovia construída entre Contamana ou Pucallpa, no Peru, e Cruzeiro do Sul (Brasil), aberta ao longo da década de 1970, e outra que pretendia vincular Rio Branco no Acre a Puerto Maldonado.<sup>397</sup>

Em *La Amazonia y la geopolítica del Brasil*, Bernardo Kucinski indicou-nos que a tentativa de o Brasil ligar-se com os seus vizinhos, a partir de Castelo Branco no ano de 1964, com o golpe, deu-se por meio da teoria dos “círculos concêntricos” da qual a América do Sul se constituía como a primeira zona de influência do país. Mas lembrou-se também que essa influência sobre os outros países somente se fortaleceu ao longo da década de 1970, quando, por meio do “milagre brasileiro”, os países mais próximos de sua economia (Bolívia, Paraguai e Uruguai) sofreram influência; já em termos políticos, a influência foi exercida na militarização do “cone sul” da América do Sul, finalizada no ano de 1973 no Uruguai e no Chile. Este processo afastou o Itamaraty do centro de tomada de decisões com relação aos países. A luta contra a “subversão” era tratada de maneira direta entre o Estado-Maior do Exército de cada país ou pelos serviços de repressão, sem usar a diplomacia. O Brasil passou a figurar como um país delegado pela política dos EUA.<sup>398</sup>

<sup>396</sup> CARRASCO, 1978, p. 1.

<sup>397</sup> DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de caso sobre la Carretera Interoceánica em la Amazonía del Peru**. Bank Information Centre, Conservación Internacional y Sociedad Zoológica de Frankfurt, Lima, 2006, p. 10.

<sup>398</sup> KUCINSKI, 1978, p. 1-2.

Os esforços pela expansão da rede rodoviária da América do Sul e por sua militarização também fizeram parte de outros esforços, que justificam a imagem do Brasil atrelada aos EUA. É que a Revolução Cubana gerou grandes consequências para a América Latina e para a política externa brasileira, travada com o país caribenho. Nos gabinetes governamentais norte-americanos existia uma paranoica vigilância com relação à América Latina, que tinha como principal objetivo fortalecer os militares da região, que eram encarados como os grandes bastiões contra possíveis sonhos revolucionários, além da política de ajuda econômica, para que uma imagem positiva dos EUA fosse criada. Como Cuba recebeu “US\$ 16 milhões” de assistência militar, ao longo da década de 1950, e “500 oficiais cubanos” tinham passado por treinamento naquele, Fidel Castro conseguiu derrotar o exército de Fulgêncio Batista, entendia-se que a ajuda militar não era eficaz, até porque foi detectado o surgimento de guerrilhas na Venezuela, na Guatemala e no Peru.<sup>399</sup>

Os EUA perceberam que a política do princípio da defesa coletiva estabelecida ao longo dos anos de 1950, que foi colocada em prática com vários acordos militares na América Latina, havia reunido o continente contra a “subversão”. Mas entendia Robert McNamara (que foi secretário de Defesa daquele país de 1961-1968), que se a pobreza era uma possibilidade de a revolução violenta se impor na região, o crescimento econômico era um requisito para que a segurança acontecesse, motivo pelo qual foram valorizadas a doutrina militar da contra-insurgência e a Aliança para o Progresso, lançada em março de 1961, por John Kennedy, no Salão Leste da Casa Branca, com a presença de embaixadores de todo o continente.<sup>400</sup>

Entre o início da Guerra Fria e o ano de 1959, a América Latina não estava entre as prioridades do governo americano, que entendia a Europa como outra área mais propensa ao avanço do comunismo. O papel secundário despejado a essa área provocou insatisfações em políticos como Juscelino Kubitschek, que desejou a criação de um “Plano Marshall” para o território latino-americano. No início dos anos 1950 os EUA criaram um programa para ajudar os países subdesenvolvidos, chamado de “Ponto IV”, que pagava “treinamento de especialistas e ajuda técnica”. Alguns líderes da América Latina entendiam que o “Ponto IV” era muito pouco, por isso só foram ouvidos após o desembocar da Revolução Cubana e da aliança que foi firmada entre Fidel Castro e a URSS, momento em que os norte-americanos

---

<sup>399</sup> FICO, 2008, p. 25.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 26-27.

ficaram mais presentes com atitudes mais intervencionistas na política e na economia região.<sup>401</sup>

O Nordeste brasileiro era uma ameaça para a Segurança Nacional do país, tendo em vista seus índices de pobreza. E foi alinhando-se com a política brasileira que, em 1961, “George McGovern”, futuro diretor do programa “Comida para a Paz”, Richard Goodwin, que posteriormente foi secretário assistente do Estado norte-americano para Assuntos Interamericanos, e Arthur Schlesinger, que escrevia os discursos para John Kennedy, virando seu assistente especial para a América Latina, visitaram a SUDENE, que era dirigida por Celso Furtado. A visita aconteceu porque havia o desejo de conhecer a situação do Nordeste, com as Ligas Camponesas, mas, como vimos no primeiro capítulo, o perigo era múltiplo e não partia apenas daquelas. Posteriormente, no governo de Lyndon Johnson, os EUA entenderam que o grande problema da América Latina era a ausência de “bons serviços públicos” e “estradas adequadas”<sup>402</sup>, o que mais uma vez justifica que a construção da rodovia Transamazônica andava de mãos dadas com os esforços da Aliança para o Progresso, para impedir que ideias “subversivas” se disseminassem no Brasil e nos países vizinhos.

### 3.3 O engenheiro em três atos

Em *O papel de Rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, Eliseu Resende falou sobre a falta de recursos do DNER no ano de 1969. Afirmou que

É certo que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não conta com uma disponibilidade de recursos que permita a execução simultânea e final de tôdas as obras da Rodovia Trans-Amazônica. Ainda mesmo que dispusesse desses recursos, sua aplicação não seria aconselhável sob o ponto-de-vista macroeconômico – pois existem outras estradas cuja prioridade seria indiscutível em termos econômicos. Por esta razão, e tendo em vista, principalmente, o objetivo de alcançar a máxima rentabilidade dos investimentos realizados, dever-se-á executar esta grande obra em pequenas etapas sucessivas.<sup>403</sup>

Algumas peculiaridades justificam o fato de que o engenheiro utilizou ideias de Euclides da Cunha, durante o planejamento e execução da rodovia Transamazônica. A escrita do texto foi feita em março de 1969, fato que nos levou a imaginar que, pelos menos desde o ano de 1968, o Estado brasileiro já se planejava para a necessidade de interligar os rios amazonenses, para que os seus fluxos de usos fossem aumentados.

---

<sup>401</sup> MOTTA, 2014, p. 112.

<sup>402</sup> FICO, 2008, p. 28-39.

<sup>403</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 259.

Ao apontar que o DNER não tinha recursos para custear a construção da rodovia, deixou livre a interpretação de que no ano de 1969, o Estado brasileiro, por meio de Mário Andreazza e do presidente Emílio Médici, ainda não havia ligado a formulação do plano de construção às outras esferas do governo, com o suporte financeiro que um Estado autoritário bem sabe fazer. O domínio do plano de construção ainda estava restrito ao DNER; e por último, o fato de se referir à rodovia como “Trans-Amazônica”, revelou que a nomenclatura da estrada não estava tão ajustada, até porque, em anos posteriores, aventou-se a possibilidade de a rodovia chamar-se “Euclides da Cunha”, como foi relatado aqui em momento anterior.

Somado a isso, há também o fato de que no seu estudo do ano de 1973, intitulado *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil*, que foi na verdade, a sua fala no *Sétimo Congresso Mundial da International Road Federation*, na Alemanha, quando representou o Estado brasileiro, sobre o que ele entendia por aspectos da evolução da atividade rodoviária do país, existiu uma indicação de que um dos trechos da Transamazônica se confundiria com a ferrovia “Transacreana”, que foi pensada por Euclides da Cunha em *À margem da história*, mas que ele aprofundou tal análise do autor do início do século, em outra obra sua, nominada de *O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, publicada no ano de 1970.<sup>404</sup>

Antes de analisarmos Eliseu Resende pelo que produziu, fez-se necessário conhecermos a sua imagem e semelhança a partir do ângulo a partir do qual quis mostrar-se a outros olhares de fora. O ângulo proposto por ele para espelhar a si mesmo tornou-se visível a partir de um direito de resposta que pediu para o OESP, tendo em vista que, no ano de 1976, algumas reportagens questionaram os planejamentos e ações para construção da rodovia, bem como algumas contratações, já que o Tribunal de Contas da União (TCU) processou os diretores do DNER pelos trabalhos, e envolveu, assim, o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, pois o DNER era vinculado àquele órgão, e Eliseu Resende, que foi diretor do Departamento, entre o período utilizado como mote de análise pelo TCU, 1964 até 1972. A multa foi de dois salários mínimos para cada um dos processados. O editorial que o fez pedir resposta foi intitulado de *Falência de Órgãos Públicos*.<sup>405</sup>

Na reportagem, questionou-se também uma suposta ascensão de Eliseu Resende, de “professor em uma escola de engenharia” a diretor do DNER, órgão que, segundo as informações apresentadas, recebeu as maiores verbas públicas do país no período citado. Em resposta às acusações de que teria se beneficiado de uma indicação do presidente Emílio

---

<sup>404</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 26.

<sup>405</sup> FALÊNCIA de órgãos públicos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 31.211, p. 56, 19 dez. 1976.

Médici, Eliseu Resende anexou ao direito de resposta um *curriculum vitae*, para que o jornal tomasse conhecimento de que antes de assumir o DNER, ele foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, cargo que ocupou por dois governos estaduais consecutivos; foi professor de Engenharia Civil e Engenharia Nuclear nas Universidades Federal e Católica, de Minas Gerais; além de possuir os títulos de *Master of Science* e *Doctor of Philosophy*, que foram obtidos no Instituto de Ciências Exatas da Universidade de *New York*; e não deixou de frisar que, graças ao seu trabalho, foi contemplado como o “homem do ano” pela *Road International Federation*, enquanto o DNER foi tido como destaque mundial do setor, no ano de 1972.<sup>406</sup>

Em Projeto de Lei do Senado Federal, no ano de 2011, foi proposto que o trecho da BR-494, ligando “Oliveira” (cidade em que ele nasceu, no ano de 1929), em Minas Gerais a Angra dos Reis no Rio de Janeiro, de “Rodovia Senador Eliseu Resende”, momento em que outras informações sobre a vida do engenheiro foram apresentadas. Como os títulos que ganhou, sendo o Werneck de Alencar Lima, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e o *Founders Day Award*, pela Universidade de Nova York, no ano de 1964.<sup>407</sup>

Lembrando que no mesmo ano, Eliseu Resende representou o Brasil nas reuniões da *International Road Federation* e das Organizações Rodoviárias do Brasil, que foram realizadas em Brasília. A sua exposição em tais eventos, se transformou no seu livro *Investimentos Rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*.<sup>408</sup>

O engenheiro iniciou a sua escrita de uma maneira formal, como exigia a ocasião, agradecendo a oportunidade de mostrar a quem participava da reunião um quadro com os principais aspectos das atividades que envolviam os transportes rodoviários do país. E se o evento também era um encontro para que o “intercâmbio de conhecimentos e experiências” acontecesse, buscando o aperfeiçoamento dos transportes rodoviários “nos diversos países e regiões do mundo”, significava que o Estado brasileiro estava se ajustando ao que se discutia em nível internacional, permitindo que o país aproveitasse experiências e trabalhos desenvolvidos fora de seus limites geográficos.

A aceleração do processo de desenvolvimento, recente para o ano de 1972, foi posta por Eliseu Resende como a causa direta do intercâmbio. Mas, mesmo com a busca fora dos seus limites, para o engenheiro, muito era feito com “soluções próprias e singulares”, tendo em vista suas características peculiares, como a extensão territorial e sua distribuição

---

<sup>406</sup> FALÊNCIA de órgãos públicos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 31.211, p. 56, 19 dez. 1976.

<sup>407</sup> PROJETO de Lei s/n do Senado Federal. Brasília: 2011, p. 2.

<sup>408</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira**. Brasília [s.n.], 1972.

demográfica, com a população concentrada quase por inteiro na faixa de quase 300 quilômetros ao longo do litoral. Somavam-se ainda as diferenças entre as regiões, quando o assunto eram os níveis de renda e desenvolvimento econômico. Algumas diretrizes e critérios foram adotados para dar conta da especificidade do Brasil. O engenheiro lembrou-se de uma regra ortodoxa que geralmente é posta em prática sem que haja contrariedade: o usuário da rodovia deve pagar o custo integral dos serviços que são proporcionados. Só que as regiões mais desenvolvidas do país pagavam mais do que recebiam, enquanto em áreas menos povoadas ou mais pobres, o usuário recebia mais do que arcava.<sup>409</sup>

Claramente em sua fala, dentre as menos povoadas figurava a região Norte e o Centro-Oeste; para as mais pobres, além do Norte, existia o Nordeste; e sobre as mais desenvolvidas, referiu-se ao Sudeste e ao Sul. Ainda completou que os resultados da política do ano de 1972, já estavam disponíveis para observação. Política que, ao seu gosto, seria um passo decisivo, quem sabe o mais importante, para que o país conseguisse alcançar um estágio de desenvolvimento mais avançado e mais harmonioso, socialmente mais justo, com um pouco de atenuação das desigualdades regionais. E a experiência que era vivida pelo Brasil serviu para justificar o relato que fazia, tornando o país um exemplo de esforço para que um desenvolvimento econômico e social fosse gerado.<sup>410</sup> No momento em que capturamos o uso do termo desenvolvimento econômico e social, conseguimos de igual modo uma ligação entre as ideias de Segurança Nacional disseminadas pela ESG e pelos EUA e os esforços para integrar as regiões por meio dos transportes rodoviários.

Na parte intitulada *Decisões para investimentos rodoviários face às diferenças regionais – O exemplo brasileiro* –, afirmou que as decisões para a construção de uma obra rodoviária não deviam ser tomadas sem que antes houvesse uma medição da influência da estrada na economia da região em que seria construída e do país. O ajuste em relação à demanda da região também se fazia necessária, até porque a sua fala, que foi feita em 1972, buscou um estágio de desenvolvimento da área beneficiada. Os critérios que balizariam os investimentos rodoviários eram: a) investimentos em regiões não ocupadas demograficamente e economicamente, b) investimentos em regiões ocupadas e de baixo nível de renda, c) investimentos em regiões pouco ocupadas e de grande potencial econômico e d) investimentos em regiões mais desenvolvidas. Levando-se em consideração o tempo em que Eliseu Resende escreveu, o critério a) se encaixava com a região Norte, vista como um vazio,

---

<sup>409</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 1-2.

<sup>410</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 2.

mas que oferecia tantos ganhos econômicos com a sua exploração; o b), com o Nordeste, que tinha uma grande concentração demográfica e uma economia que não ficava bem dividida; o c), com a região Centro-Oeste, que, por causa do seu vazio demográfico, não conseguia explorar as suas riquezas; e o d) com as regiões Sudeste e Sul, vistas como as que produziam o suficiente para arcar com seus gastos e lidar com os gastos das outras regiões que não faziam o mesmo.<sup>411</sup> Em **Quadro nº 1** – Previsão de arrecadação e investimentos federais por região - 1972, o engenheiro apresentou dados importantes.

Q U A D R O N º 1												
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO E INVESTIMENTOS FEDERAIS POR REGIÃO												
1 9 7 2												
REGIÕES	A R R E C A D A Ç Ã O									I N V E S T I M E N T O		I N V E S T I M E N T O S / A R R E C A D A Ç Ã O
	I U L C L G *			T a x a R o d o v i á r i a			I T R P *			T O T A L		
	10 <sup>3</sup>	Cr\$	%	10 <sup>3</sup>	Cr\$	%	10 <sup>3</sup>	Cr\$	%	10 <sup>3</sup>	Cr\$	
Norte	48.898	2,8	4.345	1,2	822	0,8	54.065	2,5	364.503	13,1	6,74	
Nordeste	217.566	12,5	30.197	8,3	15.603	14,7	263.366	11,9	691.652	24,8	2,63	
Sudeste	1.042.857	60,1	248.959	68,8	61.988	53,5	1.353.804	61,4	792.010	28,4	0,59	
Sul	347.366	20,0	65.462	18,1	22.421	21,1	435.249	19,7	600.235	21,5	1,38	
Centro-Oeste	80.239	4,6	13.107	3,6	5.166	4,9	98.512	4,5	338.507	12,2	3,44	
T O T A L	1.736.926	100,0	362.070	100,0	106.000	100,0	2.204.996	100,0	2.786.907	100,0	1,26	

\* IULCLG = Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.  
\* ITRP = Imposto sobre transporte rodoviário de passageiros.

**Tabela 4**– Quadro nº 1 – Previsão de arrecadação e investimentos federais por região – 1972.

**Fonte:** RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários:** considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 3.

Era com base nesses dados que o Estado brasileiro anunciava que as regiões Sudeste e Sul custeavam os gastos do Nordeste e do Norte do país, o que abria mais espaço para que a construção da rodovia Transamazônica ganhasse ares de necessidade, com a transferência de nordestinos e nordestinas para a Amazônia, para que as riquezas do “Eldorado” fossem exploradas. Se sem apresentar dados, em sua fala proferida sobre o Nordeste, no *Manhattan Connection*, Diogo Mainardi teceu a construção de um raciocínio que condenava a região por supostamente em pleno ano de 2014 não conseguir arcar com seus próprios gastos, classificando-a de “subserviente”, imaginemos: o que ele seria capaz de produzir, se estivessem em suas mãos, os números do **Quadro nº 1** – Previsão de arrecadação e investimentos federais por região - 1972? Mas talvez ele não tivesse necessidade dos números. Se durante a década de 1970 eles foram construídos em cima de um clima que via o

<sup>411</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários:** considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 3.



Nordeste como incapaz de gerar os lucros econômicos de que necessitava, tal imaginário da época esticou a sua existência até o presente de Mainardi, no ano de 2014. A pobreza, nos dois momentos (na década de 1970 e no ano de 2014), já não seria um problema do Estado brasileiro, mas do próprio Nordeste, que não conseguia resolver os seus problemas, que eram ditos como internos.

Pelo visto, a preocupação com a economia do país fizera-se anterior ao próprio empreendimento. As porcentagens de crescimento nos ajudam na percepção de como o interesse de crescimento da economia, a partir dos investimentos rodoviários propostos pelo governo brasileiro e anunciados por Eliseu Resende, fizeram parte da ordem do dia. Até porque, como vimos anteriormente, havia a preocupação de que o país crescesse economicamente, para proporcionar um desenvolvimento econômico e social, momento em que a “subversão” não seria a única opção de escape para a pobreza do país, com destaque para o Nordeste. As singularidades oferecidas por Eliseu Resende, quando justificou a sua fala no início do texto, foram desmembradas posteriormente.

- como exemplo de região não ocupada demográfica e economicamente cita-se a Amazônia, com uma área correspondente a 59% do território nacional, uma população correspondente a 8% da população total do país, e uma Renda de apenas 4% da Renda Nacional,

- como exemplo de região ocupada e de baixo nível de renda apresentam-se algumas áreas do Nordeste brasileiro, onde se verificam elevada densidade demográfica e contribuições reduzidas à economia (participa todo o Nordeste com 15% da áreas de nosso território, 25% da população brasileira e 13% da Renda Nacional,

- configurando regiões pouco ocupadas e de grande potencial econômico, apresentam-se o Centro-Oeste brasileiro e o Vale do rio São Francisco, de baixos índices demográficos, porém dotados de grandes potenciais, propícios ao desenvolvimento da agro-pecuária, com perspectivas promissoras para rápido e substancial crescimento da economia.

- finalmente, como exemplo de regiões mais desenvolvidas, comparecem o sudeste e o sul do país, onde se verifica uma contribuição de cerca de 80% da Renda Nacional, para uma área correspondente a 18% de nosso território e uma população de cerca de 60% da população brasileira.<sup>412</sup>

Com base nos critérios de separação das regiões, a Amazônica estava incluída na categoria de região não ocupada demográfica e economicamente, já que possuía uma área que correspondia a 59% do território nacional; uma população de 8% da população total do país; e uma renda de 4% da renda nacional. Parte do Nordeste ficou classificada enquanto região

---

<sup>412</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 4-5.

ocupada e de baixo nível de renda, já que tinha uma concentrada densidade demográfica e pouca contribuição para a economia, com 15% do território nacional, 25% da população brasileira e 13% da renda nacional. Eliseu Resende justificou assim a necessidade de transferência de nordestinos e nordestinas para a região amazônica, como forma de diminuir a densidade demográfica de uma, enquanto provocaria a exploração das riquezas de outra, já que as duas cresceriam economicamente. A divisão ainda abarcou o Centro-Oeste, enquadrado no rol das regiões pouco ocupadas e de grande potencial econômico, ao lado do Vale do rio São Francisco. Havia a esperança de alavancamento da economia nacional por meio da agropecuária; e o Sul e Sudeste do país eram vistos como sendo as regiões mais desenvolvidas, contribuindo as duas com 80% da Renda Nacional, mesmo tendo apenas 18% do território nacional.

O engenheiro afirmou em 1972 que as ações do Estado brasileiro, de destinar mais quilômetros de rodovias para áreas não ocupadas, tinham como pretensão a ocupação, a colonização e a integração de zonas até então inexploradas, ligando-as às áreas do país ditas de economia mais avançada. Assim, haveria a criação de novos polos de atividade econômica, com a absorção de mão de obra excedente de outras áreas.<sup>413</sup> Mas em 1969, Eliseu Resende já havia informado que apenas a rodovia não desenvolveria as regiões. Ele havia dito que a instalação de um sistema de transporte era algo urgente para que um programa de desenvolvimento acontecesse, só que com relação à Amazônia a experiência brasileira denotara que um sistema de transportes de maneira isolada, não era suficiente.<sup>414</sup> Por isso, em 1972, o Estado brasileiro apresentou que ao processo se somaria a ocupação e a colonização, para que de fato a integração esperada fosse atingida.

Com o tópico *O Exemplo Brasileiro: o Programa de Integração Nacional*, Eliseu Resende colocou o PIN como uma forma de organizar os investimentos para as regiões não ocupadas e afirmou que a sua criação pelo governo de Emílio Médici ficou grafada por meio do Decreto-Lei nº 1106, assinado em 16 de junho de 1970, com o objetivo de proporcionar o financiamento de infraestrutura na região Norte e Nordeste. Enalteceu a proposta, já que enxergou, através do seu uso, um primeiro grande passo para a conquista e ocupação da região amazônica.<sup>415</sup>

---

<sup>413</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 5-6.

<sup>414</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 254.

<sup>415</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 7.

Ao falar do PIN, Eliseu Resende deu mostras da sua leitura de Euclides de Cunha. Iniciou com a ideia de que o Programa tinha a finalidade de construir e financiar um conjunto de obras de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste, para que ocorresse a integração daquelas à economia nacional, com destaque para as rodovias Cuiabá-Santarém, que cortaria o Brasil no sentido Norte-Sul, e a Transamazônica, que atravessaria o espaço nacional no sentido Leste-Oeste. Eram obras que visavam à fixação do homem por meio do processo de colonização<sup>416</sup>. Aqui encontramos um paralelo com *À margem da história*, de Euclides da Cunha, que, no início do século, se preocupou com o nomadismo na Amazônia, situação que acontecia, porque os forasteiros, portando “uma canoa maneira e um varejão ou remo”, pegavam as mais surpreendentes viagens, colhendo o que a terra dava nas margens dos rios, enquanto a terra não conhecia a cultura.<sup>417</sup> A preocupação de Euclides da Cunha com o nomadismo era uma forma de propor a necessidade de fixação do homem ao meio, semelhante à preocupação de Eliseu Resende, no ano de 1972. Em trecho posterior, Eliseu Resende apresentou o traçado da rodovia Transamazônica e afirmou que o traçado da Transamazônica objetivou:

- a conexão dos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas, de forma a complementar a rede fluvial existente e promover o estabelecimento de uma sistema integrado de transportes na região,
- a interligação dos esparsos núcleos urbanos existentes na Amazônia,
- o acesso aos potenciais já identificados na região, compreendendo depósitos minerais exploráveis e faixas de terras propícias ao estabelecimento de atividades agropastoris.<sup>418</sup>

Viu que os principais objetivos para a Transamazônica eram: proporcionar a ligação entre os trechos em que era possível praticar a navegação, nos afluentes do Amazonas; interligar os núcleos urbanos que estavam distantes; e dar acesso aos depósitos minerais e às terras que eram privilegiadas para a agricultura. A inspiração em Euclides da Cunha esteve no primeiro ponto. O autor de *À margem da história*, ao falar sobre a Transacriana, delineou sobre a necessidade de interligar os vales. No entanto, antes de chegar a essa constatação, desenvolveu argumentos sobre o que o levou a pensar assim. Viu os rios Purus, Juruá e Javari como linhas naturais que não permitiam espalhar o domínio sobre a região. Enquanto nos rios

<sup>416</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 7.

<sup>417</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 87.

<sup>418</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários**: considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972, p. 7.

Tapajós, Madeira e no Rio Negro, o processo de povoamento que foi iniciado nos tempos coloniais se entorpeceu ou retrogradou, no Purus, no Juruá e no Javari, cresceu de maneira improvisada, o que determinou uma dilatação das fronteiras.<sup>419</sup>

Aconteceu assim, porque o forasteiro, ao penetrar nos rios, não necessitava de grandes recursos. Uma canoa maneira e um varejão ou um remo já seriam suficientes para que espantosas viagens acontecessem. O rio se encarregava de guiá-lo, alimentando-o e protegendo-o. Restava ao forasteiro seguir viagem, colhendo as especiarias valiosas das margens, nas matas marginais, e dormir em cima de sua fortuna adquirida sem trabalho, o que ajudou na construção do nomadismo.<sup>420</sup> Nesse momento, Euclides da Cunha construiu a imagem de que a região amazônica tinha muito a oferecer a quem empreendesse a sua exploração, uma exploração que aconteceria sem esforço. A formatação da região enquanto um “Eldorado”<sup>421</sup>, no processo de construção da rodovia Transamazônica, também retomou ideias semelhantes às de Euclides da Cunha, que analisamos em tópico anterior. Mas, se para o autor do início do século XX a exploração da fortuna sem trabalho ajudou na criação de um nomadismo, para o Estado brasileiro, no início da década de 1970, a imagem de “riqueza fácil” ajudaria na tão sonhada transferência de nordestinos e nordestinas para a região Norte, permitindo que a “colonização” acontecesse.

Para Euclides da Cunha, o resultado produzido pelo nomadismo foi que o homem, ao invés de senhorear a terra, tornava-se escravo do rio. O povoamento não se espalhava, apenas estirava-se, provocando a ilusão de um progresso que não acontecia, já que o aventureiro explorava um pedaço de terra e voltava pelo mesmo caminho sem se fixar. E reforçou: Ora, este aspecto social desolador, criado sobretudo pelas condições em começos tão favoráveis dos rios, corrige-se pela ligação transversa de seus grandes vales.<sup>422</sup>

A leitura de Euclides da Cunha pelo engenheiro do DNER, ainda pode ser medida pelo livro *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil*, que foi publicado no ano de 1973, após Eliseu Resende ter participado, na cidade de Munique, na Alemanha, do *VII Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional*, representando novamente o Estado

<sup>419</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 86-87.

<sup>420</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 87.

<sup>421</sup> Os/as trabalhadores/trabalhadoras nordestinos/nordestinas que se deslocavam para a Amazônia imbuídos/imbuídas pelo imaginário formado da região enquanto um “Eldorado”, também formavam as suas imagens, quase sempre destacando a “abundância de água” e o espanto com a “paisagem”. O “Eldorado” ganhava ares de “abundância”, para tudo que parecia chegar de monte: a “chuva”, a “água”, os “atoleiros”, os “mosquitos”, a “terra boa”, a “terra ruim”, o “calor”, a “humidade”, a “poeira”, a “mata”, as “frutas” e os “bichos”. E assim, a “abundância” não seria apenas uma grande quantidade de coisas boas, mas também as dificuldades. Ver: LOMBARDI, 2009, p. 8.

<sup>422</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 88.

brasileiro. Ao contrário de *Investimentos rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, o livro do ano de 1973 apresentou um índice chamado de *Plano da Obra*, constituído por: *Introdução; I – Investimentos Rodoviários face às Diferenças Regionais e de Desenvolvimento; II – Rodovias Integrantes dos Corredores de Exportação; III – Articulações da Rede Rodoviária com os Sistemas Viários Urbanos; IV – Rodovias Multinacionais; e V – Evolução da Rede Rodoviária Brasileira.*<sup>423</sup>

Na *Introdução* mencionou o propósito do livro, que era apresentado aos participantes do Congresso, por meio de um quadro com elementos que denotassem uma evolução da atividade no Brasil e uma análise de como a rodovia influenciou o crescimento econômico do país. Falou também da metodologia que normalmente era utilizada para medir o benefício direto que a rodovia provocaria aos seus usuários. A referida metodologia era formada por um confronto entre os custos demandados para a construção e a redução dos gastos operacionais, que seriam o consumo de combustível, de lubrificantes e de pneus; a depreciação do veículo e o tempo de viagem. Após apresentar o processo metodológico de medição do benefício, Eliseu Resende especificou de que modo ele chegaria a dois tipos de regiões: as mais desenvolvidas e as regiões não ocupadas ou pouco ocupadas. Para o primeiro tipo, os benefícios apareceriam em nível próximo dos que seriam conquistados para a economia como um todo, tendo como foco as vantagens auferidas pelos usuários. Para o segundo tipo, as vantagens seriam a colonização, o desenvolvimento social e econômico e a integração às áreas economicamente desenvolvidas.<sup>424</sup> A colonização era o pilar, porque, sem ela não haveria integração e, conseqüentemente, desenvolvimento, por não existirem braços aptos a explorarem as riquezas da Amazônia. Mas na prática a colonização dirigida foi o que predominou, com uma política militarizada, momento em que os órgãos estatais utilizaram instrumentos de violência para desmobilizar os/as trabalhadores/trabalhadoras rurais, concentrar terras nas mãos da iniciativa privada, fazendo sofrer, por meio da violência, os povos indígenas, os seringueiros, os posseiros e outros segmentos camponeses.<sup>425</sup>

Por “regiões mais desenvolvidas”, mesmo que Eliseu Resende não tenha as nomeado nessa parte do livro, podemos afirmar com base nos dados apresentados pelo **Quadro nº 1**– Previsão de arrecadação e investimentos federais por região - 1972, que se referiu à região Sudeste e a Sul; e por regiões “não ocupadas ou pouco ocupadas”, a Norte e a Centro-Oeste, o

<sup>423</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 4.

<sup>424</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 5-6.

<sup>425</sup> GUIMARÃES NETO, 2003, p. 51.

que significava que a finalidade de investimentos para as duas era permitir o acesso às terras virgens e aos potenciais existentes. De modo mais detalhado, era como falar em uma ampliação do uso da terra, de uma geração de novos núcleos de produção, de uma expansão das fronteiras econômicas, com atividades agropastoris e indústrias em novas áreas e pela exploração de riquezas minerais. Além disso, para Eliseu Resende, a construção das estradas ajudava na transferência de fluxos migratórios de regiões em que a concentração demográfica era grande (como o Nordeste) para as não ocupadas ou pouco ocupadas do país, o que, além preservar um equilíbrio na distribuição demográfica, possibilitando acesso a todos os pontos do território nacional, configurava-se como uma busca de segurança e integração do Brasil. Delineou ainda na *Introdução* que, apesar de o país buscar inspiração em exemplos de empreendimentos rodoviários de outros países, as condições geográficas e econômicas que o governo Médici encontrou eram específicas, o que exigia soluções peculiares.<sup>426</sup>

Em *Investimento rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, ele também falou disso.<sup>427</sup> Foi o ponto mais similar entre o texto introdutório do ano de 1972 e a *Introdução* do livro de 1973, que foi fechada com a seguinte ideia: “No Brasil, nas regiões mais desenvolvidas, o usuário está pagando mais do que recebe hoje, enquanto nas áreas pouco ocupadas, ou mais pobres, o usuário está recebendo mais do que paga”.<sup>428</sup> Se após assistir o vídeo com trecho do *Manhattan Connection*, do ano de 2014, em que Diogo Mainardi acusou os nordestinos e as nordestinas de terem seus gastos custeados pelo Estado brasileiro, que arrecadaria basicamente da “metade do Brasil para baixo”, alguém nos mostrasse o trecho acima de Eliseu Resende, produzido na década de 1970, diríamos que foram criados em um mesmo contexto histórico, o que reforça a necessidade de buscar as constituições dessa “metade do Brasil para cima” enquanto “subserviente”, como quis o jornalista.

O primeiro capítulo de *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil* recebeu o mesmo título do primeiro capítulo de *Investimentos rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira: Decisões para investimentos rodoviários face às diferenças regionais – O exemplo brasileiro*. Mas as semelhanças não se limitavam apenas ao título do capítulo, já que o texto se manteve o mesmo, com alguns acréscimos de parágrafos. O primeiro acréscimo

---

<sup>426</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 7.

<sup>427</sup> RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira**. Brasília [s.n.], 1972, p. 1.

<sup>428</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 7.

foi feito quando Eliseu Resende retomou que os benefícios proporcionados pelas rodovias, para o que chamou de regiões virgens, não receberiam medições de maneira isolada, mas por meio da sua execução com um plano de desenvolvimento econômico e social.

Este comportamento não é original, nem novo. O caráter inadequado dos métodos tradicionais de análise para as regiões não desenvolvidas, a impossibilidade de se examinar um programa rodoviário isoladamente para tais regiões e a necessidade de integrá-lo num plano de desenvolvimento econômico e social são temas exaustivamente discutidos na literatura especializada no assunto.\*

Um dos métodos, muitas vezes adotado, para avaliar a contribuição do empreendimento rodoviário ao processo de colonização e desenvolvimento de regiões não ocupadas consiste na análise *aposteriori* de experiências anteriores, realizadas em casos semelhantes. Através do estabelecimento de uma sistemática de pesquisa paciente, fazem-se amostragens com uma estrada escolhida como “piloto”. Pela investigação, antes e depois construída a via, obtém-se suas repercussões locais e regionais, que servirão de base para a previsão das consequências indiretas de um novo empreendimento em áreas que guardem as mesmas semelhanças.<sup>429</sup>

Incluir regiões “menos desenvolvidas” em um plano maior de não isolamento, aos olhos de Eliseu Resende, não era algo novo. Afinal de contas, uma “literatura especializada” no tema já havia discutido a ideia. E se, em *Investimentos rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, ele não falou disso, no livro publicado em 1973, além de expor sobre, informou de onde tirou a sua argumentação. Por meio do asterisco que colocou ao final do primeiro parágrafo que indicamos, Eliseu Resende citou em nota de rodapé duas obras que serviram como inspiração para a ideia que desenvolveu: a primeira foi *Les intérêts économiques des travaux routiers*, de Lionel Odier, que foi editada pela ONU, no ano de 1963; e a segunda, *Economic Analysis for Highways*, de Robley Winfrey, publicada no ano de 1969.

A contribuição de um empreendimento rodoviário para a colonização e o desenvolvimento de regiões não ocupadas também era medido posteriormente, por meio de uma comparação com casos semelhantes e anteriores, em que uma estrada era chamada de piloto. E alguns resultados obtidos com o gênero de estudos em questão ocorridos em Uganda, na Índia, no México, no Japão e nos Estados Unidos fizeram parte das propostas que foram utilizadas como comparação para a experiência brasileira.

O trecho seguinte, que foi acrescentado por Eliseu Resende ao livro anterior, do ano de 1972, na verdade foi uma maneira de o autor se reinventar por meio dos escritos de *O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia*, de 1969. Quando apresentou características

---

<sup>429</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 12.

geográficas e algumas tentativas de conhecimento da Amazônia por parte de missões científicas, para justificar a inovação do PIN, Eliseu Resende pegou trechos da publicação do ano de 1969 e jogou no livro do ano de 1973.

A Amazônia brasileira ocupa uma área de cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, ou seja, mais que toda a Europa Ocidental ou cerca de 65% dos Estados Unidos continentais. Nesse extenso território, a densidade demográfica supera de pouco a cifra de um habitante por quilômetro quadrado. A adequada ocupação e exploração da imensa área virgem vinha suscitando numerosos estudos e constantes pesquisas. Em verdade, missões científicas que a estudaram pareceram perder-se em sua imensidão, oferecendo relatórios parciais muito mais descritivos do que propriamente de conclusões e resultados objetivos. O gigantismo da natureza local conduzia, frequentemente, a generalizações nem sempre válidas quanto às dificuldades – senão impossibilidade – de efetiva destinação econômica da Amazônia. O clima, por exemplo, de há muito era acusado como o principal obstáculo de ocupação da Amazônia. Todavia, as temperaturas ali não são tão elevadas, mas apenas pouco variáveis. No tocante à topografia, contrariamente ao suposto, as áreas planas e sujeitas a inundações temporárias são reduzidas. Dificilmente ultrapassam 80 km de largura nas zonas sedimentares de formação recente do vale do rio Amazonas. A maior parte dos terrenos da região apresenta conformação ondulada, embora com elevações reduzidas. Quanto aos solos, não são uniformes, encontrando-se grandes variações em suas características. Assim, são as áreas mais elevadas e de solos adequados, aquelas naturalmente propícias à ocupação permanente. O regime pluvial apresenta dificuldade maior, dada a intensidade das precipitações – acima de 2.000 mm/ano – o que sob o calor e o sol tropical, provoca lixiviação dos solos e faria com que a espessa camada de húmus, acumulada durante séculos, tendesse a se esgotar, se iniciado um desordenado processo de derrubada na floresta.<sup>430</sup>

A transcrição feita pertence ao subtópico *I-1.1. Exemplo brasileiro: rodovias na Amazônia – O Programa de Integração Nacional*, que em *Investimento rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, ficou nominado apenas de *Exemplo brasileiro: o Programa de Integração Nacional*.<sup>431</sup> A Amazônia apareceu dita com uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e com uma densidade demográfica que superava de pouco a cifra de um habitante por quilômetro quadrado, o que diferiu da informação cedida por Eliseu Resende na publicação do ano de 1969, quando afirmou que a densidade demográfica não chega mesmo a alcançar a cifra de um habitante por quilômetro quadrado. Estas informações nos indicam que em cinco anos os esforços do Estado brasileiro tinham mexido com os dados da região Norte. Era um Eliseu Resende mais seguro das informações que repassava, porque em 1969 ele colocou que a Amazônia tinha mais de quatro milhões de

<sup>430</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 14.

<sup>431</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 7.



quilômetros quadrados de florestas<sup>432</sup>, mas em 1973 cravou o tamanho da região em cinco milhões de quilômetros quadrados. No que concerne ao todo da Amazônia, até hoje não se tem consenso das suas dimensões. Luis Eduardo Aragon, no ano de 2007, em *The question of water in the Amazon*, afirmou que mesmo sabendo que não havia consenso, colocaria a região como tendo aproximadamente 8 milhões de quilômetros quadrados, sendo que 6.878.000 pertencem à bacia do rio Amazonas.<sup>433</sup>

Um fragmento do texto do ano de 1969 ajuda-nos a dar ênfase na colagem de si mesmo que Eliseu Resende fez.

Diversos obstáculos se contrapõem à ocupação da Amazônia. Há tempos, acusa-se o clima como o principal. Todavia, ao contrário do que em geral se imagina, as temperaturas ali não são elevadas, mas pouco variáveis, tornando monótono o clima. O regime pluvial representa obstáculo maior, dada a intensidade das precipitações, o calor e o sol tropical, provocando intenso processo de lixiviação dos solos, e fazendo com que a espessa camada de húmus, acumulada durante séculos, tenda a esgotar-se rapidamente, após a derrubada da floresta, naquela região. Muitas generalizações feitas correntemente sobre a Amazônia não são válidas. A mais procedente talvez seja a afirmativa de que se trata de uma região quase inteiramente desconhecida. As inúmeras missões científicas que a têm estudado parecem perder-se em sua imensidão, e seus relatórios são mais descritivos, e eivados de admiração e espanto, do que conclusões e resultados objetivos. Dentre as generalizações equívocas sobre a Amazônia, merecem destaque as que se referem à topografia e aos solos. Ao contrário do que geralmente se supõe, as áreas planas e sujeitas a inundações temporárias são bastante reduzidas. Dificilmente ultrapassam 80 km de largura nas zonas sedimentares de formação recente do vale do Rio Amazonas. A maior parte dos terrenos da região apresenta conformação ondulada, embora com elevações reduzidas. Quanto aos solos, não são uniformes, encontrando-se grandes variações em suas características. Assim, são as áreas mais elevadas e de solos adequados, aquelas naturalmente propícias à ocupação permanente.<sup>434</sup>

Voltemos ao trecho de *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil*, já que após falar sobre a densidade demográfica, Eliseu Resende lembrou que várias missões científicas que haviam estudado a Amazônia perderam-se na imensidão da região fornecendo relatórios mais descritivos do que resultados objetivos, tema que no fragmento de 1969 ficou demarcado na décima primeira linha que subscrevemos, quando ainda falou que os membros das missões científicas estavam imbuídos de espanto e admiração pela região; o tema seguinte aborda as

<sup>432</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 255.

<sup>433</sup> ARAGÓN, Luis Eduardo. The question of water in the Amazon. **Papers do NAEA (UFPA)**, v.207, p. 1-21, 2007, p. 5.

<sup>434</sup> RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970, p. 255-256.

generalizações que foram criadas, para justificar a dificuldade de ocupação/exploração da Amazônia.

Em 1973 disse que o clima era usado como o principal exemplo de dificuldade, mas as temperaturas não eram tão elevadas e sim de poucas variações, só que em 1969 também falou do clima, quando lembrou que pelo fato das temperaturas serem pouco variáveis, aquele ganhava ares de ser monótono e que ficou dito a partir da primeira linha que subscrevemos do livro de 1969; sobre a topografia, em 1973, Eliseu Resende disse que, contrariamente ao que se falava, as áreas que eram planas e estavam sujeitas a inundações temporárias eram reduzidas e quase sempre não ultrapassavam 80 km de largura em zonas sedimentares de formação, além dos terrenos que eram ondulados com elevações reduzidas, informações que no trecho subscrito de 1969 ficou dito a partir da décima terceira linha; sobre os solos, sobre os quais, em 1973, afirmou que não eram uniformes e que os mais propícios à ocupação permanente eram os de áreas mais elevadas, o que também constou no trecho do ano de 1969, que reproduzimos da vigésima linha em diante; e o último tema abordado foi o regime pluvial, sobre o qual Eliseu Resende afirmou em 1973 que se tratava de uma dificuldade maior, por causa das precipitações que ultrapassavam 2.000 mm/ano, que somadas a um desordenado processo de derrubada da floresta, provocaria uma perda do húmus acumulado por séculos, já que havia o calor e o clima tropical para ajudarem no processo.

Assim, por meio das informações que apresentamos anteriormente, compreendemos as condições históricas que permitiram as regiões Norte e Nordeste a serem envolvidas pelo Estado brasileiro, a partir da construção da rodovia Transamazônica, que, ao contrário de *Investimentos rodoviários: considerações sobre a atual experiência brasileira*, em *As rodovias e o desenvolvimento do Brasil*, ganhou um tópico, o I-1-4, intitulado *A Rodovia Transamazônica*.

Eliseu iniciou abordando sobre o percurso. Afirmou que ela partiria do litoral, no oceano Atlântico; depois passaria por regiões densamente povoadas do Nordeste, o que reforçava a partir do seu discurso a concentração demográfica da região; cruzaria a Belém-Brasília, alcançando distantes pontos da floresta tropical, e, após atravessar férteis vales prosseguiria em direção ao Acre, conectando-se com as estradas que ligavam o Brasil ao Peru e à Bolívia. Lembrou que a extensão da rodovia, desde a cidade de João Pessoa, na Paraíba, até o ponto mais ocidental do país, que ficava na fronteira com o Peru, era de 5.400 km. Ao falar sobre o primeiro trecho da Transamazônica, citou Picos.

O primeiro trecho, com extensão de 1.576 km, atravessa quatro Estados da Federação: Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão. Paralelamente ao segmento inicial que corre ao longo do Estado da Paraíba, deve-se considerar ainda uma ligação alternativa, que, partindo de Recife, atravessa todo o Estado de Pernambuco para entroncar-se com a rodovia na localidade de Picos, no Piauí. Este primeiro trecho da Transamazônica coleta tráfego de todo o sistema rodoviário do Nordeste brasileiro, possibilitando sua canalização para o oeste, em direção à Amazônia. A implantação básica deste trecho da grande transversal brasileira já se encontra concluída e permite a integração de duas regiões com características nitidamente distintas: o Nordeste e a Amazônia. De um lado, o Nordeste, densamente povoado, com uma população próxima de 30 milhões de habitantes, distribuídos em sua grande maioria pelo sertão semi-árido. De outro lado, a Amazônia, demograficamente vazia, mas dotada de promissoras reservas minerais e vales férteis, favoráveis à agricultura e à pecuária.<sup>435</sup>

Eliseu Resende destacou que o primeiro trecho envolvia a Paraíba, o Ceará, o Piauí e o Maranhão, trecho esse que estava concluído. Era formado pelo segmento inicial, que partia de João Pessoa, juntamente com uma ligação alternativa que partia de Recife, com a qual se encontrava na cidade de Picos, que apareceu com a função de permitir que uma conexão entre o Nordeste densamente povoado e uma Amazônia demograficamente vazia acontecesse. A cidade de Picos apareceu enquanto o “marco zero” da rodovia, por permitir o seu prosseguimento, ou por permitir que as imagens de um espaço marcado pelas interações, pelas passagens e pelas combinatórias das trajetórias sociais, lançadas para a região ao longo da história, fossem colocadas em prática por meio dos/das trabalhadores/trabalhadoras que pegaram/pegariam a estrada em busca de dias melhores.<sup>436</sup> As riquezas nominadas por Eliseu Resende para a região foram: as reservas minerais e os vales férteis. Mas, no ano de 2007, Luis Aragón, questionou se não seria a água o ouro azul, assim como o petróleo foi valorizado no século XX, devido a sua importância, o que fazia com que a Amazônia fosse regulamentada cada vez mais por causa da sua abundância de água e do seu ciclo hidrológico.<sup>437</sup> Assim, buscamos os desdobramentos históricos que permitiram o Estado brasileiro nominar a cidade de Picos enquanto o “marco zero” da rodovia Transamazônica.

---

<sup>435</sup> RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973, p. 25.

<sup>436</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História** (PUC-SP), São Paulo. Editora da PUC, v. 27, p. 49-69, 2003, p. 50.

<sup>437</sup> ARAGÓN, Luis Eduardo. The question of water in the Amazon. **Papers do NAEA (UFPA)**, v.207, p. 1-21, 2007, p. 4.

#### 4 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL NA DITADURA MILITAR: A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DO PROJETO RONDON NA CIDADE DE PICOS

Em janeiro de 1971, o JB apresentou a informação de que o PRo seria estendido para o Nordeste. Notícia que foi obtida junto a José Costa Cavalcanti, líder do Ministério do Interior, e que na ocasião realizou uma conferência para o Conselho de Reitores que esteve reunido em João Pessoa, na Paraíba. Para isso, quatro *Campi* Avançados seriam instalados nas cidades de Picos, no Piauí; Imperatriz, no Maranhão; e Barreiras e Irecê, na Bahia.<sup>438</sup> Estes fizeram parte de uma nova fase das políticas desenvolvidas pelo PRo.

O mesmo Costa Cavalcanti, em *Os “campi” consagram o Rondon, diz ministro*, no OESP, aprofundou os esforços de atuação do PRo no Nordeste. É que em setembro de 1972, ele esteve em Barreiras e inaugurou o Campus Avançado da cidade e falou dos outros três que foram instalados na região. Falou como uma forma de justificar que a mobilização de estudantes universitários de “áreas mais desenvolvidas”, provocaria a interiorização do “progresso”, já que ocorreria uma integração social das populações que antes foram marginalizadas, algo importante, de acordo com a sua fala, porque diminuiria o desequilíbrio econômico existente entre o Nordeste e as demais “regiões geo-econômicas” do país. Semelhante ao modo como o PIN foi criado, o PRo também realizou a leitura do Nordeste enquanto uma região pobre e que precisava do auxílio das “áreas mais desenvolvidas” do país. Na reportagem ainda apareceu outro detalhe importante.

O ministro falou sobre o **rush** desenvolvimentista que o governo está empreendendo na região nordestina, o qual passa agora a contar com a energia e os conhecimentos da juventude universitária. Manifestou a esperança de que o esforço do Projeto Rondon seja recompensada, na forma de efetiva e real retribuição, pela Universidade e pelos jovens, às comunidades que receberão sua influência direta ou indireta, a exemplo do que estão conseguindo os **campi** avançados da Amazônia.<sup>439</sup>

O ministro apresentou ao país a ideia de que os *Campi* Avançados do Nordeste serviriam para interiorizar o que chamou de “*rush* desenvolvimentista”, que, aos seus olhos, ajudariam na diminuição das desigualdades da região, ou seja, na diminuição de sua pobreza que era uma das preocupações do Estado brasileiro no momento. Picos fazia parte tanto dos esforços de interiorização quanto das preocupações, já que vimos em momento anterior que os seus índices de pobreza eram altos. Semelhante a Imperatriz, que também foi citada pelo

<sup>438</sup> RONDON vai estender ação para o Nordeste. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 246, p. 1, 22 jan. 1972.

<sup>439</sup> OS “campi” consagram o Rondon, diz ministro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 93, nº 29.902, p. 9, 22 set. de 1972.

ministro, a cidade de Picos recebeu as atenções da ALN do estado do Pará, o que fortificou no Estado brasileiro a execução de uma intervenção para que os indicadores econômicos e sociais daquelas melhorassem.

Estas idéias, presentes na DSN implantada no Brasil, associavam a Segurança Nacional ao grau de desenvolvimento econômico. Esta associação alimentou a implementação de algumas medidas que tiveram como base a ideia de que a segurança do país passava pelo “desenvolvimento de recursos produtivos”, da “industrialização e de uma efetiva utilização dos recursos naturais”, de “uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território” e de um “treinamento de força de trabalho especializada”.<sup>440</sup>

Se havia a preocupação de que a Segurança Nacional dependia de um desenvolvimento econômico, que passava também pela construção de uma extensa rede de transportes para comunicar e integrar o país, como forma de se aproveitar as riquezas minerais, uma compreensão das ações do PIN que foram implantadas na cidade de Picos faz-se necessária, já que significou a possibilidade de o governo brasileiro incluir a cidade nas políticas de desenvolvimento econômico, nomeando-a de o “marco zero” da rodovia Transamazônica.

Faz-se importante ainda, uma análise das políticas do PIN em concomitância com as do PRO que foram feitas na cidade, porque se Gabriel Amato Bruno de Lima incluiu na lista das cidades que receberam as duas políticas ao mesmo tempo, apenas Marabá, em 15 de outubro de 1971, pela USP, Altamira, em 15 de outubro de 1971, por membros das Faculdades Integradas de Uberaba e pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), no Pará; e Humaitá, em 18 de novembro de 1972, pelas Escolas Superiores de Avaré, Bauru, Botucatu e Jaú, no Amazonas<sup>441</sup>, Picos, que recebeu seu Campus Avançado em 22 de setembro de 1972, por meio da UFG e pela PUC-GO<sup>442</sup> também fez parte das duas políticas, merecendo a nossa atenção. O referido Campus Avançado foi transferido para a UFPI no ano de 1985<sup>443</sup>. Nos arquivos da UFG, instituição que instalou e coordenou as atividades do campus em Picos, encontramos um mapa intitulado de “*Campi*” *Avançados*, quando apareceram os pontos de implantação dos quatro *Campi* citados acima.

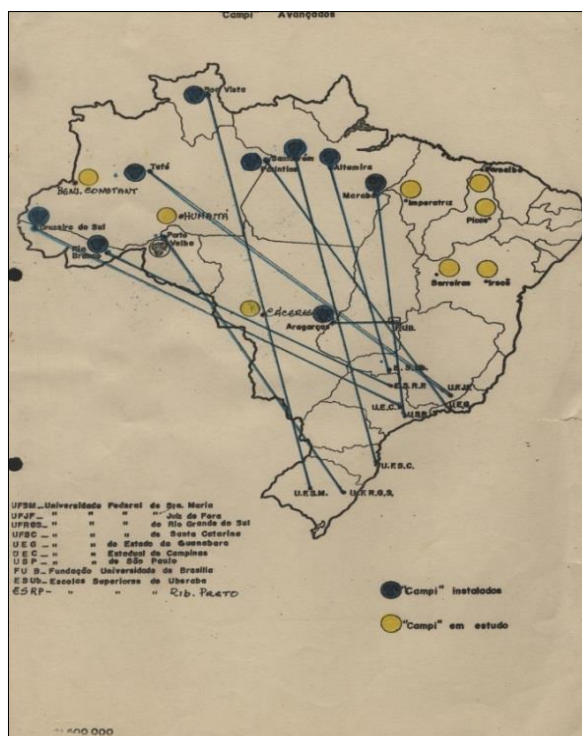
---

<sup>440</sup> ALVES, 2005, p. 49.

<sup>441</sup> LIMA, 2015, p. 77.

<sup>442</sup> LIMA, 2015, p. 207.

<sup>443</sup> Op. cit., p. 14.



**Imagem 3 – “Campi” Avançados**  
**Fonte:** Cidarq/UFG.

A sua criação aconteceu entre o ano de 1971 e o ano de 1972, porque os *Campi* Avançados de Marabá e Altamira já estavam instalados, enquanto os de Picos e Humaitá ainda estavam em fase de estudo. Apesar de não conter o traçado da rodovia Transamazônica, os que estavam instalados ou prestes a serem instalados apareceram no que seria o percurso da estrada. E como a grande maioria deles estava situada na região Norte e os que mereceram a atenção de Costa Cavalcanti estavam marcados enquanto propostas do Estado brasileiro para a região Nordeste, a ideia de que acontecia uma interiorização do alardeado desenvolvimento econômico era alimentada.

Por esse motivo, com o capítulo 5, *Políticas Públicas de Integração Nacional na Ditadura Militar: a implantação e o funcionamento do Programa de Integração Nacional e do Projeto Rondônia cidade de Picos*, analisamos os desdobramentos da construção da rodovia Transamazônica, no ano de 1973; e da instalação e funcionamento de um Campus Avançado na cidade, a partir do ano de 1972. Com o tópico 5.1, *A porta de entrada de uma rodovia: a construção da Transamazônica e o funcionamento da alcunha*, procuramos o momento em que o 3º BEC foi transferido da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, para Picos, visando a cidade com as ações de Segurança Nacional; e com o tópico 5.2, *A interiorização de um proclamado desenvolvimento econômico e social: o funcionamento do Campus Avançado em Picos (1972-1976)*, tivemos como mote de discussão a execução das

atividades dos rondonistas na cidade, bem como alguns debates sobre a entrada em cena da extensão universitária, no final da década de 1960, que deram conta da inserção da UFG no PRO.

#### **4.1 A porta de entrada de uma rodovia: a construção da Transamazônica e o funcionamento da alcunha**

No mês de agosto de 1970, em reportagem nominada de *Exército promove 137 oficiais. Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento tem novo diretor*, anunciou-se a participação do Exército brasileiro na construção da Transamazônica, de modo que esse envolvimento seria realizado em duas áreas: a primeira, no Nordeste, com a finalidade de permitir um desemboque na cidade de Porto Franco, no Maranhão, por meio da BR-230, que partindo de João Pessoa passaria por Picos e atingiria a cidade maranhense. Os detalhes da construção do trecho estavam em andamento por meio de um acordo entre o Departamento de Produção e Obras e o Ministério dos Transportes. A segunda área ficaria na Amazônia, definida em trecho que, saindo de Itaituba, atravessaria as cidades de Jacareacanga, Humaitá, Lábrea, Boca do Acre e Rio Branco. Para a construção das estradas na segunda área, os recursos ainda não estavam disponíveis.<sup>444</sup>

A menção aconteceu em *Amazônia, uma terra que se conquista aos poucos*, também no CM. Uma maior participação do Exército nos projetos de “Segurança e Desenvolvimento” na Amazônia foi atribuída à transferência do Comando Militar da Amazônia (CMA), de Belém para Manaus, transferência que foi noticiada pelo jornal CM como uma importante ação do Estado brasileiro para combater os principais empecilhos à integração nacional, que eram: a dispersão demográfica e as grandes distâncias, o que alimentava um desejo que a rodovia Transamazônica resolvesse tais problemas. O Exército, ao sentido da reportagem, só se tornou mais presente na região amazônica após o que o próprio CM chamou de “Revolução”, para se referir ao golpe civil-militar de 1964. A presença ajudaria na “colonização” e no “povoamento” da dita região, que tinha uma grande quantidade de terras, mas não tinha uma população suficiente para que houvesse uma exploração. Alimentou-se novamente a ideia de que o Norte, assim como o Nordeste, não conseguia bancar seus próprios gastos, portanto o centro-sul do país era prejudicado. A Amazônia ficou dita enquanto uma região “estática”, “intocada” e “inútil”, significando um problema de Segurança Nacional.

---

<sup>444</sup> EXÉRCITO promove 137 oficiais. Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento tem novo diretor. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.730, p. 15, 25 ago. de 1970.

As palavras utilizadas pelo CM foram fortes, mas o jornal deu visibilidade à maneira como a região era lida, enquanto um espaço quase virgem. A indicação das Unidades do Exército, na construção da rodovia ficou demarcada, o que não aconteceu com a reportagem anterior. Eram três trechos: de Picos até Porto Franco, que estava sob a responsabilidade do 3º BEC; de Itaituba até Humaitá, a cargo do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC); e a Cuiabá-Santarém que cortaria a Transamazônica, onde os trabalhos seriam conduzidos pelo 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC) e pelo 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BEC).<sup>445</sup>

A cidade de Picos ficou expressa enquanto a porta de entrada da rodovia no Nordeste, mas na reportagem *Estradas divididas*, que circulou pela revista *Veja* no mês de julho do ano de 1970. Além de ser enunciada, também ficou grafada em um mapa enquanto tal. Logo no início algumas expressões atribuídas para a rodovia Transamazônica foram apresentadas. Para o então senador José Ermírio de Moraes era a estrada da “entregação nacional”, expressão que foi usada em desaprovação à construção da rodovia; já para Mário Andreazza era a obra da década e uma rodovia para a redenção do homem nordestino; e para Roberto Campos, ex-ministro, era a ligação do “deserto úmido ao deserto árido”. A reportagem ainda destacou que logo após a apresentação do projeto da rodovia no mês de junho, o DNER publicou um edital dando o dia 20 de julho como prazo para as empreiteiras nacionais enviarem as suas propostas.

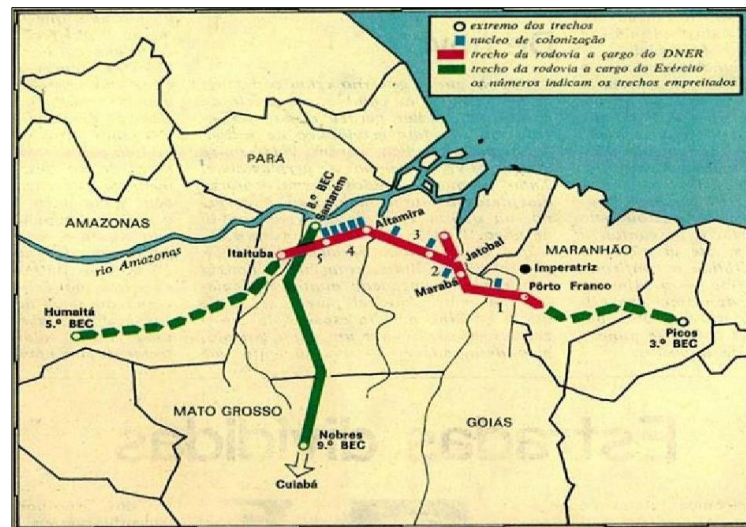
No entanto, faltando quatro dias para o encerramento do prazo, o DNER emitiu uma circular definindo que mais de 50% do trecho que foi anunciado, que correspondia ao trecho da rodovia Cuiabá-Santarém, estava fora da disputa, pois o Exército iria construir ou supervisionar a sua construção. Na reportagem apareceram algumas suposições para que a mudança no planejamento e a inserção dos militares tivesse acontecido. A primeira atribuiu a uma preocupação das Forças Armadas com a Segurança Nacional, já que os Batalhões de Engenharia de Construção, que antes ficavam restritos às áreas de fronteira, ocupariam o interior do país, região de grandes riquezas minerais. Só que a explicação mais aceita, segundo a reportagem, foi a de que o Exército não aceitou ficar à margem da “obra épica”. Uma justificativa não eliminou a outra, tendo em vista que a preocupação do Estado brasileiro era também manter a posse das riquezas minerais da região amazônica, pois a Segurança

---

<sup>445</sup> Amazônia, uma terra que se conquista aos poucos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.725, p. 4, 19 ago. de 1970.



Nacional dependia do desenvolvimento econômico. O mapa que foi incluído na reportagem trouxe consigo o detalhamento das divisões que anunciamos anteriormente.<sup>446</sup>



**Imagem 4**– Mapa com a sinalização dos trechos da rodovia Transamazônica que seriam construídos pelos BECs

**Fonte:** Estradas divididas. **Veja.** São Paulo, 29 jul. de 1970. n. 99, p. 38.

Apesar de o mapa indicar que a construção do trecho que iria até Porto Franco ficaria sob a responsabilidade do 3º BEC em Picos, o texto apresentou outras informações. Houve o questionamento de quem ficaria com a parte Picos-Porto Franco, se o DNER ou o Exército; e, além disso, havia a previsão de que o 3º BEC seria deslocado de Natal para Imperatriz, ao invés da cidade de Picos.

No entanto, no *Registro Histórico – 2º decênio de 1967 até 1976*, que foi produzido pelo 3º BEC, sendo uma espécie de registro de ocorrências, ganhou destaque a informação de que o Comando do Batalhão realizou entre os dias 11 e 15 de agosto de 1970, uma viagem de reconhecimento a Picos, pois o 3º BEC seria transferido de Natal para a cidade do Piauí. Durante a viagem, alguns oficiais e praças acompanharam o Comando, dentre os quais, o major Ary Ramalho Pessoa, os capitães Rubens Gameleira Vaz e Elio Vanderlei, o 2º sargento José Clementino de Araújo e os cabos José Bernardino de Freitas, Jairo Barbosa da Trindade e Geraldo Sinval da Silva. Houve ainda o reconhecimento de alguns itinerários, a montagem de um estudo das condições sócioeconômicas da região e a realização de contatos para que o governo do Piauí fizesse a doação do futuro local de aquartelamento.<sup>447</sup> A preocupação com os indicadores sociais e econômicos revelou o incômodo que existia por

<sup>446</sup> Estradas divididas. **Veja.** São Paulo, 29 jul. de 1970. n. 99, p. 37-38.

<sup>447</sup> REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1970.

parte do Estado brasileiro com os índices de pobreza da cidade, definindo a função principal do 3º BEC em Picos, que foi a de garantir a Segurança Nacional do município.

Com relação aos contatos realizados para se obter o futuro local do aquartelamento, em sessão da Câmara dos Vereadores do dia 4 de dezembro do ano de 1970, foi apresentado pelo então vereador da ARENA, Djalma Pereira Nunes, um Projeto de Lei de nº 33, que abriu crédito especial de Cr\$ 12.000,00 para arcar com os gastos da compra do terreno em que ficaria sediado o Batalhão.<sup>448</sup> Mas, em sessão do dia 25 de dezembro, ele pediu retificação das informações que foram apresentadas na sessão que versou sobre o Projeto de Lei de nº 33, pois afirmou que o autor do Projeto não foi ele, mas o então prefeito do MDB, Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, conhecido também como “Chico de Julio”<sup>449</sup>, que era vice-prefeito e que ganhou o cargo de prefeito após a renúncia de Oscar Neiva Eulálio, que saiu para disputar as eleições da Assembleia Estadual.<sup>450</sup>

Já no ano de 1971, Francisco das Chagas Bezerra ainda apresentou o Projeto de Lei de nº 40, também decisivo para a instalação do 3º BEC na cidade.

Faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a desapropriar amigavelmente e até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), um terreno de propriedade do cidadão José de Moura Monteiro, medindo 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundos, à margem da BR.316, na área denominada “UNHA DE GATO”, da Fazenda Sussuapara dêste município, para doação ao Ministério do Exército e para construção da vila militar e quartel do 3º BEC ( Batalhão de Engenharia e Construção).

§ 1º - O pagamento da desapropriação autorizada no Art. 1º desta lei, correrá por conta do Estado do Piauí e Prefeitura Municipal, (crédito aberto pela lei nº 792, de 31/12/1970), da seguinte forma:

Govêrno do Estado.....	Cr\$ 48.000,00
Prefeitura Municipal.....	12.000,00

Art. 2º - Fica igualmente o Chefe do Executivo Municipal autorizado a assinar com o Estado do Piauí, convênio da valor de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), para recebimento da cota parte dêste, como responsabilidade ao pagamento da quantia estipulada no § 1º.

Art. 3º - Fica ainda o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a doar ao Ministério do Exército, a área desapropriada.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Picos, em 27 de janeiro de 1971.<sup>451</sup>

<sup>448</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 117.

<sup>449</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 119.

<sup>450</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 80.

<sup>451</sup> PROJETO de lei de nº 40 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1971.

Se em ata que versou sobre o Projeto de Lei de nº 33, Djalma Pereira Nunes atribuiu ao governo municipal a compra do terreno em que ficaria sediado o 3º BEC, após a abertura de um crédito especial de Cr\$ 12.000,00, o texto do Projeto de Lei de nº 40 acrescentou que o governo do estado do Piauí também participou, cabendo-lhe como custo a quantia de Cr\$ 48.000,00 para a compra do terreno, que pertencia a José de Moura Monteiro e tinha 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundo à margem da BR-316. É importante destacar que era comum em Picos, no início da década de 1970, a atribuição de que a rodovia Transamazônica era a BR-316, porque, na cidade, a BR-230 e a BR-316 passavam de maneira conjugadas. Após a aquisição financeira que custearia a compra do terreno, um Projeto de Lei de nº 6, de 4 de junho de 1971, de autoria do então prefeito da ARENA, Antônio de Barros Araújo, reconheceu o lugar Unha de Gato como parte do espaço urbano<sup>452</sup> da cidade, o que nos indica que a instalação do 3º BEC alterou os limites urbanos de Picos.

Com a aquisição do terreno, os esforços para a transferência se aceleraram, de modo que, em 21 de maio de 1971, o general Carlos de Meira Matos, que era comandante da Guarnição de Natal, lançou no *Boletim Interno de nº 58*, o texto *Despedida do 3º B E CNST*, tendo como objetivo balizar os feitos do Batalhão no Rio Grande do Norte, nos quase dezesseis anos que ficou por lá, além de vislumbrar as contribuições que seriam oferecidas à cidade de Picos. Colocou como principais missões da instituição a “segurança” e o apoio ao “desenvolvimento regional”, o que se imaginava necessário para a cidade que era o seu destino no Piauí, tendo em vista os seus indicadores sociais desfavoráveis e que demarcavam a sua situação de pobreza. Sobre as atividades de “desenvolvimento regional”, enumerou o que foi feito no Rio Grande do Norte: 420 quilômetros de construção de rodovias, 378 quilômetro de pavimentação, 52 quilômetros de implantação de ferrovias, 827 casas construídas por meio de convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), 22 poços perfurados e o atendimento a milhares de flagelados nas frentes de trabalho. Foram contribuições que, de acordo com Carlos de Meira Matos, deixavam no ar um sentimento de tristeza pela partida do 3º BEC, mas ao mesmo tempo de felicidade, porque ele se mostrou sabedor de que o Batalhão estava integrado com a missão pioneira de abrir a rodovia Transamazônica.<sup>453</sup>

---

<sup>452</sup> Entendemos por “espaço urbano” o conjunto de diferentes usos da terra que são feitos pelas sociedades, na produção de diversas formas espaciais. Mas cada uma das formas espaciais só existem porque nela se realizam uma ou mais funções, como a produção e venda de mercadorias, uma prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, que estão intimamente ligadas com as funções da sociedade. São funções urbanas que se materializam nas formas espaciais que são socialmente construídas por agentes sociais. Ver: CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989, p. 9-10.

<sup>453</sup> REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

Ao falar sobre os feitos no estado do Rio Grande do Norte, Carlos de Meira Matos enumerou as ações de “desenvolvimento regional”, mas não mencionou nada sobre as de “segurança”. Não mencionou, porque o 3º BEC estava envolto pelas políticas de integração nacional, pois a “segurança” seria adquirida por meio do “desenvolvimento regional”, que seria também um melhoramento dos indicadores sócioeconômicos. Nos dias 22 e 23 de maio, em cumprimento ao Decreto nº 67.423 de 20 de outubro de 1970, que transferiu a sede, de Natal para Picos, a Unidade se deslocou em transportes aéreos e terrestres, com seus servidores civis e militares. No dia 24, o Tenente-Coronel Eliano Moreira de Souza declarou instalada a sede do 3º BEC em Picos. E no dia 5 de agosto de 1971, o Comando da Unidade foi transferido para o Tenente-Coronel João Ferreira de Almeida<sup>454</sup>, solenidade que contou com a presença do então governador do Piauí, Alberto Tavares da Silva.<sup>455</sup>

Em *Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*, Mary Jane Spink e Benedito Medrado destacaram que a produção de sentidos não é uma prática cognitiva individual ou uma reprodução de modelos predeterminados. É uma prática social, dialógica que implica a linguagem em uso.<sup>456</sup> Portanto, lidamos até o momento com versões oficiais no que concerne à entrada em cena do 3º BEC enquanto uma das instituições responsáveis pela construção de parte da rodovia Transamazônica, além de buscar a interiorização de ações de Segurança Nacional na região da cidade de Picos. Civis e militares que estiveram envolvidos/envolvidas foram afetados/afetadas de diversos modos.

Um deles foi José Bertino de Vasconcelos Filho, que, em 2013, quando nos concedeu entrevista em sua residência em Picos, no bairro Condurú, estava com 74 anos. Faleceu ainda no ano de 2013. Foi militar do Exército de 1957 a 1976, quando foi para a reserva com a patente de sargento. Sobre a transferência do 3º BEC, enfatizou que foi para Picos no destacamento precursor, no dia 21 de novembro de 1970, quando este era composto por algo em torno de 80 ou 100 pessoas, distribuídas em 10 carros. Mas José Bertino afirmou que quando estava em Natal e recebeu as primeiras notícias de que o 3º BEC iria para Picos, não acreditou, porque as informações que chegavam eram de que o Estado brasileiro não tinha dinheiro suficiente. E reafirmou essa informação com uma analogia que partiu de si, ao falar

<sup>454</sup> REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 3, 1971.

<sup>455</sup> Governou o estado do Piauí em dois mandatos. O primeiro, de 1971 até 1975, quando foi nomeado pelos militares; e o segundo, de 1987 até 1991, quando foi eleito pelo voto popular. Ver: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. As “táticas de fazer crer” de Alberto Silva: um engenheiro na e da política. In: \_\_\_\_\_; MONTEIRO, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fonteneles (Orgs.). **Itinerários da pesquisa em História: a polifonia de um campo**. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 153.

<sup>456</sup> SPINK & MEDRADO, 2004, p. 42.

que o salário que se pagava aos militares não era bom, até porque nem mesmo uma geladeira dava para se comprar. A situação de vida de José Bertino diferia do discurso oficial sobre o desenvolvimento.<sup>457</sup>

Outro que foi transferido de Natal para Picos com o 3º BEC foi Francisco das Chagas Pires, que nos concedeu entrevista no ano de 2013, quando tinha 85 anos. A entrevista foi realizada em sua residência, no Conjunto Habitacional Petrônio Portela, bairro Paraibinha. Ele trabalhou no Batalhão como funcionário civil. Em 2013 estava aposentado, mas quando entrou no 3º BEC possuía as profissões de pedreiro, carpinteiro, fotógrafo e garimpeiro. Era natural de Caiçara do Rio do Vento, Rio Grande do Norte. Foi para Picos com a esposa e mais oito filhos, que mais tarde passaram a ser quinze. Sobre a transferência, ele informou que após o Batalhão construir um trecho de estrada de Potengi a Mossoró, e tendo mais serviço para realizar no estado, um “senador desmantelado” não conseguiu segurar o 3º BEC por lá, momento em que atribuiu ao então senador piauiense Helvídio Nunes de Barros, a vinda do Batalhão. Informou que o primeiro escalão era composto por mais de 200 pessoas que se deslocaram rumo à cidade do Piauí em 31 carros.<sup>458</sup>

Para um mesmo evento histórico, apresentamos as visões de dois sujeitos que estiveram envolvidos. Apesar de terem feito parte de uma mesma instituição, as percepções do processo se diferiram, porque as experiências de vida que tiveram os afastaram, quanto às impressões que montaram. José Bertino chegou a iniciar o ensino superior em Economia, mas quando foi morar em Picos abandonou o curso. Já Francisco Pires, informou que só estudou até o quarto ano primário, porque teve que ajudar a sua família nos trabalhos de roça. José Bertino, por ser sargento manteve contato com outros militares, processo que o ajudou na montagem da sua narrativa, quando atribuiu ao Estado brasileiro a transferência do 3º BEC para Picos, mesmo que em sua visão o dinheiro disponível não fosse suficiente. Já em relação a Francisco Pires, chamou-nos a atenção o fato de ele ter atribuído a Helvídio Nunes de Barros a instalação do Batalhão na cidade. É que, diferente de José Bertino, que formulou as suas respostas ainda em Natal, Francisco Pires só fez isso em Picos. Em *A memória coletiva*, Maurice Halbwachs atestou que a memória individual é cada ponto de vista sobre a memória coletiva. E que a primeira depende dos quadros sociais para que as suas lembranças sobre determinado acontecimento permaneçam em processo de transformação ativa. A existência da memória individual não depende de confrontos com a memória coletiva. Na verdade, o sujeito

---

<sup>457</sup> VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

<sup>458</sup> PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

que detém a primeira necessita de uma participação em determinado grupo para que as interseções entre a memória individual e a memória coletiva, aconteçam.<sup>459</sup>

Assim, se Francisco Pires atribuiu a Helvídio Nunes de Barros o motivo para que o 3º BEC fosse deslocado para Picos, e no momento da entrevista lembrou-se de tal versão, foi porque o grupo que o permitiu formular essa informação ainda se encontra ativo. E se levamos em conta que Helvídio Nunes de Barros era natural de Picos e que foi prefeito da cidade entre os anos de 1954 e 1958 e pertenceu à família Nunes de Barros, que, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, exerceu forte influência política na cidade, portanto, se perpetuando no poder ao eleger filhos, netos e bisnetos, para o cargo de prefeito, como Antônio de Barros Araújo, de 1970 até 1972; José Nunes de Barros, de 1972 até 1976; e Abel de Barros Araújo, de 1982 até 1988 e de 1992 até 1996<sup>460</sup>, entendemos os motivos pelos quais o grupo ainda existe. Francisco Pires informou que, juntamente com ele, deslocou-se para Picos, o seu irmão Severino Ramos Pires, que já era falecido.

Inês Zilma da Cruz Pires era esposa de Severino Ramos Pires. Ela nos concedeu entrevista em sua casa, no Conjunto Habitacional Petrônio Portela, bairro Paraibinha, no ano de 2013. Estava com 46 anos e era natural de Caiçara do Rio do Vendo. Em Natal era professora, mas com a ida a Picos, para acompanhar o seu marido que era servidor civil do 3º BEC, passou a trabalhar como costureira. Quando chegaram à cidade, levavam consigo seis filhos do primeiro casamento dele e posteriormente tiveram mais quatro filhos. Ela havia cursado o Normal Superior incompleto. Inês Pires versou acerca da sua ida para Picos e também sobre as suas primeiras sensações ao chegar à cidade.

Eu sei que Severino chegou aqui, ele veio em 72. Foi 72. Ah, perdão. Foi 71, porque os primeiros, os maquinários, vieram logo em 70. Aí em 71 começou eles virem a trabalhar, né? Aí começou a trabalhar aí na construção do BEC e noutras coisa por aí. Aí em 71, ainda, ele foi me buscar. Era assim, juntava uma família, juntava com um bocado de família, que a gente vinha em ônibus e os móveis vinham em caminhão. Aí juntava umas família que completasse um ônibus, né? Aí foi assim que foi chegando as família. Vinha um, com o ônibus, trazia um bocado de família, aí voltava já tinha outro grupo lá preparado pra vim. Até que veio muita gente na época. O pessoal que trabalhava no BEC foi pouca gente que num quis vim, não veio, mas a maioria veio aqui pra Picos, né? Desse jeito aí que eu tô falando. A gente vinha em ônibus e os móveis vinha em caminhão. E aí dentro do ônibus a gente se arrumava, nera? Quem tinha menino pequeno armava as redes dentro do ônibus... Armava as redes dentro do ônibus e deitava os meninos. Foi uma viagem até divertida, né? Foi até bom, viajar um dia e uma noite. Que na época de ônibus era essa pisadinha aí. Aí quando nós chegamos aqui,

<sup>459</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 34.

<sup>460</sup> OLIVEIRA, 2012, p. 31.

era muito esquisito aqui. Ave Maria! Quando eu entrei aqui em Picos, isso por aqui era tudo mato. Era só mato, daqui até o Junco. Só tinha casa mesmo, lá onde ficou o Comando, aí mais pra lá era mato e só tinha casa onde Severino alugou, tinha a casa vizinha, a casa que eu morava, que ele tinha alugado pra morar, aí pra lá era mato novamente. Tá entendendo? Aí aquele posto nacional já tinha, né? E na frente também tinha uma casinha pouca. O resto era tudo mato, eu sei que quando eu entrei aqui em Picos, aí me deu um desgosto tão que eu chorei, chorei, pela tristeza. Era muito pobre esse Picos aqui, era muito pobre, pobre mesmo.<sup>461</sup>

Uma informação cedida por José Bertino foi confirmada por Inês Pires: a de que em 1970 chegou a Picos o primeiro destacamento e as máquinas. No *Registro Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção*, tal informação não constou, já que apareceu como data de transferência os dias 22 e 23 de maio de 1971. Em reportagem intitulada *Sotreq S/A fornece equipamento para Santarém-Cuiabá*, no JB, ficou dito sobre o modo pelo qual os Batalhões adquiriram os equipamentos citados por José Bertino e Inês Pires. Assim, por meio de uma reunião entre Mário Andrezza, Costa Cavalcanti e os diretores-gerentes da Sotreq, Carl Orberg e Borge Orberg, foi assinado um contrato para o fornecimento de 216 máquinas que seriam utilizadas pelos Batalhões envolvidos na construção da rodovia Transamazônica. O 3º BEC receberia, desse modo, 72 máquinas, com a missão de construir alguns trechos de estradas, Picos-Valença (BR-316), Santa Cruz-Currais (BR-226) e Picos-Floriano (BR-230).<sup>462</sup>

Inês Pires lembrou-se que o seu marido se deslocou primeiro para a cidade destino, na procura de local para morar e que só depois ela foi de ônibus, enquanto os seus móveis foram trazidos em um caminhão. Em seguida, a sua fala se conectou com a maneira pela qual Picos ficou conhecida: uma cidade pobre, o que a levou a chorar, logo que colocou os pés no novo espaço em que moraria. Chamou-nos a atenção ainda a leitura que ela realizou para a presença do Batalhão na cidade, que serviu para melhorar os indicadores sociais e econômicos, seja pelas obras que foram feitas ou pela geração de empregos, momento em que se lembrou da grande quantidade de pobres, pessoas que sofriam muito com a fome. Em seguida, com os olhos marejados, após falar do seu marido, que faleceu alguns anos após terem se transferido para Picos, recordou que quando ele se aposentou chamou-o para retornarem a Natal, mas ele

<sup>461</sup> PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

<sup>462</sup> SOTREQ S/A fornece equipamento para Santarém-Cuiabá. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 90, p. 17, 22 jul. de 1971.

não quis, alegando que a família estava bem instalada na cidade. Então veio o seu choro e a necessidade de dizer que ainda sentia vontade de retornar para Natal.<sup>463</sup>

Em *As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história*, Durval Muniz versou sobre o conceito de saudade como sendo uma lembrança nostálgica e ao mesmo tempo suave, de pessoas ou coisas distintas e extintas, com o desejo de tornar a vê-las ou possuí-las.<sup>464</sup> Se Inês Pires expressou a sua vontade de voltar a Natal, indubitavelmente é porque ela significou a sua ida para Picos como algo negativo, tendo em vista que foi lá que seu marido faleceu. O seu desejo de retornar é para tentar reviver pelas lembranças a presença de Severino Ramos.

Com o 3º BEC instalado, os trabalhos de construção de estradas foram iniciados. Um balanço das construções foi feito no ano de 1973, no jornal *Voz do Campus* (VC), que pertencia ao Campus Avançado e que foi fundado em 8 de dezembro de 1972. O diretor-adjunto, Antônio Pereira da Cruz, no *Editorial* explicou quais eram os objetivos pretendidos, quando aquele estivesse em circulação. O primeiro era divulgar os trabalhos desenvolvidos por cada equipe de rondonistas estagiários, composta por estudantes e professores da Universidade de Goiás que se deslocavam para Picos em rodízio de 20 em 20 dias; e o segundo era divulgar fora de Picos o que acontecia na cidade. A escolha do seu nome aconteceu após uma votação que foi feita entre Diretores dos Campi, seus familiares e a 5ª equipe de rondonistas. Algumas das sugestões de título foram: *O Sentinela*, *O Rondonista*, *O Comunitário*, *O Integrador*, *O Campi*, *Informativo do Campus*, *Intercâmbio Goiás-Piauí*, *Comunica Jovem de Goiás*, *Vazante*, *O Guaribas*, *Campi*, *Oásis do Piauí*, *Jornal Juventude Rondonista* e *Trabalham Rondonistas*. Antônio Cruz ainda versou que no VC se falaria sobre todos os assuntos, menos os de “política” e “policiais”.<sup>465</sup> Mas a própria criação do jornal já foi um posicionamento político. Falar sobre as construções que foram desempenhadas pelo 3º BEC em anos anteriores foi tratar também de política.

Assim, com a reportagem “*Os trabalhos do 3º BEC em 73*”, ficou grafado o balanço das construções. A referida reportagem foi feita para que outra, lançada no dia 28 de fevereiro e que teve o mesmo título, fosse retificada. Mas a retificação foi escrita por João Ferreira de Almeida, então comandante do 3º BEC. As alterações que solicitou são uma oportunidade de conhecermos as construções que foram realizadas até o dia 18 de março de 1973. O jornal

<sup>463</sup> PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

<sup>464</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história*. In: ERTZOGUE, Maria Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. (Org.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 117.

<sup>465</sup> CRUZ, Antônio Pereira da. *Editorial*. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 1, 8 dez. de 1972.



publicou que os recursos recebidos pelo Batalhão, provenientes do PIN e do PROVALE, no ano de 1973 ficaram na casa de Cr\$ 77.800,00, mas João Ferreira de Almeida solicitou alteração para Cr\$ 48.000,00. Recursos que foram utilizados para algumas obras, como a BR-407/PI (Picos-Paulistana), com a construção e pavimentação de 45 quilômetros, incluindo drenagem e trabalhos complementares; a BR-230/MA (Carolina-São Raimundo das Mangabeiras), com construção do tipo de revestimento primário, em primeira abertura, de 50 quilômetros; a BR-316/PI (Picos-Valença), com a construção dos acessos às cidades de Valença, Inhumas, Ipiranga, Dom Expedito Lopes e as localidades de Gaturiano e Codó, bem como a execução do acostamento, em tratamento superficial simples; a BR-020/PI (Picos-Divisa do Maranhão), com a construção da ponte sobre o rio Riachão; a BR-230/PI (Picos-Floriano). João Ferreira de Almeida destacou ainda que parte do recurso foi utilizada para a construção do quartel da cidade de Imperatriz e para a construção da sede do 3º BEC em Picos.<sup>466</sup>

Com capítulos anteriores demarcamos a inclusão da cidade de Picos nos projetos de construção da rodovia Transamazônica, e agora lidamos com a interiorização das políticas de integração nacional em Picos. A cidade ficou conhecida por ser um forte entroncamento rodoviário no Nordeste, justamente pela relação que travou nesse período com a estruturação das BR's 316, 020, 407 e 230. Houve ainda, a confirmação de seu envolvimento na construção da Transamazônica no Maranhão, mas nos chamou mais atenção ainda a construção daquela, na própria cidade de Picos. Em *As comemorações de 31 de março*, o próprio VC tratou sobre tal evento. O jornal, que anunciou em seu editorial que não versaria sobre política, já iniciou o texto da reportagem saudando o golpe civil-militar de 1964, dito enquanto a “Revolução de março de 31 de 1964”, para significar que naquele ano comemorava-se o seu 9º aniversário. Assim, entendemos que a política permitida era a da propaganda do Estado brasileiro, que estava imerso em uma ditadura. A programação da comemoração se constituiu de alvorada festiva, desfile de tropa, entrega de medalhas aos funcionários civis do Batalhão, que possuísem mais de 5, 10 ou 15 anos de serviços prestados, e retreta na Praça Félix Pacheco, localizada no centro de Picos, momento em que João Ferreira de Almeida entregou ao então prefeito da ARENA, José Nunes de Barros, as duas pistas laterais da Transamazônica, que ficou dita enquanto BR-316, já que, como evidenciamos anteriormente, ficou conjugada com a BR-230, quando passou a cortar a cidade. Além disso, foram entregues as pistas de acesso à Igreja do Sagrado Coração de Jesus,

---

<sup>466</sup> O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 6, p. 4, 18 mar. de 1973.

também conhecida na cidade por “Igrejinha”, e de acesso à “Unidade de Ensino Marco Parente”<sup>467</sup>, onde foram empregados 12.000m<sup>2</sup> de asfalto, 3.500m de meio fio em concreto e 1.200m de galeria de águas pluviais.<sup>468</sup>

Mas só alguns meses depois o pronunciamento feito por João Ferreira de Almeida foi grafado em ata da Câmara dos Vereadores, do dia 3 de agosto de 1973. Vejamos as palavras proferidas pelo comandante.

Comemoramos hoje o 9º Aniversário da Revolução democrática de 31 de março de 1964.

Exatamente há 9 anos o nosso país emergia das garras comunistas para trilhar os caminhos da Democracia, da Liberdade, da Paz, do Trabalho, do Progresso e de Deus.

Naquele dia o glorioso Exército de Caxias levantou-se em peso apoiado pelas armas irmãs e sobretudo pelo povo brasileiro para dizer um basta àquele governo que a passos céleres encaminhava nossa pátria para a órbita do comunismo internacional.

Naquele dia nos propusemos a jamais esperar suplantar os sacrifícios com milagres mas tão somente acreditar no milagre do sacrifício.

Aqui estamos pois reunidos em praça pública para mostrarmos ao povo, para mostrarmos o quanto nos ajudaram o milagre do nosso sacrifício.

Os governos revolucionários tem pautado a obra restauradora da nossa Pátria pelo exemplo, pela correção de atitudes, pela decência no trato com a coisa pública, pela honestidade e sobretudo pela honradez.

Os senhores aqui presentes são testemunhas oculares do quanto se tem feito em benefício desta querida terra.<sup>469</sup>

No início, a sua preocupação foi de conectar a cidade de Picos com os desdobramentos políticos de anos anteriores. A data em que ocorreu o pronunciamento não foi escolhida de maneira aleatória. O dia 31 de março de 1973 marcou o 9º aniversário de implantação do golpe-civil militar de 1964. Mas quando João Ferreira de Almeida se referiu ao evento histórico procurou significá-lo com a positividade de que se o país estava pleno de “Democracia”, de “Liberdade”, de “Paz”, de “Trabalho” e do “Progresso de Deus”, o principal responsável foi o “Exército de Caxias”, que afastou o Brasil da “subversão”. O uso das expressões não aconteceu de maneira impensada.

Em *Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*, Aline Presot evidenciou que os grupos conservadores, que em anos anteriores

<sup>467</sup> Atualmente se chamando Unidade Escola Marcos Parente, foi fundada com o nome de “Ginásio Estadual Picoense” no ano de 1950, período em que a cidade de Picos contava três estabelecimentos de ensino, sendo o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, fundado em 1928; a Escola Municipal Landri Sales, criada em 1935; e o Instituto Monsenhor Hipólito (IMH), inaugurado em 1943. Ver: ALMEIDA, Eduardo Henrique Barbosa de. **O literário e noticioso estudantil: Flâmula e as formas de representação social em Picos na década de 1965**. 80f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, 2013, p. 19-20.

<sup>468</sup> AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 5, 28 abr. de 1973.

<sup>469</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 189-190.

gastaram as suas energias denunciando um suposto “perigo comunista”, em momentos predecessores à implantação do golpe, perceberam uma necessidade de fazerem oposição ao governo João Goulart, para mexerem com a opinião pública. Os grupos acreditavam em uma infiltração comunista nas Forças Armadas, nos partidos, sindicatos e nas organizações estudantis, que eram responsáveis pelas mobilizações populares. Símbolos católicos foram usados na desestabilização do comunismo, que foi associado às sombras, às trevas, ao medo e ao terror, além da capacidade de aniquilar os três pilares ditos como da sociedade livre: Deus, Pátria e Família.<sup>470</sup>

Essas idéias não eram novidade, mas o momento em que tais palavras foram proferidas se caracterizou pela execução de uma tradição institucional em espaço público, o que José Bertino, depois de 49 anos, procurou reafirmar. Destacou na entrevista que, após o dia 31 de março de 1964, os Batalhões ao longo do Brasil passaram a comemorar a implantação do que chamou de “Revolução”.<sup>471</sup> O então comandante do 3º BEC foi mais longe com a sua fala, pois a denominou de “Revolução democrática”. O golpe de 1964 destruiu organizações políticas e reprimiu os movimentos sociais de esquerda e progressistas e, mesmo assim, foi vendido pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma “Revolução democrática”.<sup>472</sup> No livro *A construção social dos regimes autoritários*, Denise Rollemberg e Samantha Quadrato destacaram que, na América Latina, problemas foram enfrentados pela democracia, que ao longo do tempo foi perdendo a sua credibilidade de alternativa para se combater a “subversão” da região, ao passo que a ideia de um “governo forte” ganhou força, principalmente após a Revolução Cubana de 1958.<sup>473</sup>

Se em 1973, João Ferreira de Almeida falou em afastar o país de um “comunismo internacional”, no ano de 2013, José Bertino enfatizou que o distanciamento aconteceu porque o país estava alinhado com os EUA e não com países do mundo oriental, como a China.<sup>474</sup> A contextualização dos posicionamentos de João Ferreira de Almeida e José Bertino em Picos, nos anos de 1973 e 2013, respectivamente, sobre a implantação do golpe civil-militar de 1964, também se sustenta pela maneira como o Batalhão de que fizeram parte vivenciou os processos que culminaram com o golpe, até porque, quando tudo aconteceu, José Bertino já

<sup>470</sup> PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRATO, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 75.

<sup>471</sup> VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

<sup>472</sup> TOLEDO, 2004, p. 24.

<sup>473</sup> ROLLEMBERG & QUADRATO, 2010, p. 24.

<sup>474</sup> VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.

era militar do 3º BEC em Natal. Para os dias que entremearam as datas de 31 de março e 7 de abril do ano de 1964, constou no *Registro Histórico – 1º decênio de 1956 a 1966*, que o 3º BEC foi solidário ao que chamou de “Movimento Revolucionário Democrático de 31 Mar 64”.<sup>475</sup>

Paralelamente, para o dia 31 de agosto do mesmo ano, a participação ficou mais detalhada. Constou que no *Boletim Interno nº 176*, que em Natal a Unidade entrou de prontidão ao final da tarde e por volta de onze da noite, foi declarada a adesão integral à “Revolução”. E apenas um oficial, o capitão Tarcísio da Frota Leite não se fez solidário ao movimento, mas, mesmo assim, o texto ainda apresentou que a vitória aconteceu de maneira rápida, sem que houvesse reação.<sup>476</sup> Em Natal, o apoio à movimentação do 3º BEC quando dos desdobramentos do golpe de 1964 ainda ficou expressa por meio realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade no dia 7 de abril do mesmo ano.<sup>477</sup>

O próprio capitão, que não foi solidário, significou uma reação. A ideia de eliminar os contrários foi uma forma encontrada pelos militares, para justificar que realizaram a implantação do golpe civil-militar de 1964 com o apoio dos civis. O próprio João Ferreira de Almeida destacou que, além da colaboração das “armas irmãs”, houve o apoio do “povo brasileiro”. Aline Presot ressaltou que a ideia do evento ter sido feito com o apoio dos civis foi formulada pelos militares justamente após a implantação do golpe, pegando carona nas Marchas de meses anteriores.<sup>478</sup>

Outro ponto controverso da fala de João Ferreira de Almeida foi que os governos militares tratavam a coisa pública com decência. Só que, se nos lembrarmos de Eliseu Resende e Mário Andreazza, que foram processados pelo TCU no ano de 1976, justamente por irregularidades na condução dos trabalhos do DNER, a informação cedida pelo então comandante do 3º BEC perdeu um pouco de sentido. Mas a sua fala continuou.

Imaginem a grandiosa obra que realizamos e pasmem na possibilidade que cada um de nós terá futuramente de nos dirigirmos aos nossos filhos, aos nossos netos, enfim aos nossos descendentes e podemos dizer a eles – Eu ajudei a construir o Brasil!

Hoje, num ato concreto da obra revolucionária, vamos fazer a entrega à cidade de Picos, destes pequenos melhoramentos milagrosos do nosso sacrifício que tanto melhoraram a repressão da passagem por esta querida e acolhedora terra.

São eles os arruamentos laterais com as obras de drenagem das ruas que margeiam a BR/316-230, rodovia federal que a Picos e cujo trecho

<sup>475</sup> REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo III. p. 2, 1964.

<sup>476</sup> REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo III. p. 1, 1964.

<sup>477</sup> PRESOT, 2010, p. 84.

<sup>478</sup> Ibidem, p. 74.

totalmente pavimentado e sinalizado de Picos a Valença será inaugurado depois de amanhã pelo Exmo. Sr. Presidente da República no momento em que também inaugurará a ponte sobre o Rio Parnaíba em Teresina.

Para esta solenidade simples temos a honra de convidar o Exmo. Sr. Prefeito Municipal e seus secretários, a Câmara de Vereadores, as autoridades e o Povo em geral.

Aqui está uma pequena obra que não pertence ao 3º BEC. Mas sim a todos nós aqui presentes. Nós realmente a fizemos e nos propomos a fazer mais ainda.

Pedimos a Deus que nos dê forças e nos ilumine com sua luz, que nos guia para dentro de nossas ricas possibilidades para, em nome da Revolução de 31 de março, prosseguirmos trazendo a fé, a esperança, o bem estar, enfim, dias melhores para esta querida e humilde terra.<sup>479</sup>

Depois de conectar a cidade com os desdobramentos do ano de 1964, João Ferreira de Almeida relatou sobre o principal motivo para que estivessem reunidos naquele ano de 1973 na Praça Félix Pacheco: a entrega das pistas laterais da rodovia Transamazônica, que ficou expressa como BR-316-230, justamente porque ficaram conjugadas. Lembrou ainda que o trecho da BR-316 ligando Picos a Valença seria inaugurado pelo presidente Emílio Médici em viagem que faria até Teresina para entregar uma ponte sobre o rio Parnaíba. Ao final, suplicou aos céus, buscando uma referência religiosa com o pretexto de que a “fé”, a “esperança” e o “bem estar” não se afastassem da cidade. Não foi difícil para João Ferreira de Almeida se conectar com a população de Picos, porque o Piauí ao longo da década de 1960 sofreu muito com o estigma de estado pobre ou de estado mais atrasado da nação<sup>480</sup>, o que no início da década de 1970 recebeu uma injeção de ânimos por meio da construção de obras como a Transamazônica. Mas, no momento em que incluiu expressões de religiosidade em seu pronunciamento, se contrapôs a uma das imagens anticomunistas mais difundidas desde a década de 1960: a do comunismo ateu.<sup>481</sup> Com a entrega da rodovia na cidade uma placa indicando o seu “marco zero” foi instalada e a alcinha entrou em funcionamento.

---

<sup>479</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 190-191.

<sup>480</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 40.

<sup>481</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 50.



**Imagem 5** – Placa com o KM 0 da rodovia Transamazônica em Picos  
**Fonte:** Museu Ozildo Albano

Na coluna *Sociedade*, do VC do dia 28 de abril de 1973, ficou grafado que a placa que indicou que o “Km 0” da Transamazônica foi instalada pelo 3º BEC no dia 31 de março de 1973, justamente quando houve a entrega das pistas laterais. De acordo com o texto, a placa recebeu a atenção de visitantes, principalmente do sul do país, que estavam curiosos para conhecer a famosa estrada.<sup>482</sup>

Já na coluna *Entrevista* daquele mesmo dia, o repórter Geraldo Nascimento realizou uma entrevista com Alfredo Scháffler, então padre da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios em Picos. A conversa aconteceu sobre o que chamou de “desenvolvimento” e que na opinião dos dois estava em fase de interiorização na cidade, momento em que a alcunha entrou em funcionamento decidindo os rumos da Igreja Católica na cidade. O entrevistado assumiu a Paróquia em 15 de agosto de 1971. Sendo natural da cidade de Waidhofen, na Áustria, nasceu em 18 de janeiro de 1941 e chegou ao Brasil em junho de 1966, sendo ordenado em Oeiras no dia 16 de junho de 1968. A primeira pergunta feita por Geraldo Nascimento foi se Alfredo Scháffler acreditava na possibilidade de a cidade se tornar sede de uma diocese. Em resposta, o padre definiu que diante dos esforços de desenvolvimento que eram implantados em Picos, com uma sede da diocese a Igreja Católica se faria mais presente no progresso.<sup>483</sup>

Assim, no *Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios*, no dia 28 de maio de 1975 houve menção à publicação do nome do primeiro bispo da diocese de Picos, sendo o então Reverendíssimo padre Augusto Alves da Rocha, que era vigário cooperador da Paróquia de São Pedro de Alcântara, na cidade de Floriano, que pertencia à diocese de Oeiras,

<sup>482</sup> AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 6, 28 abr. de 1973.

<sup>483</sup> AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

assim como Picos pertenceu antes da criação da sua diocese. Augusto Alves da Rocha, no dia em que a notícia se tornou pública, estava em viagem pela Europa, juntamente com Dom Edilberto Dinkelborg, que era bispo de Oeiras. No dia 17 de julho, o prefeito José Nunes de Barros visitou o novo bispo, momento em que foi acertada a data para a posse, marcada para o dia 21 de setembro de 1975. Houve a mobilização para que a casa do bispo, na antiga residência paroquial, fosse reformada, por meio de uma rifa de um carro, que ficou em benefício da diocese. Sobre o dia da posse, parte da programação ficou transcrita. No dia 21 de setembro 1975 às 5 horas da manhã aconteceu uma alvorada e às 9 horas 758 carros foram esperar Augusto Alves da Rocha no posto da Política Rodoviária Federal. E às 9 horas e 40 minutos, em um Jeep, o novo bispo chegou à Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Em seguida, no final da tarde, a partir das 6 horas celebrou-se a missa de instalação da diocese e de posse de Augusto Alves da Rocha.<sup>484</sup>, que foi realizada na Praça Justino Luz em frente à Igreja Matriz, atividade que recebeu maiores detalhes no *Livro de Tombo da Diocese de Picos*.

Estiveram presentes um grande número de fiéis das cinco paróquias desta diocese e das dioceses vizinhas de Oeiras, Teresina, Petrolina, Juazeiro da Bahia, Bonfim e demais localidades. Após a leitura do Santo Evangelho o Acerbispo apresentou a bulla da criação da diocese “Neminem Catet” do dia 28 de outubro de mil novecentos e setenta e quatro. Verificada a autenticidade foi lida na íntegra pelo Revm. Pe. Francisco da Silva Rocha, vigário de Jaicós, o bispo eleito Dom Augusto Alves da Rocha apresentou a bulla da sua nomeação com primeiro bispo desta diocese de Picos. Após a verificação da autenticidade, a mesma foi lida na sua íntegra pelo Revmo. Pe. João Morais Sobrinho, vigário de Pio IX. Em seguida o Acerbispo Metropolitano, declarou a diocese instalada e tomou posse canonicamente do governo desta Diocese de Picos em sua pessoa, assumindo plena jurisdição episcopal o Excelentíssimo Dom Augusto Alves da Rocha [...].<sup>485</sup>

A data em que cidade de Picos viraria sede de um bispado não apareceu no trecho que usamos do *Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios*, mas, no *Livro de Tombo da Diocese de Picos*, ficou grafada como sendo o dia 28 de outubro de 1974, quando aconteceu a criação da bula. Outra, com o título de *Bula Pontifícia da Criação da Diocese de Nossa Senhora dos Remédios de Picos – Piauí*, escrita por João Cardeal Villot, Secretário de Estado; Sebastião Cardeal Baggio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos; José Beton e Eugênio Sevi, que ocupavam o cargo de Protonotário Apostólico, definiu bem os limites da diocese de Picos. Tudo começou, segundo os quatro, quando Edilberto Dinkelborg solicitou à Sé Apostólica, após uma Conferência dos Bispos em que esteve presente, que no

<sup>484</sup>LIVRO de Tombo da Igreja Nossa Senhora dos Remédios. nº 03, de 1915 a 1946, p. 22-23.

<sup>485</sup>LIVRO de Tombo da Diocese de Picos. nº 01, de 1975 a 2007, p. 1-2.

território pertencente à diocese de Oeiras fosse criada outra. Informaram ainda que depois de escutarem Carmine Rocco, que era Acerbispo titular de Justianópolis, na Galácia, e Nunpcio Apostólico no Brasil, e os cardeais encarregados da Sagrada Congregação para os Bispos, decidiram e mandaram a notícia para Oeiras, de que separavam da sua diocese alguns municípios, segundo as leis cíveis, como: Picos, Itainópolis, Bocaina, São José do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Jaicós, Simões, Padre Marcos, Fronteiras, São Julião, Ipiranga do Piauí, Dom Expedito Lopes, Santa Cruz do Piauí, Paulistana, Pio IX, Monsenhor Hipólito e Francisco Santos.<sup>486</sup>

Se o padre Alfredo Scháffler atribuiu a possibilidade de participação da Igreja Católica em Picos no progresso, a criação de sua diocese aconteceu, porque entre os anos de 1956 e 1971 a instituição de que fazia parte esteve atravessada pelo Concílio Vaticano II, que procurou diminuir a distância que existia entre a população e a instituição, alterando práticas religiosas como as missas que passaram a ser celebradas em língua vernácula e não mais em Latim.<sup>487</sup> Assim, a própria criação da diocese em Picos serviu aos propósitos de aproximar a instituição da população, inclusive para aproveitar o clima vendido pelo Estado brasileiro, com as políticas de integração nacional, que prometeu melhorar os indicadores sociais e econômicos da cidade.

A SUDENE se preocupou com o espaço urbano de Picos, após a inclusão da cidade no PIN. Esta preocupação se transformou em um Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano, que ficou expressa no VC em *Plano Diretor Urbano (Notícias procedentes da sede da SUDENE em Recife)*. Picos foi dita enquanto o principal entroncamento rodoviário do Nordeste com a Amazônia, através da Transamazônica, o que merecia um Plano para capacitá-la ao desenvolvimento de funções de convergência do sistema rodoviário nordestino. Na data da reportagem, 8 de abril de 1973, a SUDENE já tinha aberto concorrência em busca de uma empresa especializada em estudos de base, com o desejo de dar maior impulso ao desenvolvimento da cidade, dotando-a de uma infraestrutura característica de núcleo urbano. A instituição já havia destinado independente dos recursos do Plano, “2 milhões de cruzeiros” para que um sistema de água potável fosse implantado, tendo como duração prevista o ano de 1990. Mas o seu principal objetivo era orientar o crescimento da zona urbana da cidade, por meio da identificação dos principais problemas econômicos e sociais decorrentes dos fluxos migratórios que estavam se deslocando para a sua região. Assim, algumas medidas foram

<sup>486</sup> LIVRO de Tombo da Diocese de Picos. nº 01, de 1975 a 2007, p. 3-5.

<sup>487</sup> ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto:** trajetória e representações do Acerbispo do Piauí (1956-1971). 211f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 116-117.



cogitadas, como diagnóstico sócioeconômico da área; providências legais para orientar a ocupação da área urbana, comercial e habitacional, além de alternativas para o crescimento da cidade.<sup>488</sup>

Em sessão da Câmara dos Vereadores do dia 5 de julho de 1974, a discussão do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano foi destaque, porque o Projeto de Lei de nº 13 e uma emenda de nº 22, que previa o funcionamento daquela na cidade, foi aprovada em primeira discussão. O vereador Raimundo de Sá Urtiga expressou que o Plano era desastroso para a cidade de Picos, porque a sua população era constituída quase totalmente de famílias pobres que ficaram sem direito a um terreno para os seus casebres. Já o vereador José Baldoíno de Araújo justificou o seu voto a favor, porque, sendo uma criação da SUDENE, achava o projeto de grande interesse da municipalidade, visto que somente sete cidades brasileiras tinham sido contempladas com tal iniciativa.<sup>489</sup>

A aprovação em definitivo do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano aconteceu com a aprovação do Projeto de Lei de nº 2, do dia 3 de janeiro de 1975. Assim ficou aprovado o conteúdo do Plano, que foi elaborado pela empresa “Planos Técnicos do Brasil Limitada”, sob a orientação, a supervisão e análise da SUDENE.<sup>490</sup>

O PRO também se apropriou da alcunha de “marco zero” da rodovia Transamazônica, com o desejo de direcionar para Picos, outra política de integração nacional, através de suas atividades. Em *Operação Rondon mais intensa no Norte e Nordeste*, no DN, os motivos que causaram a implantação da “Operação PR-IX” ficaram ditos. A reportagem foi lançada ao público no dia 27 de janeiro de 1972, período em que a possibilidade de implantação de novos *Campi* Avançados seria decidida por Costa Cavalcânti, que seguiu viagem no dia anterior para o interior da Bahia, do Piauí e do Maranhão, além de buscar as cidades de Altamira e Marabá, na região Norte, tidas como áreas de influência da rodovia, que, posteriormente, também receberam um Campus Avançado cada uma. A implantação de *Campi* Avançados na Transamazônica visava a apoiar a comunidade de cidades que cresceram sem o correspondente ordenamento social e econômico. Marabá e Altamira eram para o Estado brasileiro as cidades que mais sofreram com a inserção de seus espaços na rodovia, já que em menos de um ano quintuplicaram as suas populações.<sup>491</sup>

<sup>488</sup> PLANO Diretor Urbano (Notícias procedentes da sede da SUDENE em Recife). **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 7, p. 1, 8 abr. de 1973.

<sup>489</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 15-16.

<sup>490</sup> PROJETO de lei de nº 02 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1975.

<sup>491</sup> OPERAÇÃO Rondon mais intensa no Norte e Nordeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/a, nº 15.109, p. 3, 27 jan. de 1972.

Na reportagem *Projeto Rondon: o estudante mostrando o que sabe ao país*, também do DN, ficou expresso que após estudo realizado para verificar o que a região Nordeste poderia oferecer aos seus moradores e às suas moradoras, Picos foi escolhida para a implantação de mais um Campus Avançado, por ter sido destacada como o entroncamento rodoviário da região, sendo ponto de encontro de cinco grandes rodovias, além de sua fisiografia favorecer, por ficar a meio caminho das condições ecológicas e naturais da Amazônia, o que possibilitaria ao seu Campus Avançado contribuir para o movimento que aconteceria em futuro próximo para a Transamazônica. O objetivo dos estudantes da UFG para Picos era iniciar um planejamento educacional, como forma de encontrarem soluções para os problemas que surgiriam, devido ao aumento da população, que aconteceria em decorrência das migrações de outras áreas do Nordeste. Mais dois projetos previstos eram a construção de diques para conterem as enchentes do rio Guaribas, nas áreas baixas da cidade e cursos para o corte de carne, nos matadouros e em ações integradas nos municípios próximos a Picos.<sup>492</sup> Assim, se um dos objetivos do PRO em Picos foi melhorar os indicadores sociais e econômicos da população, o que esteve ligado às ações de Segurança Nacional, como funcionou o Campus Avançado para que as metas fossem alcançadas?

#### **4.2 A interiorização de um proclamado desenvolvimento econômico e social: o funcionamento do Campus Avançado em Picos (1972-1976)**

No ano de 1966, após a realização de um seminário que contou com a participação de militares e professores, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), deu-se início a discussões e tomadas de decisões que foram decisivas para a criação do PRO. A antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), foi parceira do evento. E em julho de 1967, o professor Wilson Choeri (Secretário geral da UEG) e 29 estudantes partiram, constituindo a chamada “Operação Rondônia”, que levou o nome do estado que era o destino. Na volta da atividade-piloto, os estudantes fizeram relatos de experiência na Eceme e, como os resultados foram satisfatórios, resolveu-se dar continuidade. Ficou marcada para janeiro de 1968 a Operação Rondon II.<sup>493</sup> Mas os desdobramentos até a “Operação Rondônia” não foram tão simples.

Na coluna *Caderno* do CM ficou expresso, no tópico *Segurança*, que, a partir do dia 17 de outubro de 1966, a UEG em parceria com a Eceme realizaria reuniões que comporiam o

<sup>492</sup> PROJETO Rondon: o estudante mostrando o que sabe ao país. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, s/a, nº 15.330, p. 8, 16 out. 1972.

<sup>493</sup> MOTTA, 2014, p. 90-91.

*I Seminário de Educação e Segurança Nacional*.<sup>494</sup> O CM não somente anunciou o evento, como deu informações sobre o seu funcionamento em *Militares vêem em seminário ligação sobre educação*. Apareceu como finalidade para a sua realização, intensificar o intercâmbio entre a Universidade e os órgãos educacionais das Forças Armadas, vistos como possuidores de grandes habilidades para que uma educação que gerasse “cidadania” fosse posta em prática, já que a juventude não poderia ficar de fora das discussões feitas sobre os problemas mundiais. A grande proposição do evento foi que “Educação e Segurança Nacional tem caráter global e integrado”.<sup>495</sup> Se aquele ano marcou a aglutinação das entidades estudantis de esquerda novamente nas ruas, já que foram desmanteladas após a implantação do golpe no ano de 1964, a busca por uma relação entre educação e Segurança Nacional significava também afastar os estudantes do comunismo, ao passo que se desenvolveria um amor pela pátria.<sup>496</sup> A relação que foi discutida ao longo do seminário nos ajudou na compreensão de como as ações de integração nacional, que foram desenvolvidas posteriormente pelo PRO, estiveram comprometidas com o melhoramento dos indicadores econômicos e sociais das áreas em que receberam as suas atuações, entendido também como uma forma de afastar a “subversão”.

Portanto, participaram do seminário entidades da presidência da República, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), da UEG, e Associações dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha e de Guerra. A Comissão Diretora foi composta pelo diretor do Departamento Nacional de Educação, por reitores das Universidades<sup>497</sup>, representantes do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e pelo então comandante da Eceme, o Coronel Mattos Júnior, para quem a UEG, com a participação no evento, tornava-se uma Universidade sensível. O professor Haroldo Lisboa da Cunha, então reitor da UEG, esteve presente e evidenciou o papel das Universidades no mundo contemporâneo, porque a juventude necessitava se inserir no desenvolvimento, ingressando na pesquisa, bem como participando de discussões sobre os problemas mundiais, pois afirmou que eram tempos de comunicação, o que evidenciava a urgência de que todos estivessem por dentro das causas dos

<sup>494</sup> CADERNO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXVI, n° 22.337, p. 6, 16 out. de 1966.

<sup>495</sup> MILITARES vêem em seminário ligação sobre educação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXVI, n° 22.562, p. 2, 22 out. de 1966.

<sup>496</sup> LIMA, 2015, p. 41.

<sup>497</sup> A participação de reitores das Universidades na Comissão Diretora do seminário aconteceu em um momento em que dentro do ambiente universitário houve resistência contra o autoritarismo, mas houve também cooperação com as políticas do Estado, quando não existiu a figura do reitor ou diretor crítico, pois seriam afastados. No entanto, isso não quer dizer que alguns jogos de negociação não aconteceram, até porque alguns dirigentes se esforçaram para proteger membros da comunidade universitária. Ver: MOTTA, 2008, p. 33.

problemas que aterrorizavam os povos, e que estivessem cientes também, das últimas conquistas da humanidade. Cinco comissões foram instituídas para que fossem responsáveis por apresentar as conclusões dos relatórios em plenário, entre os dias 7 e 11 de novembro de 1966. Cinco foram os temas propostos: principais setores e formas de contribuição da Universidade para a Segurança Nacional, intercâmbio entre as faculdades e as academias militares, intercâmbio de órgãos civis e militares de nível secundário, visualização da contribuição das Forças Armadas na Educação para a cidadania, e a exequibilidade de criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural.<sup>498</sup>

No CM, com o título de *Cartas à redação*, apareceu uma discordância da chefia do EMFA, que, para reclamar de dados que ficaram expostos em duas matérias do CM, intituladas *Militares querem orientar a educação*, do dia 19 de outubro, e *Ensino*, do dia 20 de outubro de 1966, enviou uma carta exigindo retificação do que o incomodou. As discordâncias foram contra a menção de que oficiais-generais do EMFA teriam participado de um seminário sobre educação e que, ao final, no relatório que seria escrito fariam apreciações sobre o ensino no país, além de críticas a órgãos do Ministério da Educação. Logo após o texto de discordância, o jornal emitiu a sua versão, quando afirmou que a carta não invalidaria o que foi publicado nas duas matérias que incomodaram, até porque, na Comissão de nº 4 do seminário estava um representante da EMFA, além dos trabalhos que foram instalados pelo comandante interino da ECEMA, o Coronel Mattos Júnior.<sup>499</sup>

Em *A batalha do Correio da Manhã e do movimento estudantil de 1968 contra a ditadura militar durante a Sexta-feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil*, Maria Ribeiro do Valle destacou a importância de pontuarmos o posicionamento do jornal, quando bateu de frente com a ditadura militar. Para chegar a esse raciocínio ela se lembrou do editorial que foi lançado pelo OG no ano de 2013, admitindo o erro de ter apoiado o golpe civil-militar de 1964, que analisamos em momento anterior. Ao assumir o erro, o OG incluiu, no mesmo barco em que esteve, o CM, o OESP e o FSP, mas no ano de 1968, por exemplo, o CM repudiou o tratamento que foi dado pelo Estado ao movimento estudantil. Se os outros jornais, com o aumento da repressão militar, pediram um maior endurecimento, o CM realizou várias críticas.<sup>500</sup> Assim, com a matéria *Cartas à redação*, capturamos mais um momento de

<sup>498</sup> MILITARES vêm em seminário ligação sobre educação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.562, p. 2, 22 out. de 1966.

<sup>499</sup> CARTAS à redação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.563, p. 13, 23 out. de 1966.

<sup>500</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *A batalha do Correio da Manhã e do movimento estudantil em 1968 contra a ditadura militar durante a Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil*. In.: NAPOLITANO, Carlos José; LUVIZOTTO; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (Orgs.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014, p. 221-222.

resistência do CM contra a ditadura militar, dessa vez contra a presença das Forças Armadas na condução das atividades do seminário.

Alguns professores universitários que participaram do evento emitiram as suas impressões, na tentativa de justificar as discussões que eram feitas. O primeiro foi Pedro Freitas Ribeiro, que em *Seminário trata da universidade e da segurança*, no CM, enumerou as “Recomendações Gerais sobre a Contribuição da Universidade para a Segurança Nacional”, que seriam: colaborar para formar uma consciência nacional, promover o desenvolvimento econômico, e equipar as Forças Armadas.<sup>501</sup> O segundo foi Eugênio Matoso, da UEG, que delineou no evento que, embora a Segurança Nacional fosse problema de todos, inclusive civis, o Estado só considerava a contribuição das Forças Armadas para a formação dos “cidadãos”. Fazendo parte da Comissão de nº 4, que era presidida pelo General Ururá Magalhães, indicou a criação de uma cadeira obrigatória de Segurança Nacional em todas as Universidades, que seria ministrada por militares.<sup>502</sup> O terceiro foi Victor Zappi Capucci, da Faculdade de Ciências Econômicas da UEG, cujas ideias foram de encontro com as proferidas por Eugênio Matoso, no que concerne ao desejo de que os civis recebessem mais atenção das políticas de Segurança Nacional. Victor Zappi Capucci afirmou “que uma greve de lixeiro ou de estudantes” afetava a Segurança Nacional, como se justificasse a necessidade de maior integração entre os civis e os militares. O professor ainda se mostrou preocupado com o espaço geográfico nacional, que poderia estar ameaçado, e que, em caso de guerra, não somente os militares atuariam, pois os civis muitas vezes em situações semelhantes tiveram mais participação do que os militares.<sup>503</sup>

Os três professores estiveram alinhados com as políticas que eram disseminadas pelo Estado. Pedro Freitas Ribeiro viu a necessidade de o PRO ajudar no desenvolvimento econômico, enquanto Eugênio Matoso e Victor Zappi Capucci viram a urgência de que as ideias de Segurança Nacional fossem propagadas entre os civis. Assim, os debates do seminário, que influenciaram na criação das políticas do PRO, associaram desenvolvimento econômico e Segurança Nacional, a partir da circulação de universitários treinados entre a população civil. Ao final, a Comissão nº 1 expôs algumas recomendações, sendo a de número 33 definidora de como o seminário influenciou na criação do que veio a ser o PRO. O conteúdo daquela criou a necessidade de que periodicamente e de maneira sistemática,

---

<sup>501</sup> SEMINÁRIO trata da universidade e da segurança. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.564, p. 8, 25 out. de 1966.

<sup>502</sup> ESG não vê fim para segurança. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.574, p. 1, 6 nov. de 1966.

<sup>503</sup> GUERRA aponta caminhos para segurança nacional. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.575, p. 8, 8 nov. 1966.

acontecesse a visita de equipes de universitários brasileiros a distantes pontos do território nacional, que possuíam um grande significado para os trabalhos das Forças Armadas. Tudo seria feito por meio de convênios acertados entre as Universidades e os Ministérios Militares e Civis.<sup>504</sup>

Gabriel Amato Bruno de Lima defendeu que, após essa recomendação que foi lançada no seminário, iniciou-se a formação de uma rede de relações entre professores da UEG, militares e membros do Estado, que se esforçaram para cumprirem a sugestão formulada; e que nos meses seguintes, Wilson Choeri realizou articulações com burocratas do Estado, para que uma viagem de universitários voluntários fosse feita até o interior brasileiro. Formou-se assim aquela que ficou conhecida como “operação zero”, “operação pioneira”, “operação piloto”<sup>505</sup> ou “Operação Rondônia”.

Antes disso, existiram outras iniciativas semelhantes que a inspiraram. A primeira foi o programa de Corpos da Paz ou *Peace Corps*, que foi criado pelo governo de John Kennedy no final de 1961, tendo como objetivo recrutar estudantes norte-americanos para atuarem em atividades assistenciais em regiões pobres do mundo, no estilo da Aliança para o Progresso, como uma forma de atrair a juventude americana para projetos de interesse do governo, com a vantagem de divulgar em áreas carentes, e que, segundo o governo dos EUA, estavam propícias às ideias de esquerda. As atividades eram realizadas para que os membros dos Corpos da Paz ensinassem noções de higiene, técnicas de cultivo agrícola, além da alfabetização. Chegaram ao Brasil no ano de 1962. A segunda iniciativa foi o *Rural Technical Assistance* (RITA), que foi pensado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia. A ideia do RITA era provocar atividades econômicas entre as populações carentes, ensinando técnicas de trabalhos mais produtivas e estimulando a abertura de pequenas empresas. Participaram professores e estudantes norte-americanos e brasileiros, que vieram ao Nordeste brasileiro, por exemplo. A terceira iniciativa foi Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC), que foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 1966, tendo como inspiração o projeto pensado por Morris Asimow. Com o CRUTAC foram desenvolvidas atividades assistenciais nas áreas carentes do interior potiguar. E uma quarta iniciativa foi o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), que teve similaridade de recrutar estudantes

---

<sup>504</sup> GUERRA aponta caminhos para segurança nacional. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.575, p. 8, 8 nov. 1966.

<sup>505</sup> LIMA, 2015, p. 45.

universitários para executarem trabalhos em projetos sociais. A singularidade é que se tratou de uma entidade privada, fundada em 1966.<sup>506</sup>

No dia 7 de julho de 1967, o JB, com a reportagem *Estudantes vão fazer estradas*, comentou sobre a “Operação Rondônia”. Ficou dito que na segunda-feira seguinte, 10 de julho, a UEG levaria um grupo de alunos para conhecer o interior brasileiro, mais precisamente Rondônia, onde iriam ajudar nos trabalhos de construção da rodovia Acre-Brasília, juntamente com o 5º Batalhão Rodoviário.<sup>507</sup> Maiores informações não foram apresentadas no dia 17 de julho em *Projeto Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país*, quando foi acrescentado o reforço de que estudantes de várias disciplinas da UEG e de outras Universidades da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro também estavam em ação na rodovia Porto Velho-Acre. O plano era que os estudantes selecionados, durante as suas férias, permanecessem no interior do Brasil, com uma bolsa de NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos).<sup>508</sup> O texto *Estudo e trabalho: turismo, não*, ainda no JB, deu conta de dados que foram cedidos por Wilson Choeri, que falou sobre os trabalhos que eram desenvolvidos em Rondônia.

[...] o Professor Wilson Choeri, Secretário-Geral da UEG e idealizador do projeto, manifestou seu reconhecimento às autoridades civis e militares, e à indústria farmacêutica, sem cujo apoio não seria possível a realização do mesmo. “Tenho certeza, disse, que os resultados magníficos dessa ideia farão frutificá-la, tornando-se a Universidade integrada, dentro de pouco tempo, uma grande realidade, não só no Rio como em todo o país”. E afirma: “Posso garantir que os estudantes que mandei à Rondônia não foram ali fazer turismo. Estão, pelo contrário, trabalhando arduamente, lado a lado com os oficiais, engenheiros e soldados brasileiros que compõem o 5º Batalhão Rodoviário”. Disse ainda o professor Choeri que, pelas notícias recebidas, a primeira turma, que daqui partiu dia 11, já se encontra em plena atividade, trabalhando no trecho Abunam-Guajará-Mirim, abrindo cerca de 600 metros de estradas por dia. Os estudantes de medicina também já estão atuando, no atendimento ininterrupto às populações locais, e isso, vale a pena lembrar, em plena selva, no coração do Brasil [...].<sup>509</sup>

O entrevistado atribuiu às autoridades civis e militares e à indústria farmacêutica a viabilidade de realização dos trabalhos dos universitários em Rondônia, o que via como uma oportunidade para que as universidades se tornassem parte das políticas de integração nacional, o que ao seu gosto já estava em curso, pois os estudantes trabalhavam ao lado de

<sup>506</sup> MOTTA, 2014, p. 88-89.

<sup>507</sup> ESTUDANTES vão fazer estradas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 78, p. 14, 7 jul. de 1967.

<sup>508</sup> PROJETO Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 86, p. 4, 17 jul. 1967.

<sup>509</sup> ESTUDO e trabalho: turismo, não. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 86, p. 4, 17 jul. 1967.

oficiais, engenheiros e soldados brasileiros do 5º Batalhão Rodoviário. Chamou para si a responsabilidade de execução do Projeto, ao usar a expressão “os estudantes que mandei”.

Se com o trecho lidamos com os começos do PRo, percebemos que desde o início as suas autoridades precisaram justificar que os universitários viajavam para colocar os seus trabalhos em prática e não para fazer “turismo”. E ao contrário do que disse a reportagem do JB, *Estudantes vão fazer estradas*, de que a primeira equipe viajou para Rondônia no dia 10 de julho de 1967, Wilson Choeri deu a notícia de que foi um dia depois.

O destaque que ele ainda ofereceu ao fato de os estudantes trabalharem lado a lado com militares do 5º Batalhão Rodoviário não foi apenas mais um dos dados que saiu de sua boca no período. No momento em que o PRo surgiu e começou a se institucionalizar, o então Ministro do Interior, o General Afonso de Albuquerque Lima e o professor Wilson Choeri possuíam aproximações no modo como enxergavam o país. O primeiro foi um dos maiores entusiastas na possibilidade de levar jovens universitários para o interior do Brasil, além de ser conhecido por sua simpatia com a extrema direita militar, por suas posturas anticomunistas e o seu nacionalismo econômico radical. E o segundo via o PRo como uma grande oportunidade de aproximar os estudantes dos militares, além de acreditar que o país poderia, com aquele, resolver os problemas nacionais com os próprios brasileiros. A necessidade de aproximação de estudantes e militares ainda era alimentada pela noção de que cada “cidadão” tinha o compromisso de cuidar dos destinos da nação, o que ultrapassava os seus direitos políticos e civis frente às ameaças à Segurança Nacional.<sup>510</sup>

No texto *Seminário diz que caserna é escola de democracia*, o processo de formação de um “cidadão” foi detalhado em relatório da Comissão nº 4, que entendia o Brasil enquanto uma área que se assemelhava a um continente, mas com muitos problemas, como uma explosão demográfica desigualmente distribuída, elevados índices de analfabetismo, mortalidade infantil e endemias, uma grande quantidade de mão-de-obra por formar, escassez do mercado de trabalho e um contraste entre as técnicas industriais mais avançadas e as mais primitivas economias de colheita. Se alguns dos problemas foram apontados, a Comissão entendeu que a educação era a saída, desde que se fizesse por meio das Forças Armadas, que atuavam no campo geral e no especializado. Dito de outra forma, o serviço militar obrigatório foi valorizado, porque, para a Comissão, permitia uma ampla ação em todo o território nacional, com a participação de grande parte da juventude, que passava por uma preparação antes de ser utilizada, para que compreendesse a presença de sua razão no quartel. A ideia era

---

<sup>510</sup> LIMA, 2015, p. 41.



que ao final do serviço militar surgia o “cidadão”, que após amortecer o ímpeto através da aprendizagem da disciplina, raciocinava melhor, estando apto para voltar à vida civil. A aquisição de conhecimentos também se fazia pelo exemplo de que nas Forças Armadas os “bem nascidos” recebiam as mesmas exigências do “rude lavrador”, pois comiam do mesmo rancho e carregavam a mesma mochila, o que impedia a criação de castas e separações, tornando todos iguais.<sup>511</sup>

No texto *O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras*, Rodrigo Patto Sá Motta evidenciou que o anticomunismo implantado pela ditadura militar não ficou restrito apenas aos campos da segurança e dos expurgos, mas também ao plano cultural e educacional, que os agentes do Estado imaginavam suscetíveis às ações comunistas. Foi isso que deu impulso para a criação da disciplina da Educação Moral e Cívica, que era um conjunto de disciplinas escolares implantadas em todos os níveis de ensino, inclusive nas universidades, desde o ano de 1969; e também para a criação do PRO em 1967. Nos dois casos, a ideia era que os jovens absorvessem valores patrióticos, como forma de serem afastados dos valores de esquerda.<sup>512</sup>

A Comissão, ao destacar pontos positivos para o serviço militar obrigatório, procurou dar mostras de que uma maior integração das Forças Armadas com os universitários formaria mais “cidadãos”. No entanto, quando foi destacado que o primeiro exemplo dado pelo serviço militar era uma igualdade entre todos, não importando se era um “bem nascido” ou um “lavrador”, bate de frente com uma crítica do CM, que, em *Pirâmide*, desaprovou uma das principais ideias disseminadas no seminário: “os estudantes devem ser liderados pelos professores”.<sup>513</sup> Se a Comissão nº 4, que era presidida pelo General João Ururá de Magalhães, defendeu a formação do “cidadão” com base em uma suposta igualdade ensinada pelas Forças Armadas, o CM desmontou a defesa, destacando que a hierarquia entre professores e estudantes era o verdadeiro ensinamento que se queria implantar.

Wilson Choeri ainda fez menção à segunda turma que foi enviada no dia 14 julho para Rondônia, partindo do aeroporto Santos Dumont e que era formada por estudantes de Geologia, Topografia e Geografia econômica, tendo como missão não somente estudar os problemas que eram de sua especialidade, mas também de prestar serviços, colocando em prática os conhecimentos adquiridos nos livros e nos bancos escolares. O professor informou

<sup>511</sup> SEMINÁRIO diz que caserna é escola de democracia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.578, p. 8, 11 nov. 1966.

<sup>512</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea**. v. 3, p. 133-148, 2012, p. 137.

<sup>513</sup> PIRÂMIDE. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.586, p. 6, 22 nov. 1966.

que os estudantes levaram consigo “5 mil medicamentos de tôdas as espécies”, desde o antibiótico até vacinas antivariólicas, antianêmicas, antimaláricas, antifílicas, soros antiofídicos polivalentes e vermífugos.<sup>514</sup> A ideia de que os estudantes precisavam colocar os seus conhecimentos em prática esteve presente nos debates do seminário, quando ganhou força a ideia de que alguma ação de caráter cívico e nacionalista, com o objetivo de aproximar os estudantes universitários das Forças Armadas, seria benéfica.<sup>515</sup>

Em documento pertencente ao Campus Avançado da UFG em Picos e que provavelmente foi formulado no ano de 1972, possuindo como título “*Campi*” *Avançados: extensão da universidade para integração nacional*, no tópico *Projeto Rondon*, apareceram alguns dados sobre a criação da instituição.

O Projeto Rondon, idealizado em 1967 por um grupo de 27 alunos liderados pelo Professor Wilson Choeri, Secretário Geral da Universidade do Estado da Guanabara, foi instituído em caráter permanente pelo Decreto n.º 62.927, de junho de 1968, adquirindo a denominação atual em 6 de novembro de 1970 através do Decreto 67.505, quando passou a funcionar como órgão autônomo, de administração direta, subordinado ao Ministério do Interior. Em quatro anos de existência já levou às áreas mais carentes do País cerca de trinta mil universitários, possibilitando-lhes um contato direto com a realidade nacional e a oportunidade de aplicar praticamente os conhecimentos adquiridos na universidade [...].<sup>516</sup>

Sobre a “Operação Rondônia”, mais um número diferente foi apresentado para a quantidade de estudantes que participaram da primeira viagem: 27. Constatou-se ainda que no ano de 1968 o PRo foi transformado para o estatuto de permanente e que, em 1970, recebeu a denominação pela qual já era conhecido em 1971, tornando-se autônomo e subordinado ao Ministério do Interior. Acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos quase “30 mil universitários” que passaram por ele, até o provável ano de produção do documento, foram quase todos assistenciais, no campo da saúde, o que, de acordo com o documento, levou os próprios estudantes a formularem a conclusão de que algo mais efetivo se fazia urgente, quando exerceram treinamentos com líderes das comunidades para que fosse garantida a continuidade dos trabalhos por eles iniciados. A direção do PRo estava a cargo de dois órgãos. O primeiro, a Coordenação Geral, que era composto pelo Gabinete do Coordenador-Geral, pela Secretaria Executiva e por Coordenações Regionais e Estaduais; já o Conselho Deliberativo era formado por 11 membros que eram representantes do Conselho de Reitores e

<sup>514</sup> ESTUDO e trabalho: turismo, não. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, n.º 86, p. 4, 17 jul. 1967.

<sup>515</sup> LIMA, 2015, p. 44.

<sup>516</sup> PROJETO RONDON. “**CAMPI**” **Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 6.

de alguns Ministérios, como o do Interior, o da Educação e Cultura, o do Trabalho e Previdência Social, o da Marinha, o da Aeronáutica, o do Exército, o da Agricultura, o de Planejamento e Coordenação Geral, o da Saúde e o dos Transportes.<sup>517</sup>

Logo no início do texto ficou explicada a entrada em cena dos *Campi* Avançados. Mais uma vez foi atribuída aos estudantes a necessidade de implantação de “núcleos de atuação permanentes”, para que aplicassem as teorias aprendidas nas universidades, durante o exercício prático, promovendo um desenvolvimento interiorano.<sup>518</sup> Mas outras justificativas para as suas criações foram montadas por Gabriel Amato Bruno de Lima. A primeira foi que, nos anos de 1968 e 1969, diversos estudantes universitários que participaram das primeiras operações reclamaram do caráter descontínuo e assistencialista das atividades que desenvolveram; a segunda foi que o aumento do número de estudantes universitários que desejavam participar, tornou urgente o aumento da demanda; e uma terceira, que foi criada a partir da historiografia da educação, conecta-os com os acordos MEC-USAID<sup>519</sup> e com a presença de técnicos educacionais estadunidenses no país, ao final da década de 1960. Reforçando a última justificativa, Roberto Mauro Gurgel delineou que o professor José Mariano da Rocha Filho teve papel decisivo na instalação do primeiro Campus Avançado em Boa Vista, no estado de Roraima. Mariano da Rocha, que conheceu instituições de ensino superior dos EUA em uma viagem patrocinada pela *United States Agency for International Development* (USAID). A partir de agosto de 1969, universidades do centro-sul instalaram os primeiros *Campi* Avançados fora do seu “Campus natural”.<sup>520</sup> Assim, foram significados enquanto repostas para as metas do Estado de interiorizar a cultura e de desenvolver as áreas do país de maneira integrada; e também uma forma de extensão das próprias universidades.<sup>521</sup>

---

<sup>517</sup> PROJETO RONDON. “**CAMPI** Avançados: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 6.

<sup>518</sup> PROJETO RONDON. “**CAMPI** Avançados: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 3.

<sup>519</sup> A interferência da Usaid na educação brasileira aconteceu bem antes do golpe civil-militar de 1964. Antes disso, os seus projetos enfrentaram oposição dentro da própria máquina estatal, pois alguns governadores e funcionários do MEC não viam com bons olhos as interferências dos norte-americanos. Após 1964, o governo federal mudou a sua relação com os EUA, abrindo as portas para o vizinho do Norte. O investimento da Usaid na área de educação, nos anos de 1965 e 1966 correspondeu a 10% dos gastos do Estado brasileiro. O acordo MEC-USAID foi a assinatura de uma rodada de convênios na área da educação. Um desses acordos gerou muito polêmica, no ano de 1965, porque previa mudanças a serem implantadas no ensino superior nos próximos cinco anos seguintes, desejando uma expansão dos sistema e uma melhoria dos seus fundamentos. Pensou-se, assim, a montagem de uma comissão para que as mudanças fossem postas em prática, composta por dez pessoas, sendo cinco indicadas pelo MEC e as outras cinco pelos EUA. Ver: MOTTA, 2014, p. 120.

<sup>520</sup> LIMA, 2015, p. 78.

<sup>521</sup> PROJETO RONDON. “**CAMPI** Avançados: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 3.

#### 4.2.1 A UFG e as discussões sobre a extensão universitária no Projeto Rondon

No ano de 1978, o professor Osvaldo Vilela Garcia, que era diretor do Instituto de Ciências Biológicas da UFG, apresentou, no *I Seminário sobre extensão universitária*, o artigo *O Problema da extensão universitária*, quando destacou que uma comissão de professores preparou o texto básico do seminário, considerando aquela nova modalidade de atuação das universidades brasileiras, no seu sentido mais amplo, quando incluíram como atividades de extensão o que ocorria em Picos; em Porto Nacional, que pertencia ao estado de Goiás, mas que hoje é parte do Tocantins<sup>522</sup>; e em Firminópolis, também no Goiás, com a prestação de serviços pelo Hospital das Clínicas, pelas Faculdades de Odontologia e Farmácia; e pelo Instituto de Artes. Além disso, foram incluídos os trabalhos do Restaurante Universitário (RU), da Rádio e da Imprensa Universitárias; e da Biblioteca e do Museu. Osvaldo Vilela Garcia acrescentou que, se os graduandos da UFG trabalhavam em benefício próprio e da comunidade, que auferia vantagens com as pesquisas que eram feitas, o ensino e a pesquisa já mereciam serem consideradas como atividades de extensão, o que converteria a UFG em *Extensão Universitária Federal de Goiás*, semelhante à *Extension Society of the USA*, que estendia a fé católica através de novas construções, missões e de diversos cursos, para atender ao seu objetivo de recrutar novos cristãos.<sup>523</sup>

A legislação nacional que permitiu que as atividades enumeradas acima fossem consideradas como de extensão, com destaque para o Campus Avançado que funcionava em Picos, também foi mencionada pelo professor. Começou pelo Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, que no Art. 10º definiu como missão educativa da universidade estender à comunidade, por meio de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que eram parte da sua composição. Ao mesmo tempo em que tornou possível que os cursos e serviços de extensão tivessem a sua coordenação própria e utilizassem os recursos materiais e humanos da universidade, de acordo com o Art. 1º do Decreto-lei 53/66; com o Decreto-lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, no Art. 13º, foi acrescentado em relação ao anterior que, além das universidades, os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderiam à comunidade, por meio de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que eram parte de sua composição. A grande novidade, se compararmos com o Decreto-lei nº 252 de 1967, foi o Art. 40º, que foi escrito exclusivamente para os estudantes, já que ficou

---

<sup>522</sup> A criação do estado de Tocantins, que foi instalado em janeiro de 1989, aconteceu por meio de um desmembramento da parte setentrional do antigo estado de Goiás. Ver: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **A UFG hoje:** informações, programas e projetos. – Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 7.

<sup>523</sup> I Seminário sobre extensão universitária. **Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás**, 27 set. de 1978, p. 1.

expresso que as instituições de ensino superior, através de suas atividades de extensão, proporcionariam aos discentes as oportunidades de envolvimento em programas de melhorias das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. No ano de 1969, ficou mais evidente uma aproximação da legislação que regulamentava a extensão e as políticas de integração nacional que se formavam, principalmente o PRO.

Decreto-lei nº 916 de 7.10.1969.

Art. 1º - É criada no MEC a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CINCRUTAC – com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicos, para a implantação nas Universidades brasileiras de programas que visam a:

I – ajustar a ação governamental às necessidades das POPULAÇÕES INTERIOANAS, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas;

II – encaminhar, com a EXTENSÃO DOS SERVIÇOS UNIVERSITÁRIOS ÀS ÁREAS INTERIOANAS, ATRAVÉS DOS CURSOS ESPECÍFICOS DE CADA UNIDADE, a realização de atividades básicas que conduzam a promoção do homem ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional;

III – promover o TREINAMENTO RURAL dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DOS RESPECTIVOS CURRÍCULOS;

IV – proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e à solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação profissional às peculiaridades do meio;

V – proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, dos Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos.<sup>524</sup>

Alguns pontos merecem destaque, com relação às três legislações. Com o Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, ficou em aberto a possibilidade de os cursos e serviços de extensão terem uma coordenação, mas não firmou a necessária existência de uma e nem limitou que não tivessem mais de uma; com o Decreto-lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, ficou deliberada a criação de órgãos para supervisionar as atividades de ensino e pesquisa, mas não as de extensão. A caracterização delas no formato de “cursos” e “serviços especiais”, não efetivou uma permanência de sua execução.

As atividades de extensão lidas enquanto “oportunidades” para os discentes não obrigaram a participação dos estudantes; e no Decreto-lei nº 916, de 7 de outubro de 1969, chamou-nos a atenção o modo como a sua composição se aproximou da maneira como o PRO era executado, por meio da presença de pontos, como: ajustar os trabalhos do estado às

<sup>524</sup> I Seminário sobre extensão universitária. **Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás**, 27 set. de 1978, p. 2-3.

necessidades das populações do interior do Brasil; ter em mente que as atividades seriam postas em prática para que houvesse, em áreas interioranas, uma promoção do homem, um melhoramento dos indicadores sociais e econômicos, o que conduziria as populações envolvidas à Segurança Nacional; proporcionar aos estudantes envolvidos um treinamento específico e a supervisão de professores e técnicos, quando fossem para a prática; e, por último, a menção à Comissão do CRUTAC, que, juntamente com o Pro, foi uma forma de o estado colocar as universidades como prestadoras de serviços, funcionando por meio de decretos e leis municipais, estaduais e federais para incentivar os estudantes e funcionários públicos a participarem dos programas de extensão e estágios.<sup>525</sup>

Convém lembrar que o contexto de regulamentação e de aumento das políticas educacionais de extensão, que permitiram ao PRO se encaixar nos esforços de integração nacional do Estado brasileiro, tiveram a companhia do funcionamento das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), sendo uma subdivisão das Divisões de Segurança e Informações (DSI). Quando o SNI foi criado em 1964, as preocupações giraram em torno da coleta de informações estratégicas, que eram consideradas úteis para as ações do Estado, bem como sobre a necessidade de se precaver contra os derrotados do golpe que foi implantado no mesmo ano, e que não estavam aniquilados. No ano de 1967 houve uma reestruturação do aparato de informações, momento em que foram criadas as DSI, que tiveram normalmente, como chefes, coronéis do exército. Já no ano de 1970, quando ocorreu a aprovação do Plano Nacional de Informações e de o Sistema Nacional de Informações (Sisni), os serviços especializados sofreram uma nova reformulação e foram ampliados. Assim, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as AESI, para funcionarem em instituições como empresas públicas, autarquias e fundações. Com relação às universidades, as AESI foram implantadas no ano de 1971, depois que o MEC aprovou seu Plano Setorial de Informações. Dias depois, o MEC mandou ofício circular para as universidades, recomendando a nomeação de um chefe para cada AESI, tendo como prazo de envio 10 dias. As AESI atuaram de algumas formas específicas: na filtragem de contratações de pessoal, o que impediu a entrada de docentes que eram considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas que foram planejadas pelas lideranças estudantis, como passeatas, shows e solenidades de formatura; no controle da circulação internacional dos docentes; e na divulgação de materiais de propaganda do Estado.<sup>526</sup>

---

<sup>525</sup> MENDONÇA & ARAÚJO, 2008, p. 11.

<sup>526</sup> MOTTA, 2008, p. 34-37.

Se o objetivo era limpar a “subversão” das universidades, as políticas de extensão que favoreceram as atividades do PPro foram uma forma de manter um controle sobre os estudantes e professores, mas sem repressão física, enquanto as AESI se tornaram um modo mais intimidador de acompanhá-los ou uma vigilância psicológica. E desde os primeiros momentos da ditadura militar, os professores tidos como ameaças ao Estado autoritário sofreram, como foi o caso de Paulo Freire, que era da Diretoria Nacional de Alfabetização de Adultos, mas foi aposentado aos 42 anos de idade da cadeira de História e Filosofia da Educação, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e exonerado do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco.<sup>527</sup>

A relação entre a extensão universitária e o PPro também apareceu na publicação *A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária*, que foi uma apresentação feita pela professora Eliete Santos de Oliveira Santiago, então superintendente interina da Fundação Projeto Rondon, em um seminário sobre extensão universitária que aconteceu entre os dias 27 de junho e 1 de julho do ano de 1977, na UFG, data que diferiu da que foi indicada pelo professor Osvaldo Vilela Garcia para o *I Seminário sobre extensão universitária*. Tendo esta como mote de discussão, Eliete Santos de Oliveira Santiago mencionou a Lei da Reforma Universitária, de 28 de abril de 1968<sup>528</sup>, que estabeleceu como três funções básicas das universidades brasileiras – o ensino, a pesquisa e a extensão – para dizer que surgiu uma nova etapa na educação superior do país e que, apesar de ser uma novidade, recebia do Estado grande atenção, o que tornava fundamental que todos os órgãos e instituições que se envolvessem com a extensão universitária dessem a sua contribuição, para que ela se tornasse uma importante ferramenta na participação do universitário no processo de desenvolvimento nacional.<sup>529</sup>

E o PPro, de acordo com a leitura da professora, se tornou uma importante contribuição para que os universitários promovessem ações de desenvolvimento. Mas antes de falar sobre isso, aprofundou uma relação imprescindível que o PPro também construiu: uma busca por

---

<sup>527</sup> VALE, José Misael Ferreira do. Política de educação e política da universidade no pós-64. In.: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZZOTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; e GOULART, Jefferson Oliveira (Orgs.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014, p. 49.

<sup>528</sup> A reforma universitária que foi pedida pelos grupos que desejavam as “reformas de base” durante a presidência de João Goulart, tiveram que lidar com uma reformulação feita pela ditadura militar, tendo como início a assinatura da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1966 e que foi regulamentada Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, data em que também foi aprovado o Parecer CFE nº 77/69, que regulamentou a implantação da Pós-Graduação no Brasil. Ainda no ano de 1969, foi aprovado, o Parecer CFE nº 252/69 que implantou no curso de Pedagogia as habilitações profissionais como magistério, direção escolar, supervisão escolar, inspeção escolar e orientação educacional. Ver: VALE, 2014, p. 50.

<sup>529</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária**. Ministério do Interior, 1977, p. 5-6.

interiorizar um desenvolvimento econômico e social, como forma de impedir que a “subversão” se propagasse cada vez mais entre os universitários. Vimos em outro momento que onde existisse pobreza, o perigo da “subversão” também seria presente. Com os *Campi Avançados*, o Estado brasileiro tinha a argumentação de que era uma forma de expandir o ensino superior no interior do Brasil, além de levar aporte técnico-científico para os produtores rurais, mas serviu mesmo para esvaziar as mobilizações estudantis e para ser arma política do governo, já que, através dos programas assistencialistas à população pobre, havia uma ampliação do controle ideológico e territorial.<sup>530</sup>

Houve continuidade na fala, momento em que abordou sobre um tempo em que a falta de respostas para estímulos econômicos, sociais e políticos levou a educação a entrar em crise, com relação a suas ideais, sua metodologia e sua estrutura, o que provocou contestações em todo o mundo. Os movimentos de contestações, que ela afirmou possuírem a face da “violência” e uma posição “anti-governamental” e que atingiram tanto os países subdesenvolvidos quanto os países desenvolvidos, significou a angústia e a insegurança dos estudantes, frente à necessidade de reformulação da universidade, que não conseguia oferecer respostas para uma civilização em mudança. Ao final da contextualização, citou a necessidade de inserir o Brasil no panorama das contestações, pois este país era lido enquanto um detentor de muitos contrastes.<sup>531</sup> Apesar de a professora não ter informado o ano que foi objeto de sua análise, acreditamos que, pelas características informadas, ela se referiu ao que ficou conhecido como o “maio de 1968” na França e que influenciou os movimentos contestatórios brasileiros, com episódios como a morte do secundarista Edson Luís, a Passeata dos Cem Mil<sup>532</sup> e as prisões que ocorreram naquele ano em decorrência do XXX Congresso da UNE, que foi realizado em Ibiúna, no interior do estado de São Paulo.<sup>533</sup>

A professora ainda destacou que no momento em que as transformações econômicas, sociais e culturais, provocadas pela industrialização, fizeram surgir a consciência do

---

<sup>530</sup> FLORIDO, Caroline Maria. **A história da extensão universitária na Faculdade de Educação da UNICAMP: recorte social ou resistências institucional?**.2011. 68. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2011, p. 23.

<sup>531</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária**. Ministério do Interior, 1977, p. 7-8.

<sup>532</sup> Foi marcada para o dia 11 de junho de 1968, no formato de passeata, tendo como concentração o pátio do MEC, tendo como críticas a falta de verbas nas Universidades, os acordos MEC-USAID e a criação de fundações. Mas o protesto se transformou em passeata, porque para evita-la o Exército entrou em regime de prontidão e jogou uma grande quantidade de gás nas proximidades do MEC. No trajeto da passeata, os estudantes fizeram comícios e viraram viaturas da polícia. Ver: VALLE, 2014, p. 223.

<sup>533</sup> LIMA, Gabriel Amato Bruno de. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-1969). **XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: Dimensões do Poder na História**. Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: Dimensões do Poder na História, 2012, p. 2.



desenvolvimento como imperativo nacional, desejando que uma emancipação econômica e social do país acontecesse, uma inadequação das universidades, para o que se desejava, tornou-se evidente. Diante disso, o sistema educacional brasileiro no ano de 1977 passava por um processo de crescimento e transformação, graças à implantação de uma série de programas e reformas, que, aproveitando a expansão experimentada pelo sistema de ensino na década passada, procuravam adequar e modernizar a educação, para que respondesse ao rápido crescimento econômico do país. Mesmo com os esforços, as transformações não aconteciam de maneira satisfatória. E os jovens brasileiros se incomodavam com algumas questões, como: os desníveis regionais e setoriais, a distribuição de renda e a crescente migração interna. A juventude universitária, já na década de 1960, estava à margem das políticas que eram realizadas pelo Estado, enquanto desejava participar e contribuir com o desenvolvimento brasileiro, segundo a professora. Assim, o PRO entrou em cena, para canalizar as energias dos jovens que não estavam satisfeitos.<sup>534</sup>

Ao continuar a sua fala, apontou como os programas do PRO estavam divididos. O primeiro que mereceu a sua atenção foi o “Programa de áreas prioritárias”, que, aos seus olhos, se caracterizava pelo deslocamento de universitários entre as diversas regiões brasileiras, para que tivessem como aplicar os seus conhecimentos práticos, ao passo que também conheceriam de perto a realidade do país. E os benefícios não eram destinados apenas aos estudantes envolvidos, mas também para as comunidades que eram os pontos de trabalho, já que eram executados muitos trabalhos adequados às realidades locais, interligados com a programação de órgãos públicos. O Programa ainda recebeu da professora três características básicas: a de possuir uma “Ação concentrada”, que era um trabalho localizado em cerca de 130 municípios situados nas áreas do “Polo nordeste” e do “Polo centro”, nos estados do Ceará, Piauí, Goiás e Mato Grosso; a de ser uma “Ação integrada”, que pautada na interinstitucionalização, no que concerne ao planejamento das atividades desenvolvidas nos municípios, possuía estreita ligação com os programas e projetos dos órgãos públicos federais, regionais e locais, situados nas áreas de atuação; e a de ser uma “Ação contínua ou processual”, pois os projetos implantados pelas equipes tinham continuidade assegurada, através de Grupos Executivos e Grupos Suporte e pela permanente presença de universitários nos municípios de atuação. Presença que era pautada em alguns pontos: a) nos meses de janeiro e fevereiro aconteciam operações de caráter nacional, com envio de estudantes de todo o país para todos os estados; b) entre julho e agosto eram feitas as operações de caráter

---

<sup>534</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária**. Ministério do Interior, 1977, p. 8-9.

regional, com o deslocamento de estudantes que pertenciam à mesma região de destino; c) e, ao longo dos outros meses do ano, executavam-se as operações especiais, com o envio de estudantes para municípios do mesmo estado a que pertenciam. Para o ano de 1977, esperava-se que “5.000 estudantes” buscassem esse Programa.<sup>535</sup>

O segundo Programa sobre o qual a professora se debruçou foi o “Programa de operações especiais”, que procurava inicialmente, proporcionar aos universitários a experiência de trabalho em sua própria área, momento em que vivenciavam de igual modo a realidade local. Tinha uma grande flexibilidade, porque poderia ser posto em funcionamento em qualquer período do ano, dependendo apenas da disponibilidade do estudante e da extensão do trabalho, que dependia de órgãos públicos e privados, que eram responsáveis em se interessar pelos projetos que eram propostos.<sup>536</sup>

E o terceiro foi o “Programa de apoio às instituições de ensino superior”, que estava dividido em dois “Sub-Programas”. O primeiro foi o “Sub-Programa Seminário de Estudos Integrados”, que era uma forma de a Fundação Projeto Rondon apoiar as Instituições de Ensino Superior, com os seguintes objetivos: a) possibilitar um diálogo entre o sistema educacional e o contexto social, por meio da discussão de temas nacionais; b) formar uma consciência de responsabilidade social nos universitários, através de debates sobre temas nacionais; c) ajudar a Universidade a acelerar a sua formação técnica-profissional, com a circulação do maior número de informações científicas e técnicas; d) permitir a discussão de temas de interesse nacional, com a participação de professores e estudantes de Instituições de Ensino Superior; e) possibilitar aos órgãos governamentais medirem a penetração de suas ações, através das opiniões do meio universitário, visto como um importante segmento da população brasileira.<sup>537</sup> A entrada em cena desse “Sub-Programa” era recente, com relação ao ano de 1977, o que não diz muito sobre o funcionamento do PRO nos anos anteriores.

O outro “Sub-Programa” foi o “Sub-Programa Campus Avançado”, que foi criado no ano de 1969 e que no ano de 1977 contava com 22 *Campi* Avançados funcionando em todas as regiões do país. A região amazônica possuía 14, o Nordeste tinha 5, o Centro-Oeste estava com 2 e o Sudeste contava com apenas 1. Eram alimentados pelo revezamento mensal e permanente de professores e universitários. Eliete Santos de Oliveira Santiago falou um pouco sobre o que motivou o Estado brasileiro a criar o “Sub-Programa” em questão.

---

<sup>535</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 14-15.

<sup>536</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 18.

<sup>537</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 21.

A inspiração deste sub-programa, encontra-se na geopolítica governamental, onde figura como um dos elementos de suporte à ocupação dos vazios geográficos e institucionais brasileiros, simultaneamente a um processo dos desníveis regionais, constituindo-se num esforço de integração no desenvolvimento e consequente preservação da Unidade Nacional. Atualmente, além deste enfoque, como resultado de sua evolução, a Sub-Programa, gradativamente, passa a ter, uma dimensão acentuadamente geoestratégica educacional, face ao seu dimensionamento em relação às diretrizes nacionais de extensão.<sup>538</sup>

Se anteriormente atestamos que, para a criação do PIN, o Estado brasileiro levou em consideração que a região Norte era um espaço de “vazio demográfico” e a região Nordeste era um espaço de “concentração demográfica”, o que constituía ameaças para a Segurança Nacional e consequentemente para a unidade nacional, com o PRO não aconteceu de um modo diferente. Até o ano de 1977, a região amazônica recebeu a maior parte dos *Campi Avançados*, sendo 14, mostrando uma preocupação do PRO para que o Norte do país recebesse mais políticas públicas, que era uma forma de garantir uma maior presença do Estado junto ao crescimento populacional das cidades, que acontecia por causa de empreendimentos como a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O Nordeste, que era destaque por causa dos seus índices de pobreza, recebeu 5 *Campi Avançados*, que foram instalados para a interiorização de políticas públicas melhorassem os índices econômicos e sociais da região, o que seria uma forma de evitar que o perigo da “subversão” se tornasse mais presente. Foi nesse contexto que o Campus Avançado de Picos<sup>539</sup> foi instalado em 22 de setembro de 1972.<sup>540</sup>

#### **4.2.2 O processo de implantação do Campus Avançado de Picos e o seu funcionamento entre a pobreza da cidade**

O JB, no mesmo ano em que aconteceu a instalação, na reportagem intitulada de *Costa Cavalcânti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento*, relatou que no início da tarde do dia 8 de abril de 1972, o ministro Costa Cavalcanti chegou à cidade de Goiânia, momento em que foi à Faculdade de Direito da UFG e se reuniu com o grupo de trabalho que cuidava da montagem do Campus Avançado de Picos, para reforçar que até o

<sup>538</sup> PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária**. Ministério do Interior, 1977, p. 19.

<sup>539</sup> LIMA, 2015, p. 207.

<sup>540</sup> Além do Campus Avançado implantado em Picos, a UFG instalou outros ao longo de sua história em diversas cidades, como: Goiânia, 1960; Firminópolis, 1975; Porto Nacional, 1975; Jataí, 1980; Catalão, 1983; Goiás, 1990; e Rialma, 1993. Ver: MENDONÇA & ARAÚJO, 2008, p. 13.

mês de agosto ele estaria em funcionamento.<sup>541</sup> Já o DNe, com a reportagem *Ministro estuda novos “campi” avançados*, repetiu o desejo expressado pelo ministro de criar mais instalações permanentes do PRO no Nordeste. Estudantes do PRO da “operação PR-IX” trabalhavam não somente na cidade do Piauí, mas também em Barreiras e Irecê, na Bahia; e em Imperatriz, no Maranhão, para criarem serviços de infraestrutura econômica, social e científica, para que posteriormente acontecesse a implantação.<sup>542</sup>

Em “*Campi*” *Avançados: extensão da universidade para integração nacional*, do ano de 1972, ficou dito que a UFG até o final do segundo semestre teria implantado o seu Campus Avançado em Picos, de acordo com deliberação do Ministério do Interior, que era o responsável pela coordenação geral do PRO. Foi designado como coordenador do Grupo de Trabalho Universitário, o vice-reitor Paulo de Bastos Perillo, que teve como primeira providência a criação do Grupo de Tarefas da Universidade (GTU)<sup>543</sup>, composto por 14 professores, sendo cada um de uma unidade da UFG, e que tinha como função planejar e coordenar os trabalhos que seriam desenvolvidos pelos universitários. Em Picos residiria o diretor geral, que tinha de ser necessariamente um professor; o diretor adjunto, de nível superior; e um administrador. Uma das exigências para os três que residiriam na cidade é que fossem casados e de reconhecida idoneidade. Em seguida, o documento delineou sobre uma reunião que foi feita entre os membros do GTU o professor Augusto da Silva Carvalho, diretor geral do Campus Avançado de Picos e que era da Escola de Agronomia e Veterinária; o coordenador do PRO em Goiás, Osvaldo Moreira Guimarães; o reitor da PUC-GO e o vice-reitor da UFG, para acertarem um acordo entre a UFG e a PUC-GO, permitindo que as duas trabalhassem juntas nos esforços que seriam empreendidos no Campus Avançado.<sup>544</sup>

Apareceu ainda, uma descrição da cidade de Picos, como uma forma de apresentação. Cidade que, de acordo com o PRO, no ano de 1972 contava com 54.107 habitantes, sendo

---

<sup>541</sup> COSTA Cavalcânti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 310, p. 16, 8 abr. de 1972.

<sup>542</sup> MINISTRO estuda novos “campi” avançados. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVIII, nº 14.161, p. 2, 27 jan. de 1972.

<sup>543</sup> Os professores que foram eleitos enquanto membros do GTU foram: Domingo Juliano, da Faculdade de Direito; Jaques Pereira, da Faculdade de Artes; Heli Ferreira Coelho, da Faculdade de Farmácia; José Magalhães Rios, do Instituto de Patologia Tropical; Pe. José Pereira de Maria, do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Juarez Milano, do Instituto de Matemática e Física; Nazira de Fátima Elias, da Faculdade de Educação; Ildeu Matias do Nascimento, da Escola de Agronomia e Veterinária; Juracy dos Santos Freire, da Faculdade de Medicina; Vitória Helena Maia Alves, do Conservatório de Música; Joaquim Lucas Goiano de Araújo, do Instituto de Química e Geociências; Ubiratan de Souza Marques, da Escola de Engenharia; e Gerson Guimarães, da Faculdade de Odontologia. A PUC-GO ainda não tinha cedido os nomes dos seus membros que fariam parte do GTU. Ver: PROJETO RONDON. “**CAMPI**” **Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 4-5.

<sup>544</sup> PROJETO RONDON. “**CAMPI**” **Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 4.

18.701 na parte urbana e 35.406 na parte rural. Tinha como principais atividades econômicas a agricultura, realizada nos rios Guaribas, Riachão e Itaim; além da pecuária e a silvicultura. Já no campo da saúde, a cidade tinha 10 médicos, 1 casa de saúde e maternidade com 23 leitos e 1 laboratório para análises clínicas, credenciado junto ao INPS; 1 ambulatório da prefeitura e 1 hospital geral. Mas, apesar de a infraestrutura apresentada ser considerada satisfatória, foi destacado um grave problema sanitário público, provocado pela falta de esgoto e tratamento de água. Algumas doenças foram enumeradas, como: tuberculose, que para cada 10 fotografias de Raio X que eram batidas, 6 eram positivas; sistosomose; tifo e impaludismo. No campo educacional, foi apontado que a cidade estava servida por um colégio estadual, uma escola normal, uma escola comercial, 15 escolas primárias e um instituto, onde funcionavam os cursos primário e ginásial.<sup>545</sup>

No livro de atas do GTU que foi aberto em 12 de maio de 1972, na cidade de Goiânia, Paulo de Basto Perillo conduziu diversas reuniões que tiveram como tema, aquele Campus Avançado. Logo no primeiro encontro do GTU, foi destaque uma viagem que ele realizou à cidade do Piauí, no início do mês de abril, juntamente com o professor Augusto Silva de Carvalho, que seria o diretor geral da nova instalação, para obterem informações sobre o local que receberia os professores e estudantes da UFG. A reunião foi realizada na “Chefia do Gabinete do Reitor” após convocação que foi expedida por meio do “of. Circular nº 00786” do dia 9 de maio. Dois assuntos foram colocados em discussão: o primeiro, chamado de “Relatório da viagem de Picos”; e o segundo, de “Primeiras providências quanto ao “Campus” Avançado”. Antes de Paulo de Basto Perillo iniciar a sua apresentação, lançando mão de um mapa, localizou a cidade que conheceu, definindo-a como a terceira do estado do Piauí. Em seguida, as primeiras informações que os dois professores formaram sobre a viagem foram enumeradas, sendo: 1) estiveram com a “Coordenação do Projeto Rondon” em Brasília por três dias, onde obtiveram instruções necessárias; 2) de Brasília foram para Recife, onde mantiveram contatos com a SUDENE, instituição que ficou dita enquanto a financiadora do Campus Avançado; 3) em Teresina, reuniram-se com todos os secretários de estado; 4) depois seguiram para Picos.<sup>546</sup>

Para falar especificamente da cidade, formularam outras informações. As que nos chamaram mais a atenção foram: a existência de dois hospitais, sendo que um deles era particular e pertencia a um médico e deputado pelo MDB; o fato de Picos ter elegido dois

---

<sup>545</sup> PROJETO RONDON. “CAMPI” Avançados: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 5.

<sup>546</sup> ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 1-2.

deputados, sendo um da ARENA e outro do MDB; a presença do 3º BEC no espaço urbano, mas que ficava afastado do centro da cidade; o destaque de que a cidade estava situada no entroncamento das estradas que partiam de Recife e João Pessoa, onde começava a Transamazônica; que existiam problemas graves quanto ao saneamento e a saúde; era comum a tuberculose, a doença de chagas e a malária; o leito do rio Guaribas, que banhava a cidade era usado, nos períodos de seca, para se plantar alho e cebola, em uma extensão de 60 km; o arroz era produzido três vezes ao ano, mas era de qualidade inferior; o povo foi visto como muito católico, com a presença de um padre que tinha grande influência e conhecia muito bem a região; a SUDENE indicou Picos como o polo de desenvolvimento mais importante do estado do Piauí; o governador Alberto Tavares Silva já havia assinado o termo de cessão das instalações físicas do Campus Avançado, além de ter se comprometido em reformar o prédio, que estava em posse de técnicos do Ministério da Agricultura; e por último, destacaram que nos períodos chuvosos, a cidade ficava infestada de um inseto conhecido como “potó”, que era muito parecido com a lacraia.<sup>547</sup>

Com o passar do ano de 1972, os esforços foram se acelerando. Ainda no mês de julho, o professor Augusto Silva de Carvalho; e o diretor adjunto, o professor Antônio Pereira da Cruz, deslocaram-se até Picos e verificaram as reformas que estavam sendo feitas nos prédios onde funcionaria o Campus Avançado. Os prédios foram doados pelo estado do Piauí. E uma verba de “Cr\$ 60 mil cruzeiros” estava disponível para que a implantação fosse efetivada.<sup>548</sup> Para ajudar no funcionamento, o prefeito de Picos, Antonio de Barros Araújo, com o Projeto de Lei de nº 30 de 31 de dezembro de 1972, abriu um crédito especial de “Cr\$ 4.500,00” cruzeiros, para arcar com a compra de material de consumo que seria utilizado no funcionamento do Campus Avançado.<sup>549</sup> Se as condições já eram consideradas satisfatórias para que as atividades fossem iniciadas, só restava a realização da inauguração. Em *Ministro inaugura mais um campo em Teresina*, o CM deu a notícia de que através de um avião do Ministério do Interior, Costa Cavalcanti viajaria de Brasília até Picos, tendo como data para chegar à cidade destino o dia 22 de setembro de 1972. A solenidade de assinatura do convênio com a UFG estava marcada para acontecer no final da tarde.<sup>550</sup> O então governador do Piauí, Alberto Tavares Silva; e o então prefeito de Teresina, Joel da Silva Ribeiro foram convidados

<sup>547</sup> ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 2-3.

<sup>548</sup> OPERAÇÃO-X começa hoje em Goiás. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXII, nº 81, p. 26, 10 jul. 1972.

<sup>549</sup> PROJETO de lei de nº 30 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 2. 1972.

<sup>550</sup> MINISTRO inaugura mais um campo em Teresina. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.371, p. 15, 22 set. de 1972.

pelo ministro a participarem da solenidade, que de fato aconteceu no dia seguinte, segundo reportagem *Campus*<sup>551</sup> do CM.



**Imagem 6** – Comissão para a criação do Campus Avançado em Picos  
Fonte: Cidarq/UFG

Após a inauguração, algumas repercussões também entraram em cena. A primeira que dispomos partiu de Helvídio Nunes de Barros, que ocupava o cargo de senador, no ano de 1972.

Afirmou o senador piauiense que o fato se reveste de singular importância para o desenvolvimento do Município de Picos e de todo o Piauí que – afirmou – “recebe de braços abertos os professores e universitários de Goiás”. Congratulando-se com o Ministro do Interior pela inauguração do “Campus” avançado no Nordeste, o Senador Helvídio Nunes destacou a importância do Projeto Rondon e aplaudiu as providências no sentido de transformá-lo, de acontecimento esporádico, em uma instituição destinada a integrar o jovem à comunidade, a ela prestando relevantes serviços. Falando sobre Picos, disse que aquele é um dos Municípios que mais de desenvolvem em seu Estado, situando-se em um ponto estratégico marco inicial da Transamazônica, Picos – afirmou – é o celeiro do Piauí e vem passando por um processo acelerado de desenvolvimento, principalmente a partir de 1964.<sup>552</sup>

Helvídio Nunes de Barros, que organizou a ARENA em Picos, ao longo de sua fala sobre a inauguração do Campus Avançado, definiu o golpe de 1964 como marco para o desenvolvimento que a cidade passava. E celebrou a transformação do PRO de algo “esporádico” para uma integração do jovem à comunidade, porque viu como uma oportunidade para a cidade e para o Piauí de seguirem no seu desenvolvimento. A

<sup>551</sup> CAMPUS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.372, p. 1, 22 set. 1972.

<sup>552</sup> HELVÍDIO aplaude Universidade no Piauí. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.372, p. 2, 22 set. 1972.

inauguração repercutiu também, por meio de uma jornalista do *The New York Times*, chamada “Hoowe”, que viajou para Picos no dia 27 de outubro de 1972, para montar uma reportagem sobre o PRO.<sup>553</sup>

A atuação do Campus Avançado, não se limitou a Picos, porque envolveu uma microrregião que era composta por uma área de 22.207 km<sup>2</sup> e uma população de 230.000 habitantes, passando cidades do entorno, como: Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa, Dom Expedito Lopes, Ipiranga do Piauí, São José do Piauí, Bocaina, Santa Cruz do Piauí, Oeiras, Santo Inácio do Piauí, Itainópolis, Monsenhor Hipólito, Pio IX, Jaicós, São Julião, Fronteiras, Padre Marcos e Simões.<sup>554</sup>

Com a instalação feita, os trabalhos foram iniciados para que as condições econômicas e sociais da cidade melhorassem, pois uma das atividades enfatizadas pelo PRO foi a realização de práticas assistenciais, tendo como público receptor as populações carentes. Assim, muitas pessoas pela primeira vez viram um médico ou dentista.<sup>555</sup> E uma das formas de termos acesso às atividades que foram desenvolvidas pelas equipes que se deslocaram a Picos, no intervalo de tempo de 20 em 20 dias, foi problematizando o jornal VC. Os relatórios das cinco primeiras equipes foram parcialmente publicados na edição de 8 de dezembro de 1972, quando ficou dito que entre a chegada da primeira, que aconteceu em 29 de agosto e a data em que foi lançada a referida edição, cinco equipes formadas por membros da UFG e da PUC-GO estiveram na cidade. E como o VC foi criado após o deslocamento dos cinco primeiros grupos de professores/professoras e universitários/universitárias, externou os trabalhos que foram realizados, tendo em vista que a impossibilidade de publicar anteriormente existiu pela falta de meios, algo que foi superado depois que o Campus Avançado adquiriu uma máquina de mimeógrafo da marca *Gestetner*, modelo 410.<sup>556</sup>

A primeira equipe chegou no dia 29 de agosto de 1972 e ficou até o dia 18 de setembro do mesmo ano, tendo como composição o professor William da Silva Guimarães, que era o coordenador e que pertencia ao Instituto de Matemática e Física (IMF); as professoras Maria Marlene Marinho e Vera Maria Magalhães, da Faculdade de Educação; e os universitários Paulo Prado Batista e Ênio Magalhães Freire, ambos da Matemática e da Física, além de Garcindo Martins Pereira, da Medicina Veterinária. Na “Área de Educação” foram feitas entrevistas com professores e professoras, sendo 186 do ensino primário e 72 do ensino secundário, somando 45 estabelecimentos de educação, incluindo o Movimento

<sup>553</sup> “CAMPI” na Transamazônica. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, s/a, n° 15.340, p. 3, 27 out. de 1972.

<sup>554</sup> PROJETO RONDON. *Picos-Piauí*. Ministério do Interior, s/d, p. 11.

<sup>555</sup> MOTTA, 2014, p. 88.

<sup>556</sup> APARELHO de mimeógrafo. *Voz do Campus*. Picos (PI), ano I, n° 1, p. 4, 8 dez. de 1972.



Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e uma unidade de “natureza ginásial”. Na “Área de Matemática e Física” foi solicitado pela escola estadual Marcos Parente, um curso complementar para o currículo de Física do 2º e 3º anos científico. Os universitários Paulo Prado Batista e Ênio Magalhães Freire, após tomarem conhecimento do ensino de Picos e da formação dos alunos e alunas, iniciaram as atividades com um curso de revisão de Matemática, e logo em seguida abordaram sobre os conteúdos de Física do 1º, 2º e 3º anos científico. Um detalhe importante é que houve uma motivação para que professores/professoras e alunos/alunas com vocação para Matemática e Física participassem do curso, como forma de que fosse solucionada uma lacuna existente com relação às duas áreas.<sup>557</sup>

No que diz respeito à “Área de Veterinária”, algumas “autoridades locais” solicitaram que fosse ministrado um curso de inspeção de carnes, no matadouro municipal. Mas, após tomar conhecimento das condições sanitária e administrativa do local, o universitário Garcindo Martins Pereira suspendeu o curso e procurou adequar melhor as condições higiênicas do estabelecimento. Assim, planejou e executou um serviço de limpeza e metodização dos trabalhos dos magarefes, o que incluiu a exigência de um atestado de saúde de todo o pessoal que trabalhava no espaço, obtido por meio da realização de 17 radiografias e exames clínicos, sendo que não foi constatado nenhum caso positivo. Ao percorrer algumas áreas rurais da cidade, o universitário ainda ministrou palestras tendo como tema “trabalhos de profilaxia da raiva” e constatou a falta de água na região.<sup>558</sup>

Após a primeira viagem que fez a Picos, o professor Augusto Silva de Carvalho já havia evidenciado em reunião do GTU, algumas carências que percebeu na cidade, dentre elas, a existência de pequenas propriedades que necessitavam de melhoramentos, o que incluía em seus planos levar um aluno até a cidade para ministrar um curso de inspeção de carnes no matadouro.<sup>559</sup> Esse aluno foi o Garcindo Martins Pereira.

No dia 2 de março de 1973, através do Projeto de Lei de nº 7, o prefeito José Nunes de Barros autorizou a abertura de um crédito especial no valor de “Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros)” para a aquisição de um veículo destinado aos serviços do matadouro e para a reforma e adaptação do espaço.<sup>560</sup> Mas, em 1974, outra preocupação com o matadouro ficou expressa por meio de palavras que foram proferidas pelo vereador Raimundo de Sá Urtiga. A sua fala aconteceu durante sessão do dia 3 de maio, quando procurou denunciar a falta de

<sup>557</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6, 8 dez. de 1972.

<sup>558</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 7, 8 dez. de 1972.

<sup>559</sup> ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 4.

<sup>560</sup> PROJETO de lei de nº 7 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1973.

limpeza na cidade, com especial atenção para o matadouro, já que o gado era abatido do lado de fora, inclusive atrapalhando a circulação de veículos na estrada.<sup>561</sup> As motivações para que Augusto Silva de Carvalho, Garcindo Martins Pereira e Raimundo de Sá Urtiga se preocupassem com a situação administrativa e higiênica do matadouro foram diferentes. Os dois primeiros estavam alinhados com os esforços do Estado brasileiro, de melhorar as condições econômicas e sociais da cidade, o que abarcou também, uma reforma do trabalho e do espaço, para evitar que acontecesse a contaminação da carne que era consumida pela população. Já o último, procurou atacar a gestão do prefeito José Nunes de Barros.

A segunda equipe esteve em Picos de 18 de setembro a 8 de outubro de 1972, sendo formada pelos professores Décio de Nazaré Roriz, que era o coordenador e que pertencia ao IMF, e o professor Carlos de Carvalho Craveiro, que fazia parte do GTU e que tinha como área a Tecnologia; e pelas universitárias Maria Tereza Umbelino Louza, Telma Guimarães, Sônia Maria Aires Costa, Solange da Eucaristia Xavier Dourado, ambas das Ciências Humanas, e pelo universitário José Carlos da Mota, do IMF. Os trabalhos foram desenvolvidos na “Área de tecnologia”, quando o professor Carlos de Carvalho Craveiro realizou um reconhecimento do setor em que atuaria e acompanhou em viagem de estudos, grupos de Ciências Sociais e Serviço Social às cidades de Teresina e Parnaíba em missão de estudo em parceria com o Projeto Piauí; na “Área de Ciências Humanas”, momento em que as universitárias trabalharam junto à população para colherem informações sobre os problemas da comunidade. Depois disso, elas se deslocaram até Teresina e Parnaíba, juntamente com o professor Carlos de Carvalho Craveiro, quando receberam o assessoramento de técnicos do Projeto Piauí; e na “Área de Matemática e Física” o professor Décio de Nazaré Roriz e o universitário José Carlos da Mota ministraram aulas no Marcos Parente.<sup>562</sup> Evidenciamos, assim, que além de circularem pela microrregião de Picos, os integrantes da equipe que estavam no Campus Avançado estiveram em Teresina e Parnaíba, estendendo a sua área de diálogo com o estado do Piauí.

Entre os dias 8 e 28 de outubro de 1972, a terceira equipe ficou por Picos, contando com a participação do professor Wilson Barnabé, coordenador e que era de Odontologia; e dos universitários e das universitárias, Odivanir Pereira Machado e Paulo César Vaz de Melo, que eram do IMF; Osvaldo Alves de Barros e Tobias José Carneiro, da Medicina Veterinária; Cláudio Troncoso Vilas e Honofre Pedroso Abreu, de Agronomia; José Luiz de Melo e Ana

---

<sup>561</sup> ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 11.

<sup>562</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6-7, 8 dez. de 1972.

Reuter Guimarães Oliveira, da Odontologia; e Paulo Roberto Veloso Ventura e Leni Marlene Tafeli, da Educação Física.<sup>563</sup>

Ao contrário das descrições que foram feitas pelo VC acerca das duas primeiras equipes, apareceu nesse momento sobre a terceira, uma preocupação da área de Odontologia com crianças pobres. Mas antes disso, o jornal destinou as suas atenções para os trabalhos da “Área de Matemática e Física”, que foram ministrados no Marcos Parente, com base nos planejamentos do professor William Guimarães; para os da “Área de Veterinária”, que deu um “Curso de Vacinações”, capacitando um grupo de fazendeiros e dois funcionários da prefeitura, para dar continuidade nas vacinações de cães, somando um total de 160 injeções aplicadas; para os da “Área de Agronomia”, que realizaram uma visualização da parte urbana, suburbana e da periferia, bem como de regiões rurais que eram assistidas pela “Secretaria de Agricultura”. Os universitários Cláudio Troncoso Vilas e Honofre Pedroso Abreu trabalharam como monitores, sendo o primeiro de horticultura e o segundo de agricultura; e os da “Área de Educação Física”, que, a pedido do “Ginásio Monsenhor Hipólito”, se configuraram em um curso para o corpo docente da escola, dividido em “Curso para professores primários” com os tópicos: a educação física no quadro geral da educação; a educação física em face das necessidades físicas, psíquicas e sociais da criança; as atividades rítmicas na faixa etária de 6 a 10 anos; o modo de se dar aula de recreação na escola primária, com foco específico para as características próprias de cada jogo; e a prática de ensino das professoras e professores; e no “Curso para professores secundários”, com três tópicos: introdução ao método padrão, com explicação dos diversos métodos existentes; aulas práticas e práticas de ensino aos professores; e noções de handboll, com atenção nos fundamentos e sistemas. O VC também tratou da “Área de Odontologia”.

[...] Proferiram palestras sobre profilaxia bucal, dando ênfase à prevenção de cárie, evidenciando o mecanismo de ação das causas. Os universitários fizeram relacionamento mediante visitas aos Grupos Escolares dos Bairros, motivando e ensinando aos alunos a usarem escôvas, assim como mostrando às professoras a viabilidade de campanhas no sentido de doação de escôvas às crianças pobres. Durante a estada deste grupo, foi dado por ele, um atendimento de duas horas diárias no Ambulatório do Hospital São Vicente de Paulo, com o atendimento de 20 pessoas diariamente.<sup>564</sup>

O bairro São Vicente, local onde ficava o ambulatório, ainda hoje é conhecido em Picos como uma das áreas mais pobres da cidade. Ficou grafada, assim, uma primeira preocupação do Campus Avançado com a população de baixa renda da cidade. Em foto

<sup>563</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 8, 8 dez. de 1972.

<sup>564</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 8-9, 8 dez. de 1972.

presente no acervo da UFG foi registrado um atendimento odontológico que foi feito por um universitário do Campus Avançado de Picos.



**Imagem 7** – Atividade de odontologia no Campus Avançado de Picos  
**Fonte:** Cidarq/UFG

A quarta equipe ficou em Picos entre os dias 29 de outubro e 18 de novembro de 1972, sendo composta pelo professor Gerson Guimarães, que era da Odontologia, além de ser o coordenador da equipe, e pela professora Ana Lúcia da Silva, da Educação; pelos universitários e as universitárias, Cleuri Valter de Araújo e Inez Staciari, do IMF; Clemente Bazan Hurtado Neto, da Educação Física; José Jesus Roriz, José Sebastião de Paula, Gladis de Simas Lima e Maria Helena Chaer Andrade de Souza, da Odontologia; Carmem das Graças Lozich e Maria Lêda de Souza Gomes, da Enfermagem. Sobre a “Área de Matemática e Física”, além do curso que já acontecia no Marcos Parente, foi realizado outro sobre “Matemática ginásial” para um grupo de professores e professoras de vários estabelecimentos de ensino, que, segundo o VC, possuíam grandes deficiências; para a “Área de Educação Física”, o curso que foi planejado anteriormente por outras equipes foi concluído; para a “Área de Educação” foram ministradas palestras com ênfase na finalidade do Campus Avançado; para a “Área de Odontologia”, foi feito um “diagnóstico cariogênico” em espaços escolares da comunidade, somando um total de 1.619 alunos, com a faixa etária de 7 a 14 anos; a novidade dessa equipe foi a presença de universitárias da “Área da Enfermagem”, que ministraram um curso para as parteiras de pequenas comunidades<sup>565</sup>, o que significou uma forma de atravessarem costumes locais, normatizando a prática de parteiras locais por meio do discurso médico.

<sup>565</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 9-10, 8 dez. de 1972.

E a quinta equipe esteve em Picos do dia 19 de novembro até o dia 8 de dezembro de 1972. Equipe que, em relação às anteriores, teve uma maior presença de professores e professoras. O coordenador foi o professor Custódio dos Reis e Souza, da Medicina, tendo como colegas de trabalho Adalberto Cavarsan e Rui Hiroshi Yamada, sendo o primeiro da Medicina e o segundo da Bioquímica; Jaildes Dollis e Heloisa Helena de Velasco Lima, das Artes; e Sebastiana Valdivina de Lima, da Enfermagem. E o único estudante que esteve presente foi Ilídio Gonçalves Santarém. Os profissionais e as profissionais da área da saúde executaram um cronograma de atividades que englobou cursos, palestras, assistência clínica e cirúrgica, além de um trabalho de conscientização e vacinação nos povoados e municípios mais necessitados, sendo: Dom Expedito Lopes, Buriti Grande, Ipiranga, Saco do Engano, Santo Antônio de Lisboa, Abóboras, Cristovinho e alguns bairros periféricos de Picos. A quantidade de vacinações obtidas pelo grupo de saúde atingiu uma média de 100 por dia. Os médicos ficaram encarregados de realizar algumas cirurgias que foram consideradas de alto nível; e o bioquímico Ruy Amada planejou a ampliação dos laboratórios da cidade e também sondou a viabilidade de mais universitários e universitárias se inserirem nos trabalhos laboratoriais.<sup>566</sup> Em outra foto do acervo da UFG, ficou registrado um curso que teve como público alvo algumas mulheres gestantes.



**Imagem 8** – *Curso para gestantes no Campus Avançado de Picos*  
**Fonte:** Cidarq/UFG

De acordo com o VC, o curso de 40 horas foi ministrado pela professora Sebastiana Valdivina de Lima, que, além de se voltar para as gestantes, também teve especial atenção

<sup>566</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 10-11, 8 dez. de 1972.

com 36 parteiras leigas da região de Picos. No caso das gestantes, o curso se voltou inclusive para a confecção e o uso de roupinhas de recém-nascidos. Para fechar as informações sobre os trabalhos feitos pela equipe, o VC se voltou para a “Área de Artes”, que realizou um curso de educação musical, para professores do 1º e 2º graus, ao passo que usou crianças locais para demonstrarem a metodologia.<sup>567</sup> Com relação à sexta equipe, houve algo inesperado, que foi o não aparecimento de universitários voluntários/universitárias voluntárias que quisessem se deslocar para Picos. Alguns dos motivos para isso foram: o período de provas finais nas faculdades e a proximidade da época natalina.<sup>568</sup>

Com o título de *Curso de reciclagem foi sucesso em Picos*, o VC apresentou os trabalhos da sexta e sétima equipes. Atividades que tiveram duas fases distintas. A primeira foi o deslocamento de professores da UFG até Teresina, para receberem um treinamento da Secretaria de Educação e Cultura, e a segunda ficou dividida em três fases, chamadas de “estrutura”, “didática” e “conteúdo”. Foram 23 dias de aulas para 157 professores que se inscreveram. Ainda sobre a sétima equipe, constou na reportagem que o médico João Jaques Coelho, que tinha especialidade em ortopedia, aplicou vacinas antipólio tanto em Picos, quanto em Dom Expedito Lopes, Buriti Grande, Ipiranga, Saco do Engano, Santo Antônio de Lisboa, Cipaúba, Abóboras, Saquinho, Cristovinho e Bocaina. João Jaques Coelho ainda fez cirurgias no hospital São Vicente de Paulo. E constou também, que o médico-veterinário Lourival Pereira Nunes indicou que uma das soluções econômicas para a região de Picos era a criação de animais de grande e médio porte<sup>569</sup>, pois se a cidade era conhecida pelos seus indicadores de pobreza, havia uma preocupação de que a sua economia crescesse, o que também era uma forma de alinhar Picos com os ventos da propagada interiorização do desenvolvimento econômico que era vendido pelo Estado brasileiro.

A oitava equipe ficou em Picos até o dia 28 de fevereiro de 1973, quando chegou a nona. Mas com relação à primeira houve por parte dos membros da comunicação social uma preocupação de levar até o que chamaram de “autoridades brasileiras”, os problemas regionais e as necessidades da população de Picos. Tudo isso foi feito por meio de fotografias e dados que foram transformados em reportagens e divulgados na imprensa de Goiânia e de Brasília. Foi feito ainda um curso de atualização de atendimento hospitalar que foi coordenado pela enfermeira Deuselina Maria de Jesus N’gatta, do Hospital das Clínicas da UFG. O curso contou com a participação de 65 alunos e alunas e também com o apoio de médicos e

---

<sup>567</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 11, 8 dez. de 1972.

<sup>568</sup> RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 4, 8 dez. de 1972.

<sup>569</sup> CURSO de reciclagem foi sucesso em Picos. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 4, p. 3, 14 fev. de 1973.

farmacêuticos da cidade, bem como com o quadro de funcionários do hospital São Vicente de Paulo.<sup>570</sup>

Os registros dos trabalhos da nona equipe foram grafados no VC, por meio da reportagem *O que fez a 9ª equipe*. Ela foi composta por profissionais das áreas de Agronomia, Enfermagem e Bioquímica. A primeira área era coordenada pelo professor Lincoln Fonseca Zica e pelos universitários Frank Heberlein, Hideo Hyraïama, Gabriel Antônio de Souza e Nivaldo Alves da Costa. Eles observaram as áreas agrícolas da cidade e concluíram que, entre as carências mais graves, estava a necessidade de cuidarem do cultivo de alho e cebola, já que havia uma grande número de interessados em melhorar a sua produtividade. Os engenheiros agrônomos da UFG instalaram experimentos em várias partes dos rio Guaribas, aplicando variedades de sementes, adubação específica e defensivos agrícolas. A segunda área teve como representante a professora Geralda Grosi Di Araújo, do Hospital das Clínicas da UFG, que planejou dois cursos que já estavam em andamento no momento em que a reportagem foi escrita: um chamado de “Enfermagem no lar”, que foi apresentado para alunos e alunas da 8ª série do IMH, totalizando 34 participantes; e outro sobre “Atendente hospitalar”, que aconteceu na Escola Normal. Já a equipe de Bioquímica era composta pelos formandos e as formandas Carbene França Lopes, Davi Santos, Celso Machado e Magda Helena Rosa de Sousa. O VC informou quais foram os objetivos do grupo em Picos.

O Grupo veio com a finalidade de realizar um trabalho estatístico sobre as parasitoses intestinais na cidade. Para tanto, foi escolhido a faixa de 7 a 14 anos, dividindo a cidade em três grupos econômico-sociais assim chamados: Bairro Paroquial – considerado o bairro onde residem as famílias de mais baixo poder aquisitivo e sem as mínimas condições de higiene – (classe pobre). Ginásio Monsenhor Hipólito – estabelecimento onde estudam as crianças consideradas da classe rica. Um Grupo Escolar do centro da cidade – onde estudam as crianças consideradas da classe média, sendo que neste local não foi possível fazer os exames devido as aulas só ter iniciadas no dia 16. No B. Paroquial foram realizados 290 exames em crianças de 2 a 14 anos, registrando-se 250 casos positivos e 40 negativos, com a maior incidência de Amebas (175) e um com Schistosoma mansoni. Foram distribuídos vermífugos e vitaminas para todas as crianças do bairro, com medicamentos cedidos pela Central de Medicamentos (CEME). No Ginásio “Monsenhor Hipólito” foram examinadas 177 crianças de 7 a 14 anos, verificando 124 casos positivos e 53 negativos. Calculado o valor de cada exame à razão de 15,00 daria Cr\$ 7.005,00.<sup>571</sup>

No trabalho *A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)*, Rômulo de Paula Andrade apresentou algumas discussões sobre a

<sup>570</sup> MISSÃO cumprida. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 5, p. 2, 28 fev. de 1973.

<sup>571</sup> O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 6, p. 5, 18 mar. de 1973.

disputa dos rumos da saúde pública<sup>572</sup> no país, durante as décadas de 1950 e 1960. Ele indicou que apareceu dentro da saúde coletiva uma dualidade que colocou de um lado os nominados “sespianos”, que faziam parte do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), além de serem aliados dos técnicos do Ministério da Saúde, e que tinham como defesa o modelo de saúde baseado em campanhas nacionais, verticais e não coordenadas entre si; e de outro lado os que reivindicavam um “sanitarismo desenvolvimentista”, com a defesa de que o grau de desenvolvimento de uma população dependia, antes de tudo, do grau de desenvolvimento econômico de um país, o que tornava as medidas de assistência médico-sanitárias incapazes de realizar uma mudança efetiva sem que aquele processo fosse levado em conta.<sup>573</sup>

Porém, Rômulo de Paula Andrade relativizou as informações sobre a polarização, com o texto *“O Brasil não é só doença”*: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek, de Gilberto Hochman, para quem a dualidade foi artificial até pelo menos o final da década de 1950, além do fato de que foi construída contemporaneamente por uma bibliografia da saúde coletiva, que a fez à luz de uma reforma sanitária da década de 1980. Gilberto Hochman destacou ainda que, ao longo da década de 1950, o que aconteceu dentro das políticas de saúde pública foi um deslocamento lento de posições para um dos lados da relação entre saúde e desenvolvimento. Assim, na década de 1950, o protagonismo não foi do “sanitarismo desenvolvimentista”, o que aconteceu somente no início da década de 1960.<sup>574</sup>

Se anteriormente vimos que o Estado brasileiro traçou a condição de que onde existisse pobreza havia o perigo da “subversão”, em Picos, a equipe de Odontologia do Campus Avançado, inspirou-se nas ideias do “sanitarismo desenvolvimentista”, quando destinou grande atenção para o bairro Paroquial que foi nominado de “classe pobre”, enquanto o IMH foi lido como de “classe rica”. Mas a sua nomeação foi feita tendo como elementos constituintes os índices de parasitoses intestinais. No bairro Paroquial foram feitos 290 exames com crianças da faixa etária de 2 a 14 anos de idade, que permitiu um resultado de 250 positivos e 40 negativos. Já com relação ao IMH foram realizados 177 exames com crianças de 7 a 14 anos de idade, com 124 casos positivos e 53 negativos. Por causa desse

---

<sup>572</sup> Políticas de saúde pública no Brasil foram possíveis, de início, durante os anos de 1910 e 1920, quando o “movimento sanitário brasileiro” procurou medir os distanciamentos e as aproximações existentes, entre os “sertões” e o “litoral”, entre o “interior” e as “cidades” e entre o “Brasil rural” e o “urbano”, quando as preocupações foram direcionadas para o que se convencionou chamar de “saúde pública”. Ver: HOCHMAN, Gilberto. **A era do Saneamento** – As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998, p. 16.

<sup>573</sup> ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia na era do desenvolvimento**: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). 2012. 378f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012, p. 59.

<sup>574</sup> HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 15, supl. 1, jul. 2009, p. 316.



resultado, as famílias do bairro Paroquial receberam uma condição: viviam sem as mínimas condições de higiene, porque tinham um baixo poder aquisitivo. A condição criou pelo não dito, a ideia de que as crianças que estudavam no IMH eram da “classe rica” justamente porque tinham condições de cuidar da sua higiene. No entanto, não era bem assim. A simples presença de 177 casos positivos de parasitoses intestinais no IMH já denunciou a condição presente no VC. E, além disso, a faixa etária de determinação para que os exames fossem feitos foi maior para as crianças do bairro Paroquial do que para as crianças da escola particular. No final das contas, se apenas o bairro recebeu vermífugos e vitaminas, foi porque a preocupação não era com as doenças, mas com a nominada “classe pobre”.

Já a décima equipe chegou a Picos no dia 22 de março de 1973, permanecendo até o dia 8 de abril do mesmo. Era composta pela professora Nazira Fátima Elias, que era a coordenadora, membro do GTU e pertencente à Educação, sendo acompanhada por alguns professores e professoras, como Gregório da Silva Oliveira, de Topografia; Maria Isabel Ramos Jubé, da Educação; Teresinha França, da Educação; Augusto L. França Braga, membro do GTU e chefe do departamento de Microbiologia; William J. Beyer, da Educação; João José Urbano da Silva, da Alimentação. Alguns universitários de Agronomia e de Topografia também fizeram parte: Gomerardo Santos Pedroso de Barros, Gabriel Bello Cazalda, Geraldo Galdino Pereira e Vicente Machado. Com relação às atividades, as que primeiro receberam descrição foram as da “Área de Enfermagem”, que ainda contando com a presença da enfermeira da nona equipe, Geralda Grossi Di Araújo, se configuraram nos cursos “Enfermagem no lar” e “Atendente hospitalar”, que foram encerrados; depois foram descritas as da “Área de Educação”, quando foi ministrado o curso “Trabalhos em comunidades”, voltado para dois grupos de jovens e um grupo de adultos, com a discussão dos seguintes temas: a “Situação do homem no mundo”, as “Necessidades básicas do homem”, o “Projeto Rondon – Campus Avançado”, as “Fases e etapas de um trabalho comunitário”, o “Roteiro para um levantamento do universo social” e a “Elaboração de um projeto de ação”.<sup>575</sup>

Já os trabalhos da décima primeira equipe foram surpreendidos com uma enchente que atingiu a cidade em 14 de abril de 1973. Os membros da equipe eram o professor Ildeu Matias do Nascimento, que fazia parte do GTU e que ficou em Picos do dia 8 ao dia 28 de abril de 1973. Acompanharam-no ainda, os professores Lauro de Vasconcellos e Gregório da Silva Oliveira e a professora Nazira Fátima Elias; e os universitários Elson da Silva Melo, Emival Lopes, Jamil Macêdo, Manoel Alves de Abreu, Reginaldo Antônio Gomes e Wilton Souza do

---

<sup>575</sup> ATIVIDADES da 10ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 7, p. 3, 8 abr. de 1973.

Amaral, que eram das áreas de Educação e de Tecnologia. Os trabalhos que foram desenvolvidos pela área de Tecnologia se concentraram em um levantamento das edificações residenciais de natureza pública ou comercial, atingindo os bairros Bela Vista, Boa Sorte, Catavento, Ipueiras, Junco, Paroquial, Passagem das Pedras e Unha de Gato. Já a equipe de Educação deu prosseguimento ao treinamento de lideranças locais para os trabalhos de educação comunitária e na remoção das famílias do bairro Trisidela, que sofreram com a enchente do rio Guaribas. Por indicação da prefeitura, a décima primeira equipe ajudou no levantamento de famílias desabrigadas, para também conhecer os “chefes de família” que estavam desempregados. O levantamento foi feito nos locais de abrigo.<sup>576</sup> Mas o VC não ajudou somente na remoção dos desabrigados. Vejamos uma foto do acervo da UFG.



**Imagem 9** – Alimentação fornecida pelo Campus Avançado aos flagelados após a enchente de 1973  
**Fonte:** Cidarq/UFG

A fotografia congelou o momento em que havia uma fila constituída de homens, mulheres e crianças recebendo comida distribuída em um abrigo, feito para os flagelados e as flageladas que sofreram naquele ano de 1973, quando as águas do rio Guaribas subiram. Em *Rio desafia a cidade*, Antonio Cruz, que era vice-diretor do Campus Avançado, também tratou da “revolta” do rio, quando escreveu sobre o dia 14 de abril de 1973. Afirmou que no sábado em que ocorreu tudo, logo cedo foi espalhada pela cidade a notícia de que o rio Guaribas recebia uma grande quantidade de água do rio Riachão. Os comerciantes da avenida Getúlio Vargas começaram a se preparar, levantando paredes de tijolos nas portas de seus estabelecimentos. Os moradores e moradoras dos bairros Ipueiras e Trisidela e da rua São Francisco foram avisados para deixarem as suas casas. Carros do 3º BEC, da Polícia Militar, da prefeitura, do DNER, do Campus Avançado, além do padre Alfredo Scháffler e alguns populares, ajudaram no transporte dos desabrigados para locais seguros, como os “Grupos

<sup>576</sup> MAIS uma equipe se foi. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 3, 28 abr. de 1973.

Escolares”, o IMH, o Círculo Operário, o bairro Paroquial e o Salão do Pão dos Pobres. Antônio Cruz ainda destacou que na tarde dia 15 de abril, a décima primeira equipe do Campus Avançado entrevistou 600 famílias desabrigadas.<sup>577</sup>

Alguns dos prejuízos narrados pelo vice-diretor foram: o comerciante Isca Batista, que mandou erguer uma parede 1,50 m de altura na frente de seu comércio, sofreu com um infiltração de água pelo piso causando um prejuízo de Cr\$ 5,000; Pascoal Gomes, também comerciante na avenida Getúlio Vargas, não perdeu em termos de mercadoria, porque ela foi retirada, mas o seu salão ficou com uma piscina de água de 45 cm para ser retirada; para a Fábrica de Móveis Francideus, o prejuízo foi ficar uma semana parado, além da perda de 41 folhas de madeira compensado, mesmo que tenha acontecido a retirada de 4 caminhões de materiais; o odontólogo Valdemar Gomes Campos perdeu a sua casa, que caiu na madrugada de domingo; o “Sr. Almeida” teve prejuízo com a perda de “10 tarefas” de arroz, 280 pés de laranja e 800 metros de estacas de madeira e arame com 6 fios; e por fim, as centenas de casas que caíram na Trisidela, Ipueiras e na beira do rio Guaribas, além dos pequenos agricultores que perderam as suas plantações de arroz, milho e verduras em geral.<sup>578</sup> Em outra foto do acervo da UFG apareceram os “quases nadas”.



**Imagem 10** – *Flagelados/flageladas e seus pertences após a enchente de 1973*  
**Fonte:** Cidarq/UFG

<sup>577</sup> MAIS uma equipe se foi. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 1-2, 28 abr. de 1973.

<sup>578</sup> MAIS uma equipe se foi. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 3, 28 abr. de 1973.

A legenda da foto indicou que os pertences eram uma caixa, dois potes, uma lata e as crianças, que foram incluídas. E mesmo com a implantação do PIN e do PRo em Picos, no mês de dezembro do ano de 1976, o jornal *O Profeta*, que era ligado à Igreja Católica, em reportagem chamada de *Mensagem para 77*, versou que a cidade sofria na “vila barrão” e na Trisidela, locais onde as pessoas “morriam de fome”.<sup>579</sup>

---

<sup>579</sup> MENSAGEM para 77. **O Profeta**. Picos, ano. I, nº 3, p. 2, 3 dez. de 1976.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 1960, a cidade de Picos foi incluída em duas políticas de integração nacional, que foram postas em prática pelo Estado brasileiro, que desde o ano de 1964, após o golpe civil-militar, funcionou enquanto uma ditadura militar, a partir de ideias de Segurança Nacional que foram formuladas dentro da ESG e que receberam a institucionalização durante o governo de Castelo Branco, no ano de 1964, quando Golbery do Couto e Silva criou o SNI. As preocupações com a Segurança Nacional giraram em torno da ideia de que as regiões que possuíam altos índices de pobreza ou uma baixa densidade demográfica estavam propícias a sofrerem com uma “guerra de subversão interna”. A região Nordeste com seus altos índices de pobreza e a região Norte com a sua baixa densidade demográfica foram vistas enquanto ameaças para a Segurança Nacional, merecendo assim um maior acompanhamento.

Soma-se a isso, ainda, o fato de que além de possuírem as condições propícias para serem ameaças, as duas regiões tinham contatos com sujeitos ou grupos que eram tidos como “subversivos”. Um desses grupos era a ALN, que no Rio de Janeiro possuía como um de seus principais líderes Carlo Marighela, e que em Belém tinha como expoentes de organização, Carlos Augusto da Silva Sampaio e João Alberto Rodrigues Capiberibe. Os dois foram presos no ano de 1970, em Belém, momento em que concederam depoimentos que se constituíram nos dois IPM’s que analisamos. Ao longo dos seus depoimentos evidenciaram que faziam parte da ALN no estado do Pará e que tinham como missão a criação de algumas bases em três áreas estratégicas: Conceição do Araguaia, Imperatriz, no Maranhão; e Picos, no Piauí. A cidade de Picos foi incluída, porque era vista por Carlos Marighela enquanto um ponto de ligação entre o que chamou de “Norte” e “Sul” do país. Assim, a cidade também foi vista pela ALN como um ponto de integração nacional.

No entanto, o Estado brasileiro também visou à cidade, quando a incluiu no PIN e no PPro. O PIN foi criado legalmente no ano de 1970, por um decreto-lei assinado pelo presidente Médici, institucionalizando a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), além dos núcleos de colonização que seriam construídos às margens das duas estradas. Se a região Norte se tornou uma preocupação por ser vista enquanto um “vazio demográfico”, a Transamazônica foi pensada para corrigir esse perigo que existia. Um dos membros do Estado que ajudaram na montagem do projeto da estrada foi o engenheiro Eliseu Resende, que era diretor nacional do DNER, órgão que estava vinculado ao Ministério dos Transportes, comandado por Mário Andreazza. Eliseu Resende assumiu que desde o ano de 1968, a estrada mereceu os seus esforços.

Desde o início dos planejamentos da rodovia, a cidade de Picos foi incluída. Para formar a rodovia Transamazônica, falou-se da BR-230 que saía de João Pessoa na Paraíba e na BR-232 que partia de Recife no Pernambuco e se juntariam em Picos, que, assim, constituiu-se como o “marco zero” da rodovia. Dessa forma, o chamado “excedente populacional” do Nordeste teria caminho aberto para se deslocar até a região Norte, o que ao sentido do Estado, provocaria um aumento da exploração das riquezas minerais da região e, conseqüentemente, um aumento da produção econômica do Norte, que era visto enquanto uma área que não arcava com os seus próprios gastos, necessitando, assim, das rendas que eram geradas pela região “centro-sul”, que no ano de 1970 virou, a partir do IBGE, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O Nordeste também era visto como dependente economicamente da região “centro-sul”, o que se aproxima do modo como Diogo Mainardi se referiu à região no ano de 2014, para justificar que as políticas sociais do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff garantiram que o Nordeste a preferisse, reelegendo-a, na disputa com o então candidato do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), Aécio Neves, que ficou em segundo lugar.

A transferência de nordestinos/nordestinas para a região amazônica foi vista como uma forma de diminuir a sua concentração demográfica, o que para o governo brasileiro também era um modo de baixar os seus índices de pobreza. E a porta de entrada do Nordeste, para o Norte, era cidade de Picos. Com isso, aconteceu na cidade a interiorização das duas políticas de integração nacional.

Ainda no ano de 1970 o 3º BEC foi transferido da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, para Picos, tendo como objetivo central a construção do trecho da rodovia Transamazônica na cidade. E se Picos foi vista enquanto uma cidade que merecia atenção por conta dos seus altos índices de pobreza, o 3º BEC possibilitou a geração de empregos, o que foi uma forma de melhorar os indicadores econômicos e sociais da população. Junto com o Batalhão, alguns funcionários civis e seus familiares também foram transferidos de Natal para Picos, como José Bertino de Vasconcelos Filho, Francisco das Chagas Pires e Inês Ilma da Cruz Pires, que nos concederam entrevista e relataram sobre a transferência e as primeiras impressões que tiveram da cidade. A inauguração da Transamazônica em Picos aconteceu no dia 31 de março do ano de 1973, quando o então comandante, João Ferreira de Almeida, realizou um discurso anticomunista, cumprindo com a missão de interiorizar também, ideia de Segurança Nacional entre a população pobre.

Já o PRo foi criado no ano de 1967, durante o governo do presidente Costa e Silva. Teve como inspiração o programa de Corpos de Paz ou *Peace Corps*, que funcionou no

governo norte-americano de John Kennedy a partir do ano de 1961, atuando em regiões pobres do mundo, ao modo da Aliança para o Progresso, chegando ao Brasil no ano de 1962; o RITA, que foi pensando pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, para estimular atividades econômicas entre as populações carentes, quando por meio da participação de professores e estudantes do Brasil e dos EUA, atuou no Nordeste brasileiro; o CRUTAC, que foi criado na UFRN no ano de 1966 e que também teve como inspiração o RITA; e o Mudes, que recrutou estudantes universitários para trabalharem em projetos sociais. A diferença dele em relação aos outros programas é que era privado.

Os debates para a criação do PRO tiveram os seus começos no *I Seminário de Educação e Segurança Nacional*, que foi realizado na ESG em 1966, contando com a participação de militares da Eceme e de professores da UEG, que hoje é a UERJ. Como principal encaminhamento do seminário, Wilson Choeri, então professor da UEG levantou a necessidade de que os universitários/as universitárias tivessem mais contato com as políticas de integração nacional que estavam em curso no país, a partir do Estado brasileiro. No ano seguinte, o mesmo Wilson Choeri partiu no que ficou chamado de “Operação Rondônia”, juntamente com alguns/algumas estudantes para desenvolverem atividades entre a população do estado que era o destino. Na volta, após um balanço do que foi feito, decidiu-se que em 1968 seria realizada a Operação Rondon II.

E se no ano de 1968, os movimentos sociais ganharam mais força nas pressões que faziam à ditadura, contando com a participação de universitários/universitárias, foi criada uma nova modalidade do PRO, que foram os *Campi Avançados*, que se constituíram na interiorização de atividades universitárias permanentes em áreas que eram tidas como estratégicas para Segurança Nacional; e em uma maneira de o Estado brasileiro oferecer outras formas de atuações para os/as universitários/universitárias, que não fossem as atividades “subversivas”. No mesmo período no Brasil estavam com muita força, as discussões sobre a extensão universitária. E logo o PRO foi incluído entre as atividades de extensão das universidades. Uma delas foi a UFG, que no ano de 1972 instalou o seu Campus Avançado em Picos, quando permaneceu até o ano de 1985, quando o repassou para a UFPI.

Se o PIN foi um modo de integrar o espaço nacional brasileiro, tendo a cidade de Picos enquanto o seu “marco zero”, o PRO foi a tentativa de integrar a população através da interiorização de atividades que visavam melhorar as condições econômicas e sociais das populações carentes. Assim, ao longo da década de 1970, em Picos, a UFG destinou diversas equipes de professores/professoras e estudantes. Eles/elas, por exemplo, procuraram elevar os índices econômicos dos pequenos agricultores, com cursos que foram ministrados pelas

equipes de Agronomia; e procuraram ainda, controlar os índices de parasitoses intestinais que eram altos entre a população do bairro Paroquial, pecando ao distribuir remédios apenas para as crianças do bairro, como se as parasitoses intestinais fossem um problema somente das pessoas carentes que moravam por lá, sendo que os índices eram altos de igual modo entre as crianças que estudavam no IMH, um colégio que era visto como de elite. Assim, se a ALN e o Estado brasileiro, por meio do PIN e do PRo, realizaram as suas ações enxergando Picos como um ponto de integração nacional, ao passo que visaram a população da cidade enquanto uma oportunidade de germinarem as suas ideias, é porque a sua pobreza estava em disputa. Com esse trabalho, procuramos contribuir com as discussões acerca das ações de integração nacional que foram implantadas no país durante a ditadura, com especial atenção para a construção da rodovia Transamazônica e a atuação do PRo por meio dos *Campi* Avançados.



## REFERÊNCIAS E FONTES

### 1. Bibliografia

#### 1.1 Livros

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 3. Ed – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma resenha. In.: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHESNEAUS, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. – São Paulo: Ática, 1995.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. **A Sudene no sistema federativo brasileiro: a ascensão e queda de uma instituição**. – Recife: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola**. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinquenta**. 2.ed. Picos: Nordeste, 1991.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda** – Teresina: EDUFPI, 2011.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAUL, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

GARCIA, Beatriz. **The Amazon from an international law perspective**. Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2011.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.

HOBBSAWM, Eric John. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do Saneamento** – As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Visão do paraíso**. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: danças, piruetas e mascaradas. – 5. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. – São Paulo: Contexto, 2014.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

## 1.2 Artigos e Capítulos de Livros

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Maria Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. (Org.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

ALMEIDA, Anderson da Silva. Almirante Aragão: o soldado *desconhecido* e a construção das memórias. In.: **XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo, 2011.

ARAGÓN, Luis Eduardo. The question of water in the Amazon. **Papers do NAEA (UFPA)**, v.207, p. 1-21, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. **Revista de História (UFES)**, Vitória, Espírito Santo, v.16, p. 131-139, 2002.

BATISTELLA, Alessandro. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. **Diálogos** (Maringá), v. 18, p. 203-242.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CARRASCO, Juan Pablo. El Tratato de Cooperación Amazónica. **Nueva Sociedad**, n. 37, jul.-ago., 1978.

CARVALHO, José Murilo de. 1964 meio século depois. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 23, jan.-abr. de 2014.

CARVALHO, Otamar de. O soerguimento do DNOCS. **Conviver** (Fortaleza), v. 1, p. 152-242, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'RAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de caso sobre la Carretera Interoceánica em la Amazonía del Peru**. Bank Information Centre, Conservación Internacional y Sociedad Zoológica de Frankfurt, Lima, 2006.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O Milagre Brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**. vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. de 2009.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRETI, Danilo José Zioni. Euclides da Cunha historiador: a reinvenção do bandeirante em “Os Sertões”. **Revista de História (USP)**. v. 160, p. 261-284, 2009.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. As “táticas de fazer crer” de Alberto Silva: um engenheiro na e da política. In: \_\_\_\_\_; MONTEIRO, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fonteneles (Orgs.). **Itinerários da pesquisa em História: a polifonia de um campo**. Teresina: EDUFPI, 2014.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57, p. 19-65, 2009.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: (Orgs.) \_\_\_\_\_; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História (PUC-SP)**, São Paulo. Editora da PUC, v. 27, p. 49-69, 2003.

\_\_\_\_\_. Violência e trabalho na Amazônia. Narrativa historiográfica. **Territórios e fronteiras (online)**, v. 7, p. 27-46, 2014.

HARDMAN, Francisco Foot. Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país. **The Lilias Visiting Resource Professors Papers**, Austin, Texas, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, supl. 1, jul. 2009.

KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. Fuerzas Armadas y política en América Latina: perspectivas futuras. **Iberoamericana**. vol. II, n. 8, p. 7-22, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. “A contestação, um fenômeno mundial”: movimento estudantil e ditadura militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-1969). **XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: Dimensões do Poder na História**. Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: Dimensões do Poder na História, 2012.

LÓPEZ-ÁVALOS, Martín. La cultura política de la vanguardia o la construcción del *ethos* revolucionario. Cuba 1952-1959. **Tzintzun. Revista de Estudios Históricos**, n. 53, ene.-jun. 2011.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A ditadura militar na Amazônia legal: denúncias do exílio. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, p. 90-103, 2014.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho; ARAÚJO, José Carlos Souza. A Universidade Federal do Goiás (UFG) como promotora da expansão e da interiorização do ensino superior. In.: **VIII Jornada do HISTEDBR**. Anais da VIII Jornada dos HISTEDBR. Campinas, SP, FAE-UNICAMP, 2008.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, vol. 4, 1981.

MONTAGNA, Wilson. A Doutrina da Segurança Nacional. **Projeto História (PUC-SP)**. São Paulo, v.6, p. 29-40, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

\_\_\_\_\_. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea**. v. 3, p. 133-148, 2012.

\_\_\_\_\_. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**. v. 4, n. 26, p. 62-85, jan.-jul. 2013.

MOURA, José Elierson de Sousa Moura; MOURA, Larice Íris Marinho; MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. Picos nas sombras do tempo: a cidade pré-reforma urbanística como espaço da saudade. **Espacialidades**, v. 8, p. 141-163, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. **Contemporânea – Historia y problemas del siglo XX**, Montevideu /Uruguai, v.2, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A arte de narrar**: memórias de presos políticos em Teresina nos anos de 1964 [mensagem eletrônica]. Mensagem recebida por eliersom@hotmail.com em 16 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Cidade, memórias de imigrantes, pobreza e vidas cruzadas. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; Monteiro, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele (Orgs.). **Itinerários da pesquisa em História**: a polifonia de um campo. – Teresina: EDUFPI, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, ciência, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), p. 195-215, jul. 1998.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha** – Democracia, Deus e Terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. 258f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

\_\_\_\_\_. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. **Revista Crítica Histórica**. Ano V, n. 10, dez. 2014.

PACHECO, Alexandre. SILVA, Adriana Conceição dos Santos. O homem “à margem da História” por Euclides da Cunha. **Fênix**. (UFU. Online), v. 9, p. 1-13, 2002, p. 2.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 73-111, 2014.

PETIT, Pedro. O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado Pará. **Historiae**, v. 5, p. 179-226, 2014.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **X Encontro Nacional de História Oral**- testemunhos: história e política. Recife. p. 1- 6. 26 a 30 de abril de 2010. (Anais eletrônicos).

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: \_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRÍGUEZ, Froilán Ramos. La Alianza para el Progreso en Chile y Venezuela, 1961-1963. **Tiempo y Espacio**. n. 62, p. 93-138, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)**, Campinas, v. 8, n.14/15, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 14, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. 1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil. **Revista Marcanan**, v. 11, p. 79-90, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: \_\_\_\_\_; D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 10 TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004.

\_\_\_\_\_; D’ARAÚJO, Maria Celina. Apresentação. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_(Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VALE, José Misael Ferreira do. Política de educação e política da universidade no pós-64. In.: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZZOTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; e GOULART, Jefferson Oliveira (Orgs.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.

VALLE, Maria Ribeiro do. A batalha do Correio da Manhã e do movimento estudantil em 1968 contra a ditadura militar durante a Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil. In.: NAPOLITANO, Carlos José; LUVIZOTTO; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (Orgs.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.

### 1.3 Monografias, Dissertações e Teses

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)**. Campinas: Unicamp/IFCH, Dissertação de Mestrado, 1988.

ALMEIDA, Eduardo Henrique Barbosa de. **O literário e noticioso estudantil: Flâmula e as formas de representação social em Picos na década de 1965**. 80f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, 2013, p. 19-20.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)**. 2012. 378f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representações do Acerbispo do Piauí (1956-1971)**. 211f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

FLORIDO, Caroline Maria. **A história da extensão universitária na Faculdade de Educação da UNICAMP: recorte social ou resistências institucional?**. 2011. 68. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2011.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. **“Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)**. 2015. 209f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento. **Trajetórias na Transamazônica: estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica**. 2009. 166f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas. 2009.

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul): uma análise crítica**. 1990. 211f. Dissertação (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MOURA, José Elierson de Sousa. **Os múltiplos dizeres sobre a cidade: a invenção discursiva da pobreza em Picos (1970-1979)**. 2014. 180f. Monografia. (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

OLIVEIRA, Jailson Dias de. **MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985)**. 2012. 100f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.

RODRIGUES, Lídia Bruna Albuquerque. **Cidade sob as “Águas de Março”: história e memória de Picos no período das (pós-)Enchentes (1960)**. 2011. 55f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011.

ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: (1961-1964)**. 2009. 266f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. 414f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica: uma abordagem de modelos de paisagem**. 167f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Análise de Informação Espacial) – Universidade Estadual Paulista, 2003.

VENTURIERI, Adriano. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica: uma abordagem de modelos de paisagem**. 167f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Análise de Informação Espacial) – Universidade Estadual Paulista, 2003.

## 2. Documentos Institucionais

ARRUDA, Antonio de. A Escola Superior de Guerra (Origens 1). **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 113.

ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 1-2.

ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 2-3.

ATAS das reuniões do Grupo de Tarefas Universitário. Livro nº 1. Goiânia: 1972, p. 4.

ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 155-156.

ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 163.

ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 3. Picos: 1964, p. 165.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 117.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1970, p. 119.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 189-190.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 4. Picos: 1973, p. 190-191.

ATAS das Sessões da Câmara dos vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 15-16.

ATAS das Sessões da Câmara dos Vereadores. Livro nº 5. Picos: 1974, p. 11.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe**. 21 de outubro de 1970, p. 35.



Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe**. 21 de outubro de 1970, p. 35-37.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Alberto Rodrigues Capiberibe**. 21 de outubro de 1970, p. 37.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra João Cesar Roxo Nicolussi**. S/a, p. 1069- 1071.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido contra Benoni Alencar Pereira**. 11 de abril de 1969, p. 252- 260.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 92-94.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 94.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 96.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 97.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 98.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Carlos Augusto da Silva Sampaio**. 5 de outubro de 1970, p. 99-100.

Brasil Nunca Mais Digital. **Inquérito Policial Militar movido pela Delegacia Regional do Departamento de Política Federal contra Antonio Almino de Alencar Filho**. 20 de agosto de 1964, p. 3596.

DIRETRIZ do Comandante. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 8.

EDITORIAL. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 2.

FIGUEIREDO FILHO, Euclides de Oliveira. A Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. II, n. 2, ano II. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, abr. de 1984, p. 26.

I Seminário sobre extensão universitária. **Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás**, 27 set. de 1978, p. 1.

I Seminário sobre extensão universitária. **Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás**, 27 set. de 1978, p. 2-3.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1992, p. 49.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011, p. 43.

IBGE. **Maranhão – Piauí**: IV Recenseamento Geral do Brasil, 1960, p. 252.

IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 67.

IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 72.

IBGE. **Sinopse Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro, 2011, p. 96.

IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Brasil, 2011.

IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Nordeste, 2011.

IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Norte, 2011.

IPEA. **Analfabetos** – pessoas 15 anos e mais, Picos, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Brasil, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Nordeste, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Norte, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água canalizada rede geral – número, Picos, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Brasil, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Nordeste, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Norte, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com água potável na rede geral – pessoas, Picos, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Brasil, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Nordeste, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número – Picos, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com iluminação elétrica – número, Norte, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Brasil, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Nordeste, 2011.

IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Norte, 2011.

- IPEA. **Domicílios** – com instalação adequada de esgoto – pessoas. Picos, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Picos, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Brasil, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com instalações sanitárias rede geral – número. Nordeste, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Picos, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Brasil, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Nordeste, 2011.
- IPEA. **Domicílios** – com material de construção durável – pessoas. Norte, 2011.
- IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Brasil, 2013.
- IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Nordeste, 2013.
- IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Norte, 2013.
- IPEA. **Esperança de vida ao nascer**. Picos, 2013.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Brasil, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Brasil, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Nordeste, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Norte, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Educação, Picos, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Brasil, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Nordeste, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Norte, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Longevidade, Picos, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Nordeste, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Norte, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Picos, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Brasil, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Nordeste, 2009.
- IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – Renda, Norte, 2009.

IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda**, Picos, 2009.

IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Brasil, 2013.

IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Nordeste, 2013.

IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Norte, 2013.

IPEA. **Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**. Picos, 2013.

IPEA. **Pobreza – Pessoas Pobres (PO) – Brasil**, 2009.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. Euclides da Cunha e a rodovia Transamazônica. **Revista de informação legislativa**. v. 8, n. 31, jul.-set. 1971.

LIVRO de Tombo da Diocese de Picos. nº 01, de 1975 a 2007, p. 1-2.

LIVRO de Tombo da Diocese de Picos. nº 01, de 1975 a 2007, p. 3-5.

LIVRO de Tombo da Igreja Nossa Senhora dos Remédios. nº 03, de 1915 a 1946, p. 22-23.

MELLO, Arnon de. **A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 1-2.

MELLO, Arnon de. **A Transamazônica e o desenvolvimento do Nordeste**. Maceió: Gazeta de Alagoas, 1970, p. 3.

PROJETO de lei de nº 02 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1975.

PROJETO de lei de nº 30 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 2. 1972.

PROJETO de lei de nº 40 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1971.

PROJETO de lei de nº 7 da Câmara dos vereadores da cidade de Picos. Folha nº 1. 1973.

PROJETO de Lei s/n do Senado Federal. Brasília: 2011, p. 2.

PROJETO RONDON. **“CAMPI” Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 6.

PROJETO RONDON. **“CAMPI” Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 3.

PROJETO RONDON. **“CAMPI” Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 5.

PROJETO RONDON. **“CAMPI” Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 4-5.

PROJETO RONDON. **“CAMPI” Avançados**: extensão da universidade para integração nacional. Ministério do Interior, s/d, p. 4.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 5-6.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 7-8.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 8-9.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 14-15.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 18.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 21.

PROJETO RONDON. **A contribuição do Projeto Rondon na extensão universitária.** Ministério do Interior, 1977, p. 19.

PROJETO RONDON. **Picos-Piuaí.** Ministério do Interior, s/d, p. 11.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 4, 1970.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 2, 1971.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo V. p. 3, 1971

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo III. p. 2, 1964.

REGISTRO Histórico do 3º Batalhão de Engenharia de Construção. Tomo III. p. 1, 1964.

TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. A Segurança Nacional, a política e a estratégia. **Revista da Escola Superior de Guerra.** v. I, n. 1, ano I. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1983, p. 17.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **A UFG hoje:** informações, programas e projetos. – Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **A UFG hoje:** informações, programas e projetos. – Goiânia: Editora da UFG, 1995, p. 8.

### 3. Texto e Livros de Eliseu Resende

RESENDE, Eliseu. O papel de rodovia no desenvolvimento da Amazônia. In.: TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001.** – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

RESENDE, Eliseu. **Investimentos Rodoviários:** considerações sobre a atual experiência brasileira. Brasília [s.n.], 1972.

RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Munique: Federação Rodoviária Internacional, 1973.

#### 4. Livros de Alberto Tamer

TAMER, Alberto. **Transamazônica, solução para 2001**. – Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

#### 5. Livro de Euclides da Cunha

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

#### 6. Livro de Golbery do Couto e Silva

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. – 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

#### 7. Fontes Hemerográficas

##### 7.1 Jornais de Circulação Nacional

‘Iracema’ chega às telas, com sete anos de atraso. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 102, nº 32.668, p. 26, 10 set. 1981.

“CAMPI” na Transamazônica. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/a, nº 15.340, p. 3, 27 out. de 1972.

1330 casas destruídas em Picos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 7, 4 abr. de 1960.

A estrada será tema de palestra. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.331, p. 18, 18 nov. 1970.

A solução para 2001. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.324, p. 18, 10 nov. 1970.

Agricultura reúne municípios-modêlo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXV, n. 23.394, p. 7, 12 abr. 1966.

ÁGUAS destroem 1300 casas em Picos, no Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 1, 4 abr. de 1960.

Amazônia, uma terra que se conquista aos poucos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.725, p. 4, 19 ago. de 1970.

ANDREAZZA anuncia rodovia transamazônica como apoio aos transportes fluviais. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 292, p. 16, 19 mar. de 1970.

ANDREAZZA: encontrar a outra metade do Brasil. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 33.762, p. 6, 8 set. de 1970.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro. 31 ago. de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

BR-316 ganha mais NCr\$ 500 mil para o trecho do Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 23.565, 11, 12 fev. 1970.

CADERNO. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.337, p. 6, 16 out. de 1966.

CAMPUS. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.372, p. 1, 22 set. 1972.

CARTAS à redação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.563, p. 13, 23 out. de 1966.

COSTA Cavalcânti diz que construção de Brasília deu impulso ao desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 310, p. 16, 8 abr. de 1972.

DPF revela prisões que fez no Norte em setembro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.880, p. 14, 18 fev. de 1971.  
e Dias Leite. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 23.695, p. 4, 12 e 13 jul. de 1970.

ESG não vê fim para segurança. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.574, p. 1, 6 nov. de 1966.

Estradas para nossa marcha rumo ao Oeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. s/a, nº 15.030, p. 7, 26 out. de 1971.

ESTUDANTES vão fazer estradas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 78, p. 14, 7 jul. de 1967.

ESTUDO e trabalho: turismo, não. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 86, p. 4, 17 jul. 1967.

EUCLIDES e a Transamazônica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 10, 19 jun. 1970.

EXÉRCITO promove 137 oficiais. Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento tem novo diretor. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.730, p. 15, 25 ago. de 1970.

FALÊNCIA de órgãos públicos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 97, nº 31.211, p. 56, 19 dez. 1976.

Foi uma batalha, não a guerra. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 90, nº 29.013, p. 24, 6 nov. de 1969.

GUARIBAS sobe e inunda seis cidades piauienses. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 90, n. 28.776, p. 7, 30 jan. de 1969.

GUERRA aponta caminhos para segurança nacional. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.575, p. 8, 8 nov. 1966.

HELVÍDIO aplaude Universidade no Piauí. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.372, p. 2, 22 set. 1972.

INDA: ação é bem recebida. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano LXXXVII, n. 28. 102, p. 8, 26 nov. de 1966.

LACOMBE, Arnaldo; COUTO, Maria Elisa; AMENO, Aureo. Transamazônica sem lendas nem mistérios na voz de Costa Cavalcanti

LANCE-LIVRE. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXIX, nº 285, p. 6, 20 jan. 1980.

MÃE queria trocar filha por uma rede. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXV, nº 129, p. 20, 15 ago. de 1975.

MAIS 2 mil vão para a Trans-AM. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 92, nº 29.548, p. 14, 3 ago. 1971.

MÉDICI reafirma soberania brasileira na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 159, p. 3, 9 out. de 1970.

MILITARES vêm em seminário ligação sobre educação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.562, p. 2, 22 out. de 1966.

MINISTRO estuda novos “campi” avançados. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVIII, nº 14.161, p. 2, 27 jan. de 1972.

MINISTRO inaugura mais um campo em Teresina. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.371, p. 15, 22 set. de 1972.

O futuro já era realidade na obra de Euclides. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 94, nº 30.175, p. 19, 11 ago. 1973.

O que existe ao longo da estrada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 62, p. 13, 19 jun. de 1970.

OPERAÇÃO Rondon mais intensa no Norte e Nordeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/a, nº 15.109, p. 3, 27 jan. de 1972.

OPERAÇÃO-X começa hoje em Goiás. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXII, nº 81, p. 26, 10 jul. 1972.

OS “campi” consagram o Rondon, diz ministro. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 93, nº 29.902, p. 9, 22 set. de 1972.

PADILHA quer diálogo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.264, p. 5, 1 set. 1970.

PIRÂMIDE. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.586, p. 6, 22 nov. 1966

PRESIDENTE anuncia rêde de rodovias na Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIX, nº 290, p. 7, 17 mar. de 1970.



PRIMEIRA Sede. **O Globo**. Rio de Janeiro. s/a. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

PROJETO Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXVII, nº 86, p. 4, 17 jul. 1967.

PROJETO Rondon: o estudante mostrando o que sabe ao país. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/a, nº 15.330, p. 8, 16 out. 1972.

RECONCILIAÇÃO pelo desenvolvimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 76, p. 6, 4 jul. de 1970.

RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, LXIX, n. 23.398, p. 6, 27 de julho de 1969.

RESENDE, Eliseu. O papel da rodovia no desenvolvimento da Amazônia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, LXXVIII, n. 298, p. 73, 28 mar. 1969.

RONDON vai estender ação para o Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 246, p. 1, 22 jan. 1972.

SÊCA é pretexto à subversão, dizem deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, n. 15, p. 14, 25 abr. de 1970.

SEMINÁRIO diz que caserna é escola de democracia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.578, p. 8, 11 nov. 1966.

SOTREQ S/A fornece equipamento para Santarém-Cuiabá. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXXI, nº 90, p. 17, 22 jul. de 1971.

STM pode reforçar sentença. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXXII, nº 24.361, p. 2, 11 set. de 1972.

TERRORISTAS agiam em Belém. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 92, nº 29.408, p. 12, 18 fev. de 1971.

TRANSAMAZÔNICA é novo Eldorado. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, s/ano, nº 14.702, p. 6, 2 out. de 1970.

TRANSAMAZÔNICA, ano 2001. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.327, p. 25, 13 nov. 1970.

Transamazônica. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 23.398, p. 11, 27 jul. de 1969.

TRANSAMAZÔNICA. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. ano LXXX, nº 139, p. 10, 16 set. de 1970.

TRANSAMAZÔNICA. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, ano 91, nº 29.238, p. 4, 1 ago. 1970.

TRANSAMAZÔNICA: assistência médica. **Diário da Noite**. São Paulo, ano XLVII, nº 14.039, p. 2, 7 set. 1971.

TRANSAMAZÔNICA: um plano completo de desenvolvimento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXX, nº 23.163, p. 4, 2 out. de 1970.

UNE, CGT e Fuzileiros na crise. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano LXIII, nº 21.776, p. 13, 1 abr. de 1964.

Zona Sul festejou com lenço branco e desfile de carros queda de Goulart. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXIII, nº 77, p. 7, 2 abr. de 1964.

## 7.2. Revista de Circulação Nacional

TRANSAMAZÔNICA. O caminho para a grande aventura deste século. **Veja**. São Paulo, 17 nov. de 1971. n. 167, p. 8-9.

DELFIM consegue incentivos. **Veja**. São Paulo. 24 jun. de 1970. n. 94, p. 32.

A terra de promessa. **Veja**. São Paulo, 8 jul. de 1970. n. 96, p. 21.

Estradas divididas. **Veja**. São Paulo, 29 jul. de 1970. n. 99, p. 37-38.

INVASORES e espiões. **Veja**. São Paulo, 14 out. de 1970. n. 110, p. 56.

PISTA para você encontrar a mina de ouro. **Veja**. São Paulo, 9 dez. de 1970. n. 118, p. 91.

CHEGA de lendas, vamos faturar. **Veja**. São Paulo, 16 dez. de 1970. n. 119, p. 83.

COMPENSADO o atraso. **Veja**. São Paulo, 31 dez. de 1980. n. 643, p. 142.

## 7.3 Jornais de Circulação Local

APARELHO de mimeógrafo. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 4, 8 dez. de 1972.

AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 5, 28 abr. de 1973.

AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 6, 28 abr. de 1973.

AS comemorações de 31 de março. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 7, 28 abr. de 1973.

ATIVIDADES da 10ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 7, p. 3, 8 abr. de 1973.

CRUZ, Antônio Pereira da. Editorial. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 1, 8 dez. de 1972.

CURSO de reciclagem foi sucesso em Picos. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 4, p. 3, 14 fev. de 1973.

MAIS uma equipe se foi. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 1-2, 28 abr. de 1973.

MAIS uma equipe se foi. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 8, p. 3, 28 abr. de 1973.

MENSAGEM para 77. **O Profeta**. Picos, ano. I, nº 3, p. 2, 3 dez. de 1976.

MISSÃO cumprida. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 5, p. 2, 28 fev. de 1973.

O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 6, p. 4, 18 mar. de 1973.

O que fez a 9ª equipe. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 6, p. 5, 18 mar. de 1973.

PLANO Diretor Urbano (Notícias procedentes da sede da SUDENE em Recife). **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 7, p. 1, 8 abr. de 1973.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 7, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 6-7, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 8, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 8-9, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 9-10, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 10-11, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 11, 8 dez. de 1972.

RELATÓRIOS das equipes de rondonistas. **Voz do Campus**. Picos (PI), ano I, nº 1, p. 4, 8 dez. de 1972.

#### 7.4 Revista de Circulação Local

Crescimento Demográfico. **Revista Foco**: Edição Comemorativa: 111 anos Picos, nossa história. Picos (PI), 2001, p. 8.

#### 8. Fontes Visuais

A Transamazônica. **Zappiens**. Brasília: 1 jan. de 2010. Disponível em: <[http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?\\_InstanceIdentificier=0&\\_EntityIdentifier=cgiKdW90rULe96oOIdp6\\_M0Vq0UPTKPaFvbS-KSE0DwPIY.&idRepositorio=0&modelo=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceIdentificier=0&_EntityIdentifier=cgiKdW90rULe96oOIdp6_M0Vq0UPTKPaFvbS-KSE0DwPIY.&idRepositorio=0&modelo=0)>. Acesso em: 26 maio. de 2016.

BODANZKY, Jorge. SENNA, Orlando. **Iracema uma transa amazônica**, São Paulo, STOPFILM, 1976, 91 min.

GÓIS, Fábio. OAB-PE e deputados acionam Diogo Mainardi no MPF por declarações sobre nordestinos. **Congresso em Foco**. Brasília: 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/oab-pe-e-deputados-acionam-diogo-mainardi-por-declaracoes-sobre-nordestinos/>>. Acesso em: 15 jan. de 2016.

### **9. Fontes Orais**

PIRES, Francisco das Chagas. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

PIRES, Inês Ilma da Cruz. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 31 de julho de 2013.

VASCONCELOS FILHO, José Bertino de. **Entrevista cedida a José Elierson de Sousa Moura**. Picos (PI), 25 de julho de 2013.